

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARLINDO JOSÉ REIS DE SOUZA

O ORIENTALISMO NO (LUSO)TRÓPICO AMERICANO:
perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung.

NITERÓI
2011

ARLINDO JOSÉ REIS DE SOUZA

O ORIENTALISMO NO (LUSO)TRÓPICO AMERICANO:
perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung.

Defesa de dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História

Orientador: Professor Doutor Norberto Osvaldo Ferreras,
do Programa de Pós-Graduação em História

NITERÓI
2011

O ORIENTALISMO NO (LUSO)TRÓPICO AMERICANO:
perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung.

Defesa de dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. NORBERTO OSVALDO FERRERAS - Orientador
Universidade Federal Fluminense
Departamento de História

Professora Dra. ADRIANA FACINA.
Universidade Federal Fluminense
Departamento de História

Professor Dr. RICARDO ANTONIO SOUZA MENDES
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Departamento de História

NITERÓI
2011

Dedicado à Abigail (*in memoriam*), Beatriz e Laura.

Agradecimentos:

Nenhum trabalho é possível se houver a intencionalidade de se realizá-lo de forma solitária. Assim, muito mais do que um ato de generosidade, ser grato àqueles e àquelas que contribuíram para a realização de uma dissertação é um ato de justiça. A lista de agradecimento é deveras longa, desse modo, se formos ser justos com cada um daqueles que somos gratos, as laudas dispensadas ultrapassariam o número daquelas utilizadas no presente trabalho: desse modo, seremos injustos por uma questão de espaço!

Os primeiros agradecimentos serão destinados àqueles que sem o suporte e a formação não seria possível a realização desta empresa: minha amada avó Abigail, com quem já não podemos contar com a luminosa presença, e meus pais, José e Maria Inês – minha total gratidão a vocês! Com o mesmo grau de importância no sentido de suporte (e suportar) a este teimoso professor de História, estão a minha muito amada mulher Beatriz, incansável companheira, incentivadora, amiga e principal fonte de inspiração, e a minha igualmente muito amada filha Laura, motivação extra para uma atividade tão árdua quanto a de ser um mestrando e professor: suas incursões no escritório seguidas do pedido de tocar violão no auge dos momentos mais cruciais de raciocínio e terror acadêmico aliviavam em muito o labor! Amo vocês de forma indescritível. Agradeço também às minhas irmãs Elba e Érica, pelo constante compartilhar de alegrias e dissabores, assim como aos meus sobrinhos Lucas, Matheus, Vanessa e Jessica, para os quais espero um futuro radiante.

À minha nova família Ferreira Cabral: os sogros Jair e Lourdes e cunhados Fabrício e Virgínia, com seus respectivos Roberta e Atsushi, direciono os agradecimentos mais generosos – Lourdes, muito grato pelo incentivo incondicional quando acreditou que as coisas eram possíveis mesmo quando eu já havia perdido as

esperanças; Atsushi, o que seria deste trabalho sem o seu apoio tecnológico do mais alto gabarito? Da mesma amada família agradeço aos tios Luiz e Janete (*in memorian*) e aos meus novos primos Bernardo e Ricardo (Tico, nossas conversas foram de extrema valia, com elas recobrei o fôlego!)

Os agradecimentos se estendem ainda aos velhos amigos/irmãos: Fernando, Demian, Bruno, Eduardo (Dudu), Marcelo, Marco Antônio, Marcus, Daniel e Fernanda, que além de fazerem parte da minha formação serviram de exemplo pela grande capacidade e luta. Aos novos amigos William e Rosângela pelo incentivo precioso em momentos extremamente difíceis. Aos companheiros Miranda e Rose do Arquivo Histórico do Itamaraty agradeço a imensa prestatividade e generosidade: vocês são profissionais fabulosos!

Ao meu orientador Norberto um especial agradecimento, por ter estendido a mão quando tudo estava (quase) perdido.

A Deus, por ter me apresentado com pessoas tão maravilhosas.

Resumo

O presente trabalho visa compreender o posicionamento de setores das elites brasileiras frente ao conclave Ásio-Africano de Bandung ocorrido em 1955 na Indonésia. Analisando fontes históricas como documentos diplomáticos, imprensa, e obras do diplomata Adolpho Justo Bezerra de Meneses, no escopo de descrever e compreender os discursos dos sujeitos históricos em questão, a presente dissertação propõe a utilização de um conceito que denominamos *Orientalismo Lusotropical*, conceito que pode ser compreendido tanto como uma ideologia quanto como um traço da cultura política brasileira da época perante o emergente ator coletivo internacional.

Palavras-chave: Brasil, Conferência de Bandung; Orientalismo; Lusotropicalismo; Orientalismo Lusotropical; Guerra Fria.

Abstract:

The present work aims to understand the positioning of sectors of the Brazilian elites against the conclave of Asian-African Bandung, Indonesia, occurred in 1955. Analyzing historical sources as diplomatic documents, press, and books of a diplomat Adolpho Justo Bezerra de Menezes, the scope of describing and understanding the discourse of historical subjects in question, this paper proposes the use of a concept we call Lusotropical Orientalism, a concept that can be understood as both an ideology and as a feature of Brazilian political culture of the time before the international emerging collective actor.

Keywords: Brazil, the Bandung Conference, Orientalism; Lusotropicalism; Lusotropical-Orientalism; Cold War.

Sumário

Apresentação	11
Capítulo 1 – Conceitos: o Orientalismo e o Lusotropicalismo em foco.	13
Introdução	13
1.1 Sobre Said e o Orientalismo: um desafio.	15
1.2 O Orientalismo por Said	16
1.3 O Orientalismo como discurso	27
1.4 Diálogos com Ahmad	47
1.5 O pensamento lusotropical de Freyre e seu contexto	61
1.5.1. Racialismo e identidade nacional nas primeiras décadas do século XX	62
1.5.2 Lusotropicalismo e Salazarismo	69
1.6 O orientalismo lusotropical: um esforço para uma síntese possível	85
Capítulo 2 – O contexto global do pós-guerra e a Conferência de Bandung	87
Introdução	87
2.1.1. Um breve histórico da presença europeia na Ásia: do imperialismo às libertações nacionais.	88
2.1.2 A Conferência de Berlim e a partilha da África: a construção da Era dos Impérios.-	100
2.1.3. As diferentes formas de dominação e as libertações nacionais	104
2. 2. A Guerra Fria e a Conferência de Bandung	107
3. A Conferência e seus antecedentes	123
Capítulo 3 – O Brasil, o Orientalismo, e Bandung	147

3.1 As relações internacionais brasileiras: um breve histórico dos seus componentes “internos” e “externos” -----	148
3.2 O Portugal Salazarista, o contexto internacional da Guerra Fria, e o Orientalismo Lusotropical -----	161
3.3 As relações Brasil/África no contexto da Conferência de Bandung -----	180
3.4 A UDN e o seu pensamento sobre o Brasil -----	191
3.5 O lusotrópico americano e a Conferência de Bandung -----	197
Conclusão -----	226
Fontes e bibliografia -----	228

Apresentação:

O presente trabalho intenta produzir um mapeamento dos mais propalados discursos produzidos, à época, no Brasil, sobre a Conferência de Bandung, conclave ocorrido em abril de 1955, que reuniu países da Ásia e da África com os propósitos – em linhas gerais – de acabar com o colonialismo e com a discriminação dos "povos de cor". Em tais discursos identificamos uma série de noções, (pré)conceitos, e idéias pré-estabelecidas recorrentes à época como, por exemplo, o virulento anticomunismo muito disseminado pelo lado capitalista do conflito ideológico do pós-guerra. Entretanto, em meio a esses discursos correntes no Brasil, vemos, ainda, de maneira muito clara, mas nunca estudada, uma forma luso-brasileira de *Orientalismo* (conceito desenvolvido pelo palestino Edward Said e que busca dar conta dos discursos produzidas no “ocidente” sobre o “oriente”), em que se reuniam tanto elementos do orientalismo “clássico” observado nas experiências coloniais de franceses e ingleses, quanto da construção de Gilberto Freyre denominada *lusotropicalismo*. E é essa forma, presente nas fontes por nós levantadas, de pensar o “oriente” que se reunia em Bandung, que estudaremos em nosso trabalho.

Esta dissertação, cujo título é “O Orientalismo no (luso)tropical americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung”, constará de três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Conceitos: o Orientalismo e o Lusotropicalismo em foco*, exporemos o nosso referencial teórico, onde trataremos do uso que faremos do conceito de Edward Said (Orientalismo) em composição com o de lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Aqui ficarão expostos os principais elementos que iremos utilizar de tais conceitos, assim como um tratamento aberto sobre suas propriedades. No segundo capítulo, *O contexto global do pós-guerra e a Conferência de Bandung*, faremos uma contextualização histórica do momento em que ocorrera a Conferência de Bandung,

onde traçaremos um histórico das relações entre o “Ocidente” norte-atlântico e o “Oriente” colonial. Aqui comentaremos, ainda, tanto pormenores da situação política da Conferência em si, quanto da situação política prévia que envolvia os convocadores de tal conclave. No terceiro capítulo, cujo título é *O Brasil, o Orientalismo, e Bandung* o nosso foco será as relações exteriores brasileiras e a emergência do lusotropicalismo de Gilberto Freyre no Brasil.

As fontes primárias utilizadas foram trabalhadas em especial nos segundo e terceiro capítulos. Elas são: os cinco jornais de maior circulação na capital do país à época (Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Última Hora e O Dia); os ofícios enviados pelos embaixadores brasileiros lotados em Jacarta, Nova Déli, Lisboa, Tel Aviv, Washington, Ancara, Cairo, Karachi, Camberra, Taipei, Pretória, Teerã e Tóquio; e os livros do diplomata brasileiro Adolpho Justo Bezerra de Menezes *O Brasil e o mundo Ásio-Africano* e do jornalista estadunidense Richard Wright, intitulado *The Colour Curtain*.

Estas fontes se nos afiguram fundamentais, uma vez que são possuidoras de informações preciosas sobre os acontecimentos e posturas da época. Elas são um testemunho de uma época permeada por inúmeras noções, hoje plenamente distinguíveis, mas que, na época, eram profundamente naturalizadas por “leitores e produtores” destes (hoje) documentos – diplomatas, jornalistas e especialistas de uma forma geral nos assuntos internacionais.

Compreender a postura do Brasil, neste período de indefinições e mudanças na política nacional, frente este importantíssimo conclave que alterou as faces do sistema internacional do pós-Segunda Guerra, nos afigura como fundamental para que possamos entender as diferentes possibilidades de inserção do Brasil no mundo externo que estiveram em atividade no país desde então.

Capítulo 1 – Conceitos: o Orientalismo e o Lusotropicalismo em foco.

Introdução

O presente capítulo tem como escopo elucidar a estrutura teórica da nossa hipótese central. Esta, parte do pressuposto de que importantes setores da elite nacional, formuladores de significativa parcela das posturas tomadas no (e pelo) Brasil frente ao conclave Ásio-Africano de Bandung (1955) – e, num sentido mais amplo, frente ao próprio ator coletivo que emergia simbolicamente desta conferência – possuíam uma perspectiva marcada pelo que Edward Said chamou de Orientalismo. Pois, se é certo que se pode observar, nestes mesmos discursos, uma série de noções, conceitos e idéias recorrentes à época como, por exemplo, o anticomunismo (o “nacional” e o “estadunidense”, muito influente no Brasil, como observamos nas fontes pesquisadas) que carregava o lado capitalista do conflito ideológico do pós-guerra, podemos divisar de maneira muito clara – mas nunca evidenciada – uma forma “lusobrasileira” de Orientalismo. Orientalismo que, ao investigarmos e refletirmos sobre ele, vemos o próprio Said nos alertar que em seus estudos estavam em foco somente as experiências francesa e inglesa, com suas respectivas colônias situadas nos continentes asiático e africano. As demais experiências, como as de alemães, espanhóis, *portugueses*, italianos e suíços, por exemplo, ficaram de fora de suas investigações – o que nos sobrecarrega com um desafio extra...

Ao nos debruçarmos sobre nossas fontes e constatarmos as conhecidas e intensas relações externas brasileiras com Estados Unidos e Portugal, dois atores internacionais de significativa importância, especialmente para o Brasil (um, uma potência ascendente e outro um império em decadência), e tendo estes países passado por experiências imperialistas *como metrópole*, constatamos que também deveríamos dar atenção aos

seus respectivos “orientalismos”. Aqui, porém, nossos maiores esforços se deterão na análise do orientalismo português, ou, pelo menos, na forma com que o orientalismo luso se manifestava na época por nós estudada, a saber, os anos 1950.

É que o orientalismo manifestado no Portugal salazarista possuía estreitíssimas relações com a produção de um eminente pensador brasileiro: o *político* e cientista humano Gilberto Freyre. E o que este autor chamou de lusotropicologia e lusotropicalismo, também, ao lado da perspectiva orientalista, norteou parte significativa das posturas e ações dos homens de Estado tanto do Brasil quanto de Portugal. Assim, temos que o orientalismo luso e brasileiro (a partir de agora chamado luso-brasileiro ou lusotropical) possuía esta dupla carga ideológica, ou seja, ao passo que possuía feições comuns a todos os “orientalismos” – as quais serão retratadas a seguir –, também possuía uma dose ampla do que Freyre chamou de lusotropicalismo: a forma (dita) “especial” com que os portugueses se relacionavam com as suas colônias de além-mar. Desse modo, se faz mister saber “o lugar especial do Oriente [das “Áfricas” e das “Ásias”] na experiência ocidental européia”¹ (no caso, brasileira e lusa) pois, compreender os lugares ocupados por estes, genericamente tratados (como), “orientes” nas experiências destes respectivos países, nos ajuda a compreender as posturas tomadas pelos “ocidentais” (brasileiros e lusos) frente aos vinte e nove de Bandung – e, mais amplamente, frente ao nascente Terceiro Mundo.

A nossa proposta neste capítulo é justamente expor os vínculos possíveis entre estes dois conceitos que formam a nossa hipótese (o Orientalismo e o Lusotropicalismo), para que, mais à frente, façamos demonstrações palpáveis de como

¹ Aqui ficamos à vontade para nos referirmos à África, por exemplo, como sendo um espaço que também pode ser abarcado pelo que Said considera como submetido ao Orientalismo europeu em função de uma reformulação encontrada em seu *Cultura e imperialismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), onde se lê: “esses discursos africanistas e indianistas, como foram chamados, [são] parte integrante da tentativa européia geral de dominar povos e terras distantes, e portanto [podem ser] relacionados com as descrições orientalistas do mundo islâmico, bem como com as maneiras específicas pelas quais a Europa representa o Caribe, a Irlanda e o Extremo Oriente” (*Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11)

tais perspectivas estavam, em uníssono, presentes nos discursos e ações dos brasileiros em questão.

1.1 Sobre Said e o Orientalismo: um desafio.

Antes de explorarmos e desenvolvermos nossa apreciação (e a utilização que dele faremos) do conceito *Orientalismo* devemos levar em consideração que a aplicação do mesmo a temas de caráter não “literário” é algo deveras pouco observado. Mesmo em suas áreas de “origem” – a crítica literária e a lingüística – ainda são relativamente poucos, notadamente no Brasil, os trabalhos que laboram com este conceito. Não obstante, nas últimas duas décadas podemos observar uma (ainda que tímida) ampliação da utilização do mesmo não apenas dentro e fora do país, mas em uma gama cada vez maior de disciplinas e campos do conhecimento. Com isso, não é necessária uma pesquisa exaustiva para se encontrar artigos, livros, e disciplinas acadêmicas em áreas tão diversas quanto a crítica literária, a sociologia, a história, o direito, as relações internacionais e a lingüística, entre outras, que tenham como objeto de estudo, referencial teórico, ou mesmo dialoguem com, o conceito de Edward Said.

As dificuldades desta importante chave de compreensão para o mundo colonial e “pós-colonial”, e de seu autor (falecido em 2003), para se firmarem nos meios acadêmicos ocidentais, não foram (e não o são, ainda) das menores – e elas relacionam-se com os próprios fenômenos do (neo)colonialismo e (neo)imperialismo² capitalistas contemporâneos. E tais são tanto de origem intelectual, quanto política, e mesmo étnica. É que Said foi um autor de origem palestina formado no “Ocidente” (onde residiu, *resistiu*, e lecionou), e sua eclética formação intelectual, somada a seus indestrutíveis posicionamentos políticos, fez dele uma espécie de “*persona non grata*” em inúmeros e

² Sobre o conceito de neo-imperialismo ver: FIUZA, Alex de Mello. *Teorias do Neo-Imperialismo: Raízes da Teoria Marxista do Capitalismo. Estudos de Sociologia* [online] 2011. Vol. 16, n. 31: Dossiê: trabalho e sindicato. ISSN 1414 – 0144

diversos meios acadêmicos. Nas palavras de Aijaz Ahmad, que solidariza com ele (não obstante suas sérias discordâncias teórico-epistemológicas) em sua luta, a sua posição era a de um homem sitiado “no meio da América imperial (...) [onde trabalhou em meio a] todas as dificuldades, no limite de sua capacidade, ultrapassando as fronteiras de sua disciplina acadêmica e de sua formação intelectual original, não sob coação da profissão ou fama, não em busca de ganho pessoal – na verdade, correndo um risco assustador”³ [em defesa da causa palestina]. Esta condição “m arginal” do autor palestino, somente para exemplificarmos mais uma observação que aponta para o caráter revolucionário de seu legado, levou Emir Sader, em artigo, a afirmar que “talvez [hoje] nenhuma outra obra seja tão subversiva (...) [quanto] o Orientalismo [de Said]”⁴ - especialmente no (e em função do) pós-onze de setembro de 2001.

Suas polêmicas foram (e ainda são) inúmeras e travadas com autores das mais diversas orientações teóricas, metodológicas e políticas. No presente capítulo, ao buscar expor como concebemos e utilizaremos o conceito Orientalismo, também trataremos de alguns destes “diálogos” conceituais.

1.2 – O Orientalismo por Said

Para compreendermos a longevidade e a pertinência do conceito em questão, é necessário colocar que Edward Said o molda ao longo de, praticamente, toda sua vida intelectual. Tendo sido lançado em 1978, em *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*⁵, o conceito foi sendo depurado tanto pelo amadurecimento das próprias reflexões do autor (levadas a cabo ao longo de um sem número de artigos, palestras, cursos e conferências que se sucederam em profusão nas décadas de 1980 e 1990)

³ AHMAD, Aijaz. 2002. Orientalismo e depois, in. Linhagens do presente: ensaios. São Paulo, Boitempo Editora, p. 110.

⁴ SADER, Emir. O Orientalismo hoje. In: www.midiaindependente.org/pt (acessado em 21/01/2011).

⁵ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008.

quanto através de diálogos (diretos e indiretos, formais e informais) travados com inúmeros outros pensadores, passando a não mais deixar de aparecer em suas mais importantes obras. Como exemplo desta evolução, por assim dizer, do conceito, podemos citar o prodigioso *Cultura e Imperialismo*⁶, de 1995, onde Said se esmera não em escrever uma continuação de *Orientalismo*, mas em “ampliar a argumentação do livro anterior, de modo a descrever um modelo mais geral de relações entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos”⁷. Cabe ressaltar, contudo, que estas transformações sofridas ao longo do tempo não alteraram nem o seu poder descritivo nem sua força teórica – ao contrário, tornaram-nas ainda mais fortes.

Em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*⁸ Said ressalta que o Orientalismo (conceito) surge como resultado da antiga e intensa relação entre o “Ocidente” e o “Oriente”, tendo como fundamento e essência o “lugar especial do Oriente na experiência ocidental européia”⁹. Assim, compreender o que Said quer dizer com Orientalismo é compreender o teor dessa relação¹⁰, é dar conta não somente de qual teria sido este “lugar” ocupado pelo Oriente na história de suas relações com o Ocidente, mas também de qual teria sido o “papel” do Oriente, ou de ambos, “Ocidente” e “Oriente”, nestas relações.

Ora, sabemos que a relação entre o ocidente (colonial, europeu e “neo-europeu”¹¹) e o oriente (“Médio” ou “Próximo” para os europeus, e “Extremo” para americanos)

⁶ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11.

⁸ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008

⁹ *Idem*, p 27.

¹⁰ *Dessas relações* (no plural) seria ainda mais próprio, posto que foram muitas as experiências (e os seus tipos) de contato entre Ocidentais e Orientais ao longo do tempo e do espaço, como ressaltamos e voltaremos a ressaltar mais a frente.

¹¹ Sobre o conceito de neo-europeus ver o artigo *O eurocentrismo está em toda parte: sobre orientalismos, ocidentalismos e outras imprecisões geográficas*, de Leonardo Name, onde se lê: “os ‘neo-europeus’ [são] Austrália, o Canadá e sobretudo os Estados Unidos, territórios que embora não deixem de ser alvo de representações eurocêntricas e estereotípicas, conseguiram ao longo do tempo, em grande medida por terem sido objeto de uma forma de colonização menos opressiva e exploratória, seu quinhão de poder e privilégios nos embates políticos, econômicos e culturais e, portanto, nas práticas de

foi, durante alguns séculos, uma relação de dominação e colonização. Nas palavras do próprio Edward Said: “o oriente [foi] o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas *colônias* européias, [foi] *fonte* de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do *Outro* (...). [Assim], o Oriente é uma *parte integrante* da cultura material européia”¹².

A profundidade destas relações, contida no fato de um grupo civilizacional fazer parte da própria constituição do outro, concede ao Orientalismo um adicional elemento de complexidade, o qual torna o seu estudo uma espécie de labirinto científico revelador de uma imensa gama de possibilidades, as quais irão viabilizar uma considerável variabilidade de construções, encontros (e desencontros) entre os agentes envolvidos. E o resultado desta profunda relação constitutiva mesma entre estes grupos civilizacionais em contato secular irá, em grande medida, condicionar os próprios tipos de relações travadas entre as metrópoles (européias e neo-européias) e as suas respectivas colônias de todo o mundo ázio-africano – e mesmo do Americano, pois, como veremos, desta intensa relação constitutiva nasce, prene de flagrantes contradições, tanto o pensamento lusotropical de Freyre quanto o que chamamos de *Orientalismo Lusotropical*¹³. Tal complexidade relacional pode ser observada nas diferentes manifestações Orientalistas construídas nas diferentes experiências coloniais travadas

representação do Outro e do self”. NAME, Leonardo. *O eurocentrismo está em toda parte: sobre orientalismos, ocidentalismos e outras imprecisões geográficas*. In: GeoPUC - Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio, Ano 1, nº 2, 2009. p. 11

¹² *Idem*, p. 28

¹³ No caso português, esta relação de constitutividade entre elementos *orientais* e *ocidentais* – que torna específico o caso da própria formação da lusitanidade – pode ser encontrado em Miranda (MIRANDA, Rachel de Rezende. *Aventura e Rotina: O lugar do Brasil no mundo luso-tropical de Gilberto Freyre*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. Rio de Janeiro, 2002.): “a cultura ibérica seria, ela mesma, híbrida, resultado de uma mistura sem fusão dos diversos elementos que a formaram”. Tais elementos são identificados por Araújo de Benzaquem (em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.), sendo eles, principalmente, os elementos da cultura mourisca e judaica, fortemente presentes em grande período da história de Portugal.

entre “Ocidentais” e “Orientais”. Com isso, embora existam pontos comuns nos diversos colonialismos, existem também especificidades que delimitam diferenças entre as experiências coloniais francesas, britânicas, portuguesas, espanholas, etc.

Desse modo, podemos depreender que o Orientalismo é uma construção Ocidental (na verdade, um conjunto de construções), surgida a partir do fenômeno do colonialismo, onde são construídas e constituídas as feições de uma “instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo-o e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o”. Sendo “um estilo ocidental para *dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente*”¹⁴.

Com isso, no curso e ao fim desse processo, a partir destas experiências de dominação, o oriente passou a ser descrito, vivido e visto pelos europeus como “um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias, de paisagens obsessivas, de experiências notáveis”¹⁵. E este conjunto de estereótipos, embutidos nas mais variadas formas de produção sobre o Oriente, literárias ou acadêmicas, serviram (e muitas vezes ainda servem) para justificar e legitimar a dominação do “homem branco” europeu sobre os variados “Orientes”, quer sejam eles asiáticos, africanos ou mesmo latino-americanos.

Desse modo, para Said, não obstante a diversidade de Orientalismos – que podemos observar quando este autor nos lega que o orientalismo “expressa e representa (...) [um] papel cultural (...), um *modo de discurso* com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até *burocracias e estilos coloniais*”¹⁶, onde fica claro que o autor concebia que cada uma das potências coloniais mantinha espécies diferentes de conjuntos de relações coloniais com as suas possessões “orientais”, e que estas (relações) se davam nos mais diversos âmbitos, do acadêmico

¹⁴ *Idem*, p. 29

¹⁵ *Idem*, p. 27.

¹⁶ *Idem*, p. 28.

erudito ao burocrático-administrativo – suas “linhas gerais” estão presentes nos diferentes discursos metropolitanos (acrescentaríamos, também nos privilegiados setores das elites coloniais que se beneficiavam das relações de privilégio com o mundo metropolitano) e são perfeitamente distinguíveis, como se vê na passagem a seguir reproduzida: “[O Orientalismo se revela como] um fato (político e cultural) (...) que pode ser demonstrado (...), pensado, dito ou até mesmo feito sobre o Oriente [e] segue certas linhas distintas e intelectualmente conhecíveis”¹⁷.

Um dos pontos mais significativos do pensamento orientalista, e que contribui para torná-lo distinguível para Said, é que este consiste em um “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica”¹⁸ [acrescentaríamos, moderna/contemporânea] feita entre ‘o Oriente’ e (a maior parte do tempo) ‘o Ocidente’. E tal distinção veio a formatar a percepção de “uma enorme massa de escritores, entre os quais estão os poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, [os quais tomam como tácita esta] distinção “*básica*” entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para (...) teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, ‘mente’, destino e assim por diante”¹⁹.

Neste ponto vemos a questão da *constitutividade* do discurso orientalista²⁰, surgir em Said a partir de uma perspectiva dialética, pois vemos que a posição colonialista moderna viabilizou a realização de uma forma de ver o “Oriente” e o “Oriental” onde, ao mesmo tempo em que parte desta relação (de dominação), também a molda.

¹⁷ *Idem*, p. 40.

¹⁸ *Idem*, p. 29.

¹⁹ *Idem*, p. 29.

²⁰ Quanto à *constitutividade* dos discursos falaremos ainda neste capítulo baseando-nos em Fairclough.

Assim, Said define o Orientalismo como uma disciplina *moderna* – portanto com relação direta com o próprio momento em que nacionalidades européias modernas (ou *contemporâneas*, posto que ocorre após a “dupla revolução” burguesa ²¹) se forjam – tempo em que justamente se firmam e criam, na Europa, academias científicas modernas, onde foram desenvolvidas as suas literaturas, sociologia, filologia, antropologia, etc, sendo parte constituinte daquele pensamento pseudo-científico que buscava se fundamentar no evolucionismo de Darwin para justificar a “superioridade do homem branco”. Desse modo, fica claro e compreensível que tenha passado a haver um “intercâmbio [constante] entre os sentidos acadêmico e mais ou menos imaginativo do orientalismo” desde o final do século XVIII, onde se observa “um comércio considerável, totalmente disciplinado, entre os dois” ²², pois faz parte de todo um pensamento de uma época. E daí, desta forma de alocar o período de surgimento do pensamento orientalista no momento da construção das identidades nacionais na Europa ²³, portanto, momento privilegiado para se descrever o “outro” (especialmente se este “outro” é um “dominado” ou potencialmente dominável), advém o aproveitamento da seguinte afirmação de Said quanto a periodização de que nos valem para dar conta do “início” do pensamento Orientalista na Europa:

“Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida (...) o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” ²⁴.

²¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²² *Idem*, p. 29.

²³ Ver em Said, 1995, p. 12.

²⁴ *Idem*, p. 29

Daí, temos que, “as idéias, culturas e histórias não podem ser estudadas sem que a sua força, ou mais precisamente, sua configuração de poder, seja também estudada (...) A relação entre Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia, e é indicada com total precisão no título do clássico de K. M. Panikkar, *A dominação ocidental na Ásia*. O Oriente foi orientalizado não somente porque se descobriu que ele era ‘oriental’ em todos aqueles aspectos considerados como lugares-comuns por um europeu médio do século XIX, mas também porque podia ser – isto é, permitia ser – *feito oriental*”²⁵.

E ao falar sobre a força do discurso orientalista Said nos lembra que, para que esta força seja compreendida é necessário ter em vista

“os seus laços muito íntimos com as instituições sócio-econômicas e políticas capacitantes e a sua terrível durabilidade (...). O Orientalismo não é, portanto, uma fantasia avoadada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um *considerável investimento material*. O investimento material criou o Orientalismo como um *sistema de conhecimento* sobre o Oriente, uma rede aceita para *filtrar o Oriente na consciência ocidental*”²⁶.

Para explicar a “terrível durabilidade” do pensamento orientalista, Said utiliza-se da distinção elaborada por Gramsci entre sociedade civil (entendida como afiliações voluntárias que ocorrem no seio na sociedade), e sociedade política (que são as instituições estatais “cujo papel na entidade política é a dominação direta”), introduzindo o conceito (também) gramsciano de Hegemonia, que é definida como

²⁵ *Idem*, p. 31.

²⁶ *Idem*, p. 34.

quando a “Cultura opera nos marcos da sociedade civil e atua não pela dominação, mas pelo consenso (...) acontecendo [quando] formas culturais [predominam] sobre outras”.

Em sua aplicação, Said nos diz que “É a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere ao orientalismo a durabilidade e a força sobre as quais estive (Said) falando até agora (...) o principal componente da cultura européia é precisamente o que torna essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dela: *a idéia de identidade européia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus*”. Assim, “o orientalismo depende, para a sua estratégia, de uma superioridade posicional flexível, que o coloca, em suas relações com o Oriente, em uma posição em que jamais perde a vantagem relativa”. E uma das formas de firmar esta autoridade, para Said, é o “conhecimento” sobre o oriente, que constitui e é constituído por e pela hegemonia, que tem um papel fundamental. Aqui,

“sob o título geral de conhecimento do Oriente, e com cobertura da hegemonia ocidental sobre o Oriente durante todo o período que começa no final do século XVIII, surge um Oriente adequado para estudos na academia, para a exposição no museu, para reconstrução no departamento colonial, para a ilustração teórica em teses antropológicas, lingüísticas, raciais e históricas sobre a humanidade e o universo (...). Além disso, a indagação imaginativa das coisas orientais era baseada mais ou menos exclusivamente numa consciência ocidental soberana, de cuja centralidade não questionada surgia um mundo oriental, primeiro de acordo com as idéias gerais sobre quem ou o que era o oriental, depois de acordo com uma lógica detalhada regida não apenas pela realidade empírica, mas por uma bateria de desejos, repressões, investimentos e projeções.”

27

²⁷ *Idem*, p. 35.

Particularmente no presente trabalho é interessante atentar para mais uma colocação de Said sobre o Orientalismo e suas conseqüências para o mundo da política internacional. Aqui temos uma importante afirmação que, inclusive contribui para justificarmos a nossa utilização deste conceito e entendermos como ele pode ser operacionalizável no presente estudo (com o perdão da quiçá excessivamente longa citação abaixo):

“O orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de um nefando complô imperialista ‘ocidental’ para subjugar o mundo ‘oriental’. *É antes uma distribuição de consciência geopolítica* em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos históricos e filológicos; é uma *elaboração* não só de uma distinção geográfica básica, como *também toda uma série de ‘interesses’* que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é, em vez de expressar, uma certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar e manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente; é, acima de tudo, *um discurso* que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (...), com o poder cultural (...), e com o poder moral. Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é – e não apenas representa – uma considerável dimensão da moderna cultura político

intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o ‘nosso’ mundo”²⁸.

Apesar do longo trecho acima estar excessivamente impregnado da ideia foucaultiana de que o Orientalismo é um “*discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder*”, e esta visão pouco contribuir para uma análise que dê conta de uma relação ampla, que envolva toda uma lógica geopolítica de escala global (por isso discutiremos mais a frente a questão da ideia de *poder* e *discurso* para operacionalizar o conceito no presente trabalho), a ideia de que o orientalismo (a despeito de toda essa imprecisão de Said, que parece pecar por um “excesso de definições” para o conceito) “*É antes uma distribuição de consciência geopolítica...*” nos será de particular utilidade, pois encontramos largamente, em nossas fontes, que a “ameaça” representada por um grupo emergente no cenário internacional, possuidor de um potencial econômico, político, militar e cultural de escalas avassaladoras, mas desprovido dos valores da *civilização ocidental* – portanto “perigosos” posto que “inferiores” – pode ameaçar não apenas a “democracia”, mas o próprio “mundo cristão” e, numa paranoia mais globalizante, a totalidade da civilização cristã/ocidental. Assim, se o Orientalismo pode ser visto, “como um intercâmbio dinâmico entre autores individuais [imersos em suas situações de elite nas metrópoles – e mesmo nas elites das colônias...]” ele reflete também uma perspectiva que tanto é útil como atua a favor dos “*grandes interesses políticos [e econômicos] moldados [pelas metrópoles] em cujos territórios intelectuais e imaginativos a escrita foi produzida*”²⁹.

A despeito desta preeminência dos três grandes impérios, o estadunidense “substituindo” as “ultrapassadas” metrópoles europeias (França e Inglaterra), e de Said

²⁸ *Idem*, p. 36.

²⁹ *Idem*, p. 43

comentar, por conhecer melhor, somente estes três casos, será objeto do presente trabalho – não obstante a apresentação do o orientalismo estadunidense identificado por de Douglas Little ³⁰, no segundo capítulo desta dissertação – uma proposta de definição de como foi (e em alguma medida ainda é) o orientalismo português/brasileiro.

Embora seja na próxima seção deste mesmo capítulo que laboraremos sobre o método a ser por nós levado a cabo no presente trabalho, adiantaremos que, quando discorre sobre o fato de se analisar (lançando mão do conceito Orientalismo) a autoridade do “Ocidente” para falar sobre o “Oriente” – poderíamos ser ainda mais específicos, dos atores sociais defensores dos interesses “Ocidentais” – Said nos fala de sua metodologia, a tal “inovação metodológica” foucaultiana que Ahmad, como veremos a frente, nos aponta. A despeito do fato de não utilizarmos a metodologia de Said (utilizaremos a metodologia de Fairclough), dela podemos retirar mais algumas lições importantes sobre o Orientalismo, pois, para o autor palestino

“não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que formam, transmitem, reproduz. Acima de tudo a autoridade pode e deve ser analisada” ³¹.

Suas ferramentas foucaultianas de “*localização estratégica* (que é um modo de descrever a posição do autor de um texto com relação ao material sobre o qual ele escreve) e *formação estratégica* (que é uma maneira de analisar a relação entre os textos e até gêneros textuais adquirem massa, densidade e poder referencial entre si e depois

³⁰LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*, The University of North Carolina Press, 2008

³¹ SAID, 2007, p. 38.

na cultura mais geral) tem a utilidade de situar o modo pelo qual o Orientalismo é produzido e veiculado e as relações entre os textos – mas mesmo aqui Fairclough, como veremos vai mais além. Porém, vale a lição de perceber (e, por isso, investigar) que não é por acaso ou “mistério”, nem tampouco “naturalmente”, que se estabelece a relação de autoridade Ocidental inerente ao Orientalismo, e sim em função de relações (materiais) concretas que as moldam e as fazem ter as feições que apresenta. Como ensina Said, “... a história do orientalismo tem uma consistência interna e um conjunto altamente articulado de relações com a cultura dominante que o rodeia”³².

1. 3. O Orientalismo como discurso

“... a novidade mais admirável de Orientalismo (...) foi metodológica: sua invocação de Foucault, sua declaração de que o objeto desse estudo, a saber, o orientalismo, era um *discurso*, e sua insistência de que esse era o discurso constitutivo da civilização ocidental enquanto tal”

Aijaz Ahmad

A despeito de a citação acima ser mais uma crítica do que um elogio do autor indiano Aijaz Ahmad a Said, concebemos como útil esta associação, pois entendemos que esta crítica está mais relacionada ao fato de Said associar discurso à forma foucaultiana de se compreendê-lo do que ao fato, ou “problema”, de o Orientalismo *ser* um discurso em si. E aqui nos deteremos nesta importante consideração sobre o conceito *Orientalismo*: o fato de Edward Said o conceber como discurso. Tal entendimento se nos afigura fundamental para a própria essência do conceito, pois traz

³² Idem, p. 44

consequências de grande monta para a utilização e aplicação do mesmo no presente trabalho. O excerto abaixo, onde Said comenta a relação histórica entre Ocidente e Oriente, retirado de *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, nos mostra uma primeira associação entre Orientalismo e discurso:

“... o Orientalismo expressa e representa essa parte [da relação material Ocidente/Oriente] em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de *discurso* baseado em instituições, vocabulários, erudição, imagens, doutrinas, burocracia e estilos coloniais”³³.

Na página seguinte o autor segue afirmando seu entendimento:

“Minha opinião é que sem compreender o Orientalismo como um *discurso*, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura européia foi capaz de manejar – e até produzir – o oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo”

³⁴.

O nosso ponto, que aqui colocaremos em discussão, se relaciona justamente à concepção de discurso de que Said se vale. É que sua concepção de discurso é identificada com a noção foucaultiana deste conceito – o que fica claro quando lemos em Said, um pouco antes do trecho da citação anterior: “Achei útil neste ponto empregar a noção de discurso de Michel Foucault, assim como é descrita por ele em *Arqueologia do saber* e em *Vigiar e punir*”³⁵ – e esta, em nossa apreciação (e como

³³ Edward W. Said. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. p. 28

³⁴ *Idem*, p. 29.

³⁵ *Idem*, p. 29.

exporemos mais a frente) não dá conta de uma série de questões fundamentais para a compreensão do fenômeno em pauta. Assim, para suprir esta lacuna auto-imposta, nos lançaremos, em substituição à noção foucaultiana sobre discurso, do emprego que Norman Fairclough imprime a este conceito. Em seu seminal *Discurso e mudança social*, encontramos um profícuo diálogo deste autor com as definições de discurso de Foucault, donde o resultado tanto nos é satisfatório quanto informa a nossa percepção sobre este conceito. No entanto, antes de nos envolvermos na exposição de como Fairclough leva a cabo sua discussão com os conceitos foucaultianos, e como estabelece a sua própria definição de discurso, cuidaremos de apontar, brevemente, tanto os âmbitos que o autor entende que devem ser considerados para que se faça uma análise satisfatória do discurso, quanto as tentativas anteriores de tratamento do tema.

Em seu livro supracitado, Fairclough nos mostra que a análise da linguagem e, conseqüentemente, do discurso, necessita, de antemão, “... reunir [tanto os] métodos (...) desenvolvidos na lingüística, nos estudos de linguagem, [quanto os métodos de um] pensamento social e político relevante”³⁶. Assim, em sua análise, o autor britânico busca mesclar uma abordagem lingüística do discurso a uma abordagem de viés mais amplo, sociológica, que contempla a sociedade no seio da qual este discurso é produzido e veiculado. Contudo, segundo o autor, esta síntese entre “pensamento social” e “métodos lingüísticos”, ainda não foi desenvolvida com êxito (ou pelo menos não havia sido até sua contribuição), em função de três fatores limitadores:

“Um é o isolamento dos estudos lingüísticos de outras ciências sociais e, ainda, a dominação da lingüística por paradigmas formalistas e cognitivos. Dois outros fatores são [1]) a falta de interesse pela linguagem por outras

³⁶ Norman Fairclough. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 19.

ciências sociais e [2]) uma tendência de considerar a linguagem [algo] transparente...”³⁷.

Porém, apesar deste isolamento entre as ciências ser notado ainda em uma ampla gama de trabalhos, tanto de lingüistas quanto de cientistas humanos de outras áreas, o autor britânico observou uma mudança sendo operada, nas últimas décadas, por determinados segmentos dos estudos sociais. Desse modo, Fairclough ressalta “duas” tentativas de fôlego, de síntese entre estudos lingüísticos e teoria social: a “lingüística crítica” da Grã-Bretanha dos anos 1970 e, de pouco antes, os estudos franceses de Michel Pêcheux e seus colegas. Para o autor, no entanto, ambas cometem um mesmo equívoco: um amplo desequilíbrio entre os elementos sociais e os lingüísticos, o que as fazem avançar muito pouco para uma compreensão mais completa dos *discursos*.³⁸

Segundo Fairclough, a lingüística crítica desenvolvida por um grupo de estudiosos da Universidade de East Anglia na década de 1970, de fato “tenta casar um método de análise lingüística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria lingüística funcionalista associada a Michel Halliday conhecido como ‘lingüística sistêmica’”³⁹. Esta “escola” de lingüística criticava tanto a lingüística regular quanto a sociolingüística. Quanto à lingüística regular, as reservas se voltavam contra seus dois dualismos. O primeiro deles consistia em tratar os sistemas lingüísticos como autônomos e independentes do uso da linguagem. Halliday, citado por Fairclough, se insurge contra essa dissociação afirmando que “a linguagem é como é por causa da sua função na estrutura social”. Desse modo, a lingüística crítica se posiciona de forma a

³⁷ *Idem*, p. 20.

³⁸ Cabe ressaltar que em seu livro Fairclough expõe uma ampla gama de abordagens não-críticas do discurso, ou seja, abordagens que levam em consideração somente apenas um dos âmbitos, ou o lingüístico ou o social. Todavia, a exposição destas perspectivas muito pouco contribuiriam para o nosso trabalho, estando estas, desse modo, ausentes do mesmo.

³⁹ *Idem*, p. 46.

argumentar que “a linguagem a qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social”⁴⁰. O segundo dualismo da lingüística regular, para a lingüística crítica, seria a separação entre “significado” e “estilo”. Aqui a gramática de uma “língua é vista como sistema de ‘opções’, entre as quais os falantes fazem seleções segundo as circunstâncias sociais, assumindo que as opções formais têm significados contrastantes e que as escolhas de formas são sempre significativas”⁴¹. Quanto à sociolingüística, a lingüística crítica postula que esta meramente estabelece correlações entre linguagem e sociedade, em vez de buscar relações causais mais profundas, incluindo os efeitos da linguagem na sociedade.

Assim, não obstante o reconhecimento da importância histórica da lingüística crítica, Fairclough identifica algumas limitações em suas perspectivas epistêmicas. Uma delas é a pouca atenção dispensada ao que ele chama de “prática discursiva”⁴². Na lingüística crítica, há uma tendência a enfatizar demais o texto como *produto* e a relegar a segundo plano os *processos* de produção e interpretação dos textos. A necessidade, que Fairclough ressalta, de se conceder a devida atenção ao contexto e à interpretação dos discursos fica clara no seguinte excerto: “... os textos podem estar abertos a diferentes interpretações, dependendo do contexto e do intérprete, o que significa que os sentidos sociais do discurso (bem como ideologias) não podem ser simplesmente extraídos do texto sem considerar padrões e variações na distribuição, no consumo e na interpretação social do texto”⁴³. Outra importante limitação apontada argutamente por Fairclough, é a ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução social de relações e estruturas sociais existentes. Desse modo, como consequência dessa unilateralidade, a lingüística crítica negligencia tanto o discurso como o domínio em que se realizam as

⁴⁰ *Idem*, p. 47.

⁴¹ *Idem*, p. 47.

⁴² Veremos a definição de *prática discursiva* mais a frente, quando trabalharmos a análise tridimensional da ADTO (Análise do Discurso Textualmente Orientada) de Fairclough.

⁴³ *Idem*, p. 49.

lutas sociais quanto a mudança no (e, até mesmo, pelo) discurso. Assim, Fairclough concebe que levar em consideração, por exemplo, o fator *ideologia*, embutido nos diferentes discursos (em especial os discursos em luta para a mudança social) é fundamental para a sua plena compreensão.

A outra tentativa a que nos referimos, de síntese entre estudos lingüísticos e teoria social de relevância, – e que avança em relação à incorporação do papel da ideologia no estudo da linguagem – é a de Michel Pêcheux e seus colaboradores franceses. Estes, baseando sua teoria social na teoria de ideologia (re)elaborada por Louis Althusser, buscavam trabalhar principalmente com o discurso político escrito, o que reduz o espectro de ação das análises discursivas à sua forma escrita.

Aqui, a teoria althusseriana era particularmente utilizada em função de: a) este autor enfatizar a autonomia relativa da ideologia em relação à base econômica e, b) o fato do autor franco-argelino considerar que a ideologia contribui significativamente para reprodução e/ou transformação das relações econômicas e sociais. Desse modo – e aqui reside, segundo Fairclough, a maior contribuição do autor francês – Pêcheux labora com a visão de que a ideologia ocorre em formas materiais, não sendo um apanhado de idéias descorporificadas. Com Pêcheux foi desenvolvida “a noção de que a linguagem é uma forma material da ideologia”. Assim, o discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência de materialidade lingüística.

Porém, se a força da abordagem de Pêcheux, “e a razão para considerá-la como crítica”, está neste casamento da teoria marxista do discurso com métodos lingüísticos de análise textual, a sua fraqueza está na fragilidade do tratamento que dispensa aos textos. Fairclough fundamenta, baseando-se em Courtine e Marandin, que em Pêcheux os textos são a) “homogeneizados antes da análise pela maneira como o *corpus* é

constituído, e o efeito da aplicação de procedimentos transformacionais à análise de textos em orações separadas é eliminar aspectos distintivos da organização textual; b) os procedimentos de Pêcheux possibilitam um foco seletivo sobre partes dos textos, o que significa que os objetos de análise são efetivamente as orações e não os textos completos; c) os textos são tratados, como na lingüística crítica, como produtos, e os processos discursivos de produção e interpretação textual recebem pouca atenção”⁴⁴. Nesta perspectiva os textos são analisados em termos semânticos estreitos e são consideradas somente as dimensões ideacionais do significado, deixando de lado as dimensões interpessoais, justamente as que dizem respeito às relações sociais e às identidades sociais. São favorecidas, ainda, as relações de significado mais abstratas, em detrimento das propriedades do sentido dos enunciados no contexto⁴⁵.

O autor britânico associa esta ênfase (de Pêcheux), na “*reprodução* – como os sujeitos são posicionados dentro de formações e como a dominação ideológica é assegurada – em detrimento da *transformação* – como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática”⁴⁶ –, encontrada também em Althusser (sua referência), com a lingüística crítica, onde existe também uma visão unilateral da posição do sujeito, o qual possui negligenciada sua capacidade de agente transformador de sua própria realidade de sujeição.

Desse modo, após esta breve exposição das duas tentativas de fôlego, levadas a cabo por duas “escolas” lingüísticas, de associação entre os estudos lingüísticos e teoria social, que nos serviu igualmente como levantamento das bases sobre as quais Fairclough, criticamente, monta sua análise de discurso, voltemos nossas atenções ao diálogo que Fairclough estabelece com o legado intelectual de Michel Foucault. Aqui, seguiremos mais ou menos os mesmos passos do lingüista britânico – sem, no entanto,

⁴⁴ *Idem*, p. 55.

⁴⁵ Ver FAIRCLOUGH, p. 55, 2001

⁴⁶ *Idem*, p. 55

reproduzir *ipsis litteris* seu livro, e sim expor suas principais idéias – para a evocação da obra de Foucault. Começaremos, pois, por descortinar as justificativas de Fairclough para a sua extensa exposição dos princípios da análise de discurso de Foucault.

A primeira justificativa se assenta sobre a necessidade de Fairclough cotejar sua abordagem, a análise do discurso textualmente orientada (ADTO), com a abordagem de Foucault, por ele considerada “mais abstrata”. A segunda justificativa se repousa sobre a já citada importância que Fairclough atribui ao “desenvolvimento de uma abordagem para a análise de discurso que seja teoricamente adequada, tanto quanto praticamente utilizável [e que traga dentro de si uma] síntese, da análise de discurso orientada lingüisticamente e [de uma] compreensão da teoria social recente sobre a linguagem e o discurso”⁴⁷. Nesse sentido, Fairclough considera que Foucault prestou uma rica “contribuição para uma teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social. (...) áreas que as abordagens orientadas lingüisticamente são fracas e não desenvolvidas”. Porém, como apontaremos, Fairclough encontra sérias limitações na análise do discurso perpetrada pelo autor de *Microfísica do Poder*.

Uma das diferenças mais marcantes entre as abordagens de Norman Fairclough e Michel Foucault reside nas preocupações mais prementes destes autores. Assim, se “Foucault estava preocupado (...) com um tipo de discurso bastante específico – o discurso das ciências humanas, como a medicina, a psiquiatria, a economia e a gramática – a ADTO (...) está preocupada com *qualquer* tipo de discurso”⁴⁸. A segunda diferença entre tais abordagens está que “enquanto a análise de textos de linguagem falada ou escrita é a parte central da ADTO, ela não é uma parte da análise de discurso

⁴⁷ *Idem*, p. 61

⁴⁸ *Idem*, p. 62.

de Foucault. A ênfase de Foucault é sobre as ‘condições de possibilidade’ do discurso e sobre as ‘regras de formação’ que definem possíveis ‘objetos’, ‘modalidades enunciativas’, ‘sujeitos’, ‘conceitos’ e ‘estratégias’ de um tipo particular de discurso”.

Fairclough nos alerta, contudo, que não se pode correr o perigo de se tratar o trabalho de Foucault uniformemente, sem atentar para as variações que a sua concepção de discurso sofreu ao longo de sua carreira profissional. Assim, para observar as transformações nas perspectivas foucaultianas, este autor traz um eficiente panorama do conceito na obra de Foucault, no intuito de, além de mostrar a historicidade do seu pensamento, “identificar algumas perspectivas e percepções valiosas acerca do discurso e da linguagem, que devem ser integradas à teoria da ADTO – e operacionalizadas em sua metodologia quando for adequado”⁴⁹. Nesse mister, o autor britânico começa se referindo ao “Foucault de 72”, quando do lançamento de sua *Arqueologia do Saber*, nomeando esta fase como a “fase arqueológica” de Foucault.

Norman aponta que em tal obra estão oferecidas as suas duas primeiras contribuições teóricas sobre o discurso que foram incorporadas, dialeticamente, à ADTO. A *primeira*, e que Fairclough trata com reserva e dialoga longamente, é a visão constitutiva do discurso, ou seja, a “(...) visão que coloca o discurso como constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: [onde] o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais”. A *segunda*, e fundamental para Fairclough, é a “(...) ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam, e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas”.

⁴⁹ *Idem*, p. 63.

Uma noção foucaultiana muito útil desta fase “arqueológica”, e que pensamos valer a pena retomar – posto que é imprescindível no diálogo de Foucault com Fairclough (na verdade, de Fairclough com Foucault) – é a de que a análise de discurso diz respeito à especificação sócio-historicamente variável de “formações discursivas”⁵⁰: [as quais são] sistemas de *regras* que tornam possível a ocorrência de certos enunciados e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais”⁵¹. Neste ponto é importante nos determos em um detalhe. É que Fairclough ressalva que a concepção de “regra” utilizada por Foucault, em um primeiro momento, pode ser vista como datada, pois o que Foucault chama de “regras” “parece ser o que os sociolinguistas dos 1970 chamaram de regras sociolinguísticas, regras sociais de uso da linguagem”. Não obstante, Fairclough nos mostra que a perspectiva de Foucault difere em muitos pontos daquela adotada na sociolinguística, uma vez que, diferentemente desta corrente, ele não ignora a intertextualidade dos discursos (o que é feito pelos sociolinguistas).

No intuito de operacionalizar, dialeticamente, algumas noções foucaultianas em sua ADTO, Fairclough retoma alguns pontos importantes que permeiam a “segunda diferença” supracitada entre esta e a análise de Foucault. Nesse intento, cada uma das “regras de formação”, que definem possíveis ‘*objetos*’, ‘*modalidades enunciativas*’, ‘*sujeitos*’, ‘*conceitos*’ e ‘*estratégias*’ de um tipo particular de discurso, são pormenorizadas e analisadas pelo autor britânico – e aqui veremos como que as noções

⁵⁰ Uma definição mais completa de formação discursiva é que esta “consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, de regras para a formação de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de regras para a formação de conceitos e de regras para a formação de estratégias. Estas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não discursivos anteriores, e o processo de formação desses elementos faz do discurso uma prática social.

⁵¹ A partir desta definição de o que é a análise de discurso analisaremos as formulações do Itamaraty (e da imprensa) acerca de Bandung e constataremos o teor orientalista embutido em tais formulações. Ou seja, analisaremos cuidadosamente os “sistemas de regras que tornam (tornaram) possível a ocorrência de certos enunciados e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais”, é verificarmos quais foram, então, os sistemas que tornaram possíveis as declarações orientalistas veiculadas no país.

de constitutividade e interdiscursividade do discurso permeiam todas estas regras de formação. Tendo isso, seguem-se partes destas considerações que julgamos importante expor. Os “*objetos* – que são as entidades que as disciplinas particulares, ou as ciências, reconhecem dentro de seus campos de interesse, e que tomam como alvos de investigação⁵² – do discurso são constituídos e transformados em discurso de acordo com as regras de uma *formação discursiva*⁵³ específica, ao contrário de existirem independentemente e simplesmente serem referidos ou discutidos dentro de um discurso particular”⁵⁴. Aqui, a relação primordial entre *formação discursiva* e *objeto* é que aquela precisa ser definida de tal forma que a transformação dos *objetos* seja permitida, assim: “a unidade de um discurso é baseada não tanto na permanência e na singularidade de um objeto quanto no espaço no qual vários objetos emergem e são continuamente transformados”⁵⁵.

Neste ponto, o que é de maior significação para Fairclough é a visão de discurso como *constitutiva* (mais a frente nos demoraremos mais nas implicações teóricas desta visão), onde este contribui para a produção, a transformação, e a reprodução dos objetos da vida social. Esta constatação, retomada de Foucault, “implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, os quais são tidos como dados na realidade”⁵⁶.

⁵² Como vimos acima, é assim que Said compreende orientalismo: como um campo de conhecimento, como uma disciplina que toma como alvo de investigação o “Oriente”, e sobre ele elabora “conhecimentos” cujo escopo é a dominação ou a justificativa da dominação, da hegemonia. É a busca constante de elementos legitimadores e justificadores da dominação (afinal de contas, se são bárbaros, precisam ser civilizados, se são ignorantes, precisam ser ensinados; se são infantis, precisam de um mentor para lhes orientar o crescimento; se são feras indômitas, precisam ser dominadas; se não possuem um corpus ideológico próprio, precisam ser “protegidos” do comunismo, etc.

⁵⁴ *Idem*, p. 65.

⁵⁵ *Idem*, p. 66

⁵⁶ *Idem*, p. 66

Um aspecto importante inserido nesta visão sobre os objetos, e sobre a própria essência do discurso, é a já mencionada questão da interdiscursividade dos mesmos. Segundo Fairclough, a “ênfase nas relações interdiscursivas tem importantes implicações para a análise de discurso, já que põe no centro da agenda a investigação sobre a estruturação ou articulação das *formações discursivas* na relação umas com as outras, usando um termo foucaultiano, *ordens de discurso* institucionais e societárias – a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas”⁵⁷.

Sobre a formação das *modalidades enunciativas*⁵⁸, a principal tese de Foucault é que “o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado (seu autor/autora), mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado. Isto é, os enunciados posicionam os sujeitos (...) de modo que descrever uma formulação como enunciado [é] determinar que posição pode e deve ser ocupada por qualquer indivíduo para que ele seja sujeito dela”⁵⁹. Assim, segundo Fairclough, tal visão da relação sujeito/enunciado é elaborada por uma caracterização de *formações discursivas*, estas, constituídas por configurações de modalidades enunciativas. No entanto, nos cabe ressaltar que, quanto a esta regra, Fairclough tem uma séria reserva (e tal reserva é a mesma de quando se põe discurso como sendo *constituente* da realidade) que podemos constatar no excerto a seguir:

“A insistência de Foucault sobre o sujeito como um efeito das transformações discursivas tem um sabor pesadamente estruturalista, que exclui a agência social ativa de qualquer sentido significativo. Isso é *insatisfatório* (grifo meu), (...)

⁵⁷ *Idem*, p. 67.

⁵⁸ Modalidades enunciativas são tipos de atividade discursiva como descrição, formação de hipóteses, formulação de regulações, ensino e assim por diante (...). As *modalidades enunciativas* se articulam e estão abertas à mudança... As condições sociais sob as quais as articulações são transformadas e os mecanismos de sua transformação são uma parte significativa da pesquisa sobre a mudança discursiva em relação à mudança social... *Idem*, pp. 68 e 69

⁵⁹ *Idem*, p. 68.

A minha posição (de Fairclough) sobre o discurso e a subjetividade (...) é dialética, [e nela] os sujeitos sociais [são] moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas”⁶⁰

Quanto aos *conceitos*, Foucault os entende como a bateria de categorias, elementos e tipos que uma disciplina usa como um aparato para tratar seus campos de interesse. Os conceitos, no entanto, não são estáveis, estando em constante transformação. Fairclough nos mostra ainda, que Foucault propõe abordar a formação de conceitos dentro de uma formação discursiva por meio de uma descrição de como é organizado o ‘campo de enunciados’ a ela associado, dentro do qual seus sujeitos ‘surgiram e circularam’. Esta estratégia dá origem a uma rica explicação dos diferentes tipos de relação que podem existir nos textos e entre eles, o que é útil para o desenvolvimento de perspectivas intertextuais e interdiscursivas da ADTO de Fairclough. Estas relações interdiscursivas, Foucault diferencia conforme campos de presença; concomitância; e memória. Os campos de presença são definidos por Foucault como “todos os enunciados formulados em outro lugar e aceitos no discurso, reconhecidos como verdadeiros, envolvendo uma descrição exata, um raciocínio bem fundamentado, ou uma pressuposição necessária. Assim como os que são criticados, rejeitados, discutidos, julgados ou excluídos. Um campo de concomitância consiste de enunciados originados em diferentes formações discursivas e está ligado a questão das relações entre as formações discursivas. Já um campo de memória consiste de enunciados que não são mais aceitos ou discutidos”.⁶¹

Outro conceito foucaultiano importante para que sejam bem compreendidas as relações dos campos de enunciados é o conceito de *contexto*, assim: “... [o] contexto

⁶⁰ *Idem*, p. 70.

⁶¹ *Idem*, p. 71.

situacional de um enunciado e seu contexto verbal determinam a forma que ele toma e o modo pelo qual é interpretado...”⁶². Porém, Fairclough complementa que: “Não se pode, portanto, simplesmente apelar ao contexto para explicar o que é dito ou escrito ou como é interpretado, como muitos lingüistas fazem na sociolingüística e na pragmática: é preciso voltar atrás para a formação discursiva e para a articulação das formações discursivas nas ordens de discurso para explicar a relação contexto-texto-significado”⁶³.

As *estratégias*, para Foucault, são criadas pelo campo de possibilidades abertos pelas regras de formação dos *conceitos*, *modalidades enunciativas* e *objetos* (Foucault também chama estas *estratégias* de *teorias* ou *temas*). E as regras para a formação das estratégias determinam as possibilidades de elaboração de discursos. Aqui fica também marcada a questão da interdiscursividade, mas igualmente se observa a presença de elementos não discursivos nesta relação, o que Fairclough identifica como sendo o mais próximo do que Foucault chega, em sua fase arqueológica, do reconhecimento de que algo “de fora” possa determinar o discurso. Foucault associa as regras para a formação de estratégias com a materialidade dos enunciados, que é por ele entendida como “não sua propriedade de ser proferido num tempo ou lugar particular, mas o fato de ter um *status* particular em práticas institucionais específicas”⁶⁴.

A “descentração” do discurso em Foucault somente é percebida quando da transição da arqueologia para a genealogia em sua obra. O Foucault de 1972, portanto, o Foucault “arqueológico”, concebe que a inteligibilidade dos sistemas de conhecimento e verdade deve ser atribuída a regras do discurso, concebidas como autônomas. Porém, na década seguinte (no Foucault “genealógico”) o seu foco muda e o discurso fica secundário em relação ao sistema de poder. O discurso, aqui passa a ser um instrumento dos saberes modernos, científicos, para legitimar e impor a sua posição de preeminência

⁶² *Idem*, p. 72.

⁶³ *Idem*, p. 73.

⁶⁴ *Idem*, p. 74.

no campo do poder. Os atores coletivos, como classes sociais, por exemplo, não são os aqui os responsáveis pela imposição do poder e, sim, as ciências, que em última análise servem para manter o poder das instituições do Estado. O que Norman Fairclough faz, então, quando opta por trabalhar com conceitos foucaultianos, é aproveitar a pesquisa genealógica de Foucault, com suas direções de pesquisa do discurso, e sua “investigação das transformações históricas nas práticas discursivas de ordens de discurso [assim como] suas relações com os processos mais amplos de mudança social e cultural”⁶⁵, lançando questionamentos sobre as relações de causalidade aqui estabelecidas que ferem uma concepção “materialista histórica” da *História*. Ele aproveita, por assim dizer, técnicas e metodologias de Foucault e as converte para a ADTO.

Retomaremos, então, para pormenorizarmos seus desdobramentos, as percepções de Fairclough sobre o discurso nas fases arqueológica e genealógica de Foucault. Em seu trabalho arqueológico inicial Foucault produz duas afirmações importantes sobre este conceito. Na primeira afirmação, “a natureza constitutiva do discurso”, o discurso constitui tanto o social quanto os objetos e sujeitos sociais; na segunda defende a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade, onde qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa. O trabalho genealógico de Foucault produz outros três pontos substantivos. Um é a natureza discursiva do poder em que as práticas e as técnicas do biopoder moderno são em grau significativo discursivas; outra é a natureza política do discurso, aqui a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto é subjacente a ele; e a terceira diz respeito à natureza discursiva da mudança social, as práticas discursivas em mutação são um elemento importante na mudança social. Desse modo, estas cinco afirmações que perpassam a história da produção intelectual de Foucault, constituem um “rico

⁶⁵ *Idem*, p. 80.

conjunto de afirmações e hipóteses teóricas para tentar incorporar e operacionalizar na ADTO”⁶⁶. Porém como Fairclough ressalta, e, como já o colocamos, o seguiremos, existem certas dificuldades de se trabalhar sem ressalvas com tais conceitos. É que suas “*negligência com a análise textual*” e “*visão constitutiva de discurso*” os tornam, em alguns pontos e sob determinados aspectos, incompatíveis com a ADTO. Tal *negligência com a análise textual*, identificada em Foucault, e manifestada pela não observação, por este autor, da análise de textos reais (evidenciando mais uma vez o antigo desequilíbrio entre métodos lingüísticos e análise social do discurso), é contraposta, por Fairclough, às três dimensões da ADTO (as quais serão expostas com mais vagar à frente), a saber: *análise do texto; análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual e a análise social do evento discursivo*.

Outras duas fraquezas relevantes do trabalho de Foucault identificadas por Fairclough são “suas concepções de poder e resistência” e as “questões de luta e mudança”. Em suas análises, Fairclough identifica que, quanto às concepções de poder e resistência: “Na totalidade de seu trabalho [de Foucault] (...) a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder”. Pois, apesar da consciência que Foucault tem do papel da resistência, ele dá a impressão de que esta é, via-de-regra, contida pelo poder, sem representar maiores ameaças a este. Ainda segundo Fairclough, “esses problemas parecem estar ligados à ausência de um conceito de prática⁶⁷, quando da ausência do texto e da análise textual”⁶⁸. Desse modo, fixa-se uma questão importante: “[Como] chegar a conclusões sobre a prática sem analisar diretamente suas instâncias concretas, bem como os textos?”. Fairclough conclui esta crítica à falta da “prática” em Foucault da seguinte forma: “(...) o que falta [em Foucault] é um sentido de que a prática tem prioridades próprias, as quais (i) não

⁶⁶ *Idem*, p. 82.

⁶⁷ Por prática Fairclough entende “os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas”.

⁶⁸ *Idem*, p. 83.

podem ser reduzidas à implementação de estruturas; (ii) exigem que a forma como as estruturas figuram na prática não pode ser tomada como tácita, mas tem de ser determinada; e (iii) em última análise, isso ajuda a moldar as estruturas”⁶⁹.

Quando toca nas “questões de poder e resistência” Fairclough comenta a “imobilidade” que Foucault atribui às estruturas. Para aquele autor estas “são reproduzidas, mas também transformadas na prática”. Assim, para resolver esta “lacuna”, o autor britânico enfatiza “que as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta num domínio sustentado particular de prática (...) [e, por isso,] a concepção gramsciana de poder em termos de hegemonia é superior à concepção de poder de Foucault, porque evita tais desequilíbrios. Nessa abordagem, a hegemonia é concebida como um equilíbrio instável construído sobre alianças e a geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de lutas”⁷⁰.

Finalizando as suas reservas sobre Foucault, Fairclough se dirige a sua “percepção valiosa das propriedades constitutivas do discurso”, e esta reserva se nos afigura fundamental para o presente trabalho. Fairclough aceita que tanto objetos quanto sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, porém ele ressalta que “essas práticas são constringidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos” Assim, “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. Com respeito aos objetos, a correção que Fairclough propõe é que “talvez seja útil usar ambos os termos de referência e significação: o

⁶⁹ *Idem*, p. 84

⁷⁰ *Idem*, p. 85

discurso inclui referência a objetos pré-constituídos, tanto quanto a significação criativa e constitutiva dos objetos. Aqui, de novo, as análises da prática real e do texto real são um corretivo importante ao exagero de Foucault sobre os efeitos constitutivos do discurso”⁷¹.

A concepção de discurso utilizada por Fairclough, a qual nos orienta, se baseia naquela utilizada tradicionalmente pelos lingüistas, especialmente quando estes escrevem sobre o ‘uso de linguagem’, parole (fala) ou desempenho. Aqui o termo discurso é considerado como *prática social* e não como atividade individual ou reflexo de variáveis situacionais. Tal perspectiva, como o autor ressalta, resulta em algumas implicações. A primeira é que, desse modo, o discurso “... é [tanto] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”⁷². A segunda “... é [que assim se estabelece] uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social. A terceira é tanto uma condição como um efeito da primeira: o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário...”⁷³. Desse modo “os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado o discurso é socialmente constitutivo (...) [e] contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é

⁷¹ *Idem*, p. 87

⁷² *Idem*, p. 91.

⁷³ *Idem*, p. 91

uma prática, não apenas uma representação do mundo, mas de significação do mundo, construindo o mundo em significado”⁷⁴.

Tal caráter construtivo do discurso, para Fairclough, possui três importantes aspectos. O primeiro é que ele contribui para a construção de ‘identidades sociais’, ‘posição de sujeito’, ‘sujeitos’ sociais e tipos de ‘eu’. O segundo é que ele contribui para construir relações sociais entre as pessoas. E em terceiro, ele contribui para construção de conhecimento e crença. Tais aspectos, segundo Fairclough correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso, as quais ele denomina *funções da linguagem*: a função ‘identitária’, a função ‘relacional’ e a função ‘ideacional’. A primeira delas relaciona-se aos os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a segunda, como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas; e a terceira são os modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. Halliday, citado por Fairclough distingue, ainda, a função ‘textual’, a qual diz respeito a como as informações são trazidas a um primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como ‘tópico’ ou ‘tema’, e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social ‘fora’ do texto.

Assim, a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional quanto criativa, ela contribui para reproduzir a sociedade como é, mas também contribui para transformá-la, sempre de forma dialética, para que se evitem os erros do passado nos estudos sobre o discurso, os quais sempre resultavam em ênfases indevidas tanto no sentido da determinação social do discurso quanto no sentido da construção social do discurso, pois, como ensina Fairclough “constituição discursiva da sociedade não emana

⁷⁴ *Idem, p. 91*

de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”⁷⁵. Desse modo, a assunção de uma perspectiva dialética “considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória”⁷⁶. E o entendimento de discurso como prática política – posição diferente da de Foucault, que ignora esta propriedade do discurso – traz em seu bojo a compreensão de que ele:

“estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relação de poder como dimensão do poder e da luta pelo poder (...) Além disso, o discurso como prática política é apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos que se articulam são um foco de luta”⁷⁷.

Assim, reunindo a concepção de *discurso* de Fairclough com os conceitos de Orientalismo, de Lusotropicalismo (e Orientalismo Lusotropical), que também podem ser compreendidos como discursos (daí a possibilidade de serem tratados da mesma forma), podemos dar conta de um entendimento mais complexo daquilo que estamos

⁷⁵ *Idem*, p. 93

⁷⁶ *Idem*, p. 94

⁷⁷ *Idem*. P. 95

estudando: os discursos proferidos por determinados setores da elite brasileira acerca do posicionamento a ser tomado pelo Brasil frente aos países reunidos em Bandung. Ao final deste capítulo, quando exporemos a nossa síntese entre os conceitos supracitados, entreteceremos também junto a este resultado (o *Orientalismo Lusotropical*) a noção de discurso acima trabalhada, para que nos capítulos seguintes possamos operacionalizar o conceito na análise de nossas fontes.

1.4 Diálogos com Ahmad

Como apontamos acima Said esteve sempre em diálogo com autores de grande gabarito enquanto depurava o seu conceito de Orientalismo. E estivemos atentos a estas contribuições. Assim, para uma ainda melhor operacionalização do conceito em nosso trabalho, optamos por levar em conta algumas das observações feitas por Aijaz Ahmad em um ensaio intitulado *Orientalismo e depois: ambivalência e posição metropolitana na obra de Edward Said*, que consta em seu importante *Linhagens do presente*

Aijaz Ahmad deita suas críticas a Edward Said sobre algumas “dificuldades” deste autor. Para Ahmad existem dois tipos interligados de problemas no livro de Said. Aqueles que seriam “mais específicos”, relacionados à *periodização, definição e concepção* do conceito, e problemas que poderíamos chamar de “mais gerais” como aqueles que envolvem a “*posição teórica e a incerteza política*”⁷⁸ do autor palestino. Abaixo iremos expor cada uma das ressalvas a estes diferentes aspectos, sem, no entanto, necessariamente, endossarmos *in totum* todas elas.

A primeira definição de Said para o conceito já suscita a séria questão, que não passou despercebida a Aijaz Ahmad, a da *periodização*. Quando teria surgido, para o autor palestino, o Orientalismo? A resposta a esta pergunta fica evasiva quando lemos o

⁷⁸ *Idem*, p. 135.

livro de Said, pois o autor palestino indica mais de um momento de “gênese” do fenômeno em questão. Assim, em uma parte do livro seria a Antiguidade Clássica a época do nascimento da oposição Ocidente/Oriente, em outra, os fins do século XVIII, quando do momento da afirmação das nações Ocidentais e início de suas relações (neo)colonialistas com o “Oriente”.

Logo na introdução de *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, nos deparamos com uma primeira colocação de quando teria surgido o tratamento “Orientalista” que o “Ocidente” dispensou e dispensa ao “Oriente”:

“O Oriente era quase uma invenção européia, e fora *desde a Antiguidade* um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias, de paisagens obsessivas, de experiências notáveis...”⁷⁹.

Assim, podemos observar que Said, nesta primeira citação, situa o início da cisão Ocidente/Oriente, na Antiguidade Clássica. Ahmad, ao tecer a sua crítica a esta indevida e excessiva “extensão” histórica do conceito (e das relações antagônicas entre “ocidentais” e “orientais”) começa por falar da ruptura intelectual que este livro (e este conceito) provocou na totalidade da obra de Said. A explicação para o porquê desta ruptura vem através da seguinte afirmação: “a escrita deste livro foi uma tentativa de resolver qual significado tinha para ele (Said) ser um palestino que mora e ensina nos Estados Unidos”⁸⁰. Aqui, Ahmad aponta que ao buscar o “inventário de traços” que o definiam como palestino (em uma realidade adversa, ocidental), Said elabora uma “contraleitura das textualidades canônicas européias”, (chamada também de Alto Humanismo) – as quais eram dominadas por um grupo conservador composto pelos alemães Auerbach, Curtius e Spitzer. Desse modo, ao enfatizar, em *Orientalismo*, os

⁷⁹ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008. p 27.

⁸⁰ *Idem*, p. 111.

“textos canônicos”, ao privilegiar a literatura e a filologia na *constituição* do conhecimento “orientalista”, e ao relacionar o colonialismo com o conhecimento humanista, Said intenta – do mesmo modo que, e em oposição a, Auerbach – criar um “Ocidente que é o mesmo desde a aurora da história até o presente”. Tendo Auerbach como “anti-herói ausente” em seu contraclássico, Said, como aponta Ahmad, recuou, do mesmo modo que Auerbach o fez, o início de sua “epopéia” à Antiguidade Clássica, cometendo desmedida generalização ao conferir a um fenômeno prenhe de historicidade um caráter a-histórico.

Os problemas apontados por Ahmad seguem. Este autor aponta ainda para a conciliação indevida, feita por Said, entre aquele (Alto) Humanismo e a teoria do discurso de Michel Foucault ⁸¹. Ahmad nos mostra que, embora escolhido por Said como seu mentor intelectual, Foucault não comete impropriedades que o levem a esta visão a-histórica perpetrada por Said. A utilização do pensamento de Foucault por Said é tão equivocada para Ahmad, que leva este a afirmar que “Não se tem bem certeza de qual é a relação entre o pensamento de Said e o de Foucault” ⁸². Ahmad pode compreender a não utilização, por Said, de uma perspectiva marxista para tratar do tema, mas “a idéia de que poderia haver *um* discurso – o que vale dizer uma construção epistêmica – percorrendo a extensão de *toda* a história das textualidades “ocidentais”, abarcando *não apenas o período capitalista moderno, mas também todos os períodos pré-capitalistas precedentes*, não é apenas uma idéia não-marxista, mas também radicalmente não-foucaultiana” ⁸³.

⁸¹ Mais a frente nos dedicaremos a discutir a teoria do discurso de Foucault e o porquê de a substituímos pela noção que Norman Fairclough faz de conceito.

⁸² *Idem*, p. 115.

⁸³ *Idem*, p. 116

Continuando sua colocação sobre a impropriedade da periodização de Said, associada à falta de critério na observação das contribuições teóricas de Foucault, o autor indiano nos diz:

“A idéia de Said de que a ideologia do *eurocentrismo imperialista moderno* já está inscrita no teatro ritual da tragédia grega – ou de que a passagem de Marx sobre o papel do colonialismo britânico na Índia possa ser içada dos pressupostos da economia política e integrada sem emendas num discurso orientalista trans-histórico – não é apenas a-histórica no sentido comum, mas também anti-foucaultiana num sentido metodológico”.

Falando do rigor de Foucault (que falta em Said) Ahmad, a despeito de ser um crítico contumaz do autor francês, reconhece que

”Ele (Foucault) sempre distingue discurso de tradição canônica, de mentalidade, de instituição. Sua distinção filosófica entre regularidade discursiva e declaração pessoal, sua preocupação historiográfica em especificar a forma e a fronteira do discurso, sua recusa em aniquilar um discurso em outro – o discurso do encarceramento do discurso da sexualidade, por exemplo – são fundamentais para o seu pensamento; a prolixidade da sua prosa contrasta diretamente com a austeridade de suas fronteiras. Said não observa nenhuma dessas austeridades”⁸⁴.

Ainda sobre a relação anômala e, neste ponto, mesmo contraditória, entre Said e Foucault Ahmad nos diz que Foucault era um crítico do humanismo enquanto Said

⁸⁴ *Idem. P. 117.*

“retira seus procedimentos diretamente das tradições humanistas da Literatura e da Filologia Comparada”⁸⁵.

Com isso, temos que é necessária uma mais precisa localização histórica para o *início* do orientalismo, para que ele seja concebido e operacionalizado como um fenômeno, de fato, histórico. E, curiosamente, a encontramos no próprio Said, quando ele sugere o século XVIII como sendo marco inicial para o desenvolvimento das idéias orientalistas. Neste ponto, entendemos que, o que aqui faz Aijaz Ahmad, é cobrar, justamente, *precisão* de Said. Ahmad, concordando com esta “segunda” periodização de Said, entende que o orientalismo possui suas raízes no *período capitalista moderno*, naquela que Eric Hobsbawm chama de “Era dos Impérios” – justamente o momento em que as nações européias lançavam-se em uma nova fase de suas histórias coloniais, conhecida como neo-colonialismo, quando havia uma premente necessidade de legitimar suas respectivas dominações imperiais sobre povos de matriz cultural diversa.

Outro problema de Said apontado por Ahmad é o seu excessivo ecletismo intelectual, que inevitavelmente leva à incoerência de sua *posição teórica* (e política). E tal origina duas das outras impropriedades por ele apontadas: a imprecisão no que tange à *definição e concepção* do conceito. Ahmad, ao se deter na busca pela compreensão da causa do “excessivo ecletismo” de Said – que o faz “reunir em suas análises autores irreconciliáveis da teoria cultural, da [ala] mais radical à mais reacionária”⁸⁶ – localiza este problema no contexto e no ambiente de formação intelectual do autor palestino, como vemos no excerto a seguir:

“Tudo isso combinou muito bem, já que o livro surgiu em 1978 e começou a sua carreira num mundo supervisionado por Reagan e Thatcher, com variados tipos de anticomunismos e pós-marxismos que viriam a tomar conta

⁸⁵ *Idem*, p. 117.

⁸⁶ *Idem*, p. 118.

dos setores mais avançados da *intelligentsia* metropolitana durante o período. Junto com essas grandes mudanças teóricas e políticas, havia a questão de uma trans-historicidade que, ao sustentar que a Europa estabelece sua própria identidade ao estabelecer a *diferença* do Oriente, e que a Europa possui, desde os tempos do drama ateniense, uma vontade unitária de inferiorizar e subjugar a não-Europa, possibilitou a Said afirmar que *todos* os conhecimentos europeus da não-Europa são maus conhecimentos porque já estão contaminados por essa formação agressiva de identidade”⁸⁷

Assim, do mesmo modo que o historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso⁸⁸, Ahmad situa este contexto como sendo o contexto de surgimento do pensamento pós-moderno, bastante influenciado por Michel Foucault, inclusive. Nesta esteira, Ahmad indica que o que deu prestígio à obra de Said, foi justamente “a novidade metodológica” de invocar Foucault, e “sua declaração de que o objeto desse estudo, a saber, o orientalismo, era um *discurso*, e sua insistência de que esse era o *discurso constitutivo* da civilização ocidental enquanto tal (...)” – esta inovação metodológica de Foucault utilizada por Said será alvo de um cuidadoso tratamento em nosso estudo, como será mostrado mais a frente neste mesmo capítulo. O marxista indiano aponta para duas conseqüências dessa novidade. “Uma era obviamente a mudança de Marx para Foucault (...). O fato irrefutável a respeito do período anterior à intervenção de Said é que, além dos tipos mais obscurantistas e indigenistas de protestos antiocidentalistas contra a influência européia, a grande maioria das críticas socialmente esclarecidas e politicamente progressistas do colonialismo havia sido afligida ou com o marxismo ou,

⁸⁷ *Idem*, p. 127.

⁸⁸ CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

no mínimo com o antiimperialismo cultural geral que o marxismo e o movimento comunista em geral, ajudaram a fazer surgir (...). O Próprio Marx foi descartado no livro como mais um orientalista, o marxismo foi deixado de lado como um filho detestável do ‘historicismo’, e os *insights* que haviam originalmente emanado daquela tradição eram agora conjugados com a teoria do discurso de Foucault”⁸⁹ – a despeito deste tratamento “antimarxista” buscaremos mais a frente (re)aproximar o diálogo entre uma análise materialista-histórica e o conceito Orientalismo.

Como apontamos acima, essa questão do ecletismo leva Ahmad a identificar ainda, o problema da imprecisão quando da definição do conceito Orientalismo. Desse modo, temos que nas páginas de abertura de seu livro “Said oferece não uma, mas três – mutuamente incompatíveis – definições do próprio termo ‘orientalismo’, que ele depois tenta empregar, simultaneamente ao longo do livro”⁹⁰. O que é por demais complicado e precisa, de fato ser visto com cuidado.

Na primeira dessas definições Said coloca que o “orientalismo é uma área interdisciplinar de conhecimento acadêmico, e os termos usados – antropologia, filologia, etc. – sugeririam que é uma disciplina *moderna*”. Em uma segunda definição “torna-se algo mais, que excede em muito as fronteiras acadêmicas – na verdade, uma mentalidade que atravessa muitos séculos, senão uma epistemologia completa”. Na terceira definição temos: “Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente... em resumo, o orientalismo [se firma] como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (Said. p 15)”⁹¹.

⁸⁹ AHMAD, Aijaz. 2002. Orientalismo e depois, in. Linhagens do presente: ensaios. São Paulo, Boitempo Editora, p. 128

⁹⁰ *Idem*, p. 128

⁹¹ *Idem*, p. 129.

A incoerência desta terceira afirmação, com a segunda em especial, é apontada por Ahmad no seguinte trecho:

“Mas se realmente há apenas essa história inconsútil do ‘discurso orientalista’ de Ésquilo a Dante, de Marx, a Bernard Lewis, então em que sentido poderíamos compreender o século XVIII como um ‘ponto de partida muito grosseiramente definido’? (...) não sabemos realmente se o ‘discurso orientalista’ começa no período do pós-Iluminismo ou na aurora da civilização européia (...). Isso, portanto, levanta a questão entre orientalismo e colonialismo. Num certo tipo de leitura em que a Europa pós-Iluminista é enfatizada, o orientalismo é o *corolário ideológico do colonialismo* (...) Em outra definição o colonialismo aparece “como um produto do próprio orientalismo...”⁹²

Said alterna, ao longo do livro, um conjunto de afirmações nas quais se diz que ‘o Oriente sempre’ serviu à Europa como a imagem de um Outro absoluto, inferior e exótico e estranho por causa dessa inferioridade; e um outro conjunto de afirmações que sugere que ‘o Ocidente sempre’ procurou representar ‘o Oriente’ como uma auto-imagem parcial, não necessariamente inferior...”⁹³

Essa terceira definição é a que mais particularmente nos interessa no presente trabalho, e os comentários de Ahmad tecidos acima nos informam quanto às impropriedades de se utilizar a idéia de que Ocidente e Oriente se debatem, como um todo, desde a Antiguidade Clássica aos dias atuais. A terceira definição nos parece atraente uma vez que ela busca estabelecer uma ligação mais direta entre colonialismo e orientalismo, seguindo no caminho de nos mostrar que “o que deu especial força às formas européias desses preconceitos [classe, gênero, etnicidade e religião, xenofobia e

⁹² *Idem*, p. 130.

⁹³ *Idem*, p. 130.

intolerância] [foi] muito especificamente, o poder do *capitalismo colonial*, que fez surgir outros tipos de poderes”⁹⁴, entre eles, o próprio Orientalismo. Aqui, o orientalismo seria, de fato, *o corolário ideológico do colonialismo*.

Ao comentar esta definição Ahmad coloca outro problema a ser resolvido sobre o orientalismo, a saber, o caráter *constituente* do discurso orientalista, que veremos com mais vagar à frente neste mesmo capítulo:

“Neste ponto, na ‘*questão*’ entre *orientalismo e colonialismo*. Num certo tipo de leitura em que a Europa pós-Iluminista é enfatizada, o orientalismo é o corolário ideológico do colonialismo (...) Em outra definição o colonialismo aparece “como um produto do próprio orientalismo...”⁹⁵.

Eis então um problema: o orientalismo constitui ou é constituído pelo colonialismo? A questão da constitutividade do discurso orientalista é colocada por Said, mas, afinal: o que constitui o que? Assim, Ahmad indica que esta questão da *constitutividade* do discurso e, conseqüentemente, do orientalismo como constituinte da realidade, está presente quando Said fala da própria construção da identidade européia moderna, a qual se dá:

“por meio da diferença (...) não para o reinado da economia política (...), em que a colonização pode ser vista como um processo de acumulação capitalista, mas para uma *necessidade que surge no interior do discurso e sempre esteve lá*, na origem do discurso, de modo que não apenas o orientalista moderno já está presumivelmente lá em Dante e Eurípedes, mas o próprio imperialismo moderno parece ser

⁹⁴ Idem, p. 133.

⁹⁵ Idem, p. 131.

um efeito que surge, como que naturalmente, das práticas necessárias do discurso”⁹⁶.

Em mais uma citação, Ahmad cita Said em uma clara afirmação desse jaez: “Dizer simplesmente que o orientalismo foi uma racionalização do domínio colonial é ignorar até que ponto o domínio colonial foi justificado de antemão pelo orientalismo, em vez de depois do fato (Said, p 39)”.

Como mostramos cima, Norman Fairclough nos aponta que esta visão “unilateral” da constitutividade do discurso é um problema encontrado na obra de Foucault (e também em todas as demais tentativas de síntese entre análise social e lingüística do discurso) e que pode (e deve) ser visto sob uma perspectiva materialista histórica que dê conta da questão da relação dialética entre “super” e “infraestrutura”. Por outro lado, falando do marxismo americano Said aponta que este também peca por “evitar o esforço de preencher seriamente a lacuna entre os níveis da superestrutura e da base na erudição histórica”⁹⁷. Por isso, a máxima importância de utilizarmos Fairclough (e, implicitamente, Gramsci e Althusser) para demonstrarmos que dentro do próprio marxismo existe a possibilidade de se tratar dialeticamente as relações entre infra e superestrutura.

Quanto a estes problemas do próprio campo marxista, ou seja, no tocante a concepção das “super” e “infraestruturas” (e do próprio *discurso*) temos uma bela síntese elaborada por Pedro Cesar Dutra da Fonseca, a qual enriquece sobremaneira a discussão sobre a instituição de uma análise materialista-histórica dos discursos. Em seu

⁹⁶ *Idem*, p. 131.

⁹⁷ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008. p 42.

livro *Vargas: o capitalismo em construção*, o autor ⁹⁸ o autor endossa uma visão epistemológica onde entende ser possível “reconstituir cientificamente uma totalidade, num estudo histórico, partindo-se do que se convencionou chamar de ‘superestrutura’”⁹⁹. Os apontamentos, neste sentido, de Fonseca (destinados a embasar a procedência de se utilizar a análise do discurso para o estudo da economia) serviram de base para o nosso argumento de que a análise do discurso também pode ser destinada à investigação da Política Externa. Eles (apontamentos) começam quando este autor estabelece um diálogo antigo, mas longe de estar resolvido, entre diferentes perspectivas dentro do campo epistemológico que chamamos marxista. Tal diálogo consiste justamente na discussão que envolve o sentido dos conceitos de “infraestrutura” e “superestrutura”.

Fonseca nos mostra, então, que existe tanto uma interpretação do materialismo histórico, que afirma a preponderância absoluta das variáveis econômicas sobre as políticas, ideológicas e culturais, quanto outra, mais matizada (baseada especialmente no pensamento do filósofo Antônio Gramsci), a qual entende que não há esta determinação do “econômico”, ainda que em “última instância”, mas uma espécie de “retro-influência” entre os diferentes âmbitos da realidade humana.

Aquela primeira interpretação está possivelmente inspirada, segundo Fonseca, no prefácio da *Crítica da economia política* de Marx, onde verdadeiramente consta a afirmação de que o econômico determina a superestrutura. Contudo, o problema desta interpretação é confundir tal afirmação, encontrada no prefácio de um determinado livro de Marx, com a totalidade da obra deste autor, obra esta que possui diferentes fases de amadurecimento onde, ao longo do tempo, verificamos expostas de forma cada vez mais acurada as relações entre infra e superestrutura.

⁹⁸ Livro em que o autor estuda a política econômica de Getúlio Vargas lançando mão da análise dos discursos proferidos por este presidente em sua segunda passagem pelo governo do Brasil.

⁹⁹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção (1906 – 1954)*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989. p 15.

É copiosa a literatura marxista que trata a questão da determinação do econômico de forma tão dogmática onde a “História é, assim, comparada a um jogo de resultado previsível, capaz (...) de registrar e até explicar as particularidades que a *surpreendem* – desde que não firam sua Lei Geral”¹⁰⁰. Estas “leis gerais”, ainda segundo Fonseca, são encontradas no *Tratado de materialismo histórico* de N. Bukharin. Este historiador, que exerceu (e ainda exerce) grande influência em alguns meios de historiadores marxistas, propõe, em seu livro supracitado, que assim como existem leis nas ciências “duras”, existem “as leis do materialismo histórico” e que, da mesma forma que existem as “leis gerais” (tanto as “científicas” quanto as do materialismo histórico), as quais regem tanto fenômenos naturais quanto sociais, existe um método universal para *todas* as ciências. Este proceder científico, além de “igualar” campos do conhecimento tão diferentes como as ciências da natureza e as ciências humanas, é estranho a qualquer dialética, o que o torna, de antemão, incompatível com o próprio marxismo.

Outro pensador, este fundamental mesmo para o pensamento marxiano, que segundo Dutra da Fonseca procede de forma similar (mas não tão incisiva quanto Bukharin), é o próprio Friedrich Engels, o qual relativiza (mas não nega) a importância da superestrutura. Para Engels a economia “condiciona” a superestrutura que “repousa” sobre a infraestrutura: ele não usa o termo “determinar” de forma imediata, absoluta, e sim em “última instância”. Não obstante, Fonseca argumenta que o que “muda na aparência não fere a essência do argumento: condicionar em ‘última instância’ significa determinar, ou seja, buscar uma *causa última*: existe uma lei de ação e reação, mas há o *fator causador* por excelência que sempre *ab aeterno*, é a matriz explicativa”. Logo, em essência, os pensamentos de Engels e Bukharin não são, por assim dizer, diversos.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 17

Contrapondo-se a esta perspectiva determinista, ainda dentro do campo do marxismo, temos a visão de Antônio Gramsci, o qual afirma que, da economia, não se pode retirar a única causa dos fenômenos sociais. Gramsci, inclusive, acusa de “infantilismo primitivo” a “pretensão de apresentar cada flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura” ¹⁰¹. Para Gramsci, assim como para Karl Marx, as categorias analíticas devem ser sempre testadas, não utilizadas de forma mecânica e/ou teleológica, donde o argumento que, se assim não fosse, não seria necessário estudar mais a história, bastando haver “teorias” explicativas. Levando-se às últimas conseqüências, tal perspectiva ortodoxa, a qual sempre aloca a questão da determinação do econômico (mesmo “apenas” em última instância), teria exatamente esse efeito: de servir como uma “lei geral” que por proporcionar o “saber de antemão a causa última de todas as coisas”, faria desnecessária a continuidade mesma da pesquisa no âmbito das ciências humanas.

Passemos agora, então, da crítica a uma determinada visão “marxista”, cujo resultado é reduzir o todo da análise histórica e social a uma mera conseqüência das determinações das infraestruturas das sociedades humanas, à defesa da importância de se contemplar outros âmbitos, a saber, o político e o ideológico, percebendo-os também como relevantes para a compreensão da realidade humana.

Como defende Fonseca, perceber a validade do discurso passa pela necessária “afirmação da relevância da ideologia e dos fatos políticos. Pressupõe que em cada momento histórico específico os homens, diferenciados por *interesses concretos*, têm diferentes interpretações e propostas para conservar ou alterar a sua realidade (...). Suas ações e percepções são, conseqüentemente, fundamentais para compreender o processo histórico e os [seus] resultados” ¹⁰². Partimos, então, desse pressuposto teórico, para

¹⁰¹ *Idem*, p. 19.

¹⁰² *Idem*, p. 21

afirmarmos a relevância de estudarmos as declarações, tanto dos homens de Estado brasileiro (diplomatas e embaixadores do Brasil lotados em alguns dos países participantes da Conferência de Bandung juntos aos quais o Brasil possuía representação diplomática), quanto dos veículos de informação da sociedade civil (essencialmente jornais da época), no esforço de compreendermos como se davam as relações do Brasil com estes países Ásio-Africanos no contexto histórico da Guerra Fria.

Neste sentido, entendemos como fundamental a exposição da compreensão prévia que temos a respeito do que é ideologia, pois, percebemos, ao consultarmos parte significativa das fontes previamente levantadas, que existia (como não poderia deixar de ser) um forte componente ideológico em suas linhas. Cabe ressaltar, no entanto, que se trata de uma manifestação ideológica específica, encontrada, a bem da verdade, imersa e em relação com outras formas ideológicas, mas que pudemos identificar como aquela a qual Edward Said define como Orientalismo. Quanto ao uso e definições, assim como as ressalvas, a este conceito, tratá-los-emos mais à frente.

Contudo, como adiantamos acima, iremos agora, expor a forma como Fonseca define, em consonância com o que a respeito nos ensina a filósofa Marilena Chauí, o conceito de ideologia. Segundo a definição de Chauí, citada por Fonseca, ideologia “não é sinônimo de subjetividade oposta a da objetividade, não é pré-conceito nem é pré-noção, mas é um 'fato' social justamente porque é *produzida* pelas *relações sociais*. Possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção de idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais”¹⁰³. Cabe, então, investigarmos, quando procuramos entender (ou definir) uma determinada

¹⁰³ *Idem*, p. 21.

ideologia – assim como os seus efeitos nas sociedades – as *relações sociais* que as produzem, investigando o contexto social, político e econômico no seio da qual ela surge. No caso do estudo do papel da ideologia nas relações internacionais se faz necessário analisar, além do contexto internacional, as condicionantes internas e externas do país (países) em questão, assim como se faz também necessária uma análise do histórico das relações e do surgimento (externo e interno) desta manifestação ideológica.

Fonseca segue, em sua argumentação, ressaltando que o fato de as ideologias serem produzidas por relações sociais “não confere à ideologia um papel secundário (...). Ela possui, de um lado, uma lógica própria, pois pretende interpretar e ordenar a sociedade segundo um conjunto explícito de valores logicamente coerentes e encadeados; de outro lado, está entrosada com a própria realidade material, podendo vir a se constituir no que Gramsci chamou de 'senso comum'. Não há razão, desta forma, para afirmar nem a liberdade, nem o determinismo. Pretender concebê-la como parte 'autônoma' da 'realidade social' faz esvaziar o que ela tem de mais rico: seu conteúdo histórico; por isso ela não pode ser tratada como uma 'esfera' à parte, nem há sentido em se buscar um fator causador 'em última instância’”¹⁰⁴.

1.5 O pensamento lusotropical de Freyre e seu contexto.

Uma característica das análises encontradas nas fontes por nós consultadas – tanto a imprensa, quanto os documentos (ofícios) do Itamaraty, e, ainda, o livro de Adolfo Justo Bezerra de Menezes *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* – acerca do que ocorria em Bandung de 18 a 24 de abril de 1855, é a onipresente influência intelectual de Gilberto Freyre, ainda que indireta ou não declarada. Aqui a relevância deste autor se nos afigura fundamental para que compreendamos as raízes do pensamento orientalista

¹⁰⁴ *Idem*, p. 21/22

brasileiro e português, pois nele encontramos grande parte do arcabouço ideológico e “científico” dos discursos por nós analisados. Porém, de onde Freyre teria extraído suas idéias? Antes de cuidarmos mais detidamente do conceito de lusotropicalismo, uma visão panorâmica do contexto intelectual em que este autor cresceu e se formou pode nos ajudar a este respeito.

1.5.1. Racialismo e identidade nacional nas primeiras décadas do século XX.

Até a década de 1930, década em que mesmo se forma o campo das ciências sociais no Brasil (e onde temos a emergência de Freyre enquanto intelectual conceituado, com suas primeiras publicações), segundo Silva ¹⁰⁵ e Araújo ¹⁰⁶, todos os que se propuseram a pensar sobre identidade e “especificidade nacional” tiveram como ponto de partida ou chegada um diagnóstico da “situação racial no país”. Assim, no contexto em que o país estava, em vias de começar a construir sua condição de nação capitalista independente, a questão racial ainda figurava como parte importante da base sobre a qual se pensava a “identidade nacional”.

As preocupações envolvendo a situação do negro e do trabalho (que se transmutava com a abolição, pelo menos em termos jurídicos, do escravo para o assalariado livre) no país começaram, segundo Silva, a se dar ainda no século dezenove ¹⁰⁷, se acirrando quando do fim da escravidão e sofrendo forte influência das teorias do “racismo científico”. Desse modo, como resultado da adaptação das teses do racismo científico à nossa realidade, se formou no país uma estratégia denominada “ideal do

¹⁰⁵ SILVA, Denise Ferreira da. *Revisitando a “democracia racial”: raça e identidade nacional no pensamento brasileiro*. In: Estudos afro-asiáticos, no. 16, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Publicação do CEAA, 1989.

¹⁰⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

¹⁰⁷ Segundo esta autora, em *Onda negra, medo branco*, Célia Azevedo “constata que as discussões sobre o negro e a situação racial no Brasil ocupam a elite nacional desde independência”. SILVA, 1989, p. 158.

branqueamento”¹⁰⁸ – a qual buscou sua execução, com o incentivo à imigração europeia –, ideal que podemos encontrar presente nos inúmeros escritos sobre a “viabilidade” (ou inviabilidade) da nação brasileira. A estas ações “branqueadoras” do Estado brasileiro (imperial e republicano) adicionaram-se tanto as noções de “paraíso racial brasileiro” (base das proposições de Freyre sobre a sociedade brasileira e, de forma mais ampla, da própria forma com que este autor entende que os portugueses levavam a cabo suas empresas coloniais) quanto as diversas teses que versavam sobre “miscigenação” e “branqueamento”.

Benzaquem de Araújo nos fornece um "brevíssimo (...) [mas muito útil para nós no presente trabalho] resumo dos principais modelos que orientaram o tratamento dispensado à questão da raça antes da publicação de *Casa Grande e Senzala*”¹⁰⁹. Segundo este autor, o primeiro ponto a ser considerado sobre a discussão do “problema racial” na época, era que, com frequência, esta era levada adiante sob um prisma bastante particular, que acentuava enfaticamente a questão da mistura de etnias e da miscigenação no país, dividindo-se em pelo menos duas posições distintas.

A menos popular "incorporava argumentos sobre o Brasil levantados por alguns autores que nos haviam visitado no século XIX, como Agassiz e Gobineau”, argumentos que sustentavam a idéia de inviabilidade do país. Isso acontecia essencialmente porque se imaginava que a miscigenação, ao propiciar o cruzamento de “raças” entre "espécies" de “qualidades diversas”, levava inexoravelmente à “esterilidade, senão biológica, certamente cultural, comprometendo irremediavelmente qualquer esforço de civilização entre nós”¹¹⁰. Já a segunda posição sobre “raça” (que começará a ser mais disseminada nos anos 1920/1930), “vai exatamente nos liberar

¹⁰⁸ Sobre a sobrevivência desta questão no início do século XX no Brasil ver o artigo: SCHWARCZ. Lilia Moritz. *Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

¹⁰⁹ ARAÚJO, 1994, p. 13

¹¹⁰ *Idem*, p. 14.

dessa suposta condenação à barbárie”. Ela também parte do estudo do papel da miscigenação na construção do povo brasileiro, mas inverte completamente sua direção. Aqui a miscigenação deixa de ser responsável pela nossa ruína e se converte num mecanismo tanto capaz de garantir a redenção do Brasil, com a extinção da “questão racial”, quanto num facilitador do ingresso do país na trilha do progresso. Porém, como nos aponta Araújo: “... isso tudo só é possível por que a mestiçagem passa a ser considerada como envolvida em um processo de branqueamento (...) [onde] se poderia assegurar um gradual predomínio dos caracteres brancos sobre os negros no interior do corpo e do espírito de cada mulato” ¹¹¹.

Segundo os teóricos brasileiros influenciados pelo determinismo racial (representantes da primeira posição, aquela que temia pela *viabilidade* da nação...), o Brasil seria um bom exemplo dos males advindos dos contatos não controlados entre raças diferentes. Para estes teóricos, a “realidade indisfarçável” de que negros e mulatos se disseminavam em vários setores da sociedade, configurava-se como “advertência” para uma séria ameaça ao desenvolvimento do país, que, como resultado deste processo de degenerescência, não apresentava qualquer possibilidade de mudança e progresso... Como saída para o “duplo problema” – trabalho e composição étnica – (a inferioridade do negro era fato *comprovado* cientificamente!) defendia-se a importação de europeus em massa para que o problema fosse, pelo menos, atenuado. Aqui, “‘progresso’ e ‘branqueamento’ eram inseparáveis e o segundo era pré-condição para o primeiro” (!) ¹¹². Em fins do dezenove, Pereira Barreto, eminente intelectual da época, por exemplo, condenava o escravismo não pelas suas características de trabalho forçado, mas por ter trazido a presença desta “raça inferior” entre “nós”. Outro intelectual, um dos grandes divulgadores do imigrantismo, o médico francês Louis Couty, (disseminador de

¹¹¹ ARAÚJO, 1994, p. 13

¹¹² SILVA, 1989, p. 159.

representações negativas acerca do negro), introduz o tema da “vagabundagem” do negro, sua tendência ao alcoolismo e à marginalidade... Porém, apesar de a idéia do branqueamento da população brasileira estar presente na quase totalidade dos autores da época, podemos perceber algumas nuances em seus posicionamentos.

Temos neste mesmo contexto de virada do século o trabalho de um importante médico e professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia: Nina Rodrigues. As preocupações deste autor não diferiam das dos seus contemporâneos: a definição do Brasil enquanto povo, como nação. A diferença era que este autor, o qual também buscava na análise da situação racial (investigando a vida dos negros e mestiços) a compreensão das especificidades nossas enquanto povo, ao contrário dos partidários do branqueamento como forma de viabilização nacional, levava ao extremo a crença na inviabilidade do país: a miscigenação não era solução aceitável, pois esta “somente iria aumentar a chusma dos degenerados”¹¹³. Aqui, o miscigenado, chamado de *métis* à época, era ainda mais depreciado do que o negro. Nina Rodrigues, ao propor uma investigação sobre como vivem os dominados (mulatos e negros), estava preocupado não em um levantamento etnográfico que buscasse conhecer as contribuições das populações negras e mestiças ao país, mas sim em encontrar formas mais eficientes de controle sobre tais grupos.

Silva aponta que os “interesses científicos de Rodrigues [firezam] com que ele se [inscrevesse] tanto no movimento da medicina de seu tempo [a qual contribuía para a discussão sobre raça com os conhecimentos, válidos à época, da *frenologia* e da *craniometria*], que criou a perícia, [quanto] no movimento de criação da antropologia”¹¹⁴. Com ele o negro deixa de ser apenas imagem retórica de discussões sobre os males da escravidão: ele passa a ser “objeto de ciência”. O foco de sua análise não era apenas

¹¹³ *Idem*, p. 160.

¹¹⁴ *Idem*, p. 160.

a miscigenação, na verdade, uma forma mais naturalizada desta: a mestiçagem, causadora de maior degenerescência em função de ser impossível se misturar seres humanos em diferentes estágios evolutivos e dar em um resultado positivo. Afinal, para este autor, o mestiço não se enquadrava nem no mundo elevado da civilização branca nem no mundo primitivo do negro, ele não prestava “para gênero algum de vida”. Desse modo, a preocupação de Rodrigues era “o negro tornar outro [leia-se “inferior”] o branco, alterá-lo (...). [Assim] o objetivo de Nina [era] limitar a participação do negro em nossa sociedade, [criando uma situação] onde a responsabilidade penal para os negros não pode[ria] ser a mesma dos brancos”¹¹⁵. No entanto, os maiores esforços de Nina são direcionados aos mestiços, que ele busca classificar em diversos tipos, enumerando suas diferenças e qualidades específicas, as quais deveriam determinar tanto o grau de imputabilidade penal, quanto o seu grau de estatuto civil, assim como os limites de sua cidadania.

Ainda segundo Silva, os trabalhos de Nina foram retomados na década de 1930, momento de nova preocupação com o negro e a situação racial no Brasil – quadro intelectual no qual Freyre se inscrevia e momento em que o esforço para se criar uma nova definição de identidade nacional toma novo fôlego. Neste contexto, Arthur Ramos reivindicou herança intelectual de Rodrigues, mas abandonou o determinismo racial: seu foco estava em estudar as manifestações culturais dos negros. Sua preocupação não era com os males causados pelos negros, mas sim compreender a “especificidade nacional”, a cultura brasileira em formação.

A segunda posição sobre “raça”, a que “nos liberava da suposta condenação à barbárie”, pois cria que com a miscigenação aconteceria o predomínio dos caracteres brancos, europeus, mantinha a crença na “inferioridade do negro”, embora enfatizasse a

¹¹⁵ *Idem*, p. 162.

“harmonia racial brasileira” (que permeou o pensamento de Freyre). Tal perspectiva contribuía para justificar a imigração européia e “tranqüilizar” o imigrante e os brasileiros como um todo, afinal, “disseminava a idéia de que a experiência da escravidão não levou o negro a odiar o branco que, fora da escravidão, o tratava como igual” ¹¹⁶... Um expoente deste pensamento era Silvio Homero, para quem o futuro era alvissareiro: “o elemento branco predominará com o fim do tráfico negreiro e com o gradual desaparecimento do indígena (...) [quando] aí sim seremos “puros e brancos como no velho mundo” ¹¹⁷. Este autor, influenciado pelo darwinismo social, afirmava que o Brasil se conformou na mistura de três raças: branca, negra e índia, a primeira, claro, superior e, não nos preocupássemos, predominante, posto que sua cultura era mais desenvolvida! Segundo Silva, algumas das teses de Silvio Romero são encontradas no pensamento pensadores base da questão racial de nosso tempo: Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Intelectual basilar do Pensamento Social Brasileiro dos anos 1920/1930, ao lado de “Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freire e Caio Prado Jr.” ¹¹⁸, Oliveira Vianna defendia que o branqueamento era a única saída para o país. Tal autor elaborou uma versão do mito das três raças onde dividiam-se os “typos arianos”, portadores da civilização; os “typos raciais inferiores indígenas”, que foram integrados totalmente à sociedade nacional; e os “typos africanos”, mais nocivos “por trazerem confusão e discordância”. Para Vianna, os tipos envolvidos na miscigenação devem seguir o tipo ariano, civilizador. Ele entendia que todas as raças podiam gerar tipos superiores (assimiláveis), variando apenas sua capacidade para tal. Porém, Vianna era otimista

¹¹⁶ *Idem*, p. 160.

¹¹⁷ *Idem*, p. 163.

¹¹⁸ ENGLANDER, Alexander David Anton Couto. O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil – de 1920 ao fim da década de 1940. Revista *Habitus*. IFCS/UF RJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009.

quanto ao Brasil, pois, para ele, baseado em seus estudos – que se lastreavam em censos, portanto portadores de cientificidade, posto que comprovável! – a população brasileira estava em processo de franco branqueamento ¹¹⁹. Desse modo, Vianna promoveu uma ruptura com o pensamento anterior que fala em degenerescência da miscigenação embora, em suas conclusões, se formará, no Brasil, um tipo racial perfeitamente adaptado aos trópicos, *mas não puro* como na Europa...

Alguns dos elementos encontrados em Freyre, assim, estavam presentes no pensamento racial desde, pelo menos, o século dezenove. No entanto, segundo Silva, no momento de produção de Freyre, precisamente após a Segunda Guerra Mundial (quando percebe-se, senão uma flagrante decadência da Europa, pelo menos um questionamento da civilização ocidental como indestrutível, civilizada, evoluída, racional, não bárbara, etc.), no Brasil, o pensamento racista começa a ser superado – e Freyre desempenhará um fundamental papel nesta nova fase do pensamento das ciências sociais brasileiras. Nos anos 1920 e 1930 temos uma inédita e crescente valorização coletiva do que é brasileiro, sendo a Semana de Arte Moderna e o Manifesto Antropofágico exemplos desta virada. Benzaquem busca, inclusive, em seu trabalho supracitado, defender a tese de que Freyre pode ser enquadrado dentro do espectro do modernismo, tendo em vista as íntimas relações entre as ciências sociais e o modernismo na década de 1930. Araújo aponta para a idéia de que as ligações entre os ensaístas dos anos 1920/30 com os pontos de vista modernistas podem ser uma “importante chave para a compreensão da construção de uma verdadeira identidade nacional fundamentada na revalorização da tradição e na infusão de método e racionalidade próprios uma argumentação histórico-sociológica a essa construção” ¹²⁰.

¹¹⁹ As opiniões acerca de quanto tempo se levaria para atingir o nível de pureza branca européia, e mesmo se seria possível atingir a igualdade “pureza” destes, divergiam grandemente, como podemos ver em SCHWARCZ, 2011, pp. 3 e 4.

¹²⁰ ARAÚJO, 1994, p. 2.

Em *Casa Grande e Senzala*, de 1933 temos a caracterização das raças formadoras da brasilidade sob um prisma diferente e é neste mesmo trabalho que está a “síntese final do mito das três raças”¹²¹ de Freyre. A partir deste trabalho se reconhece a contribuição do índio e do negro para o sucesso da colonização, sendo maior a ênfase sobre o elemento negro apontado como principal colaborador por ser o principal trabalhador da nossa história. Aqui se narra o processo de construção da sociedade brasileira a partir da miscigenação sem, no entanto dispor as três raças em pé de igualdade na colonização e no processo de construção da sociedade brasileira, “o branco, através do intercuro sexual com a índia e a negra garante o surgimento do mestiço, este, adequado para construir a nação brasileira”¹²². Aqui, então, vemos a defesa da miscigenação. O principal antagonismo da sociedade patriarcal brasileira, com Freyre, passa a ser não mais a *raça*, mas sim a díade senhor/escravo: “pólos irredutíveis de uma formação social autoritária, conservadora e imutável”, formadora de uma identidade nacional pautada na rígida hierarquização destes pólos antagônicos.

Desse modo, a despeito do reconhecimento desta hierarquização da sociedade, Freyre, ao provocar este redirecionamento das concepções que se tem da formação racial brasileira, opera uma transformação no sentido de definir nossa especificidade de um ponto de vista positivo. Assim, graças à “democracia racial”, a nação brasileira teria uma identidade racial e nacional articulada e positiva. Todavia, segundo Silva, “do ponto de vista ideológico”¹²³ essa formulação apenas reorganiza e sintetiza as teses que vigoravam até então.

1.5.2 Lusotropicalismo e Salazarismo

¹²¹ SILVA, 1989, p. 163.

¹²² *Idem*, p. 165.

¹²³ *Idem*, p. 165.

Tendo visto brevemente o contexto de formação e de início da produção intelectual de Gilberto Freyre, passemos, agora, a uma apreciação de parte do trabalho deste autor que particularmente nos interessa na presente dissertação: o conceito de lusotropicalismo. Aqui ficará claro que não é o escopo deste trabalho uma ampla exposição da obra de Freyre, ou mesmo uma análise em profundidade do conceito de lusotropicalismo, aqui nos dedicaremos a trabalhar alguns pontos gerais sobre este conceito objetivando expor porque entendemos que se pode relacioná-lo com o conceito de Orientalismo: nosso escopo é defendermos que este é, pelo menos no período em questão, a forma lusa e brasileira de Orientalismo.

Um ponto pacífico para a historiografia que trata do tema é o caráter basilar de *Casa Grande e Senzala*¹²⁴ para a construção do pensamento lusotropicalológico de Freyre. Araújo, por exemplo, nos mostra que, a despeito da permanência de alguns traços marcadamente racistas¹²⁵, neste livro, Freyre verdadeiramente "ambiciona tornar-se o autor do primeiro grande trabalho de cunho sociológico [que visava] romper com o racismo que caracterizava boa parte da nossa produção erudita"¹²⁶.

Costa Pinto também aponta este livro como aquele que marcou a "abertura de um grande e complexo movimento conceitual", gestado pelo autor "ao longo de cinco

¹²⁴ Em artigo (PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 - 1974)*. História [online]. 2009, vol.28, n.1, pp. 445-482. ISSN 1980-4369), Costa Pinto sugere que se deve analisar a obra de Freyre de forma totalizante. Tal perspectiva leva o autor a "considerar a hipótese de percorrer três roteiros internos de leitura – o regional, o nacional e o internacional –, cada qual tendo como epicentro o livro de 1933 – Casa Grande e Senzala – como particularidade dada". Deteremo-nos nas contribuições de Costa sobre o terceiro roteiro, o "internacional". Aqui, embora o autor parta do epicentro que Casa Grande e Senzala constitui, atenta-se para o conjunto bibliográfico seguinte: "Casa Grande e Senzala (1933), Interpretação do Brasil (1945), Aventura e Rotina (1953), Um Brasileiro em Terras Portuguesas (1953), Integração Portuguesa nos Trópicos (1958), Novo Mundo nos Trópicos (1959) e O Luso e o Trópico (1961)"

¹²⁵ Como encontramos no seguinte excerto extraído do prefácio da primeira edição de Casa Grande e Senzala: "Vi uma vez, depois de quase três anos maciços de ausência de Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do São Paulo ou do Minas pela neve mole do Brooklin. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: 'the fearfully mongrel aspect of the population'. A miscigenação resultava naquilo". (ARAÚJO, 1994, p. 11).

¹²⁶ *Idem*, p. 13.

décadas de intensa atividade intelectual, [com] grande repercussão internacional”¹²⁷. Pois aqui, Freyre, ao elaborar “um (...) sistema interpretativo de evidentes conseqüências políticas no qual o personagem central sempre foi o Brasil”¹²⁸ e ampliar “o sentido histórico estrutural do Brasil como região-líder de uma vasta e complexa cadeia de espaços inter-regionais, expressão síntese de uma totalidade geográfico-cultural definida como Trópico”¹²⁹, abre todo um novo campo de interpretação (ou “doutrina”, como define Cristina Bastos em artigo)¹³⁰, toda uma forma de ver e sentir o modo de o Brasil – “herdeiro legítimo” de um projeto “civilizante” luso – estar no mundo. E esta nova perspectiva, esta nova “distribuição de consciência geopolítica” que emerge com Freyre, tão própria do pensamento orientalista de Edward Said, como destacamos acima, de que o Brasil poderia ser a liderança de uma *totalidade geográfico-cultural definida como Trópico* (ou *lusotropicalismo*) nos é particularmente útil, uma vez que é grandemente encontrada nas fontes por nós encontradas e analisadas¹³¹, (especialmente no trabalho de Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *O Brasil e o mundo Ásio-Africano*) sendo base teórica e ideológica da argumentação dos discursos que estudamos. Aqui, em resposta à indagação (nossa) de qual seria o lugar e o papel do Brasil no mundo, temos que o Brasil passa a ser visto (principalmente de seu “interior”) como “expressão e alternativa civilizacional à bipolaridade demarcada pelos blocos capitalista e socialista durante o processo da Guerra Fria (1947 – 1991)”¹³², e

¹²⁷ PINTO, 2009, p. 446

¹²⁸ *Idem*, p. 446

¹²⁹ *Idem*, p. 446

¹³⁰ “Menos do que teoria, talvez doutrina, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre moldou e molda atitudes, representações e políticas vividas nos diversos espaços de língua portuguesa”. (BASTOS, Cristina. *Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Revista Análise Social, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.º-3.º), 415-432)

¹³¹ Ao definirmos mais aprofundadamente o conceito de lusotropicalismo de Freyre, iremos expor as declarações que informam e exemplificam a nossa percepção de que tal conceito é imensamente próximo com (e mesmo se confunde) o orientalismo.

¹³² *Idem*, p. 446

defendemos que tal visão informou parte significativa dos discursos aqui veiculados à época.

Contribuindo para nos embasarmos sobre a pertinência de utilizarmos o conceito de lusotropicalismo (associado ao de orientalismo) em nossa apreciação das posturas dos homens de Estado (e da sociedade civil) brasileira (e lusa) quanto a Bandung, concordamos com Rugáí Bastos ¹³³, quando ela nos alerta para o fato de o lusotropicalismo ter surgido no *conjunto* da obra de Freyre “como um corolário natural de inflexões sugeridas já em 1933”, não sendo “uma tese geopolítica reacionária *proposta na década de 1950*”, daí a sua grande permeabilidade tanto na *intelligentsia* salazarista quanto na pátria. Assim, este não era um conceito que estava fora de circulação, ou que tivesse uma circulação excessivamente recente (e restrita) na década de 1950: ele já estava em gestação e presente nas obras de Freyre desde a década de 1930. Complementando esta tese, Costa Pinto nos lega que “as bases conceituais de sua obra (...) presumidas já na década de 1930 (...) [sofrem] apenas algumas ampliações nas décadas seguintes” ¹³⁴.

De todo modo, embora basilar, *Casa Grande e Senzala* não é a obra em que Freyre trabalha definitivamente sua idéia de lusotropicalismo, este é um conceito que vai sendo depurado em todas as obras deste autor que a sucedem, em um constante aprofundar do conceito. Assim, se foi em *Casa Grande e Senzala* que as características básicas da forma de o português colonizar o mundo foram indicadas, foi em *Aventura e Rotina* (1953) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953) que Freyre, pela primeira vez, usou do termo lusotropicalismo e, poucos anos mais tarde, sugeriu a criação de

¹³³ BASTOS, Élide Rugáí. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo *et al.* *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 43-76.

¹³⁴ PINTO, 2009, 446.

uma nova disciplina científica, a qual denominou lusotropicologia ¹³⁵. Desse modo, como vemos em Miranda ¹³⁶, “Aventura e Rotina poderia indicar o alargamento da noção de mestiçagem como o alicerce da singularidade brasileira”. Essa noção, presente já na primeira fase da obra de Freyre, “é transferida para um universo maior: nos anos 50 e 60, a diferenciação entre raça e cultura que Freyre estabeleceu em Casa-Grande & Senzala é usada para a formulação de uma teoria de cultura “transnacional”, a lusotropicalista” ¹³⁷.

Cristina Bastos também nos indica Aventura e Rotina, publicado em 1953, como local de forja das “bases e pontos essenciais da formulação do luso-tropicalismo” ¹³⁸. Segundo esta autora, este livro, que nos “reporta o périplo do império português feito pelo autor em 1951-1952 a convite do então ministro do Ultramar (...) consiste num conjunto de notas e impressões de viagem [feitas a partir] de um olhar treinado nas ciências sociais (...) expresso em formato livre, acompanhando a cadência dos dias, dos eventos e das associações de pensamento” ¹³⁹. E esta forma de escrever, onde o autor é “simultaneamente expositor e narrador (...), onde se entrecruzam descrição e narração” ¹⁴⁰, segundo Rugá Bastos (no prefácio à edição de 2010 de *O Luso e o Trópico*) é justamente o que identifica o estilo do escritor ibérico – estilo no qual Freyre se insere orgulhosamente.

Porém, voltemos à Casa Grande e Senzala para expor alguns aspectos da forma de Freyre conceber e construir o seu modelo explicativo de como o “português” levou, a

¹³⁵ Uma forma de ciência voltada para o estudo do trópico que agregaria conhecimentos de áreas como antropologia, ciência política, sociologia, medicina, agronomia, etc., ou seja, exatamente o que Edward Said entende que o orientalismo seja: uma forma de conhecer, falar, estudar, classificar e ter autoridade sobre o “Oriental” – no caso, o *lusotropical*.

¹³⁶ MIRANDA, Rachel de Rezende. *Aventura e Rotina: O lugar do Brasil no mundo luso-tropical de Gilberto Freyre*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. Rio de Janeiro, 2002.

¹³⁷ *Idem*, p. 19.

¹³⁸ BASTOS, 1998, p. 416.

¹³⁹ *Idem*, p. 416..

¹⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico*. São Paulo, É Realizações, 2010.

cabo, como um todo, seu projeto de colonização. Jan Nemeč¹⁴¹ nos aponta que, é neste livro que podemos encontrar a raiz da fundamentação da tese de Gilberto Freyre sobre o caráter particular da colonização portuguesa, sobretudo no que diz respeito à atitude dos portugueses para com as populações “indígenas” e os escravos importados de África.¹⁴² Os pontos principais da teoria, segundo Nemeč, as características específicas dos portugueses colonizadores são *mobilidade*, *miscibilidade* e *aclimatabilidade*. Quanto à *mobilidade*, Freyre¹⁴³ nos diz que: “Pertence à história geral de Europa o fato de que eram os portugueses que, dito com Camões, navegaram ‘por mares nunca dantes navegados’”¹⁴⁴. Os historiadores indicam diversas razões que os portugueses tinham para empreenderem aventura marítima, cuja análise é, contudo, irrelevante para o objetivo deste trabalho. Numerosas viagens dos portugueses, junto com a importância dos portos de Portugal como pontos de encontro dos comerciantes da origem mais diversa, resultaram, como afirma Freyre, numa “tolerância excepcional e aptidão de convivência tranqüila com as pessoas oriundas dos outros círculos civilizacionais”¹⁴⁵.

Assim, a *miscibilidade* dos lusos, para Freyre, configurava-se como a principal base de sustentação da teoria do lusotropicalismo, pois esta tratava da alegada capacidade dos portugueses de se relacionar (sexualmente) com outras pessoas sem qualquer preconceito racial. Desse modo, esta miscibilidade fora instrumento de suma importância para a expansão portuguesa no mundo. Os numerosos casos de

¹⁴¹ NEMEČ Jan. Luso-tropicalismo: um fundo sólido para as relações contemporâneas entre os países de língua portuguesa? Prêmio Ibero-Americano, 2005. (do site http://www.premioibam.cz/documentos/11raedicion/2doPremioXI_JanNemeč.pdf. Acessado em 06/02/2011)

¹⁴² Conforme Freyre, o português foi “o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos.” FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 4ª Ed, p. 313.

¹⁴³ FREYRE, 1943, apud NEMEČ Jan. Luso-tropicalismo: um fundo sólido para as relações contemporâneas entre os países de língua portuguesa? Prêmio Ibero-Americano, 2005. (do site http://www.premioibam.cz/documentos/11raedicion/2doPremioXI_JanNemeč.pdf. Acessado em 06/02/2011. 9)

¹⁴⁴ *Idem*, p. 85.

¹⁴⁵ FREYRE, 1943, apud NEMEČ, 2005.

miscigenação, mesmo em resultado duma política oficial de casamentos mistos promovida, de vez em quando, pelos dirigentes da colonização, representam o sinal de reconhecimento da presença portuguesa nos outros continentes que a distingue entre as potências coloniais. Outro aspecto, a *aclimatabilidade*, derivaria, segundo Freyre (citado por Nemeç), das condições físicas de Portugal, sobretudo no sul do país, onde são bastante parecidas com as do Norte de África ou de outras regiões na zona tropical. Esta seria uma vantagem comparativa dos portugueses em relação às outras nações europeias envolvidas no projeto colonial, sobretudo contra as do norte de Europa. A capacidade de agüentar os caprichos do clima nas regiões tropicais fez com que, deste ponto de vista, os portugueses não tivessem maiores problemas para se instalarem nas terras quentes de forma permanente.

Nemeç nos indica que Freyre situa a origem destas três características especiais dos portugueses na própria gênese étnica e cultural do povo português: na contribuição dos Mouros e judeus para o perfil etnocultural dos portugueses - uma idéia que não ganhou muita simpatia entre as elites políticas portuguesas durante a primeira metade do século vinte. No entanto, no contexto do pós Guerra, como veremos, esta “doutrina”, este “discurso” lusotropical, ou, como propomos, este “Orientalismo lusotropical”, terá grande utilidade prática para um esforço de manutenção do império luso tanto na África quanto na Ásia.

Deve-se ressaltar que as conclusões que Freyre publicou em *Casa Grande e Senzala* foram tiradas da experiência americana de colonização lusa, mais especificamente do nordeste do país. Aqui, Freyre, ao analisar o cotidiano de algumas das fazendas do Nordeste, constatou que “no Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; de outro, pela

escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores”¹⁴⁶. O sistema do “patriarcalismo escravocrata e polígamo”¹⁴⁷ fez com que se formasse na América tropical “uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”¹⁴⁸. Esta qualidade híbrida do perfil etnocultural do brasileiro, que na sua essência é o ponto crucial do conceito do lusotropicalismo, foi condicionada por dois fatores, cuja fundamentação já foi apresentada: a falta do preconceito racial entre os portugueses no que diz respeito ao relacionamento sexual com as mulheres de cor e até a preferência pelas mulheres da origem racial mista e a capacidade dos portugueses de se adaptar às condições do ambiente tropical, incluindo a adoção de alguns dos costumes da gente local.

Freyre, não obstante, não limita a aplicação da sua perspectiva apenas ao caso brasileiro. Como afirma em *O mundo que o português criou*¹⁴⁹, é o caráter específico do comportamento dos portugueses no papel de colonizadores de terras tropicais que se encontra o surgimento de um “mundo que, como conjunto de valores essenciaes de cultura, como realidade psycho-social, continua a existir. Sobrevive à desarticulação do império simplesmente político. Resiste à pressão de outros imperialismos meramente economicos ou políticos”¹⁵⁰. E, alguns anos mais tarde, destaca que é a “superação da condição étnica pela cultural [que] caracteriza a civilização lusotropical”¹⁵¹. Sobre o

¹⁴⁶ FREYRE, 1943, p. 19. Apud NEMEC, 2005.

¹⁴⁷ Ibid., p. 10.

¹⁴⁸ Ibid., p. 10.

¹⁴⁹ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou; Aspectos das relações sociaes e de cultura do Brasil com Portugal e as colonias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Apud. NEMEC Jan. Luso-tropicalismo: um fundo sólido para as relações contemporâneas entre os países de língua portuguesa? Prêmio Ibero-Americano, 2005. (do site http://www.premioibam.cz/documentos/11raedicion/2doPremioXI_JanNemec.pdf. Acessado em 06/02/2011).

¹⁵⁰ Ibid., p. 11.

¹⁵¹ Nemeç nos aponta que, nesta obra, Freyre sugeriu a criação duma nova disciplina científica que denominou “hispano-tropicologia”, ou “lusotropicalismo” respectivamente, que seria uma “ciência especializada na análise e na interpretação da simbiose hispano-tropical ou lusotropical”. FREYRE,

modo português de estar no mundo ele acrescenta: “eles vêm transformando benéficamente os trópicos, sem pretender torná-los europeus ou subeuropeus. Isto porque, antes de procurarem transformar os trópicos, eles próprios se vêm transformando em lusotropicalais, por assim dizer, de corpo e alma, isto é de cultura no seu mais amplo sentido antropológico e sociológico”¹⁵².

Assim, em resumo, o conceito lusotropicalismo, ou da civilização luso-tropical, fundamenta-se no fenômeno da miscigenação não somente no sentido racial, mas, sobretudo, na sua dimensão cultural e social, quando as mútuas influências resultaram em surgimento de uma entidade cultural original. O processo de miscigenação, nesse sentido, foi possível por causa da atitude “especial” dos colonizadores lusos para com as populações nativas: a ausência do preconceito racial, a capacidade de se adaptar às condições do âmbito tropical e o gosto pelas “mulheres de cor”. A miscigenação é o marco de reconhecimento da colonização portuguesa entre as das outras nações européias. E é justamente isso que marca a feição daquilo que denominamos Orientalismo Lusotropical, é esta forma, ao mesmo tempo Orientalista e Lusotropical que percebemos reproduzidas nos inúmeros discursos propalados pelos diferentes atores sociais que estudamos para o entendimento de algumas das posturas tomadas em nosso país em relação ao conclave ázio-africano de Bandung em 1955.

Após esta exposição panorâmica sobre o conceito de lusotropicalismo, vejamos alguns aspectos políticos pertinentes para que compreendamos o porquê de o conceito de lusotropicalismo ter sido aceito, utilizado e propagandeado por determinados grupos e não por outros.

Ao estudarmos a postura *política* de Freyre temos que este, “na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco (...) sempre manteve institucionalmente as suas práticas

Gilberto. Integração portuguesa nos trópicos/Portuguese integration in the Tropics. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar (Ministério do Ultramar), 1958. p. 36.

¹⁵² Ibid., p. 12.

intelectuais vinculadas à política regional das classes dominantes, sobretudo aquela oriunda dos grandes latifúndios produtores de açúcar”¹⁵³. No entanto quando “eleito para o Congresso Constituinte nas eleições de 1946 pela UDN-PE, [o fez] com expressivo apoio dos comunistas”¹⁵⁴, quando Costa Pinto reconhece uma atuação parlamentar “esquerdista”. Porém, o que pode se observar é um “saldo” conservador como resultado dos reflexos do pensamento lusotropicalógico de Freyre, uma vez que sua obra acaba por “justificar as práticas do colonialismo salazarista”¹⁵⁵. Assim, o que prevalece na trajetória de Freyre são as suas relações com setores conservadores tanto do Brasil (em especial a UDN) quanto do Portugal de Salazar, pois o percurso internacional do modelo teórico freyriano foi institucionalizado principalmente com (e pelo) o salazarismo e “é por causa dele que o autor se constituiu como um importante pólo da *intelligentsia* nacional diante dos caminhos da organização da revolução capitalista brasileira [trabalhada por Fonseca em 1989¹⁵⁶]. Sem a carreira internacional, Freyre jamais deixaria a sua província de idéias – Recife, Pernambuco, Nordeste – porque os quadros hegemônicos dessa *intelligentsia* centravam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, e sempre lhe foram refratários¹⁵⁷.

Outro aspecto que ajudou a impulsionar a carreira internacional de Freyre teria sido a “possibilidade, junto ao Estado brasileiro, de organizar um ‘feudo institucional’ regional – o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, posteriormente nomeado como Fundação Joaquim Nabuco (aprovado como projeto seu, na Câmara Federal, quando foi deputado constituinte em 1946, pela UDN/PE)”¹⁵⁸. As suas relações políticas com as elites nordestinas foram, desse modo, fundamentais para pavimentar

¹⁵³ PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre: cultura e conflitos políticos em Pernambuco (1923-1945)*. Revista Plurais. (2006) vol. 1, n.º 4. p. 1.

¹⁵⁴ PINTO, 2009. P. 447.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 448.

¹⁵⁶ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção (1906 – 1954)*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

¹⁵⁷ Pinto, p. 448, 2009.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 449.

sua carreira nacional e internacional. No contexto do final da década de 1950 “esse Instituto já obtinha repercussão internacional – junto às instituições ideológicas salazaristas e ao governo norte-americano, por exemplo – e, com isso, viu-se reconhecido, garantindo-se como uma instituição regional fundamental nos marcos institucionais do Estado nacional, agregado ao Ministério da Educação e Cultura. As relações políticas da teoria lusotropicalista somariam ao “feudo institucional” a projeção e o reconhecimento intelectual internacional do modelo freyriano, inclusive muito além dos quadros do Estado salazarista. É o caso de vários intelectuais norte-americanos, da Fundação Ford, da Comissão Fulbright, além dos programas de governo do presidente John Kennedy, os quais organizavam o movimento pela *Aliança Para o Progresso* no começo da década de 1960”¹⁵⁹. Tais relações, embora fora de nossos marcos cronológicos, serve para nos demonstrar não apenas o alcance do lusotropicalismo de Freyre, mas também da crescente diversificação de sítios internacionais que sua teoria passou a se relacionar com o passar do tempo.

A relação de Freyre com a elite agrária nordestina fica patente no seguinte trecho do artigo de Costa Pinto: “Com a projeção do ‘feudo institucional’, Gilberto Freyre também se articulou com os quadros da política regional pernambucana; isso significa que construiu seu reduto com base nas relações sociais que sempre mantivera com as oligarquias regionais – principalmente aquelas oriundas das tradicionais cercanias do latifúndio açucareiro. Na década de 1950, já consolidado o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Gilberto Freyre – tido como a principal referência ideológica das tradicionais famílias dos engenhos de açúcar – conseguiu apresentar-se como referência ideológica hegemônica também das frações de classe do agrarismo mais “modernizante” – os usineiros”¹⁶⁰. “Dessa maneira, é fundamental constatar que

¹⁵⁹ *Idem*, p. 449.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 449

Gilberto Freyre construiu o seu caminho como quadro da *intelligentsia* nacional e como *intelectual orgânico do latifúndio nordestino*; e que sua palavra transfigurou-se no máximo de consciência possível do bloco agrário nordestino, constantemente ameaçado pela hegemonia industrialista da burguesia paulista ¹⁶¹.

Costa Pinto também está atento ao impacto que o contexto internacional do pós-guerra iria ter nas relações exteriores de Portugal, e detecta que este teve de redefinir o estatuto da caracterização de suas colônias espalhadas pela África e pela Ásia. “António de Oliveira Salazar sabia que, se não tomasse providências urgentes naquele momento de redefinição do desenho geopolítico internacional, os espaços coloniais portugueses poderiam sucumbir perante as novas concepções liberalizantes dos autonomismos nacionalistas (África e Ásia, principalmente)” ¹⁶². Salazar precisou recharacterizar o velho Império das “glórias” camonianas dos séculos XVI e XVII, e ele o fez em seu governo ditatorial com a ajuda do lusotropicalismo de Freyre.

A copiosa produção sobre o lusotropicalismo é unânime quando o assunto é o aproveitamento desta idéia por Salazar: o Estado salazarista procurava a sua essência nas práticas “civilizadoras” da velha conquista colonial. Costa Pinto nos indica que a marca “marca emblemática de refundação do colonialismo deu-se em 1933, por meio de um documento que se demarcaria como a carta constitucional do colonialismo português contemporâneo – o *Acto Colonial* ¹⁶³”. Nesse documento, sumariavam-se os conceitos e os gestos institucionais do Estado português, convergidos em premissas fortemente centralizadoras no que se refere à administração das colônias. Salazar, fundamentado neste documento traduziu as mudanças formais na legislação da administração colonial “para que tudo ficasse como estava”. Porém, todo esse aparato burocrático precisou contar com inúmeros parceiros intelectuais (os “cães de guarda de

¹⁶¹ *Idem*, p. 450.

¹⁶² *Idem*, p. 450.

¹⁶³ *Idem*, p. 451.

Salazar” como chama Costa Pinto) para que houvesse uma legitimação perante a sociedade (nacional e internacional) de todo esse processo. Estes importantes intelectuais ¹⁶⁴, que o assessoraram diretamente na condução dos negócios do Estado, ora como ministros, ora como chefes de centros de pesquisa, ou ainda como representantes diplomáticos junto à Organização das Nações Unidas – ONU, foram responsáveis diretos pela presença institucional do lusotropicalismo de Freyre. Segundo o autor paulista “esses intelectuais tiveram um papel determinante na confecção do ideário político-institucional que se disseminou por todas as áreas no mundo de influência lusitana, principalmente nas décadas de 1950 e 1960 ¹⁶⁵”.

Este era o período da Guerra Fria e Salazar não se decidiu francamente por nenhum dos dois contendores da bipolaridade, sendo um aliado arredo dos Estados Unidos e um inimigo virulento da União Soviética e do comunismo. Salazar, assim, segundo Pinto, lutou contra a bipolaridade apresentando-se (em companhia de seus “cães de guarda”) ao mundo como antiliberal e anticomunista, “aspecto que demarcava o cariz essencialmente fascista do regime” ¹⁶⁶.

Em relação às suas colônias, no ano de 1951, o *Acto Colonial* de 1933 deixou de ser a marca constitucional diretiva das práticas institucionais do Estado português. Novas práticas administrativas foram sugeridas, dentre elas o termo central de que *as colônias* que eram definidas como tais, naquele momento passariam a ser nomeadas como *províncias* ultramarinas. Esta mudança de status jurídico e político das colônias lusas d’além mar faz com que vejamos, largamente em nossas fontes, a menção à “injustiça” das ações separatistas em todo o império português. Segundo este discurso,

¹⁶⁴ Costa Pinto cita: Adriano Moreira (membro da Junta de Investigações do Ultramar [JIU], criador do Centro de Estudos Políticos e Sociais [CEPS], pertencente à JIU e também Ministro do Ultramar); Sarmento Rodrigues (membro da Marinha [Comodoro] portuguesa e também Ministro dos Negócios Estrangeiros); e Franco Nogueira (diplomata, chefe da delegação portuguesa na ONU em meados da década de 1950 e ministro do Ultramar).

¹⁶⁵ Pinto, p. 452, 2009.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 452.

disseminado fortemente entre brasileiros “atentos” à relação de Portugal com suas colônias, o que se observava (nas reivindicações anticolonialistas) era uma grande ingratidão de apenas uma “parcela ínfima”, mal agradecida mesmo, dos povos subjugados (melhor dizendo) “agraciados” pela cândida presença lusa, que a eles levou as luzes da cristandade e da civilização Ocidental...

Assim, “junto com [mais esta] reforma constitucional que transformou *retoricamente* o estatuto administrativo das colônias do ultramar, o governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente uma nação de extensas fronteiras, que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território”. E “é nesse momento crucial que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceu à revelia de Freyre, muito pelo contrário, ele aceitou de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes *cães de guarda* do Império”¹⁶⁷. Com estes grandes esforços, os portugueses visavam, em “primeiro lugar, buscar junto a ONU o consenso de um Portugal com colônias, mas sem perceber-se colonialista – daí as alterações constitucionais. Outro ponto era o consenso sobre o sentido dessa realidade histórica, isto é, buscava-se uma arquitetura teórica que justificasse a tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo, como uma estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas. E, em terceiro lugar, estava a necessidade de convencer a própria população de que tal engenharia administrativa seria de fato uma realidade operacional; bem como conseguir justificar ao mais simples lavrador português que as terras fecundas e ainda inexploradas da África eram também as terras do seu ‘querido’ Portugal”¹⁶⁸.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 453.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 453.

As instituições utilizadas para a realização desse grande esforço político-administrativo-ideológico na esfera estatal lusa foram: o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), o Ministério do Ultramar (MU), a Junta de Investigações do Ultramar (JIU) e o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU). Justificar a perpetuação anacrônica das colônias num mundo cada vez mais hostil a práticas imperialistas e colonialistas era a função ideológica cumprida em conjunto pelos ministérios, como entidades políticas, pela JIU e pelo ISEU, como entidades de pesquisa. Sobre a Junta de Investigações do Ultramar Costa Pinto nos diz: “A Junta de Investigações do Ultramar foi uma instituição emblemática das preocupações de Salazar com os novos tempos advindos com o pós-guerra. Surgiu em 1945 e era a transfiguração da antiga Comissão de Cartografia, criada em 1883. A Junta compunha-se de vários centros de estudo e institutos de pesquisa, os quais eram responsáveis pela articulação dos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos dos povos e regiões ultramarinas. A JIU promoveu inúmeras atividades de pesquisa e várias missões de estudo às colônias, sempre com o sentido de justificar a singularidade civilizacional do homem português em regiões tropicais (...) Seu principal centro de pesquisa foi o Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), criado e dirigido em 1956 por Adriano Moreira (VENÂNCIO, 1996: 144-145). A participação de Adriano Moreira como ministro de Estado em 1961 deve-se, em grande parte à sua atuação como intelectual e político dentro do CEPS. Foi ali que o lusotropicalismo tornou-se uma factibilidade científica.”¹⁶⁹. Curiosamente (mas não por acaso), nestas pesquisas, muitas conclusões acabavam por depor contra o colonialismo português.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 455.

Em artigo publicado na revista *Análise Social*, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, intitulado *A Leste do Cabo da Boa Esperança*¹⁷⁰, René Pélissier nos mostra que Salazar fez mal em “em escolher geógrafos, porque são uma espécie de gente com olhos para ver. Mesmo portugueses, mesmo luso-tropicalistas, mesmo envolvidos na insidiosa e irrealista propaganda imperial obrigatória na época”¹⁷¹. Pois, “para homens que viviam no mito da «Goa dourada», é devastador o que Orlando Ribeiro descobre no seu inquérito — que dará origem a um relatório (...) (evidentemente não publicado pelas autoridades) O geógrafo apercebe-se de que a realidade é precisamente o oposto do exemplo de harmonia racial, de mestiçagem, de amor a Portugal, cantado pelos pseudo-historiadores intoxicados pela visão *sui generis* que Portugal cultivava da sua história colonial ao longo dos séculos. Na realidade, cerca de cinco séculos depois de Afonso de Albuquerque, Ribeiro traça um quadro de falência: o português é falado por uma ínfima minoria, está difundido o ódio dos hindus aos metropolitanos e mesmo aos cristãos locais e os únicos mais ou menos fiéis à mãe-pátria são os *descendentes*, mas estes estão em perda de velocidade social e económica e pouco representam do ponto de vista demográfico. Em resumo, escreve, a Índia é a «menos portuguesa» das parcelas do império. S. Francisco Xavier, no seu túmulo da igreja do Bom Jesus em Velha Goa, deve ter morrido de novo se por acaso leu as conclusões daquele que foi o fundador da escola geográfica de Lisboa e o «cosmógrafo do reino» [cf. René Pélissier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Orgeval (Montamets), Ed. Pélissier, 1978, p. 26]¹⁷²”.

Esses relatos são preciosos, pois são fontes de informações provenientes do núcleo duro do próprio regime salazarista e que desmentem claramente o que era

¹⁷⁰ PÉLISSIER, René. *A Leste do Cabo da Boa Esperança*. In: *Análise Social* *Análise Social*, Vol. XXXVII (Primavera), 2002 (n.º 162), pp. 245-259

¹⁷¹ *Idem*, p. 251.

¹⁷² *Idem*, p. 251.

propagandeado pelo lusotropicalismo orientalista de Freyre (e reproduzido pelas nossas fontes). Sintomático, inclusive, o fato de tais trabalhos não terem sido publicados. O que somente comprova não somente o teor manipulatório das pesquisas pseudo-científicas estimuladas pelo governo luso, mas também o grande alcance do lusotropicalismo.

Costa Pinto nos mostra, assim, que “com as teses do lusotropicalismo já disseminadas, o CEPS de Adriano Moreira adotaria também o procedimento das excursões ao Império”, mas “ao contrário do que se esperava, nessas missões os pesquisadores acabaram por constatar o que lhes parecia impossível: os colonos portugueses eram racistas! Ainda assim, e mesmo com os fatos negando o modelo lusotropical de civilização, os pesquisadores do CEPS apontaram logo a solução: “a solução passa pela reeducação dos colonos que já vivem no território e pela seleção de futuros colonos” (CASTELO, 1998: 103-105). Os fatos calavam a mitologia¹⁷³ .

1.6 O orientalismo lusotropical: um esforço para uma síntese possível.

Feitas as devidas apresentações dos conceitos *Orientalismo* e *Lusotropicalismo*, bases sobre as quais estamos desenvolvendo o presente trabalho, fica a necessidade de buscarmos estabelecer uma síntese entre estes dois conceitos. O nosso argumento central é que ao observarmos as fontes primárias por nós estudadas e analisadas, a saber, os ofícios de embaixadores brasileiros lotados em Jacarta, Nova Déli, Lisboa, Tel Aviv, Washington, Ancara, Cairo, Karachi, Camberra, Taipei, Pretória, Teerã e Tóquio; jornais da época, tanto nacionais quanto internacionais; além de livros de jornalistas e diplomatas brasileiros e estrangeiros, percebemos que havia uma forte marca tanto de uma perspectiva Orientalista, quanto a crença na existência de uma “comunidade lusotropical” proposta por Freyre. E observando estas noções, percebemos que elas em muito tem em comum.

¹⁷³ Pinto, p. 455, 2009.

Ora, Said nos lega um estudo de grande importância e impacto, mas que deixa por resolver algumas questões, entre elas, o estudo de como o Orientalismo se deu (e se dá) nas outras metrópoles européias possuidoras de colônias no além mar – e Portugal faz parte deste grupo de não contemplados pelo estudo de Said. Assim, quando percebemos que o Portugal Salazarista era embalado pela idéia de lusotropicalismo de Freyre e este serviu, em grande medida, para justificar a presença desta metrópole européia em terras asiáticas e africanas, temos que o lusotropicalismo faz as vezes de Orientalismo para os lusos (e brasileiros) de então, pois cumprem exatamente a mesma tarefa: ambos são ideologias utilizadas pelas metrópoles européias para justificar a presença do homem branco, europeu, civilizado em terras selvagens e incultas; ambos deslindam um sem-número de estereótipos e preconceitos que servem para dizer que o “outro” deve ser dominado e conduzido ao um “reino de luz e salvação”; ambos são porta vozes do “fardo do homem branco”; ambos são uma distribuição de “consciência geopolítica”; ambos partem de crenças raciais para justificar a superioridade do branco europeu; e ambos se prestam ao serviço de que se mantenha a dominação capitalista, de empresas capitalistas “Ocidentais” (européias e neo-européias) geradoras de lucros para, metrópoles, capitalistas metropolitanos e capitalistas coloniais.

Por tais semelhanças e complementações, entendemos que a possibilidade de falarmos em Orientalismo Lusotropical é grande e, na verdade, quiçá urgente. Entender que, como forma de legitimação do domínio, da preeminência política (como desejavam os Orientalistas brasileiros) estas ferramentas eram utilizadas de forma a moldar ações de homens de negócios e Estado é fundamental para que compreendamos a própria dinâmica de parte significativa das relações externas do Brasil.

Capítulo 2 – O contexto global do pós-guerra e a Conferência de Bandung

Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de, a partir da exposição do contexto geopolítico global da época da Conferência de Bandung, compreender as influências e motivações políticas e ideológicas de caráter “externo” que incidiram sobre o que se produziu, em nosso país, a respeito deste importante conclave que marcou o início de uma nova era na política internacional do século XX.

Para tanto, no intuito de que tenhamos uma visão mais consistente do todo, procederemos de forma a subdividir o capítulo em três partes. A primeira delas consistirá num olhar histórico, por certo panorâmico, das relações “modernas” entre o “Ocidente” (europeu e “neo-europeu”) e o “Oriente” colonizado. Na segunda, teremos uma contextualização histórica do momento em que ocorrera a Conferência de Bandung. Na terceira, cuidaremos mais detidamente da Conferência Ásio-Africana em si, onde nos utilizaremos largamente das fontes, especialmente as diplomáticas. Por este caminho cremos que nos direcionaremos para uma compreensão satisfatória tanto do que ocorrera nesta conferência, quanto do que aqui se produziu sobre o referido conclave.

Antes de tudo, concebemos que um olhar cuidadoso e amplo sobre este complexo período se faz amplamente necessário, especialmente quando se intenta uma análise que envolva aquela parcela do globo que convencionou-se chamar “Terceiro Mundo”, devendo ser visto a partir de dinâmicas diversas, a saber: tanto aquelas que envolvem o espectro mais amplo da geopolítica da época, quanto os aspectos mais “locais” e “históricos”. Pois, se o contexto da década de 1950 estava permeado pelo que conhecemos como Guerra Fria, nele também observamos o início do fim de uma complexa era de dominação política europeia na Ásia e na África, a qual chamaremos,

baseando-nos em Panikkar ¹⁷⁴, de “Período Vasco da Gama”: um período que teve início com as Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, e que se finda, pelo menos simbolicamente, com a ocorrência do conclave em questão. Desse modo, propomos que é com esta conferência que termina o domínio, pelo menos no âmbito político formal, da maioria das potências europeias na Ásia e na África, e passa a haver o predomínio hegemônico global neo-europeu dos Estados Unidos da América (e, localmente, também da África do Sul e da Austrália), o qual possui uma feição mais econômica do que política – adaptada aos “novos tempos” da história do capitalismo “global”.

2.1.1. Um breve histórico da presença europeia na Ásia: do imperialismo às libertações nacionais.

"Após vários séculos de dominação ocidental, essas nações estão dando os primeiros passos no caminho da unidade nacional e da soberania política. O fato de vinte e cinco ou trinta nações já poderem se reunir à revelia dos Estados Unidos e de todas as potências da Europa parece demonstrar com eloquência que termina, para a Ásia, o ciclo histórico iniciado com a viagem de Vasco da Gama".
Oswaldo Trigueiro ¹⁷⁵

A citação que escolhemos para a abertura do presente capítulo, extraída do Ofício de um embaixador brasileiro lotado em Jacarta nos idos de 1954-55 e que, portanto, estava no “olho do furacão”, traduz com fidelidade o próprio significado de o que foi e o que representou a Conferência de Bandung para o cenário internacional da segunda metade do século XX. Tal citação nos remete, outrossim, a um clássico da historiografia que trata da história das relações da Ásia com o *Ocidente*, a saber, *A dominação ocidental na Ásia*, de Kavalam M. Panikkar. Este livro deste importante

¹⁷⁴ PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Vol. I. Rio de Janeiro, Saga, 1965

¹⁷⁵ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 12 de 3/01/1955

intelectual – que chegou mesmo a ser cogitado para assumir o cargo de Primeiro Ministro da Índia no lugar de Nehru ¹⁷⁶, que se via sobrecarregado com a acumulação de inúmeros cargos de alto escalão em seu país, como, por exemplo, o de Primeiro Ministro e Presidente do Partido do Congresso (principal partido político do país) – verdadeiro prolegômeno do estudo das relações Oriente/Ocidente, e cujas imensas contribuições foram grandemente absorvidas pela historiografia que trata do tema (não obstante superadas em alguns pontos), para nós será fundamental, pois fornecerá a base para a localização histórica de que nos valem para alocar a Conferência Ásio-Africana de Bandung – embora proponhamos uma ligeira modificação quanto ao marco cronológico referente ao fim do período de dominação política “ocidental”.

É que entendemos que fora esta Conferência, e não “a retirada, em 1947 das forças britânicas da Índia, e em 1949 dos navios europeus da China” ¹⁷⁷ como defende o próprio Panikkar, que devemos ter como marco para o fim do “Período Vasco da Gama”. Pois, para um observador do século XXI a Conferência de Bandung se afigura como um acontecimento de muito maior expressão do que estes importantes, mas muito tópicos, eventos (visão que, inclusive, traz um traço algo eurocêntrico, posto que se centra em ações das, já então antigas, metrópoles europeias), os quais não representam necessariamente uma ruptura definitiva – como fora Bandung – com o *status quo*, nem na Ásia nem na África.

Assim, um estudo que se concentre sobre aquela região do globo que nos convencionamos, no “Ocidente” ¹⁷⁸, a chamar genericamente *Oriente* (ou Ásia),

¹⁷⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 35/05/08. Nova Déli – Ofícios recebidos – Outubro/Dezembro. de 1954, Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes, Embaixador: Ildfonso Falcão. Ofício número 25 de 15/11/1954

¹⁷⁷ PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Vol. I. Rio de Janeiro, Saga, 1965. p. 19

¹⁷⁸ “Se nas palavras de Cosgrove (1998 [1989]) “a geografia está em toda parte”, o eurocentrismo também está: na literatura (...); nos ramos da geografia (que já teve campos temáticos como a “geografia colonial” e a “geografia tropical” e em muitas situações utilizou o determinismo geográfico para justificar o colonialismo e o imperialismo); na cartografia (já que os mapas avassaladoramente mais usuais têm a Europa no centro e deformam as medidas, apresentando o hemisfério norte bem maior do que o sul); na

especialmente se tal estudo trata de eventos situados nas “Idades Moderna” e “Contemporânea” (balizamento cronológico tradicional da historiografia ocidental centrado na história europeia que vai século XV aos dias atuais), não pode ignorar este clássico trabalho de K. M. Panikkar, que define como “Período Vasco da Gama” os “450 anos compreendidos entre a chegada de Vasco da Gama, em 1498, e a retirada, em 1947 das forças britânicas da Índia, e em 1949 dos navios europeus da China, (...)”¹⁷⁹. Apesar da aparente arbitrariedade quanto ao balizamento cronológico deste (quicá longo) período histórico, Panikkar é criterioso ao defini-lo, pois ressalta “a multiplicidade de suas etapas (...) a diversidade de suas evoluções (...) [e] a sucessão das hegemonias”, contidas nesta era em que as características mesmas do capitalismo se transformavam e desenvolviam, nos mostrando que, apesar do caráter multifacetado do período, este pode ser entendido como, em seu conjunto, portador de uma “fisionomia própria”: a fisionomia da dominação imperial “ocidental”.

O nosso estudo se concentra justamente no ocaso desse período, residindo, nesse ponto, a nossa já citada sugestão de alteração quanto ao balizamento cronológico proposto por Panikkar. Julgamos, em concordância com o embaixador brasileiro em Jacarta, Oswaldo Trigueiro, que podemos situar, precisamente, o “coroamento” do fim desse período histórico justamente na Conferência Ásio-Africana de Bandung, que ocorre de 18 a 24 de abril de 1955. Concebemos que, apesar do flagrante desdém encontrado em algumas falas, tanto da imprensa da época quanto dos meios diplomáticos brasileiros, o significado desse conclave foi da maior importância para a definição do panorama internacional do pós-guerra, pois, além de significar para as nações participantes do evento o primeiro passo para uma série de tomadas de medidas

regulação do tempo (a partir do meridiano de Greenwich); na arquitetura (...); na antropologia (...); na biologia (...); e até mesmo nas toponímias (o Oriente, por exemplo, é dividido em “Próximo”, “Médio” e “Distante”, tendo-se a Europa como referência). NAME, p. 5.

¹⁷⁹ Panikkar, 1965, p. 19.

coletivas, com uma unidade planejada de interesses libertadores (formação do movimento dos Não-alinhados, por exemplo), contribuiu grandemente para a pavimentação da estrada que levaria à libertação das últimas colônias européias na Ásia e na África que ainda persistiam na segunda metade do século vinte.

Assim, como exposto acima, para um melhor entendimento do que representou, para asiáticos e africanos, a Conferência de Bandung, lançaremos mão de uma breve exposição sobre aquele que foi um dos principais alvos de Bandung: o imperialismo colonialista europeu (e neo-europeu).

Uma primeira consideração a se fazer sobre tal assunto é que a "era imperialista" foi uma fase dentre outras que compuseram aquele que conhecemos como Período Vasco da Gama (além de ter sido a fase de formação do pensamento *Orientalista* de Said, como colocado no primeiro capítulo desta dissertação), dando-se, de maneira mais intensa, a partir da segunda metade do século dezenove, segundo a cronologia utilizada por Eric Hobsbawm¹⁸⁰, de 1875 a 1914.

Destarte, se é verdade que as relações, a partir do advento da Idade Moderna, entre "Ocidentais" e "Orientais" possui uma grande quantidade de fases e nuances, e também podemos encontrar verdade nas palavras de Hobsbawm quando este escreve que houve uma "ridícula facilidade" com que "alguns países [europeus] conquistaram o resto do Globo não europeu"¹⁸¹, devemos cuidar de lembrar que este mesmo historiador especifica o momento histórico em que tal domínio se concretizou: o século dezenove. Antes disso as potências marítimas européias despenderam séculos de sucessivas tentativas de dominação plena na Ásia e não lograram êxito. Panikkar, inclusive, nos mostra em *A dominação Ocidental na Ásia*, a grande dificuldade que tiveram os

¹⁸⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

¹⁸¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 198.

européus para conseguir mesmo estabelecer entrepostos comerciais nos territórios de grande organização política como Índia, China e Japão, por exemplo. Somente após longos e complexos processos políticos e econômicos (que resultaram, entre outras consequências, na Revolução Industrial) é que se criou, na Europa, condições de se levar a cabo a empresa de dominação colonial que ocorreu em fins do século dezanove e início do vinte.

Vizentini ¹⁸² nos aponta que Hobson, (o economista inglês, que como vemos em Hobsbawm, fora um *disseminador* ¹⁸³, não *criador*, do termo *imperialismo*), em 1902, desenvolveu um estudo que “tem o mérito de demonstrar o caráter econômico do fenômeno imperialista, bem como a existência de excedentes de capitais para exportação nas metrópoles” ¹⁸⁴, ficando claro que fora somente no dezanove que países europeus reuniram condições econômicas para que se lançassem à corrida imperialista ¹⁸⁵.

Assim, como nos ensina Hobsbawm, apesar das resistências locais, o período em questão foi um período de fato do imperialismo colonial e, "entre 1880 e 1914, a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividido em territórios sob governo direto, ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda Bélgica, Estados Unidos e Japão" ¹⁸⁶. Data dessa época a "repartição do mundo entre um pequeno número de Estados (...), expressão mais espetacular da crescente divisão entre

¹⁸² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

¹⁸³ HOBBSAWM, 1987, p 92.

¹⁸⁴ VIZENTINI, 2007, p. 11.

¹⁸⁵ Ainda segundo Vizentini, Lênin desenvolve ainda mais a análise proposta por Hobson no livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, onde “... o imperialismo caracterizava-se por uma concentração da produção e dos capitais, que conduziam aos oligopólios, a fusão do capital bancário e industrial, gerando o capital financeiro, a exportação de capitais, a associação dos grandes monopólios econômicos, que repartiram o mundo e, finalmente, a conquista e a divisão dos territórios periféricos pelas grandes potências, criando imensos impérios coloniais”. VIZENTINI, 2007, p. 12.

¹⁸⁶ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 1987. p. 88

fortes e fracos, em 'avançados' e 'atrasados'" ¹⁸⁷. E a maior parte desses territórios divididos estava no continente africano, já que a Ásia, apesar de agregar os mais antigos impérios europeus, mantinha uma vasta área nominalmente independente.

Fagundes Vizentini nos mostra, igualmente, que “O imperialismo e o colonialismo foram (...) uma decorrência da aceleração do desenvolvimento econômico, devido à II Revolução Industrial, bem como do surgimento de potências desafiadas à hegemonia inglesa [França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Estados Unidos e Japão]” ¹⁸⁸ sendo este desafio, esta corrida por postos estratégicos (em termos políticos, mas, sobretudo econômicos), a origem da repartição do mundo afro-asiático entre as potências europeias em que a Conferência de Berlim (1885) foi uma tentativa de estabelecer regras entre os postulantes a metrópoles ¹⁸⁹.

Para os europeus, então, a formação de colônias no além mar nesta fase do capitalismo foi possível graças a sua superioridade econômica, militar e tecnológica, aliada a estratégias de estímulo a (e mesmo criação de) rivalidades locais para que seu intento de conquista colonial fosse levado a termo. Vizentini nos alerta, contudo, para que seja dada a devida atenção ao fato de o colonialismo europeu na Ásia e na África não serem interpretados nem como um fruto de um “cálculo de custo-benefício de curto prazo” nem como um “fenômeno irracional motivado por uma diplomacia de prestígio” ¹⁹⁰. Para este autor, a motivação econômica era “um elemento decisivo em última instância, decorrente estruturalmente das necessidades da II Revolução Industrial, e não um objetivo imediatista” ¹⁹¹.

¹⁸⁷ Idem p. 91.

¹⁸⁸ VIZENTINI, 2007, p. 12.

¹⁸⁹ Especialmente pelo interesse de Bismark “que queria confirmar seu próprio papel de árbitro nos conflitos internacionais, mas também participar, doravante, do rateio dos despojos”. FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006. p. 99

¹⁹⁰ VIZENTINI, 2007, p. 14.

¹⁹¹ VIZENTINI, 2007, p. 15.

Porém, qual era, de fato, a situação econômica dos europeus e neo-europeus (especialmente os mais industrializados) nas últimas décadas do século dezanove? Hobsbawm nos mostra que a situação econômica da época, na Europa, para olhos acostumados a uma realidade de século XXI, se afigura como anômala e “difícil de entender”. Isto porque “embora o ritmo comercial, que configura o ritmo básico de uma economia capitalista, tenha, por certo, gerado algumas *depressões* agudas no período entre 1873 e meados dos anos 1890, a *produção* mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente”¹⁹². Assim, este era um contexto de (aparente) paradoxo: por um lado aumento na produção e, por outro, depressão no comércio.

Estes eram também tempos de expansão industrial para além dos tradicionais centros, Grã-Bretanha e França. Aqui as economias estadunidenses e alemãs “avançavam a passos agigantados” por suas crescentes produções, tendo a “revolução industrial se estendido a novos países como Suécia e a Rússia”. Aqui também muitos países ultramarinos integrados à economia mundial conheceram um desenvolvimento mais intenso do que nunca, gerando uma grande crise de endividamento internacional como, por exemplo, “o investimento estrangeiro na América Latina, [que] atingiu níveis assombrosos nos anos 1880”¹⁹³. Porém, a despeito da aparência de prosperidade a economia mundial se via em um período de Grande Depressão.

Hobsbawm nos indica que a maior vítima destes tempos de depressão econômica (e conseqüentemente social) foi a produção agrícola européia, a qual assistiu um imenso declínio dos lucros, com impacto não apenas na produção (e consumo) na Europa mas também nas economias exportadoras ultramarinas – o que fez com que inúmeros levantes camponeses fossem observados nos mais variados recantos do mundo, europeu e não europeu. Neste compasso, países “que não precisavam se preocupar com um

¹⁹² HOBSBAWM, 1987, p. 58.

¹⁹³ HOBSBAWM, 1987, p. 59.

campesinato porque já não o tinham, como a Grã-Bretanha, podiam deixar sua agricultura atrofiar (...), a Dinamarca [por exemplo] modernizara propositalmente sua agricultura, passando aos rentáveis produtos animais. Outros governos, como o alemão (...), o francês e o americano optaram pelas tarifas alfandegárias, que mantinham o preços elevados”¹⁹⁴. No entanto, o autor britânico nos mostra que as reações não governamentais foram as que mais se observavam no intuito de mitigar os problemas sociais e econômicos da população: a criação de cooperativas profissionais e a emigração, esta última funcionando como uma verdadeira “válvula de escape que mantinha a pressão social abaixo do ponto de rebelião ou revolução”¹⁹⁵.

Hobsbawm nos mostra, ainda, que o setor empresarial também se via às voltas com seus próprios problemas ligados a questão deflacionária. É que a queda dos preços significava, para este setor, queda da taxa de lucros. Desse modo, a solução, encontrada na grande expansão dos mercados, não se verificava como uma solução palpável, pois “a rapidez real do crescimento do mercado” não foi suficiente para salvar a queda dos preços. Outro empecilho para a resolução do problema da deflação era que “os custos de produção eram, a curto prazo, mais estáveis que os preços, pois os salários não podiam ser, ou não foram, reduzidos proporcionalmente, (...) as empresas também estavam sobrecarregadas com fábricas e equipamentos já obsoletos (...) ou com fábricas e equipamentos novos e caros que, dados os baixos lucros, demoravam mais que o previsto para se pagarem”¹⁹⁶.

Mediante este quadro, as sugestões para a resolução de tais problemas eram algo múltiplas na época, e “os governos eram mais propensos [a ceder] aos grupos de influência e de eleitores organizados, que os instavam a proteger o produto nacional

¹⁹⁴ HOBBSAWM, 1987, p. 61.

¹⁹⁵ HOBBSAWM, 1987, p. 61.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 62.

contra a concorrência de bens importados”¹⁹⁷. E é aqui que começam a se delinear as soluções levadas a cabo pelas nações “metropolitanas” na época, desencadeando uma competição internacional que iria abarcar não apenas o mundo europeu e neo-europeu, mas também as regiões mais afastadas do centro de poder norte-atlântico, as quais se viam crescentemente integradas a tais economias. Com a superprodução, era necessário deixar os rivais estrangeiros fora da economia do país. Desse modo, Hobsbawm nos mostra que a “Grande Depressão fecha a longa era do liberalismo econômico”, onde as tarifas protecionistas se tornam um elemento “permanente no cenário econômico internacional, culminando, no início dos anos 1890, com as tarifas punitivas associadas aos nomes de Méline, na França e McKinley, nos EUA”¹⁹⁸. Neste cenário, o único país a defender a manutenção do liberalismo fora a Grã-Bretanha “apesar dos poderosos desafios ocasionais lançados pelos protecionistas”.

Porém, porque a Grã-Bretanha era a única a defender o livre comércio? A resposta a esta pergunta pode ser localizada no fato de este país ser, de longe, o maior exportador de produtos industrializados e com uma economia cada vez mais voltada para a exportação destes produtos. A economia da pioneira Inglaterra¹⁹⁹ seria, a princípio, grandemente prejudicada com o protecionismo econômico. Este país era também “o maior exportador de capital, de serviços de transporte”, além de o maior

¹⁹⁷ *Idem*, p. 63.

¹⁹⁸ HOBSBAWM, 1987, p. 64.

¹⁹⁹ “Uma das questões centrais quando se analisa a Revolução Industrial, é compreender as causas do pioneirismo inglês. De fato, embora outros países e regiões reunissem algumas condições para a produção industrial, nenhum reunia de forma integrada todas as suas condições. Entre elas, podemos citar a existência anterior de infraestrutura para a manufatura. A Inglaterra já havia feito a sua “revolução agrícola”: conjunto de transformações, entre os séculos XV e XVIII, que consistiu em cercamento dos campos; fornecimento de mão de obra para as indústrias em transformação e modernização da agricultura (rotatividade, utilização de adubo e maquinaria). Por outro lado, a Inglaterra gozava de um enorme mercado de consumo (o próprio país e seu enorme império colonial). Além disso, a participação no grande comércio marítimo propiciou um forte processo de acumulação de capitais, tanto nos fretes marítimos como no comércio de escravos e na pirataria. A aliança entre a burguesia e alguns setores da nobreza, após a Revolução Inglesa (1640-1689), também contribuiu. Resumidamente, pode-se afirmar que as condições para a Revolução Industrial na Inglaterra são a existência de capital, mão de obra, máquinas, mercados, comércio internacional, frota mercante e matérias-primas.” SILVA, André Luiz Reis da. *A nova ordem européia no século XIX: os efeitos da dupla revolução na história contemporânea*. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 47, p. 1-24, jan./jun. 2010. p. 11.

comprador de produtos primários do mundo. Desta forma, para a Grã-Bretanha, o “livre comércio parecia indispensável, pois permitia que os fornecedores ultramarinos de produtos primários trocassem suas mercadorias por manufaturados britânicos, reforçando assim a simbiose entre o Reino Unido e o *mundo subdesenvolvido, base essencial do poderio econômico britânico*”²⁰⁰. O resultado dessa situação para os ingleses foi um comportamento anômalo, especialmente quanto a sua posição na economia mundial, pois, em função de suas dinâmicas políticas e econômicas internas, ela “continuou comprometida com o liberalismo econômico, dando aos países protecionistas ao mesmo tempo a liberdade de controlar seus mercados internos e muito espaço para promover suas exportações”²⁰¹.

Desse modo, se desenvolveu um sistema de relações econômicas internacionais (capitalista) esquizofrênica. Pois, se por um lado o núcleo básico da economia capitalista do século XIX eram “as economias nacionais”, o Estado (nacional) somente “existia como algo que interferia nas operações *autônomas* e automáticas do ‘mercado’”²⁰² como algo acessório, que iria complementar o *laissez faire* do mundo capitalista. Aqui as operações econômicas, financeiras e comerciais, não reconheciam as fronteiras dos Estados nacionais, mostrando que o capitalismo “além de internacional na prática, era internacionalista na teoria”. O ‘ideal de seus teóricos era a formação de uma divisão internacional do trabalho que garantisse o crescimento máximo da economia’²⁰³. E este era o raciocínio básico que norteou as ações das potências imperialistas em suas empresas coloniais do além-mar.

No entanto, como bem observa Hobsbawm, este modelo de livre comércio (especialmente em se tratando das potências coloniais) era inadequado por um fator

²⁰⁰ HOBBSAWM, 1987, p. 65, grifo nosso.

²⁰¹ HOBBSAWM, 1987, p. 65.

²⁰² *Idem*, p. 65.

²⁰³ *Idem*, p. 65.

óbvio: as economias nacionais existiam porque as nações-Estado existiam. E a “industrialização e a Grande Depressão transformaram-nas [as economias nacionais, sobretudo as industriais] num grupo de *economias rivais*, em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição das outras. [Assim, a] concorrência se dava não só entre as empresas, mas também entre as nações”²⁰⁴.

Foram muitas as sugestões e as saídas para a resolução dos problemas das empresas e das economias das nações na época da Grande Depressão, como controle das massas de trabalhadores pelos mais variados mecanismos políticos, econômicos e ideológicos; elaboração de trustes; desenvolvimento de formas “científicas” de produção industrial e organização das empresas. Porém o que nos interessa no presente estudo é a “terceira saída” apontada por Hobsbawm, a saber: o imperialismo. Segundo as palavras desse mesmo autor: “*não há como negar que a pressão do capital à procura de investimentos mais lucrativos, bem como a da produção à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas – inclusive a conquista colonial*”²⁰⁵.

No entanto, solucionadas em partes as questões que travavam o próspero desenvolvimento do capitalismo nos anos 1870, “de meados dos anos 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade, ao invés de, até então, no tom da depressão”²⁰⁶, em grande medida beneficiada pela exploração das colônias do além-mar, em especial nos continentes asiático e africano.

Em suma, Hobsbawm propõe uma síntese da economia mundial da “Era dos Impérios” elucidando uma série de sete características que ajudam a explicar o sucesso do capitalismo observado na última década do século XIX. A primeira reside no fato de que a economia mundial possuía, então, uma base geográfica muito mais extensa do que a da fase anterior, e isto se dá, em grande medida, ao imperialismo colonial: “o mercado

²⁰⁴ *Idem*, p. 68.

²⁰⁵ HOBBSAWM, 1987, p. 72.

²⁰⁶ HOBBSAWM, 1987, p. 73.

internacional dos produtos primários cresceu enormemente, bem como, por conseguinte, tanto as áreas destinadas a sua produção como sua integração ao mercado mundial”²⁰⁷. A segunda característica, estreitamente ligada à primeira, é que a economia mundial se tornou mais pluralista. A Grã-Bretanha perdeu seu papel de preeminência absoluta e temos que esta foi uma era essencialmente caracterizada pela rivalidade entre Estados, o que caracteriza a considerável multipolaridade do período. A terceira característica foi a revolução tecnológica, quando são desenvolvidos e disseminados inventos e inovações como telégrafo sem fio, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o automóvel, o avião, que acelerou ainda mais as transações econômicas e financeiras, assim como a transferência de capital para regiões antes inimaginavelmente distantes do centro econômico europeu. A quarta característica foi a dupla transformação da empresa capitalista, tanto em sua forma quanto no seu *modus operandi*, que resultou em uma ainda maior concentração do capital. A quinta característica foi a transformação do mercado de bens de consumo, quando o mercado de massas passa a dominar as indústrias produtoras de bens de consumo. A sexta característica é o crescimento do setor terciário da economia. A sétima característica foi a crescente convergência entre política e economia, ou seja, o desempenho de um papel cada vez mais importante do setor público na economia: um sintoma do retraimento da livre concorrência. Quanto a esta última característica cumpre ressaltar que embora “o papel do setor público pudesse ser crucial, seu peso real na economia permaneceu modesto”²⁰⁸.

Assim, esta maior e mais eficiente integração do mundo, e a partir deste momento pode-se, de fato, falar em *mundo*, pois são todos os continentes integrados economicamente, fez com que os europeus se lançassem em uma corrida imperial que

²⁰⁷ HOBSBAWM, 1987, p. 79.

²⁰⁸ HOBSBAWM, 1987, p. 84.

submeteu vastíssimas áreas e recursos, e um número antes impensável de seres humanos, ao capitalismo europeu, dando início ao que chamamos de imperialismo colonialista. Esta imposição, no entanto, se deu de várias formas nas diferentes novas possessões no além mar, formas estas que iriam marcar tanto o tipo de relação entre metrópoles e colônias quanto o próprio momento de emancipação política destas regiões submetidas aos Estados europeus e neo-europeus na fase final do Período Vasco da Gama.

2.1.2 A Conferência de Berlim e a partilha da África: a construção da Era dos Impérios.

“Pois a sua civilização agora precisava do *exótico*. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em *lugares remotos*”
Eric Hobsbawm. A Era dos Impérios ²⁰⁹

Se impérios e imperialismos não são novidades surgidas a partir da segunda metade do século dezenove, com a expansão do capitalismo para as áreas “periféricas” do mundo europeu, temos o surgimento de um novo tipo de imperialismo, o qual, segundo Hobsbawm, se notabiliza por um caráter dual: ao passo que é marcado por características antigas, ele apresenta, ao mesmo tempo, características inéditas, como fica claro no excerto a seguir: [Este foi] “provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam ‘imperadores’, ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título” ²¹⁰ – e esta é sua característica *antiga* – porém, ele também insere um novo elemento ao fenômeno imperialista: o fato destes novos impérios, cujas

²⁰⁹ HOBBSAWM, 1987, p. 96..

²¹⁰ *Idem*, p. 88.

“vítimas (...) foram, até certo ponto, os antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal”²¹¹, serem *coloniais*.

Como o mesmo autor aponta, a discussão sobre o imperialismo data do próprio momento em que esta nova forma de os europeus estarem no mundo surgiu, e ela se concentra basicamente sobre o fato de o teor econômico deste modo de política externa estar ou não presente em seu núcleo duro. Porém, em nosso estudo contornaremos tal contenda: optamos por adotar, como anteriormente exposto, e como aponta Hobsbawm, a tese de que de fato a “divisão do globo tinha uma [fundamental] dimensão econômica”²¹². Assim, concordamos com o autor quando este nos alerta que “o fato maior do século XIX é criação de uma economia global, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e o mundo não desenvolvido”²¹³.

Desse modo, começaremos nossa exposição sobre o imperialismo colonial falando sobre um momento crucial para esta nova face do imperialismo europeu: a “partilha da África”, expressa na Conferência de Berlim. Segundo Ferro²¹⁴, esta havia sido originalmente cogitada para solucionar problemas específicos que envolviam desavenças em torno do Congo, disputada por Bélgica e França. Porém, aos poucos, acabou por servir como pretexto para a inserção de outros atores internacionais como, por exemplo, os alemães, igualmente interessados na participação do “rateio dos despojos”, mostrando que a situação da economia e da política internacional havia se tornado de fato multipolar e gradualmente complexa. Ao fim, no entanto, esta conferência, que contou com a participação de catorze países, “estabeleceu uma espécie

²¹¹ *Idem*, p. 88.

²¹² *Idem*, p. 94.

²¹³ *Idem*, p. 95.

²¹⁴ FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

de *gentleman's agreement*: cada potência européia comprometia-se a não mais fazer aquisições selvagens sem notificar as outras, para permitir que estas apresentassem seus pleitos. *Os povos ou reis africanos, considerados res nullius ("coisa de ninguém"), não foram sequer consultados ou informados de todas essas discussões"* ²¹⁵. Assim, como nos mostra o mesmo autor, após tal conferência, as principais potências européias precipitaram-se sobre tais territórios assinando acordos (evidentemente, entre eles mesmos) de demarcação de fronteiras que perdurariam até após as independências dos países africanos.

Segundo Ferro, os resultados da Conferência, que na verdade “não oficializou realmente a partilha da África, nem sequer o reconhecimento de zonas de influência na hinterlândia, apenas formulou as ‘regras do jogo’, permitindo [uma] orgia de operações e de anexações que ficaram conhecidas como ‘corrida de obstáculos’, pois cada potência européia saía em disparada para fincar sua bandeira no maior número possível de territórios...” ²¹⁶. Esta “corrida de obstáculos” irá ter, como conseqüência, resultados assimétricos, considerados insatisfatórios por algumas nações européias. Por exemplo, ela beneficia grandemente o rei (belga) Leopoldo, que se tornou o proprietário do Congo e anexou o Katanga. A Inglaterra assinou, após a Conferência, cerca de trinta acordos com Portugal, vinte e cinco com Alemanha e cento e quarenta e nove com a França, além de centenas de outros “tratados” com reis africanos. A Alemanha definiu suas zonas de influência no Sudoeste africano. Os franceses partiram do Senegal e avançaram para o lago Chade e o Níger, dividido com os ingleses.

Assim, se a divisão da África foi um mito, como afirma Ferro, os sonhos de conquista da África se tornaram uma realidade alvissareira para os capitalistas europeus e suas respectivas nações. Com o passar do tempo Inglaterra, França, Alemanha,

²¹⁵ *Idem*, p. 101.

²¹⁶ FERRO, 2006, p. 102.

Portugal e outras potências européias se viram envolvidas em uma série de conflitos locais que foram resolvidos em uma série de tratados que ignoravam solenemente os povos africanos e seus, já então antigos, soberanos.

Para efetivar e justificar esta dominação econômica e política, tanto no âmbito interno quanto externo, os europeus lançaram mão de um verdadeiro arsenal ideológico como nos mostra Vizontini no trecho a seguir: “As sociedades metropolitanas justificavam ideologicamente a conquista e a dominação dos povos coloniais através de teorias como o darwinismo social, que concebia a existência de uma luta pela sobrevivência (...), pela consciência de uma missão civilizadora da raça branca e pelas teorias da superioridade racial”²¹⁷ – ideologias que grassaram largamente por terras brasileiras e lusas, como vimos no primeiro capítulo, sendo, inclusive, uma das bases do Orientalismo lusotropical. Vizontini continua expondo também a importância do nacionalismo, o qual também “teve um papel fundamental na expansão imperialista, encontrando suporte em autores como Nietzsche e sua ‘vontade de potência’ das nações (...) Além de evocar os argumentos [raciais] os defensores da expansão imperialista justificavam que esta era necessária à elevação do nível de vida das classes trabalhadoras metropolitanas (...) o que acabou convencendo muitas lideranças operárias a apoiar o expansionismo de seu país, criando assim interesses comuns com as burguesias nacionais”²¹⁸.

A este “arsenal ideológico” acrescentaríamos o (quicá esquecido) *Orientalismo*, observado, elaborado e analisado por Edward Said e o *Lusotropicalismo* proposto por Freyre, os quais trabalhamos no primeiro capítulo, e são mesmo o objeto de análise deste trabalho. Quanto a este papel importante do racionalismo eurocêntrico no colonialismo imperialista, Marc Ferro nos mostra que os ingleses também, neste

²¹⁷ VIZENTINI, 2007, p. 12.

²¹⁸ VIZENTINI, 2007, p. 12.

aspecto, foram pioneiros, como vemos nesta importante passagem de Chamberlain: “Acredito nesta raça...”, dizia Joseph Chamberlain em 1895. Ele entoava um hino imperialista à glória dos ingleses e celebrava um povo cujos esforços superavam os de seus rivais franceses, espanhóis e outros. Aos outros povos, ‘subalternos’, o inglês levava a superioridade de seu *savoir-faire*, de sua ciência também; o ‘fardo do homem branco’ era civilizar o mundo, e os ingleses mostravam o caminho”²¹⁹. Ferro ainda acena para a diversidade de relações já por nós exposta no primeiro capítulo, a respeito das diferenças entre as formas de os europeus delinearem a sua superioridade racial frente aos povos ditos inferiores “... o que aproximava ingleses, franceses e outros colonizadores, e dava-lhes consciência de pertencerem à Europa, era aquela convicção de que encarnavam a ciência e a técnica, e de que este saber permitia às sociedades por eles subjugadas progredir. Civilizar-se”²²⁰.

2.1.3. As diferentes formas de dominação e as libertações nacionais

Um dos aspectos que salta aos olhos de quem se dedica ao estudo da história do imperialismo capitalista de fins do dezenove e início do vinte, ou mesmo de quem se dedica ao estudo do Orientalismo de Said, é que esta dominação se deu de várias maneiras nos diferentes territórios coloniais asiáticos e africanos, sendo igualmente diferentes as formas de colonização utilizadas pelos centros irradiadores do capitalismo de então. Segundo Leroy-Beaulieu, citado por Maria Yedda Linhares em *A luta contra a metrópole*²²¹, existiam três tipos básicos de colônias, "as de comércio ou entrepostos (Hong-Kong e Cingapura) as de plantagem ou exploração, que exigiam capitais e se destinavam a exportar produtos exóticos e matérias-primas (Índia e Java); e as de povoamento, em climas temperados e com imigração 'branca' Outros distinguiam, ainda,

²¹⁹ FERRO, p. 39.

²²⁰ *Idem*, p. 39.

²²¹ LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

as colônias-reservatório (fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra à metrópole), as de escoamento, que absorviam produtos da metrópole e mão de obra, ou, segundo G. Hardy colônias de administração (encadrement). Além desses, havia outro tipo, não ostensivamente declarado, a de penetração financeira (China, Turquia, América Latina)"²²². Contudo, não nos cabe aqui estabelecer uma exposição de cada caso para análise, mas sim demonstrar como foi diversificada a dominação, e, conseqüentemente, como foram diversificadas as relações desenvolvidas entre metrópole e colônia durante o processo colonial, relações essas que, na maioria dos casos, forneceriam o tom para as libertações nacionais.

Por outro lado, as rivalidades entre as nações colonialistas européias podem ser compreendidas como componentes da raiz da degradação das suas respectivas possessões coloniais – embora tenhamos de enfatizar que este fator “externo” às colônias concorreu como *um dos fatores* que levaram às rupturas independentistas, pois fatores locais como a emergência de nacionalismos e partidos políticos, especialmente os de esquerda, variando em cada caso, foram igualmente determinantes para tanto. Debilitadas pela “Grande Guerra”, as nações colonialistas européias tenderam a voltar suas atenções para as suas respectivas reconstruções, criando-se assim condições para que as colônias pudessem desenvolver maiores possibilidades de libertação. Em 1939 a Europa envolve-se em outra fase (belicosa) do longo conflito civil europeu, fato que (re)cria as condições, nas colônias, para uma ofensiva contra o colonialismo. E é após a "segunda" guerra mundial que se recrudescem as lutas contra as metrópoles. Pois, como nos aponta Linhares, uma vez que o esforço bélico dos aliados (que eram potências colonialistas) exigia a participação das colônias, aconteceu de estas serem armadas, o que gerou, nas metrópoles, um grande temor de que de os locais, "antes da retomada

²²² LINHARES, 1981.p. 85.

militar das colônias pelos exércitos dos antigos senhores", se pusessem "sob a liderança dos respectivos partidos comunistas, [e apoderassem-se] dos estoques bélicos (...) [reforçando] a confiança das massas populares" ²²³, na luta libertadora. Entretanto, cada país europeu se relacionou de uma maneira diferente com as lutas de libertação nacional na Ásia e na África, assim como diferiam também entre si as formas dessas lutas de libertação nacional, sendo, em uns casos, mais violentos do que em outros.

Não é de nosso intento descortinar caso a caso as relações coloniais entre europeus e asiáticos ou africanos, ou mesmo demonstrar como se deu a luta pela libertação nacional em cada país que passou pela experiência da dominação colonial. Resgataremos agora uma questão apontada por Linhares que se nos afigura como fundamental para o entendimento do contexto que estudamos, a discussão sobre o conceito de descolonização.

Entendemos a reunião de Bandung como uma iniciativa tomada pelos próprios países asio-africanos, logo, são eles os protagonistas de sua própria libertação. Contudo, esse papel principal na luta emancipatória não se inicia com Bandung, mas em um momento anterior, quando foram dados os primeiros passos rumo a eliminação do colonialismo europeu em ambos continentes, nas lutas de libertação nacional. O conceito de descolonização busca justamente retirar dos não-europeus a iniciativa do fim do colonialismo, "depois de ter colonizado, o 'europeu descoloniza'. Era-lhe indispensável 'manter a iniciativa" na palavra "está implícita a idéia de 'vontade' do país colonizador de abrir mão de seus direitos adquiridos num determinado momento" ²²⁴. Tal interpretação afigura-se ainda como uma interpretação eurocêntrica da história. Por uma outra perspectiva, poderia dizer-se, "invasões estrangeiras" no lugar de "colonialismo", e "expulsão dos invasores estrangeiros" para descolonização,

²²³ LINHARES, 1980, p. 64.

²²⁴ *Idem*, p. 23

substituição essa inteiramente válida, para nós. A idéia de descolonização vai contra a idéia, ao nosso ver mais adequada, onde a busca da libertação nacional se "apresenta historicamente como produto dos movimentos nacionais, e não como a resultante de uma iniciativa do colonizador" ²²⁵ A iniciativa das lutas de libertação nacional partem de efetivos da própria nação dominada, embora, tenha concorrido para tal feito, grandemente, idéias oriundas das colônias européias, como o socialismo, tanto o comunista quanto o libertário.

2. 2. A Guerra Fria e a Conferência de Bandung

O contexto político global em que ocorreu a Conferência de Bandung foi o contexto da Guerra Fria, ou, no dizer de Eric Hobsbawm, da “peculiar” “Terceira Guerra Mundial” ²²⁶. Sobre tal período foi (e ainda é) escrito um imenso número de páginas desde a segunda metade do século passado. São inúmeras também as interpretações sobre este período histórico, as quais variam tanto no espaço quanto no tempo. Porém, não é nosso objetivo, no presente trabalho, expormos uma revisão ou um debate historiográfico do tema. Optamos por basearmo-nos nos trabalhos de três autores, a saber, Noam Chomsky, de seu *Contendo a democracia*; Eric Hobsbawm a partir de seu já clássico *Era dos extremos*, e Paulo G. Fagundes Vizentini, de seu artigo A Guerra Fria, contido na coletânea *O século XX: o tempo das crises*, organizado por Celeste Zenha, Daniel Reis Filho e Jorge Ferreira. Pela natureza mesma do nosso trabalho optamos por laborar de forma panorâmica, uma vez que o nosso foco está não nos detalhes dos desdobramentos das relações entre as duas potências que

²²⁵ *Idem*, p. 23.

²²⁶ HOBBSAWM, Eric. 1995. *Era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 224

protagonizaram as relações internacionais do período em questão, mas no mundo “periférico” que emergia então.

Uma primeira questão que surge ao abordarmos o tema é a questão do balizamento cronológico. Qual teria sido exatamente a abrangência deste período? Aqui os diversos autores que trataram (e tratam) do tema divergem – não apenas os três que citamos – quanto a este fato. Não obstante, apresentar uma lista destes, por breve que fosse, seria algo desnecessário neste momento.

Assim, adotaremos aqui o balizamento cronológico de Eric Hobsbawm, onde a Guerra Fria abrange “os 45 anos que vão dos lançamentos das bombas atômicas até o fim da União Soviética [onde, a despeito de não se formar] um período homogêneo (...) na história mundial. (...) [Existiu] um padrão único [nas relações globais]: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra mundial...”²²⁷. Curiosamente, porém Hobsbawm nos diz que, a despeito de toda a paranóia construída neste período, “A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. (...) A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha nas zonas de hegemonia soviéticas”²²⁸.

Um ponto comum entre os três autores supracitados é a consideração de que, longe de ser um momento em que duas superpotências disputavam, em pé de igualdade, a hegemonia global, este período foi, de fato, um momento de consolidação da hegemonia política, militar e econômica estadunidense em todo o mundo. A

²²⁷ *Idem*, p. 224.

²²⁸ *Idem*, p. 224

superioridade desta potência no pós-guerra teria sido um fato incontestável e, se ela se deu em função da ampliação magnífica do poderio econômico deste país, ela utilizou-se das conquistas no âmbito político e militar, como nos ensina Paulo Vizontini:

“... o avanço tecnológico americano durante a guerra permitia ampliar ainda mais a sua vantagem no plano militar e econômico. Ao fim do conflito os Estados Unidos possuíam também um quase-monopólio dos bens materiais necessários à reconstrução e à sobrevivência de populações da Europa e da Ásia Oriental. A hegemonia americana consubstanciou-se também no plano diplomático, com a criação da ONU, como instrumento jurídico, político e ideológico do internacionalismo necessário à construção de um sistema mundial calcado no livre fluxo de mercadorias e capitais”²²⁹.

A idéia de igualdade na divisão internacional não resiste a uma simples observação como a que faz Vizontini no trecho a seguir, pois se havia “... o reconhecimento da influência soviética na estreita faixa de países pobres da Europa Centro-Oriental, (...) o resto do planeta permanecia sob o domínio do capitalismo, [o que] evidencia o exagero da expressão ‘partilha do mundo’. [Desse modo] mesmo em termos de Europa, esta ‘partilha’ não teria termo de comparação”²³⁰

Noam Chomsky é outro autor que trabalha por desmistificar a idéia de que havia um conflito entre dois contendores iguais em força. Com Chomsky, não obstante o (inegável) reconhecimento do protagonismo destes atores (EUA e URSS), existe até uma radicalização no tocante à preeminência dos Estados Unidos na América no cenário

²²⁹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria, In. (org.) REIS FILHO, Daniel A., ZENHA, Celeste e FERREIRA, Jorge, *O século XX. O tempo das crises*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.p. 198

²³⁰ *Idem*, p. 199

internacional. O autor estadunidense busca mostrar que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos surgem como a única superpotência hegemônica global, sendo, na verdade, a consolidação do poder no interior de seu próprio país (de determinados grupos de elites econômicas), e, no âmbito internacional, a “contenção da democracia” no Terceiro Mundo, os verdadeiros objetivos da Guerra Fria.

Aqui, tanto Vizontini quanto Chomsky e Hobsbawm nos mostram que os mecanismos utilizados pelos EUA para o controle ideológico apostam em “formas históricas” de discurso anti-soviético. A divergência entre eles reside no fato de que eles indicam origens diferentes para a fonte desses “discursos históricos”. Vizontini aponta, e aí se situa o início da Guerra Fria para este autor, seu momento inicial, no discurso proferido por Churchill em uma universidade dos Estados Unidos, enquanto Chomsky aponta para o memorando NSC-68 de 1950. Falaremos de cada um deles.

Vizontini nos mostra que Churchill, ao “lançar seu famoso brado anti-soviético, segundo o qual uma *cortina de ferro* descera sob metade da Europa” – que seria o marco inicial da Guerra Fria – em um momento em que a Europa passava por dificuldades financeiras, aproximou mais ainda os dois lados do Atlântico em um discurso de unidade frente a “ameaça soviética”. Esta unidade, materializada nos Plano Marshall e Doutrina Truman, visavam, na verdade conter as “... as tendências democratizantes dos movimentos antifascistas [que] conferiram grande força a uma esquerda que, em sua maioria, opunha-se à penetração americana [na Europa]. Esse fenômeno, aliado à existência de vias nacionais autônomas, tanto no Oeste quanto no Leste europeu, e o ápice do movimento operário dentro dos EUA (que lutava para não perder os privilégios obtidos durante a guerra, agora ameaçados pela reconversão industrial), representavam a verdadeira ameaça, segundo a percepção de Washington”

²³¹. Desse modo, era necessário justificar a repressão interna com o discurso de uma ameaça externa.

Assim, começou-se a elaborar (e a se por em prática) todo um discurso que visava a “defender” do “Ocidente” da “corrupção subversiva que advinha do Kremlin”. Sobre o lançamento da Doutrina Truman, Vizentini nos diz: “A Doutrina Truman foi lançada através de um discurso do presidente americano, no qual defendia o auxílio dos EUA aos ‘povos livres’ que fossem ameaçados pela agressão *totalitária* tanto de procedência externa como por parte de ‘minorias armadas’. (...) A Doutrina Truman (...) reforçava a noção de *divisão do mundo*, expressa por Churchill no ano anterior, ao mesmo tempo em que lançava uma verdadeira cruzada do ‘mundo livre’ contra seu inimigo” ²³².

Porém, apesar dos esforços em apontar um inimigo, “ainda existia uma forte opinião pública mundial marcada pelo (...) antifascismo e pelo pacifismo, e isso atrasava e perturbava a implementação da Guerra Fria. Era preciso lançar mão de poderosos *mitos* e *imagens*, que desarticulassem essa corrente e condicionassem as populações a uma visão maniqueísta. A ‘ameaça soviética’ e a ‘defesa do mundo livre’ constituíram esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria. [Com isso] a Doutrina Truman e o Plano Marshall [materializaram] a partilha da Europa, lançando as bases para a formação dos blocos político-militares” ²³³. Desse modo, a despeito desta resistência em fazer “rugir os tambores”, “a verdadeira ‘marshallização’ da opinião pública ocidental permitiu eliminar a oposição à política de rearmamento maciço, que representava a base de sustentação de homens como Dulles e Adenauer” ²³⁴. Estes últimos, representantes de um grupo que iria se beneficiar largamente da crescente

²³¹ *Idem*, p. 201.

²³² *Idem*, p. 201.

²³³ *Idem*, p. 202.

²³⁴ *Idem*, p. 203.

militarização das relações internacionais capitaneadas pelos Estados Unidos, liderando aquele que Eisenhower “chamou de ‘complexo industrial militar’”²³⁵.

Assim, Vizentini nos alerta para a “racionalidade cristalina” existente nestas “formas históricas e maniqueístas” da Guerra Fria, pois estas “formas históricas” “permitiam a este país [EUA] manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais europeus, como sobre a *periferia subdesenvolvida*, diretamente, na *América Latina* e *Ásia Oriental* ou, através dos aliados europeus, em [vastas regiões da África] e do Oriente Médio [e “Extremo”]. [Desse modo], ao manipular a idéia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a União Soviética e os movimentos de esquerda e nacionalistas tanto metropolitanos quanto como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial. (...) Nesse sentido, a Guerra Fria representou tanto um conflito quanto um sistema. Finalmente, a permanente tensão permitia a hegemonia incontestada da formidável máquina militar americana, em pleno tempo de paz. A Guerra Fria constituiu-se, assim, numa verdadeira *Pax Americana*.”

Hobsbawm também aponta, em suas análises, os interesses dos grupos que desejavam e se beneficiavam com a que se manutenção da paranóia do “bem” contra o “mal”, afinal, “um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial – na verdade, de longe a maior – e que ainda viam o ‘isolacionismo’ ou protecionismo defensivo como seu grande obstáculo interno (...) A histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o

²³⁵ HOBSBAWM, Eric. 1995. *Era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 233

individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos (“americanismo”) que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo”. Assim, os que manipulavam as informações não estavam, de modo algum “dando um tiro no escuro”, pois sabiam da grande possibilidade de êxito de uma propaganda direcionada a um povo que temia a guerra (e que enxergava os horrores da recente “guerra total”) e possuía uma forma tão individualista e liberal em suas raízes societárias.

Existia assim, uma lógica, nos Estados Unidos, que fazia com que aqueles que melhor utilizassem o discurso anti-soviético e anti-comunista, se beneficiassem com estes, como nos mostra Hobsbawm: “Entre as nações democráticas, só nos EUA os presidentes eram eleitos (...) para combater o comunismo, que, em termos de política interna era tão insignificante naquele país quanto o budismo na Irlanda. Se alguém introduziu o caráter de cruzada na Realpolitik de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington”²³⁶.

Chomsky nos mostra outra origem para a Guerra Fria e o “discurso histérico” sobre o “inimigo externo” mas, mesmo aqui, os efeitos e objetivos são os mesmos apontados por Vizontini e Hobsbawm. O autor estadunidense ressalta que, para justificar o controle “paranóico” da política, tanto interna quanto externa dos Estados Unidos, fora necessário, para as poderosas elites interessadas, criar um ambiente artificial de ameaça externa. Assim, com tal intuito, se criou uma “versão ortodoxa”, de interpretação da Guerra Fria. E, segundo Chomsky, essa versão é “resumida em termos claros e vívidos naquele que é largamente reconhecido como o documento norte-americano fundamental da Guerra Fria”²³⁷: o NSC-68, de abril de 1950. A estrutura deste memorando coloca que existem dois “pólos opostos” que dividem o globo, o mal

²³⁶ *Idem*, 234.

²³⁷ CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro, Record, 2003. p. 24

absoluto, representado pela URSS e o comunismo, versus a sublimidade representada pelos Estados Unidos da América. Neste documento, o “projeto fundamental do Kremlin é a subversão total ou a destruição à força da máquina governamental e da estrutura da sociedade”, enquanto que o propósito fundamental dos EUA é "garantir a integridade e a vitalidade de nossa sociedade livre, que se alicerça na dignidade e no valor do indivíduo”²³⁸.

Tal documento consiste, para Chomsky, em uma verdadeira fonte de construção de uma ideologia específica, contemplando as mais variadas formas de luta contra o comunismo e o *neutralismo* (e este nos interessa em particular no presente trabalho), além da construção de uma associação da *democracia* exclusivamente com o *capitalismo liberal*, como se pode perceber nesta parte do documento citado por Chomsky: “a idéia de que a Alemanha, o Japão *ou outras áreas importantes* possam existir como uma ilha de neutralidade, num mundo dividido é irreal, dado o objetivo de dominação mundial abraçado pelo Kremlin”²³⁹. O trecho supracitado pode nos sintetizar, ainda que de maneira um tanto quanto indireta, a chave do pensamento de Chomsky sobre a Guerra Fria, onde ele entende que o objetivo da Casa Branca não era exatamente a destruição do Kremlin, e sim, *a) exercer um controle político interno mais efetivo e total* (algo diametralmente oposto à “democracia” que defendiam) *e b) a dominação do Terceiro Mundo, grupo* (bastante heterogêneo, diga-se de passagem) *de países ainda não dominados – ainda – pela economia estadunidense.*

A importância do papel do “Terceiro Mundo”²⁴⁰ no jogo internacional também foi percebido por Eric Hobsbawm e Paulo Vinentini. Este percebe que o Terceiro Mundo passou a ser mais importante nas relações internacionais do pós-guerra a partir da divisão da Alemanha:

²³⁸ *Idem*, p. 25.

²³⁹ *Idem*, p. 25.

²⁴⁰ Inseriremos mais a frente uma discussão sobre este conceito, mas por hora, vamos nos utilizar dele.

“A partir da divisão da Alemanha, a situação se altera e o eixo da Guerra Fria se desloca em direção à periferia terceiro-mundista contíguas às duas superpotências. (...) A Guerra Fria chegava a um impasse e muitos líderes europeus pediram negociações para atenuar o conflito (...) A resposta dos segmento políticos de direita foi, entretanto, contrária a este chamamento: a decisão de fabricar a bomba de hidrogênio e o desencadeamento da Guerra da Coréia. Era o coroamento do grito anticomunista do Partido Republicano, que no plano interno americano lançava a política de perseguição ideológica e de pensamento maniqueísta, os quais serviram de base ao macarthismo ”²⁴¹.

O autor lembra ainda, que foi no “Oriente”, a saber, na Guerra da Coréia Guerra que, ocorreu “o ponto de inflexão mais significativo da Guerra Fria”. Pois neste conflito houve tanto participação dos Estados Unidos quanto da URSS, embora disfarçado em meio as ofensivas chinesas. Hobsbawm também observa este deslocamento e indefinições levantadas por Vizontini, pois “o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada claro. (...) [e] foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria [sendo, por isso] a maior zona de atrito entre elas, (...) onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato ocorreu”. Porém, para o autor britânico (e constatamos esta verdade em todas as fontes por nós pesquisadas), “mesmo no que depois veio a ser chamado de ‘Terceiro Mundo’ (...) a maioria dos novos Estados pós-

²⁴¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria, In. (org.) REIS FILHO, Daniel A., ZENHA, Celeste e FERREIRA, Jorge, *O século XX. O tempo das crises*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. p. 205

coloniais, por menos que gostasse dos EUA e seu campo, não era comunista; com efeito: a maioria era *anticomunista* em sua política interna e ‘não alinhada’ nos campos internacionais. Em suma, o ‘campo comunista’ não deu sinais de expansão significativa entre a Revolução Chinesa e a década de 1970...”²⁴². Este caráter anticomunista será, inclusive, por nós exposto mais a frente, mas a situação política da Conferência era deveras complexa e necessita de um tratamento mais cuidadoso. Porém, não obstante este “pico” nas tensões internacionais ocorrido em 1953 não houve uma tensão (ou vontade política) suficiente para que se explodisse uma guerra generalizada (e de fato) entre as duas superpotências e seus aliados estratégicos.

Vizentini nos mostra que, mesmo a bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, também “dialogavam” tanto com a URSS quanto com as esquerdas ocidentais e, ainda, com o “Oriente”, uma vez que para este autor elas foram, “na verdade, uma demonstração de força diante dos soviéticos e dos movimentos de libertação nacional que amadureciam na China, Coréia e países do Sudeste Asiático, bem como uma intimidação à esquerda européia e à agitação no mundo colonial. (...) Ainda que enfrentando algumas resistências, os Estados Unidos eram os senhores da nova ordem mundial. A Guerra Fria permitirá a Washington consolidar sua posição de vantagem. A *Pax Americana* caracterizou-se, nesse sentido, e por longo tempo, como o monopólio dos Estados Unidos em termos de decisão estratégica”²⁴³.

Para Vizentini a Conferência de Bandung também teve impacto na Guerra Fria, e não foi apenas o contrário, como fica explícito no excerto a seguir: “A primeira onda descolonizatória, por sua vez, também repercutiu na Guerra Fria. Em abril de 1955, reuniu-se em Bandung, Indonésia, uma conferência de vinte e nove países afro-asiáticos, defendendo a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando

²⁴² HOBBSAWM, 1995, P. 225.

²⁴³ VIZENTINI, 2006, P. 199.

a Guerra Fria e seus pactos de defesa coletiva patrocinado pelas grandes potências, enfatizando, ainda a necessidade de apoio ao desenvolvimento econômico”²⁴⁴. Kocher, em artigo²⁴⁵, também ressalta a grande importância deste conclave quando diz (atenção para o equívoco quanto a data do período da Conferência que, na verdade, ocorrera entre 18 a 24 de abril de 1955, não de 24 a 29 deste ano como aparece no trecho a seguir): “Não foram os encontros e acordos assinados em Teerã (1943), Ialta e Potsdam (1945) que definiram a realidade internacional da segunda metade do século XX. Entre os dias 24 e 29 de abril de 1955 em Bandung, cidade da Indonésia, vinte e nove países marcaram de forma definitiva o fim do monopólio das grandes potências na condução das relações internacionais”²⁴⁶. Ademais, somente para citar mais um autor que destaca a importância de Bandung no século XX, afirma que esta chega a determinar um período do pós-guerra: “Durante o “período de Bandung” (1955-1975) os Estados do terceiro mundo colocaram em marcha políticas de desenvolvimento de vocação auto-centrada (real ou potencial), quase exclusivamente em escala nacional, precisamente para reduzir a polarização mundial (para uma “recuperação do atraso”). O resultado do sucesso desigual dessas políticas foi um terceiro mundo contemporâneo bastante diferenciado”²⁴⁷.

Os três autores que estamos trabalhando também estão de acordo quanto a situação da URSS no contexto da Guerra Fria. Eles nos mostram a fragilidade deste país que emergira no pós-guerra como uma superpotência militar, econômica e política, mas que ficara com amargas seqüelas do combate contra o nazifascismo, pois, como nos mostra Hobsbawm “(...) a União Soviética desmobilizou suas tropas (...) quase tão

²⁴⁴ *Idem*, p. 207.

²⁴⁵ KOCHER, Bernardo. *A economia política do Terceiro Mundo entre 1955 e 1979*, Artigo publicado no VI Congresso ABPHE, 2005.

²⁴⁶ *Idem*, p. 2.

²⁴⁷ AMIN, Samir. *O imperialismo, passado e presente*. Tempo [online]. 2005, vol.9, n.18, pp. 77-123. ISSN 1413-7704. p. 9

rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945, para três milhões em fins de 1948”²⁴⁸.

Curiosamente, e até para corroborar a informação de que a propaganda anticomunista possuía elementos distanciados da realidade, como nos aponta Hobsbawm, “era razoavelmente provável mesmo em 1945-7, que a URSS não era expansionista – e menos ainda agressiva – nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-5”. E o autor britânico continua: “Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalho, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mas mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. (...) Precisava de toda ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA”²⁴⁹.

Com isso não queremos diminuir o grau de sofisticação e capacidade militar da URSS, mas deve-se colocar em devidas proporções as forças “bipolares” que se opunham. Tampouco os autores dizem que não houve política de confronto entre os dois lados. O que havia era uma ciência, (principalmente) por parte da URSS, que suas forças eram insuficientes para aventuras mais perigosas. Hobsbawm, no trecho a seguir nos mostra esta condição do Kremlin: “Contudo, dessa situação [de debilitação soviética] surgiu uma política de confronto dos dois lados. A URSS, consciente da precariedade e insegurança de sua posição, via-se diante do poder mundial dos EUA, conscientes da precariedade e insegurança da Europa Central e Ocidental e do futuro

²⁴⁸ HOBSBAWM, 1995, P. 230

²⁴⁹ *Idem*, p. 230.

incerto de grande parte da Ásia. O confronto provavelmente teria surgido mesmo sem ideologia. George Kennan, o diplomata americano que no início de 1946 formulou a política de “contenção” que Washington adotou com entusiasmo, não acreditava que a Rússia estivesse em cruzada pelo comunismo, e (...) estava longe de ser um cruzado ideológico”²⁵⁰. Um aspecto interessante é esta colocação do diplomata americano que dizia que “*confronto provavelmente teria surgido mesmo sem ideologia*”. O que estava em jogo era antes, uma questão estratégica global, que definiria áreas de influência econômica e política, do que questões ideológicas. Aqui, fica claro que não se tratava de defesa da “democracia” contra a “tirania comunista”, mas sim questões de ordem econômica, militar e política de ordem global e interna (tratando-se dos Estados Unidos da América).

Isso posto, costa que, de fato, houve uma corrida armamentista, pois “os dois lados viram-se (...) comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade. Os dois se viram também comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, (...) chamou de “complexo industrial-militar”, ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. (...) Como era de se esperar, os dois complexos industrial-militares era estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercado de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares.”²⁵¹. Grande parte desse excedente da produção militar foi parar nas mãos das guerrilhas ou mesmo dos exércitos regulares do Terceiro Mundo à medida que ficavam obsoletos para os principais produtores de armas do mundo, áreas

²⁵⁰ *Idem*, p. 231.

²⁵¹ *Idem*, p. 233.

importantes para ambos os lados do conflito. Porém, como nos ensina Vizontini: “A Guerra Fria (...) não pode ser reduzida à sua aparência de conflito entre EUA e URSS. Esta imagem é apenas parte do processo e diz respeito ao imediato pós-guerra, quando o capitalismo foi reestruturado sob hegemonia americana, o que anulou momentaneamente as rivalidades inter-capitalistas e permitiu a atuação conjunta do sistema contra a URSS. A Revolução Soviética criara uma base industrial autônoma, capaz de permitir-lhe independência de ação e de fornecer recursos econômicos e militares às revoluções e ao nacionalismo na periferia. Daí a necessidade de conter não uma inexistente ‘exportação da revolução’, mas o apoio da URSS às revoluções e rivalidades espontaneamente surgidas no Terceiro Mundo, quando convinha a Moscou”²⁵².

Com isso, notamos a grande importância que o “esquecido” Terceiro Mundo possuía no momento da Guerra Fria. O documento NSC-68 citado por Chomsky (matriz da paranóia anticomunista) nos dá pistas da crescente importância deste emergente ator coletivo. Desse modo, como "*outras áreas importantes*", referidas no documento, certamente podemos entender o grupo que iria compor os vinte e nove de Bandung, grupo que constitui em uma ameaça potencial não apenas por ser um (suposto) “terreno fértil” para o comunismo, mas por ser lar de uma vastíssima população, com uma capacidade produtiva infinitamente maior à do “mundo ocidental”, e ocupante da maior parcela territorial do planeta, e que é alheio, em grande medida aos “elevados” valores “Ocidentais”. Devemos ressaltar que, evidentemente, em 1950 a pauta da Conferência Ásio-Africana não estava definida, mas os Estados Unidos certamente consideravam as libertações nacionais que ocorriam, nesse contexto, na Ásia e na África, como uma

²⁵² *Idem*, p. 225

ameaça latente, demonstrando a ciência que este país tinha de que, cedo ou tarde, a configuração do sistema mundial estaria de alguma maneira alterado.

De fato, após a primeira reunião de países Afro-Asiáticos em Bandung, onde "os vinte e nove países marcaram de forma definitiva o fim do monopólio das grandes potências na condução das relações internacionais", as relações internacionais sofreram transformações "tanto quantitativas (aumento expressivo de atores no cenário internacional) quanto qualitativas (criação da capacidade de interferência dos países menos poderosos no sistema internacional)" ²⁵³. A importância de tal Conferência, além de causar um forte impacto no sistema internacional foi, como não poderia deixar de ser, extrema na formação mesma da "da identidade e soberania nacionais das jovens nações independentes [que se encontravam] em meio à existência de forças poderosas no interior da (nova) Guerra Fria e do (velho) colonialismo".

As novas áreas irradiadoras de poder e ideologia (os Estados Unidos da América e a União Soviética) "procuraram atrair e/ou manter os novos atores internacionais vinculados aos seus respectivos campos" ²⁵⁴, contudo, essa nova configuração do poder internacional do pós-guerra, que expunha as jovens nações ao conflito "bipolar", influenciou grandemente a opção pelo "neutralismo" (chamado de *imoral* por John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos), tão criticado (principalmente) pelos Estados Unidos, adotado pelas principais lideranças da Conferência de Bandung. Como nos expõe Kocher, a visão da criação dessa nova força internacional que intentava "criar um contrapeso capaz de abrigar os recém-chegados no cenário internacional sem a pressão de arrasto para o interior de um dos blocos" não agradava aos olhos e ouvidos de Washington. Entretanto, no interior desse "novo ator coletivo"

²⁵³ KOCHER, 2005. p. 22

²⁵⁴ *Idem*, p. 2.

pode-se encontrar os mais variados matizes políticos, a Guerra Fria, como veremos mais a frente no texto, penetrou, de maneira incontestada no interior da Conferência.

A vasta documentação de que dispusemos para nos inteirarmos a) a respeito do contexto em que a Conferência de Bandung ocorrera; b) da própria conferência e c) das posturas tomadas no e pelo Brasil (evidentemente, de setores determinados de nossa elite, como veremos no capítulo a seguir), a saber: os ofícios dos quinze países com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas e que estavam envolvidos direta ou indiretamente no conclave; a imprensa nacional e internacional; além de livros de diplomatas e jornalistas brasileiros e estrangeiros, nos mostraram de forma cabal que os citados discursos – por vezes verdadeiramente “históricos” como apontam Hobsbawm, Vizontini e Chomsky – anticomunistas, estavam presentes na (quase) totalidade destas fontes. É que a maioria das fontes de que dispusemos eram de atores associados ao lado “ocidental” – poderíamos dizer, em termos “saidianos”, *Orientalistas*, no lugar do termo *Ocidentalistas* utilizado por Gonçalves ²⁵⁵, como veremos no próximo capítulo – capitalista da Guerra Fria.

Os ecos das políticas anti-soviética e anticomunista gestadas pelo novo centro hegemônico de poder global, os Estados Unidos da América, ressoavam em grande parte dos posicionamentos sobre os mais variados assuntos internacionais. A Conferência de Bandung, cujos contornos políticos ainda eram por demais desconhecidos à época, despertava uma grande preocupação no mundo *Ocidental* por dois motivos básicos: o primeiro se dá pelo fato de aí emergir um novo ator político global, em grande medida, estranho aos “valores ocidentais” (e aí se assenta o *Orientalismo* para o qual chamamos atenção no presente trabalho), e o segundo é o fato de este conclave estar inserido em um mundo onde, se por um lado não existia uma

²⁵⁵ GONÇALVES, William da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

expansão soviética de fato, existia a potencialidade sempre significativa de uma expansão da ideologia comunista (do socialismo, de uma forma mais ampla) e um mundo capitalista em aberta crise pós-guerra, o que fazia com que o mundo europeu e neo-europeu (capitalista) temesse pelo seu futuro – é que ainda não eram conhecidas “as enormes e incontornáveis as diferenças existentes entre os (...) participantes” ²⁵⁶ da Conferência de Bandung...

Desse modo, podemos ver tanto o *Orientalismo* quanto o *anticomunismo* (especialmente aquele que se desferia contra a União Soviética e a China) nas apreciações sobre os inúmeros acontecimentos envolvidos diretamente com a Conferência de Bandung como, por exemplo, as controvérsias em relação às possessões européias: Portugal com seus Goa, Damão e Diu e Holanda com seu West Iriam; as Conferências prévias de Bogor, e Jacarta (prévias para Bandung), Bangkok e Manila (formação da SEATO);

3. A Conferência e seus antecedentes

Como exposto acima, o sudeste asiático, região da qual partiu a iniciativa de organizar um grande conclave de nações afro-asiáticas, já se movimentava neste sentido pelo menos um ano antes da Conferência de Bandung ²⁵⁷. Em 1954, ano que antecede a Conferência de Bandung, já pode mos observar movimentações claras no sentido da organização de um grande evento que reuniria países da África e da Ásia. Problemas regionais a resolver, no entanto, que diziam respeito, por exemplo, a imigração, relações comerciais, de fronteiras, tarifárias, etc., mobilizavam as nações asiáticas antes de estas se lançarem como um novo agente coletivo na ordem global bipolar. Em grupos, mas

²⁵⁶ KOCHER, Bernardo. *O Brasil no Terceiro Mundo*. Análise da política externa brasileira entre 1955 e 1964. Artigo publicado no XIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008, p. 2.

²⁵⁷ As informações sobre a Conferência de Bandung e suas “precedentes” contidas nesta parte do capítulo foram extraídas, em sua (quase) totalidade, das fontes diplomáticas mencionadas na seção “Fontes Primárias”, ao fim desta dissertação.

especialmente de forma bilateral, as reuniões se repetiam com frequência desde suas respectivas emancipações. Como exemplos destes tipos de encontro, temos, em 1954, a realização do tratado de amizade firmado entre Indonésia e Tailândia; uma reunião envolvendo os governos da Indonésia e da China, onde estes “chegaram a um acordo sobre a delicada questão da cidadania dos dois milhões de chineses domiciliados em Java e outras ilhas do arquipélago”²⁵⁸; um acordo entre Indonésia e Filipinas, também sobre questões de nacionalidade; a visita do Príncipe Norodom do Camboja à Nova Déli, que buscava romper com o isolacionismo cambojano da Ásia em março de 1955; um tratado de amizade entre Índia e Egito, e muitos outros, que poderiam se multiplicar mais ou menos indefinidamente. Destarte, como veremos mais a frente, ao lado destas reuniões mais “localistas”, que visavam formar uma estrutura local para que se formasse um grupo ordenado de países mobilizados em prol de objetivos comuns, como o fim do colonialismo e da “discriminação dos povos de cor”, no mesmo ano (1954) algumas das nações do sudeste asiático (que estariam também presentes em Bandung) se viram envolvidas na criação de um sistema pró-ocidente (evidentemente mobilizadas por ocidentais liderados pelos Estados Unidos da América) que dividiria a política dos asiáticos, em Bandung e além deste.

Antes, no entanto, de pormenorizarmos os detalhes da Conferência de Bandung, assim como das reuniões que estiveram diretamente com ela envolvidas, ressaltaremos alguns pontos mais gerais relacionados às relações travadas entre alguns países da região com algumas das potências globais da época.

Por exemplo, uma questão que ainda estava em pauta na época da Conferência e que incidia diretamente sobre o tema “colonialismo”, era o caso da Iria Ocidental (ou “West Irian”), e tal era um sério ponto de controvérsia entre Indonésia e Holanda, que

²⁵⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofícios números 7, 8, e 9.

disputavam a posse deste território. É que em 1955, portanto, cinco anos após a independência Indonésia, ainda existiam relações comerciais de empresas holandesas operando neste território de forma hegemônica, e o governo indonésio buscava “sufocar” as ações comerciais dos holandeses com o intuito de que estes recuassem em suas ações, como vemos nas linhas a seguir extraídas do ofício de Oswaldo Trigueiro²⁵⁹:

“O governo indonésio continua empenhado em impedir que o comércio exterior do país se faça por intermédio das organizações comerciais da Holanda. Estão sendo negociados acordo de comércio com vários países, inclusive com alguns que jamais tiveram transações com a Indonésia...”.

No entanto, como veremos no trecho a seguir, o governo Indonésio buscava uma solução diplomática para o problema do colonialismo holandês em seu território. O trecho que citaremos é importante porque, além de nos fornecer informações sobre o caso em questão, nos indica alguns dos posicionamentos tomados em âmbito internacional sobre o mesmo:

“O apoio dos Estados afro-asiáticos, do grupo soviético e latino-americanos [com exceção do ambíguo e relutante Brasil²⁶⁰], é devidamente apreciado pelo governo, e de grande valor moral para o povo indonésio, na continuação de sua luta pelo retorno de West Irian. Por outro lado, o governo lamenta a

²⁵⁹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro

²⁶⁰ “... de modo particular, manifestou ela [a imprensa indonésia] maior estranheza pela atitude de alguns países (entre eles o Brasil) que votaram de uma maneira no Comitê e de outro na Assembléia Geral [da ONU], Isso foi explicado aqui como que por bem sucedida propaganda holandesa, quer por pressão dos países colonialistas, quer ainda pelo sentimento católico dominante na maioria dos países latino-americanos, e que os coloca sempre em posição antagônica a do bloco comunista” Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro

atitude dos outros países contrários à resolução, porque esta atitude torna claro que eles querem apoiar o colonialismo, ao rejeitarem a solução do conflito por meio de negociações pacíficas, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas”²⁶¹.

No entanto, apesar da cautela do governo indonésio a este respeito, observa-se o recrudescimento das ações de alguns grupos mais radicais, que “sugeriram ao governo o rompimento de relações diplomáticas com aquele país (Holanda)”. Porém, apesar destas posições “mais radicais”, Trigueiro nos reporta que “O Partido Nacional adotou uma resolução mais cautelosa, embora permissiva, de eventuais medidas de retaliação”, e que a “... a atitude oficial do governo desencorajou e preveniu toda reação de caráter violento”. Aqui, o “O Ministro da Informação (...) procurou dar ênfase à ‘vitória moral’ que a Indonésia alcançara, ao obter o voto de trinta e quatro nações, que, somados aos países que não pertencem às Nações Unidas, trazem à causa da Indonésia o apoio de quatro quintos da população do mundo”²⁶².

Outro ator importante, que, como não poderia deixar de ser, ao lado dos Estados Unidos da América, figurava mais ou menos diretamente nos assuntos relacionados à política no sudeste asiático de 1955 era a União Soviética. Às vésperas da Conferência de Bandung o Primeiro Ministro Indiano Pandit Nehru fez uma visita a este país, a qual foi, segundo reporta Falcão, amplamente festejada no país comunista. Segundo Trigueiro constava que Nehru seria lá “recebido como ninguém o foi até hoje”. Desse modo, “Festejos atordoantes se preparam para impressioná-lo”. Tal postura, segundo o anticomunista e antineutralista, embaixador brasileiro, somente atestava o caráter

²⁶¹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro

²⁶² Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro

aliciador dos soviéticos e a malícia política de Nehru, que era “acusado” de “jogar” com ambos os lados da Guerra Fria, no intuito de levar à frente sua política de não-alinhamento. O trecho do ofício de Trigueiro a seguir é bem sintomático desta posição:

“Na verdade, Moscou era a capital que faltava no itinerário do Senhor Nehru. Depois de Pequim, impunha se essa visita de que os russos, habilmente saberão tirar partido, explorando a intensa vaidade pessoal do Primeiro Ministro. Enquanto em Londres ou Paris, Sua Excelência tem sido recebido friamente, sem maiores atenções, em Moscou, homenagens excepcionais lhe serão prestadas. Moscou sabe perfeitamente que a amizade do Senhor Nehru é essencial para a sua posição na Ásia. É ele, nessa hora, ponto de convergência das atenções do Continente, e a prova disso é a série de visitantes que tem chegado à Nova Delhi, *transformada em uma espécie meio pitoresca de Meca do pan-asiatismo*. Tal fato não passou despercebido à *maliciosa diplomacia russa*, que saberá *cobri-lo de elogios e flores durante sua permanência em Moscou*”²⁶³.

Esta viagem de Nehru serviria para, além de propósitos políticos, para estabelecer uma maior proximidade também econômica, não apenas favorável a seu país, mas também para os países do “Bloco de Colombo” (como também eram conhecidos os países idealizadores da Conferência de Bandung). Em ofício de Trigueiro também vemos, assim, uma tendência de aproximação dos indonésios em relação aos países do “bloco soviético”, tanto os do Leste Europeu quanto com a “China Vermelha” (russos e chineses não haviam rompido politicamente a este tempo) . Assim: “Um porta

²⁶³ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/09. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Ildefonso Falcão

voz do governo [indonésio], o Senhor Harsono (...) manifestou o propósito de promover-se a maior expansão possível nas relações econômicas com os países do bloco soviético (...). E a indústria de pneumáticos da China Comunista também era observada, pois, posto que superara as “necessidades de consumo interno (...) já [poderiam] vender seus excedentes a estrangeiros”²⁶⁴.

No entanto, percebemos que indonésios e indianos estavam abertos para a possibilidade de expansão de comércio também para o lado Ocidental, pois o “Otimismo no comércio da borracha (que possui um papel de destaque na economia Indonésia) [está sendo expandido] “tanto com a Europa quanto com os Estados Unidos...”²⁶⁵.

Em relação a estes últimos é interessante o que nos revela o diplomata brasileiro lotado na Índia. O diplomata Ildefonso Falcão critica o posicionamento de Nehru em relação aos Estados Unidos. No encontro de Nehru com o Secretário Geral das Nações Unidas “ficou claro”, para o diplomata, o teor pan-asiático da política externa do Primeiro Ministro (e isto é relatado para o Ministério de Relações Exteriores brasileiro em tom de acusação!). Para respaldar a sua crítica em fatos concretos, o diplomata cita a não renovação do acordo entre o governo indiano e empresas aéreas estadunidenses, o que favorece a empresa local Air Índia International:

“Essa má vontade só se transmuda em sorriso, aliás hipócrita, na hora de receber o costumado auxílio técnico, ou melhor dizendo, os muitos milhões de dólares previstos no plano de ajuda a esta terra que parece menos um país democrático do que uma distensa

²⁶⁴ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/09. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Ildefonso Falcão

²⁶⁵ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/09. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Ildefonso

feitoria do Senhor Nehru onde, irritado, manda e desmanda de ombros ao Parlamento submisso”²⁶⁶.

A imprensa brasileira também era pródiga em conceder destaque às relações estadunidenses na Ásia, mostrando uma postura claramente favorável aos americanos neste continente, e tratando suas conquistas como “nossas”, ocidentais. No jornal “Correio da manhã” de 13/04/1955 (portanto, antes da Conferência, o que é indicativo da preocupação estadunidense em manter boas relações com os asiáticos antes da mesma, granjeando possíveis aliados com isso) na primeira página, em destaque, lia-se o título: “Auxílio americano à Ásia anunciado por Eisenhower”, o subtítulo desta reportagem dizia “Sua apresentação deve coincidir com a Conferência de Bandoeng” (o que de modo algum deve ser visto como coincidência). A reportagem noticiava que o presidente estadunidense apresentaria ao Congresso de seu país “um plano de segurança mútua preparado pelo governo [que] [incluía] maior ajuda econômica às *nações não bolchevistas da Ásia*”. Aqui se dizia que os EUA estariam “decididos a intensificar sua cooperação com as *nações livres* do sul e oriente da Ásia, em seus esforços por conseguir progresso econômico e elevar o seu nível de vida”. “Os EE.UU. se comprometeram a seguir uma política de independência e auto-determinação para todos os povos”. O jornal reproduzia o discurso estadunidense de que:

“O *povo norte-americano* [!?] fez sacrifícios para que outros possam gozar estabilidade interna e esperança no futuro. Nosso povo ofereceu cooperação para desenvolver o progresso. Temos firme crença no valor e dignidade do indivíduo humano seja qual for a sua raça ou bandeira. E consagrando o princípio de que os

²⁶⁶ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/09. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Ildefonso Falcão

frutos do crescimento nacional devem ser partilhados amplamente em toda a sociedade. (U. P.)”²⁶⁷.

Outro “parceiro ocidental” buscado pelos indianos foi a Alemanha Ocidental. Para este intento, Nehru estabeleceu um acordo comercial com este país, acordo este que, no ler de Falcão, prejudicaria a economia brasileira. Em suas palavras: "Pode esse instrumento tornar-se *mais uma perigosa arma na ofensiva contra a nossa já tão enfraquecida* economia que vê, assim, debilitar-se um de seus melhores mercados europeus" ²⁶⁸. Outro líder que visita a Alemanha Ocidental é o líder do Ceilão, John Kotelawala. Este, como é “pró-ocidente”, é descrito por Falcão como “um estadista não apenas de bela mentalidade, mas de fino trato e *astucioso*”. Atenção para o fato de sempre se atribuir algum atributo “tipicamente oriental” a um homem asiático, ainda que seja um aliado em potencial. Neste caso, vemos a “astúcia” do líder do Ceilão ser posta como algo que o faz ser um “aliado do ocidente” mais pela conveniência de ser aliado do ocidente (e com isso obter vantagens políticas e econômicas) do que por qualquer outro motivo. Este asiático teria, assim, percebido com sua *astúcia*, que era melhor ser amigo do ocidente do que inimigo. Um fator que o “empurrava para os braços do Ocidente” era, segundo Falcão, uma prevenção “contra qualquer possível surpresa na Ásia”. Para o diplomata brasileiro, a posição deste país era “bastante delicada”, pois o Ceilão era uma ilha cuja proximidade com a costa indiana não lhe oferecia “maiores garantias”: “A prosperidade, os atrativos de beleza natural e a fertilidade de seu solo constituem um motivo de cobiça para a Índia, cujos dominadores, no passado, sempre procuraram anexar o Ceilão. Com essa perigosa herança histórica, o

²⁶⁷ Jornal Correio da Manhã, de 13/04/1955

²⁶⁸ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Fonte consultada. Livro – 35/05/09. Nova Délhi – Ofícios recebidos – Janeiro/Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Ildefonso Falcão. 15/04/ 1955

senhor Kotelawala deve, naturalmente, buscar aliados fora do continente asiático, o que, muito sabiamente vem fazendo”²⁶⁹.

Desse modo, com estes breves exemplos – ao consultar as fontes vemos os exemplos de relações bilaterais travadas entre asiáticos e africanos com potências ocidentais, e mesmo do “bloco soviético”, se multiplicarem –, que entendemos ser de maior importância em nosso trabalho, pois estão relacionados a países chave do conclave com os quais o Brasil possuía relações, ficamos a saber como eram ativas e variadas (e para além de um colonialismo propriamente dito) as ações políticas que ocorriam entre o “mundo asiático” e o “mundo ocidental”.

Tendo visto, então, de forma geral estes contatos (que existiam entre tantos outros) entre o “mundo asiático” e o “mundo ocidental” no período da Conferência, e que certamente influenciaram, de alguma forma, os rumos das movimentações políticas do dito conclave, passemos a apreciar um pouco mais de perto as movimentações que se deram em um âmbito mais “interno”, Ásio-africano.

Ainda antes de entrarmos nos pormenores do conclave Ásio-Africano e seus antecedentes diretos, mas já entrando no mundo ásio-africano propriamente dito, cabe ressaltar um forte indicativo da interferência estadunidense (e das demais potências ocidentais) nos assuntos de ordem geral do sudeste asiático: a formação do SEATO – sigla na língua inglesa para Organização do Tratado do Sudeste Asiático. Este grupo, que reuniu em sua mesa, além de asiáticos, europeus e neo-europeus: Estados Unidos, Paquistão, Grã-Bretanha, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Tailândia e França, teve a sua primeira reunião em oito de setembro de 1954, em Manila (capital das Filipinas), na chamada de Conferência de Manila. Segundo Hobsbawm, este “bloco” possuía o objetivo de: “completar o sistema militar anti-soviético, cujo pilar principal era a

²⁶⁹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Fonte consultada. Livro – 35/05/09. Nova Délhi – Ofícios recebidos – Janeiro/Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Ildefonso Falcão.

OTAN" ²⁷⁰. Tal escopo, de contenção do avanço do comunismo, era francamente colocado já na época e declaradamente apoiado pela diplomacia brasileira, como veremos a seguir no ofício de Falcão:

“A reunião da Organização do Tratado do Sudeste Asiático, realizada em Bangkok, pode ser considerada uma verdadeira vitória americana. O comunicado resultante de três dias de trabalho (...) é um documento equilibrado, escrito numa linguagem clara e firme que não deixa dúvida quanto a disposição em que se encontram os Estados Unidos de resistirem a qualquer nova agressão comunista” ²⁷¹.

A existência (e ação) desta liga de “aliados do ocidente” (na verdade, criada por ocidentais e mesmo composta por um grande número deles) é vista pelos embaixadores brasileiros com grande alívio e garantia de que a Conferência de Bandung não será totalmente anti-ocidental, posto que estaria infiltrada em um terreno potencialmente hostil ao “mundo livre”. E este grupo esteve presente, através de seus representantes asiáticos, na Conferência de Bandung, decidindo e confrontando as principais lideranças que “advogavam contra o ocidente”: os neutralistas de Nehru e os comunistas de Chou-En-Lai. Oswaldo Trigueiro, embaixador brasileiro em Jacarta, também destilava seu anticomunismo em ofício que dizia a respeito desta reunião, que ocorrera no início de 1955 (ano da Conferência de Bandung), ressaltando seu aspecto “defensivo”:

“Essa reunião foi, sem dúvida, uma demonstração positiva do propósito, em que se empenham os governos dessas oito nações, de organizarem um sistema comum de defesa no Sudeste da Ásia, capaz de

²⁷⁰ Hobsbawm, 1995, p. 350.

²⁷¹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Fonte consultada. Livro – 35/05/09. Nova Délhi – Ofícios recebidos – Janeiro/Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Ildefonso Falcão.

reprimir a infiltração e resistir à agressão comunista”

272

Os reflexos desta reunião em Jacarta possuíam as piores impressões possíveis. Trigueiro nos mostra, inclusive, que um jornal indonésio (o Indonesian Observer, descrito pelo embaixador brasileiro como “cem por cento governista”) se manifestava francamente contra esta reunião, revelando a preocupação do governo indonésio que já entendia que nesta reunião estava sendo acordado “uma organização militar do ocidente nesta parte do mundo” e que “A Indonésia tem toda a razão para desconfiar disso, porque o cordão sanitário almejado pela SEATO é uma mal disfarçada política de estrangulamento...”. Trigueiro, relatou, ainda que mesmo a oposição ao governo não vira com bons olhos tal reunião: era fato que se cria, se sabia, de fato, que a Austrália propôs admitir os Países Baixos em SEATO provocando um mal estar em relação à Austrália, que tocara num ponto sensível da política externa indonésia.

Uma reunião fundamental para a formação do pensamento não-alinhado, que seria, na verdade, a parte mais significativa da “inovação política” de Bandung, se deu em 24 de abril de 1954 (um ano exato antes do que seria o último dia do grande conclave de 1955). E ela se deu quando da “viagem do primeiro-ministro Chou En Lai à Índia (...) [uma] visita que gerou a assinatura de um acordo em que se delineavam as principais estruturas da proposta de não-alinhamento, os 'Cinco Princípios de Coexistência Pacífica' (ou Panch Shila), os cinco princípios do budismo que se transmitiram para a ideologia não-alinhada cujos elementos centrais eram: a) respeito mútuo da integridade territorial e da soberania dos países; b) não agressão; c) não

²⁷² Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro.

intervenção em assuntos internos; d) igualdade e benefícios mútuos; e) coexistência pacífica" ²⁷³.

Outro acontecimento importante, no mesmo abril de 1954 foi a "Reunião das Potências de Colombo, em Bogor", conhecida também como Conferência de Colombo. Tal reunião foi o encontro "onde os chefes dos governos de Burma, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, estiveram reunidos pela primeira vez, (...) a fim de considerarem a possibilidade de entendimento e cooperação em torno de problemas e interesses comuns" ²⁷⁴. Ali resolveram eles reunir-se novamente na Indonésia em dezembro do mesmo ano, "para decidirem sobre a convocação de uma Conferência de nações da Ásia e da África, com aqueles mesmos objetivos [mas] em escala maior" ²⁷⁵. Aqui vemos como as ações que resultariam em Bandung começaram a se dar cerca de um ano antes do grande conclave. Trigueiro deixa registrado em seu ofício, assim, que esta reunião, de abril de 1954, teve grande importância, tendo ficado reconhecida, na época, na Indonésia, "como o acontecimento político mais importante da Indonésia em 1954" ²⁷⁶. Assim, em dezembro do mesmo ano, na Indonésia, na segunda reunião, estiveram presentes os mesmos presidentes de conselhos de ministros que se entenderam oito meses antes na capital de Ceilão: "O Senhor U Nu (Burma), Sir John Kotelawala (Ceilão), Sir Jawaharlal Nehru (Índia), Ali Sastroalidjojo (Indonésia), Sir Mohamed Ali (Paquistão)" ²⁷⁷.

²⁷³ *Idem*, p. 2

²⁷⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 14.

²⁷⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 14.

²⁷⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 6

²⁷⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro

Nesta segunda reunião, segundo Oswaldo Trigueiro, embora as pautas de discussão tenham sido variadas, os objetivos principais foram “1) deliberar sobre a realização de uma conferência de países Ásio-Africanos; 2) fixar data e local para esse conclave e 3) elaborar a lista de Estados soberanos a serem convidados”. Para os dois primeiros objetivos “não houve dificuldades, nem perda de tempo: como data fixou-se a última semana de abril de 1955 e, como local, a Indonésia, pela razão de ter partido dessa, na reunião de Colombo, a sugestão da Conferência”²⁷⁸. Porém, quando se tratou de elaborar a “lista de Estados soberanos a serem convidados” é que as decisões tornaram-se difíceis, sendo difícil mesmo estabelecer um critério de escolha dos participantes. É que apenas o critério geográfico, aparentemente o mais óbvio, não dava conta das clivagens políticas existentes no seio do ambiente plural que era tanto a Ásia quanto a África. Desse modo, o critério acabou por ser mais político do que “regional” propriamente. O ofício de Trigueiros é muito claro e objetivo em enumerar os motivos políticos que permearam algumas das escolhas:

“Por exemplo, a exclusão de Israel foi o meio de tornar possível a presença dos árabes; o da África dos Sul foi uma condenação expressa a sua política de discriminação social; o de Formosa significou, da parte das Potências de Colombo, o reconhecimento do regime de Pekim como governo. A exclusão das duas coréias, porém não encontro explicação em face do convite dos dois Vietnãs”²⁷⁹.

Como visto no excerto acima, questões de geopolítica mais globais, como a “Guerra Fria”, também influenciavam na escolha dos participantes, e eram de fato um

²⁷⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro

²⁷⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro

critério muito influente de escolha. Por exemplo, era opinião “dos meios diplomáticos” que os primeiros ministros do Paquistão e de Ceilão teriam preferido não incluir a China Comunista entre as nações a convidar, mas, colocados em minoria, fizeram depender seu assentamento da extensão do convite ao maior número possível de países. Com isso foram contemplados o Japão e a Turquia, o que, na opinião de Trigueiros, “sem dúvida concorrerá para contrabalançar o peso da China e impedir o predomínio da Índia na formulação do pensamento político da Conferência”²⁸⁰. Era o temor de que um país que se recusava a ser “ocidentalizado”, como em grande medida o foi o Japão, tomasse a frente do nascente bloco Ásio-Africano.

Assim, no início de 1955 tinha-se que as “Potências de Colombo” “resolveram convidar ao todo mais de vinte e cinco países – dezoito da Ásia e sete da África – o que eleva a trinta o número de nações participantes”. No entanto, ainda existiam dúvidas em relação aos participantes que compareceriam à Conferência. Por exemplo, em declarações à imprensa, John Kotelawala (Primeiro Ministro do Ceilão) manifestou a certeza do comparecimento de pelo menos vinte e três. Já Ali Sastroamidjojo (Primeiro Ministro indonésio) revelou que dezessete países haviam sido previamente consultados, dando seu assentimento. Libéria e o Iraque se manifestaram contrários à participação da China Comunista, e era tida como duvidosa a aceitação do convite pela Tailândia. Neste contexto era dada como certa a recusa da República das Ilhas Filipinas, sob o fundamento de que, mantendo relações diplomáticas com o governo de Formosa, não lhe era lícito tomar parte numa conferência com a República Popular.

O caso filipino fez parte de inúmeros debates e colocações de representantes dos Cinco de Colombo, mas foram suas relações com a Indonésia que ficaram particularmente abaladas, pois, na semana em que aceitara o convite para a Conferência

²⁸⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro

de Bandung, o acordo Indonésio-Filipino, dado à época como concluído pelos indonésios, fora vetado por unanimidade pela Comissão de Negócios Estrangeiros da câmara filipina, o que pode ser visto como um sintoma das estreitas relações que os filipinos tinham com os Estados Unidos da América, seu líder na SEATO e “protetor” contra eventuais ameaças, vermelhas ou neutralistas...

Em fevereiro de 1955 as preparações oficiais para a Conferência Asio-Africana, que se realizaria em abril na cidade de Bandung (de dezoito a vinte e quatro deste mês) estavam a pleno vapor. A imprensa local, principalmente, tratava do assunto diariamente, revelando a grande importância que a diplomacia indonésia atribuía àquele conclave. Aquela altura já era certo o comparecimento de vinte e um países no conclave de abril, pois além dos cinco que tiveram a iniciativa da Conferência, dezesseis já haviam comunicado oficialmente a aceitação do convite: Afeganistão, China Comunista, Egito, Etiópia, Iraque, Japão, Libéria, Líbia, Nepal, Sudão, Síria, Tailândia, Vietnam meridional, Camboja e Líbano. Apenas nove dos países convidados ainda não haviam respondido (Federação Centro-Africana, Costa do Ouro, Iran, Jordânia, Laos, Filipinas, Arábia Saudita, Turquia e Iêmen). No mês seguinte, no entanto, já havia se definido em vinte e nove o número de estados participantes, pois, dos vinte e cinco governos convidados apenas a Federação Centro-Africana se escusou de comparecer. Desta forma a Conferência acabou por contar com a participação de vinte e nove países – vinte e quatro países convidados somados a cinco dos países patrocinadores.

No entanto, no mesmo abril de 1955, precisamente no dia dezesseis de abril, aconteceu em Nova Déli um encontro prévio entre vários participantes que estariam presentes no grande conclave acrescidos da União Soviética (!). Os líderes destes países começaram a chegar dias antes do pré-conclave: El Azhari, Ministro das Relações Exteriores do Sudão chegara no dia três de abril; dia quatro de abril chegou Tranvan Do,

Ministro das Relações Exteriores do Vietnã, acompanhado de quatro membros do governo; dia oito foi dia da chegada do Ministro das Relações Exteriores do Vietnã, em companhia da delegação de seu país; doze de abril, acompanhados de grande comitiva, chegaram o Coronel Nasser, Primeiro Ministro do Egito, e Sardar Mohamed Naim, Vice Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão, estes dois últimos, recebidos festivamente, mantiveram conversações particulares com o Senhor Nehru e partiram no mesmo avião que o indiano para Bandung.

Os trabalhos desta (nas palavras de Falcão) “pseudo Conferência das Nações Asiáticas” foram iniciados, como apontamos, em dezesseis de abril e se transcorreram por quatro dias onde os líderes discutiram diferentes questões sobre aspectos da vida asiática. A China enviou o maior contingente: quarenta membros. O Japão, estava em número igualmente elevado; a União Soviética, quatorze, Ceilão, cinco, Coreia do Norte, seis, Líbano, cinco, Mongólia, cinco, Paquistão, seis, Síria, dez, Jordânia, dois, Vietnã, nove. A delegação indiana, muito numerosa, atingiu cerca de duzentos representantes. Alguns países que haviam prometido comparecer, não o fizeram: Birmânia, Egito, Indonésia, Laos, Nepal e Sudão. Outros – Tailândia, Filipinas, Cambodje e Maláia, desde o início negaram apoio à iniciativa.

Segundo Ildefonso Falcão, o tom do discurso, a presença de grandes delegações Chinesa e Rússia “denunciaram claramente a cor e a finalidade dessa reunião de ‘povos asiáticos’”. De fato, o motivo principal desta reunião foi a reafirmação da paz na região, e os ‘cinco princípios’ da declaração Nehru-Chou-En-Lai, conhecida como ‘Panch Shila’, foram a pedra angular da Conferência. Aqui, várias propostas para a condução das relações entre os asiáticos foram apresentadas, sendo aprovadas, ainda, quatro resoluções concernentes aos diversos problemas da Ásia e da África. Uma, aplaudindo a próxima Conferência de Bandung, duas, convocando imediatamente conferências

internacionais sobre a Coréia e Formosa e outra declarando sua oposição integral ao SEATO e ao Acordo Militar turco-iraquiano. Questões delicadas como a de Formosa e das Coréias foram abordadas e tocavam na necessidade, em relação à Formosa, de se entregá-la de volta à China. No concernente à Coréia exigia-se a retirada imediata de todas as tropas estrangeiras de seu território. Em outras resoluções foram sugeridos o banimento das armas atômicas e o desarmamento universal, decidindo-se considerar o dia seis de agosto, - décimo aniversário do bombardeio de Hiroshima, - como data de protesto contra o uso de armas atômicas. Além destas resoluções foram formuladas algumas recomendações como: a) o reconhecimento da China por todos os países e entrada desta para o Conselho de Segurança; b) Okinawa deveria ser devolvida imediatamente ao Japão; c) concessão de estatuto de nação livre ao Japão e admissão deste nas Nações Unidas; d) fortalecimento do acordo de Genebra sobre a Indochina; e) entrega da Iria Ocidental à Indonésia e completa independência aos povos da Malaia. A Conferência aprovou a imediata suspensão de todas as medidas que cerceavam o comércio internacional com a China. Outra resolução condenou o racismo na África do Sul, e uma resolução especial foi adotada a propósito da situação de Goa e outros territórios portugueses na Índia, como Dadrá e Nággar Háveli, Foram ainda aprovadas outras resoluções de ordem geral, como o intercambio de cientistas no domínio dos países asiáticos, eliminação de barreiras que entravam o comércio e melhoria no nível das suas populações.

Voltando-nos, então, à Conferência de Bandung, temos que esta reunião começou por contemplar problemas de maior interesse para os dois continentes (Ásia e África) e aprovou uma série de conclusões sobre: a) cooperação econômica, b) assistência técnica, c) estabilização de preços e, d) a instituição, pelas Nações Unidas,

de um Fundo Especial de Desenvolvimento Internacional, para darem aos países subdesenvolvidos a ajuda de que carecem.

Estiveram em jogo, neste conclave, inúmeros posicionamentos que não se encerravam simplesmente na dualidade capitalistas versus comunistas, nem tampouco na divisão entre estes dois “sistemas” e a “proposta neutralista”, existia uma plêiade de questões bilaterais “históricas”, envolvendo nacionalismos e etnias em confrontos, por vezes antigos, por vezes recentes; coloniais; e de rivalidades comerciais e econômicas. Havia, ainda, casos em que estas questões se entrelaçavam e se combinavam em problemas aparentemente insolúveis, mas que encontraram solução em Bandung, e nas reuniões que a precederam e sucederam; além de outros que simplesmente nasceram deste conclave. Esta reunião teve, ainda, um caráter inaugural, que deu início a uma série de outras que contaram, inclusive com novos e surpreendentes participantes egressos da América (como o Brasil), Ásia, África e Europa Oriental.

Como colocamos acima, foram grandes as dificuldades encontradas pelos condutores da Conferência, e estas dificuldades se apresentaram logo no início dos trabalhos. A confecção da “Agenda Provisória” já prenunciava algumas destas dificuldades futuras: alguns países intencionavam discutir assuntos regionais, enquanto outros consideravam imprescindível que esta se limitasse a temas de ordem geral. A Índia, por exemplo, procurava estabelecer a necessidade de se debater apenas estes, ao invés de casos particulares, que deveriam ter solução bilateral entre os interessados. O Egito, por seu turno, pensava de modo diverso, julgando poder trazer à baila o problema de Israel, que afetava diretamente os países árabes. Os exemplos poderiam ser repetidos indefinidamente, pois não havia país sem questões com vizinhos.

No entanto, o ponto de vista indiano fora o vitorioso. O comitê preparatório dos trabalhos, com sede em Jacarta, decidiu em favor de uma agenda sem determinação de

temas, deixando, ao contrário, ampla liberdade ao Plenário. Tal decisão foi ratificada pelos Chefes das vinte e nove delegações participantes que, em uma reunião preliminar, decidiram aprová-lo. Ficou a agenda constituída de cinco pontos: 1) cooperação econômica; 2) cooperação cultural; 3) direitos do homem; 4) problemas dos países não independentes; e 5) meios de estimular a paz mundial. Na mesma ocasião foi decidida a eleição do Senhor Ali Sastroamidjojo, Primeiro Ministro da Indonésia para presidente da Conferência, assim como a divisão dos trabalhos em três comissões: política, econômica e cultural. Ficou igualmente estabelecido que as decisões só seriam aceitas à base de unanimidade.

No dia dezoito, às nove horas, iniciaram-se os trabalhos. Soekarno (como se grafava na época), presidente da República da Indonésia, pronunciou o discurso clássico de saudação aos delegados, procedendo-se em seguida à eleição para a Presidência da Conferência que, como vimos, recaiu sobre Ali Sastroamidjojo. Pronunciou, então, o presidente da Conferência, um discurso enérgico, defendendo o "Panch Shila", os "Cinco Princípios" de coexistência do idealizados por Nehru (e Chou-En-Lai). Atacou violentamente o colonialismo em todas as suas manifestações, o racismo, e as questões do "preconceito de cor".

Como forma de facilitar a "marcha da conferência" Nehru propôs que os chefes de delegação não pronunciassem discurso em plenária, mas que fossem os mesmos distribuídos. Sua proposta foi rejeitada e, na mesma oportunidade falaram os chefes das delegações do Camboja, Ceilão, Egito, Costa do Ouro, Iran e Iraque. O discurso do Tenente-Coronel Nasser se caracterizou pela defesa Carta das Nações Unidas, condição indispensável para a paz. A crítica ao colonialismo foi unânime, assim como a crítica à política racista de alguns países, uma referência tácita à União Sul Africana, cuja

presença no seio da Conferência havia sido considerada tão indesejável a ponto de não lhe ter sido dirigido o convite pelas nações convocadas.

O segundo dia da Conferência apresentou aspecto diverso. A unidade da Conferência começou a mostrar os seus primeiros sintomas de desagregação. Delinearam-se as linhas gerais das três correntes que estiveram a “conduzir” Bandung: o “bloco comunista”; os membros da SEATO, representantes asiáticos do lado capitalista ocidental e o grupo dos “não-alinhados”.

Os choques do segundo dia começaram a se dar quando Mohammed Ali, Primeiro Ministro do Paquistão, proferiu um discurso, propondo os "Sete Princípios da Paz", em oposição ao "Panch Shila" de Nehru, visando contrabalançar a posição do preeminente do Primeiro Ministro da Índia. Ali chamou estes sete princípios de as "Sete Colunas" essenciais à manutenção da paz mundial. Logo em seguida, ocupou a tribuna, Chou-En-Lai, Primeiro Ministro da China proferindo um discurso que de fato era uma “uma exposição da luta de sua pátria contra o imperialismo ocidental”. Em sua fala Chou-En-Lai referiu-se à "Cortina de Bambu", dizendo que as fronteiras da China estavam abertas a todos os visitantes. Ataca a atitude das Nações Unidas, bate-se energicamente pela manutenção da paz mundial. A resposta ao seu discurso foi dada pelo General Carlos Rômulo, chefe da Delegação das Filipinas, que defendeu o espírito colonizador dos americanos, mostrando sua própria pátria como exemplo. Como nos relata Falcão, com estes debates “estavam abertas de par em par as portas para o debate direto e brutal dos reais problemas que atormentam e preocupam, não apenas os dois continentes, mas a humanidade”.

Nas comissões que se abriam para a discussão de outras questões apareciam também as inúmeras divergências que perpassaram o conclave. Para exemplificarmos, no âmbito econômico, uma proposta de recomendação à ONU para permitir o livre

intercâmbio comercial com a China, encontrou forte oposição das Filipinas, Tailândia e Turquia. No âmbito político, os Estados árabes, de saída, apresentavam uma moção contra Israel, remetida a um Sub-Comitê por proposta do Senhor Nehru, composto por Afeganistão, Birmânia, China, Irã, Paquistão, Filipinas, Síria e Tailândia. O Sub-Comitê, pela ação do General Rômulo, decidiu que o assunto fosse incluído sob a rubrica geral de "autodeterminação dos povos".

Esse conjunto de questões trouxe à baila todo um conjunto de pendências, algumas antigas e difíceis de resolver. Formosa foi uma delas, que, inclusive levou John Kotelawala, Primeiro Ministro do Ceilão, a se expressar vigorosamente contra a China. O plano proposto pelo Primeiro Ministro do Ceilão consistia em colocar Formosa durante cinco anos sob administração das Nações Unidas. Findo esse prazo, haveria um plebiscito para decidir o seu destino. Para discutir este caso, este estadista convidou os outros Países de Colombo, - Índia, Indonésia, Paquistão, Birmânia, além da China, Tailândia e Filipinas, para, em conjunto, examinarem o problema. A proposta de Kotelawala não foi aceita, sobretudo por Nehru – indignado, Kotelawala concedeu uma entrevista à imprensa, atacando diretamente a Rússia (!), acusando-a de nação colonialista e acentuando, desse modo as divergências no seio da Conferência.

O discurso anticomunista de Kotelawala foi apoiado pelos representantes do Líbano e da Turquia, provocando um aparte de Chou En Lai que ponderou tratar-se de uma Conferência de assuntos referentes à Ásia e à África e não à Europa. Nehru respondeu igualmente a Kotelawala, estabelecendo-se aceso debate. Este debate prosseguiu no dia seguinte, dia vinte e três, com um discurso enérgico de Nehru que, depois de condenar o colonialismo, classificou a OTAN como "um dos seus mais poderosos protetores". O seu discurso foi rebatido por Mohammed Ali, do Paquistão, e pelos delegados da Turquia e do Líbano, enquanto Kotelawala se retraía da discussão.

Mohammed Ali atacou a Rússia diretamente e também o que era compreendido pelos pró-ocidente como o imperialismo soviético. Chou En Lai, tentando conciliar fez uma proposta, condenando o colonialismo, *sob qualquer forma*, e, ao mesmo tempo, sugerindo às nações colonialistas que dêem liberdades às suas colônias da Ásia e da África em um prazo de quinze anos.

Nas comissões os trabalhos se davam com ritmo acelerado. Nehru dirigiu os seus esforços no sentido de impedir que as comissões viessem a ressentir-se das rivalidades e divergências existentes. Assim, várias propostas eram rapidamente estudadas e aprovadas, por exemplo, aquelas que contemplavam casos como os da Palestina, da Nova Guiné, da Tunísia, da Argélia e do Marrocos

Na véspera de encerramento dos trabalhos, foi marcante a atuação de Chou-En-Lai. O delegado Chinês, que vinha mantendo uma atitude discreta e evitava imiscuir-se em debates que não o atingiam diretamente, procurava aproximação com todas as delegações, principalmente com países anti-comunistas. Assim, havia almoçado com o General Rômulo das Filipinas, com John Kotelawala, e outros. Pessoalmente havia granjeado algumas simpatias, e pronunciou um longo discurso, oferecendo um programa de sete pontos para a paz mundial. Completando essa proposta, num almoço oferecido pelo Primeiro Ministro da Indonésia, desfechou dizendo que a China estava disposta a negociar diretamente com o Estados Unidos da América para a resolução do problema com Formosa.

Depois do pronunciamento de Chou-En-Lai na Comissão Política, Nehru pronunciou violento discurso, condenando ao mesmo tempo, o Cominform, a SEATO, e a NATO, “além de outras organizações desse gênero que não favorecem a paz”. O General Rômulo, da Filipinas, respondeu ao Primeiro Ministro da Índia, contrariando suas palavras, no que se estabeleceu uma discussão geral sobre o tema. Uma grande

parte dos representantes, chefiada pelo Coronel Nasser, “flutuava”, nas palavras de Falcão, entre as duas correntes.

No dia vinte e quatro, foram encerrados os trabalhos e a possibilidade de unanimidade era, de fato, remota. Doze horas de intensa atividade diplomática foram despedidas na redação do Comunicado que resultou desta Conferência. Nele, apesar das divergências, foi possível fixar formas conciliatórias, coma a aceitação de compromissos de ordem geral.

Esses compromissos, embora de ordem geral, focalizavam os vários ângulos dos numerosos problemas relacionados com questões como *direitos humanos* e *emancipação do colonialismo*. No entanto, é certo que a Conferência se abateu sobre questões deveras concretas, pois: a) Condenou em termos enérgicos a política de discriminação racial na África do Sul; b) Apoiou enfaticamente o movimento em prol da Independência da Tunísia, da Argélia e de Marrocos; c) Apoiou os direitos do povo Árabe da Palestina, limitando-se nesse particular, entretanto, a encarecer a execução das resoluções das Nações Unidas; d) Apoiou a disposição do Iêmen em relação aos territórios contíguos sob protetorado britânico; e) Deu irrestrito apoio à pretensão da Indonésia sobre a Nova Guiné Ocidental. Como claramente ressalta o Comunicado Final, a repulsa ao colonialismo foi o denominador comum da política da Ásia e da África, que foi o tema central da Conferência. Ele refletiu o propósito das nações dos dois continentes, de abolir todas as formas de subordinação às potências ocidentais.

Na declaração final da Conferência de Bandung fixaram-se dez pontos que norteariam as ações dos países nela reunidos: “1) respeito dos direitos humanos fundamentais, conforme os fins e os princípios da Carta Das Nações Unidas; 2) respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações; 3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, grandes e pequenas; 4)

não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países; 5) respeito do direito de cada nação a defender-se individual ou coletivamente conforme foi estipulado na Carta das Nações Unidas; 6) 6A) recusa de todo o pacto de defesa coletiva destinado a servir os interesses das grandes potências, seja quais fores, e, 6B) recusa de toda a pressão que uma potência pretenda exercer, seja qual for a potência; 7) abstenção de atos ou ameaças de agressão, ou de emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) solução de todos os conflitos por métodos pacíficos, tais como a negociação ou conciliação, arbitragem e acordo perante tribunais, assim como pelo emprego de outros meios pacíficos que os países interessados poderão escolher, conforme a Carta das Nações Unidas; 9) estímulo dos interesses mútuos e da cooperação; e, 10) respeito à justiça e às obrigações internacionais”²⁸¹.

Assim, limitar o legado de Bandung à conquistas específicas, atreladas à demandas estreitamente ligadas ao colonialismo e à “discriminação dos povos de cor” é reduzir a importância de uma conferência que alterou as bases das relações entre os países do mundo no contexto da Guerra Fria. Bandung é inaugural, pois, temos a partir dela a formação de um espírito não-alinhado, um “espírito de Bandung”, que irá permear uma série de outras reuniões de não alinhados como as “Conferências do Cairo (1957-1958, 1961 e 1964), de Belgrado (1961), de Adis Abeba (1964), de Lusaka (1970), de Argel (1973) e de Havana (1966 e 1979)”²⁸². O conclave Ásio-Africano de 1955 não foi vitorioso, se observarmos o seu vasto legado, “porque obteve resultados de curto prazo”²⁸³, mas porque abriu caminho “para a formação de uma possível

²⁸¹ KOCHER, Bernardo. A economia política do Terceiro Mundo entre 1955 e 1979, Artigo publicado no VI Congresso ABPHE, 2005. p. 6.

²⁸² KOCHER, 2005, p. 9.

²⁸³ KOCHER, 2005, p. 9.

agregação internacional de forças que passaram a desenvolver inúmeros temas no interior das lutas sociais, inclusive nos países mais desenvolvidos”²⁸⁴.

Capítulo 3 – O Brasil, o Orientalismo, e Bandung.

No presente capítulo expomos um panorama histórico das relações internacionais brasileiras desde a primeira metade do século XX, assim como uma análise do contexto político da época no país. Buscaremos também, identificar onde podemos observar os elementos do Orientalismo Lusotropical trabalhado no primeiro capítulo. Tal “doutrina” (ou discurso) é largamente observada nas fontes por nós estudadas, em especial no livro de Adolpho Justo Bezerra de Menezes *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, publicado em 1956, o qual também trataremos no presente capítulo.

Quanto à história das relações internacionais brasileiras no contexto em questão ressaltaremos a importância histórica das relações brasileiras com os Estados Unidos no pós-1930 com o intuito de demonstrarmos que o momento em questão não se configurava como um período de “exceção” no concerto das relações do Brasil com este país, e sim se nos afigura como um período de predominância de uma determinada postura (a saber, pró-aproximação incondicional com este país), a qual também não é nova, nas relações deste com aquele. Analisaremos, ainda, as relações de Brasil com Portugal, posto que este foi um momento de contatos privilegiados entre os dois países. Neste contexto, como exemplo desta aproximação, temos um evento político simbólico, que elucida com eloquência a importância que o Brasil possuía junto a Portugal no momento em que se dava a Conferência Ásio-Africana de Bandung: nos dias da Conferência, o presidente brasileiro do período (Café Filho) estava em visita

²⁸⁴ KOCHER, 2005, p. 9.

diplomática a Portugal (fato ampla e privilegiadamente divulgado na imprensa brasileira e lusa), quando recebeu, inclusive, títulos de nobreza em uma recepção calorosa feita pelo então ditador português Antônio Salazar...

3.1 As relações internacionais brasileiras: um breve histórico dos seus componentes “internos” e “externos”.

Ao nos debruçarmos sobre a história das relações internacionais do Brasil, percebemos a importância de lançarmos mão de uma periodização que faça referência aos diferentes momentos históricos pelos quais elas passaram. Nelson Werneck Sodré, citado por Almeida ²⁸⁵, propõe uma periodização geral que divide a história das relações externas do Brasil em duas grandes fases, a *fase independente*, que começa com a independência política, em 1822, e segue até 1930; e a *fase nacional*, a que nos interessa nesse estudo, de 1930 em diante, onde se dá a “construção do capitalismo” no país ²⁸⁶. Nessa fase, segundo Sodré, percebe-se uma nítida "mudança de paradigma" na política externa do país, explicável pelas alterações sofridas tanto na estrutura do poder nacional quanto no internacional. Aqui, segundo esta análise, o país abandona sua tradicional postura passiva, e passa a esboçar “uma tentativa de inserção positiva (...), afirmativa, nos quadros da ordem mundial em construção” ²⁸⁷. "A atitude 'contemplativa' em relação aos Estados Unidos [por exemplo,] (...) [neste momento,] cede lugar a uma *diplomacia altamente profissionalizada* (...) e instrumentalizada essencialmente para o atingimento de *objetivos nacionais* [ligados ao] *desenvolvimento econômico*" ²⁸⁸. Aqui, reflete-se, no âmbito da política externa, uma dinâmica observada no âmbito interno,

²⁸⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1998.

²⁸⁶ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção (1930 – 1954)*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

²⁸⁷ ALMEIDA, 1998. p. 44

²⁸⁸ *Idem*, p. 45.

relacionada aos diversos projetos de construção (e desenvolvimento) de um país envolvido em um novo contexto (nacional e internacional), em que se delineiam novos desafios a serem superados pelo país. E tais desafios suscitavam respostas diferentes dos diversos atores políticos envolvidos na política interna. Assim, ao passo que, se podemos observar correntes que defendiam uma política externa mais independente, desenvolvimentista e “multilateralista”, existiam também, a despeito desta mudança de paradigma na política externa pátria, setores que, por motivos diversos, apoiados, entre outros princípios, na ideia do pan-americanismo estadunidense, se viam comprometidos com a manutenção de uma relação próxima com este país, sob uma espécie de tutela.

Quanto a esta proximidade Brasil/Estados Unidos, olhando-a em retrospecto, podemos identificar, já nas últimas décadas do século dezenove, que as relações entre os dois países acentuaram-se de maneira significativa. Esta aproximação fica patente quando nos atentamos para o fato de que, baseando-nos nos levantamentos de Burns, a este tempo (fins do dezenove e início do vinte), "os norte americanos surgiram como os melhores fregueses das três principais exportações brasileiras: café, borracha e cacau"²⁸⁹. Somente para nos basearmos em percentuais, temos que, como identifica o mesmo autor, já em 1912, “os Estados Unidos compravam 36% das exportações do Brasil, ao passo que o segundo maior mercado mais importante, a Grã-Bretanha, adquiria apenas 15%”²⁹⁰. Assim, observando este quadro, fica claro o fato de que, neste momento, a importância econômica e diplomática da Grã-Bretanha, para o Brasil, começava a soçobrar, enquanto a estadunidense elevava-se a um patamar de primazia nunca antes observada. E tal primazia se dá, em grande medida, em função de, durante a Primeira

²⁸⁹ BURNS, E. B. *As relações internacionais do Brasil durante a primeira república*, In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. vol. 9. Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1977. p. 337

²⁹⁰ *Idem*, p. 337.

República, as relações comerciais com os Estados Unidos serem mesmo *favoráveis* ao Brasil ²⁹¹.

Pode-se destacar, ainda, outro fator importante para essa mudança operada no eixo diplomático: o deslocamento do centro de poder do nordeste para o sul, fato que acontece, na verdade, se aprofunda, com o advento da república no Brasil. No Nordeste, tradicionalmente, a proximidade se dava preferencialmente com os ingleses, já no sul era Washington o parceiro privilegiado, muito em função da concentração, nesta região (mais especificamente em São Paulo), da produção do principal produto de exportação da Primeira República, o qual os Estados Unidos eram grandes consumidores: o café.

Um dos principais articuladores dessa mudança de eixo diplomático foi o chanceler brasileiro José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, cuja gestão abrangeu o governo de quatro presidentes, da república, abarcando o período de 1902 a 1912. Durante sua gestão, Rio Branco classifica Washington como a capital mais importante para a diplomacia brasileira, e "trabalha com habilidade para conseguir a compreensão e o apoio do Departamento do Estado para as suas metas" ²⁹² de aproximação diplomática. Foi em sua gestão (1905), por exemplo, que se deu a criação da primeira embaixada, nos Estados Unidos, de um país da América do Sul, e a primeira embaixada do Brasil no estrangeiro. O embaixador brasileiro à época nos EUA, Joaquim Nabuco, prenuncia tal criação como uma nova fase nas relações internacionais do Brasil.

Vemos, desse modo, com esse brevíssimo recuo às relações externas brasileiras de fins do século dezenove e início do vinte, que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos: 1) não se deu de súbito, como poderia deixar transparecer uma exposição que começasse a tratar do assunto a partir de 1930; 2) não possuíam um

²⁹¹ *Idem*, p. 337.

²⁹² *Idem*, p. 380.

caráter imperialista – por parte dos Estados Unidos – embora fossem assimétricas; e 3) se desenvolveram em um complexo processo histórico, onde, como nos aponta Hirst, soíam ocorrer “períodos de aproximação e distanciamento”²⁹³. Porém, reforçemos, no presente trabalho, nossos esforços estão a se concentrar na fase que sucede, no Brasil, à Revolução (ou às “Revoluções”) de 1930, fase denominada por Sodré como “nacional”, de forma que não nos deteremos em perscrutar as demais fases das relações Brasil/Estados Unidos precedentes a esta data. Entendemos, em concordância com o autor, que tal momento se configura como (outra) fase de mudanças significativas na política externa do país, em função de dois grupos de fatores fundamentais e, de alguma maneira, relacionados: 1) a própria "Revolução" de 1930, que não apenas sela "o fim do monopólio da economia cafeeira paulista"²⁹⁴, mas leva o país para o caminho de uma diversificação significativa no que tange a seu parque industrial; e 2) as alterações nas relações econômicas mundiais causadas pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929.

Tal contexto é fundamental para o redesenho das relações externas dos Estados Unidos, pois marca mudanças significativas em diversos âmbitos no interior deste país: alterações que cambiaram sensivelmente tanto suas próprias relações com o mundo externo quanto as relações mesmas deste “mundo externo”. Sintomático deste contexto, traço evidente das transformações em curso neste país, é a vitória do democrata Franklin Roosevelt, “que lança um projeto de liderança internacional que pretendia romper o prévio *isolamento* dos Estados Unidos, buscando assegurar condições de paz e estabilidade econômica para o sistema mundial”²⁹⁵. Nesta mesma década – fatos em grande medida atrelados à crise do capitalismo de 1929, mas igualmente relacionados à

²⁹³ HIRST, Mônica. *Brasil - Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

²⁹⁴ HIRST, Mônica. A era Vargas. In: *História das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro, CEBRI, 2001. p. 100

²⁹⁵ HIRST, 2009, p. 26.

uma crise mais ampla, a do liberalismo, como aponta Hobsbawm ao falar em “queda do liberalismo”²⁹⁶ – o mundo assistiu a algumas alterações que incidiriam também na transformação do cenário internacional, como ascensão ao poder de diversos governos com características fascistas, especialmente na Europa, e um processo de industrialização de substituição das importações na América Latina e Brasil, acompanhado pelo respectivo aprofundamento do processo de declínio da presença da Grã-Bretanha nas relações econômicas e políticas externas brasileiras, e de expansão de laços com os Estados Unidos da América.

A economia brasileira seria também grandemente impactada com a crise de 1929, ocasionando, quase que de pronto, tanto a queda das importações dos produtos industrializados e das exportações, especialmente do café, quanto a perda de valor da moeda nacional. Em seu governo provisório Vargas, no intuito de combater os efeitos da crise e, visando garantir a expansão das atividades econômicas, lança mão de uma série de medidas de intervenção na economia, como a política de restrição às importações e a destruição de grandes quantidades de café (principal produto de exportação) para a manutenção do alto valor do produto no mercado (interno e, sobretudo, externo) prática, inclusive antiga no Brasil desde pelo menos 1906, com o primeiro Convênio de Taubaté. Como consequência evidente desta crise observa-se uma brusca retração dos investimentos estrangeiros (especialmente estadunidenses) no país – quadro que se reverteria em 1936, quando essa nova leva de capitais são convertidos nas indústrias de transformação.

Com a instauração do Estado Novo (brasileiro), em 1937, Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro em Washington de 1934 a 1937, empenha-se na aproximação ainda mais intensa entre Brasil e EUA, aproximação que possuía o duplo objetivo de 1)

²⁹⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

angariar apoio estadunidense para a construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e 2) reaparelhar as forças armadas do país. Tais movimentos diplomáticos seriam fundamentais para o ambicionado reforço nos "vínculos econômicos, militares e culturais" ²⁹⁷ entre Brasil e Estados Unidos. Os Estados Unidos, como expusemos acima, na década de 1930, com a ascensão do democrata Franklin Delano Roosevelt ao poder, rompem com o isolacionismo internacional que norteava a política externa estadunidense até então. A aproximação com o Brasil estava nos planos da nova política internacional norte-americana para a América Latina: era a política de boa vizinhança, a qual serviria para que os Estados Unidos formassem "um sistema hemisférico de segurança, baseado em programas bilaterais de cooperação militar" ²⁹⁸. Como exemplos dessa política, temos, de 1933 a 1942, uma sucessão de diversas conferências interamericanas, sendo "as três últimas [as mais] importantes para assegurar o apoio do continente ao envolvimento cada vez maior dos EUA na Segunda Guerra Mundial." ²⁹⁹. Entretanto, a essa época, o governo de Vargas possuía também uma significativa ligação com a Alemanha de Hitler, ligação essa que veio sofrer pressão dos Estados Unidos para que fosse imediatamente desfeita, principalmente após os Estados Unidos precisarem do apoio estratégico do Brasil em 1942. A assinatura dos Acordos de Washington, onde seriam efetuados os empréstimos de 100 milhões de dólares para o projeto siderúrgico brasileiro e, ainda, o crédito de 200 milhões de dólares para a aquisição de material bélico, com base na lei estadunidense de "Empréstimos e Armamentos" nesse mesmo ano, selaram o alinhamento de Vargas aos Estados Unidos.

A década de trinta é também marcada por mudanças nas intenções brasileira em relação à ONU. Vargas abandona a preocupação, considerada por muitos como elitista, de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, em benefício do

²⁹⁷ HIRST, 2001, 95.

²⁹⁸ *Idem*, p. 97

²⁹⁹ *Idem*, p. 99

desenvolvimento nacional. A diplomacia brasileira a partir de então se converteu basicamente numa "diplomacia do desenvolvimento" ³⁰⁰. Contudo, a bandeira do desenvolvimento nacional teria seus críticos tanto no âmbito interno, quanto no âmbito externo, notadamente os Estados Unidos, que ao fim da Segunda Guerra se firma de vez como o principal "parceiro" econômico do Brasil. Ao longo desse processo, temos a formação de dois "grupos" políticos (evidentemente complexos e matizados em seu interior) no Brasil, que diferem quanto à política externa a ser adotada. De um lado, um setor liberal, ligado fundamentalmente aos interesses do capital privado e estrangeiro, e podemos citar a UDN como representante desse grupo (não obstante seus variados e complexos matizes internos, muitas vezes reunindo quadros de "esquerda") e, de outro, o setor nacional-desenvolvimentista, que podemos representar, em linhas gerais, como sendo o grupo de Vargas. As querelas entre esses atores irão permear todo o período que estudaremos, e iremos entender o posicionamento da diplomacia brasileira frente a Bandung quando verificarmos, por exemplo, os antecedentes do Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 1955 e as suas ligações políticas e ideológicas.

Em 1948 o então presidente Dutra propõe a lei do Estatuto do Petróleo, onde 60% do capital das empresas do setor poderiam ser estrangeiros, evidenciando um posicionamento claramente liberal, e dividem-se as opiniões. Os nacionalistas lançam, no mesmo ano, o lema: "O petróleo é nosso", fortalecendo a idéia da criação de uma empresa estatal que mantivesse o monopólio da extração e transformação do petróleo. Na campanha presidencial de 1950, Vargas propõe a criação de uma empresa petrolífera nacional e, em dezembro de 1951 realiza-se o envio do ante-projeto que previa a criação da Petrobrás, empresa de economia mista com limites ao capital privado, nacional e estrangeiro. Contudo, com a criação da Petrobrás em 1953, já sob o governo de Vargas,

³⁰⁰ Almeida, p. 35, 1998.

a empresa é cem por cento estatal, demonstrando vitória do projeto nacionalista. O governo de Vargas, no entanto, é permeado por crises políticas que envolvem o projeto de relações exteriores. Em 1953, mesmo ano da criação da Petrobrás, ele realiza uma ampla reforma ministerial, fazendo com que a agenda externa brasileira manifestasse forte componente nacionalista. Essa posição era defendida pela base governista, mas veementemente criticada pela oposição, que se beneficiava com um maior estreitamento de laços com os Estados Unidos. Fica, nesse momento, evidente a fragilidade do governo Vargas e os grupos oposicionistas começam a ganhar terreno no jogo político.

Com o suicídio de Vargas, o seu sucessor, Café Filho, assume a presidência da república e Raul Fernandes, político da UDN, assume a chefia do Ministério das Relações Internacionais, trazendo “novo” perfil para as relações internacionais do Brasil. O foco do nosso trabalho, a Conferência de Bandung, acontece justamente nesse momento da história do Brasil, e o posicionamento oficial do Brasil frente a esse evento irá levar consigo toda a carga da sua política interna. O projeto da UDN será fundamental na tomada de posição do Brasil, e será, como veremos, permeada pela perspectiva do Orientalismo Lusotropical que tratamos no primeiro capítulo.

A parte do programa original da UDN dedicada às Relações Exteriores nos mostra explicitamente os desígnios desse partido para a política externa brasileira, e tal, resume-se em três itens: o Brasil deve inspirar-se: a) no interesse da colaboração entre os povos e no sentimento da fraternidade humana; b) nos *postulados das Nações Unidas*; e c) na integração da comunidade das nações unidas. Em documento posterior observam-se dois princípios inspirados na *política de solidariedade continental*: "defender, sem prejuízo das relações com todos os povos, o desenvolvimento dos ideais pan-americanos; [...]; contribuir para o constante aperfeiçoamento da política de boa-

vizinhança" ³⁰¹ norte americana. A atenção dedicada à política de boa vizinhança, ao pan-americanismo e aos valores de uma *ocidentalidade cristã*, será observada, com grande frequência, quando analisarmos as fontes por nós levantadas, nos mostrando a estreita ligação entre o programa da UDN e o “novo perfil” do Itamaraty. Entretanto, não se pode perder de vista os interesses econômicos brasileiros dessa época, e a tácita "rivalidade" com a emergente Índia, que produzia artigos que competiam diretamente com artigos brasileiros no mercado mundial, como o café por exemplo.

Quanto às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, Paulo Fagundes Vizontini em *Relações exteriores do Brasil (1945 – 1964): o nacionalismo e a política externa independente* ³⁰², ao classificar o período em questão (1955) como um período de *retrocesso* nas relações exteriores (por voltar a uma relação de alinhamento diplomático incondicional com este país), acrescenta ainda que a “atuação de Raul Fernandes [UDN] no Ministério das Relações Exteriores teve um tom de tal forma conservador e subserviente, seguindo fielmente as ordens e decisões norte-americanas sem questionamento” ³⁰³ que em muitos momentos chagava a deixar de lado os interesses brasileiros quando estes não atendiam Washington.

Outro parceiro global do Brasil digno de nota, especialmente na época da Conferência de Bandung, foi Portugal, país que vivia uma longa – mas repleta de subfases internas – fase ditatorial personificada no Estado Novo de Antônio Salazar. E estas relações luso-brasileiras vão ser fundamentais para que compreendamos a dinâmica da disseminação ideológica do pensamento que chamamos de Orientalismo Lusotropical, que apresentamos no primeiro capítulo. A respeito da ditadura salazarista

³⁰¹ Hirst, p. 97, 2002.

³⁰² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945 – 1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2004.

³⁰³ *Idem*, p. 21.

Gonçalves ³⁰⁴ identifica cinco grandes fases neste período da história lusa a qual se estende de 1933 à 1974, findando-se com a Revolução dos Cravos, a saber: fase da ditadura militar (1926 – 1933); fase da construção do Estado Novo (1933 – 1945); diversificação do regime (1945 – 1961); fase do “endurecimento” (1961 – 1968); e fase da “liberalização bloqueada” (1968 – 1974).

A fase da ditadura militar (1926 – 1933) se caracteriza pela dissensão e conflito em relação à República parlamentar. Aqui existe uma onipresente prevalência da descrença em relação na eficácia das instituições liberais, o que se torna uma espécie de consenso entre os principais atores políticos de Portugal quando da ascensão de Salazar no poder, em 1928. A segunda fase é a fase da Construção do Estado Novo e vai de 1933 a 1945. Aqui se elabora uma constituição (precisamente em 1933) que deu forma ao regime, o qual possuía, como instituições, o Executivo, exercido pelo presidente da república; o Legislativo composto por uma Assembléia Nacional que se reunia somente três meses ao ano – nos demais meses o Legislativo era coordenado pela Presidência do Conselho de Ministros, que governava por decretos-lei. Nesta fase os partidos políticos estavam suspensos, existindo a preeminência política de um único agrupamento político denominado União Nacional, de base nacional, sem caráter partidário, que “monopolizava toda a atividade política legal, embora sem lhe pertencer nem a iniciativa nem a direção política do Estado e do governo” ³⁰⁵. Outra instituição importante durante esta fase foi a Câmara Corporativa, composta segundo critérios de ordem social e reunindo representantes das corporações, das câmaras e dos conselhos municipais para assessorar a Assembléia nas suas tarefas legislativas.

³⁰⁴ GONÇALVES, William da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

³⁰⁵ *Idem*, p. 71.

A fase da diversificação do regime, a que nos interessa no presente estudo, que segue de 1945 a 1961, se caracterizou pela abertura controlada do regime. Tal fase teve como início o contexto da derrota do eixo na Segunda Guerra, acompanhada de um conseqüente questionamento dos regimes autoritários tanto no âmbito externo quanto no interno de Portugal e da Europa como um todo, resultando em uma relativa abertura política, onde se observava “certo abrandamento do autoritarismo repressivo e do monopólio político, com a atenuação do controle repressivo, a aceitação de manifestações esporádicas e de algum pluralismo interno de correntes do seio da situação”³⁰⁶. Também aqui houve “uma amenização do nacionalismo autárquico, o que vale dizer que Portugal sai de seu isolamento e busca se reinserir no sistema internacional tanto através da via bilateral como da multilateral”³⁰⁷. Apesar da rejeição internacional causada pela continuidade do Estado Novo, que lhe vale a recusa de pedido de ingresso nas Nações Unidas, sua intransigente posição anticomunista e sua apreciável posição geoestratégica facultam-lhe uma situação não de todo desconfortável, sobretudo depois que se inicia a Guerra Fria. Aqui surge, ainda, um projeto industrializante, “que buscava criar maior bem-estar”³⁰⁸ entre os cidadãos portugueses. O corporativismo, característico da fase mais dura e próxima do fascismo, da fase Salazarista perde sentido, na medida em que a execução dos projetos de desenvolvimento vão tornando a sociedade portuguesa mais urbanizada e mais complexa. Tal abertura estava, no entanto, grandemente preocupada com a preservação do regime e do que as lideranças do Estado Novo consideravam o maior patrimônio nacional: *o império ultramarino*. Afinal, no contexto pós-guerra, um dos nortes da ONU era justamente a autodeterminação dos povos, deixando Portugal isolado em seu apego

³⁰⁶ *Idem*, p. 72.

³⁰⁷ *Idem*, p. 73.

³⁰⁸ *Idem*, p. 73.

intransigente às suas colônias. O ultra-colonialismo luso perduraria até a década de 1970...³⁰⁹

Gonçalves busca em Fernando Rosas a explicação para a durabilidade do Estado Novo português. E segundo este autor elas devem ser buscadas nos elementos estruturais e nas características específicas dos principais atores que lhes deram vida. Como “elemento estrutural fundamental” é identificado o fato de Portugal ser um país periférico no contexto do sistema capitalista: seu caráter rural tradicional o mantém longe das crises e das renovações que condicionam os rumos da economia mundial. Até o início dos anos 1950 (quando em Portugal se tem início a um projeto mais consistente de industrialização) as ações governamentais estavam voltadas para uma estabilidade financeira que pusesse Portugal a salvo das flutuações que ameaçavam a República parlamentar do início do século. Porém, mesmo após implementar um processo de industrialização via-se no Estado Português, uma preocupação em proteger a economia lusa da instabilidade da era industrial. O segundo elemento estrutural era a posse do que restava do vasto império colonial do além mar com a manutenção do exclusivismo colonial, que se configurava como válvula de escape para deficiências e insuficiências da economia portuguesa. Neste período as colônias juridicamente enquadradas como extensão da metrópole, são escoadouros de capitais e mercadorias, além de fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata.

Tal configuração, de uma metrópole dependente e que submetia as populações colonizadas a uma dupla exploração – de Portugal e dos capitalistas globais – era justamente a base do ultra-colonialismo português analisado por Anderson. Associado ao plano econômico que, tanto bem amarrava as colônias lusas à metrópole quanto servia para dar uma sobrevida ao ultrapassado salazarismo, no plano da ação política,

³⁰⁹ ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1966

havia a habilidade pessoal de Salazar, que fora fundamental para manter coesos os interesses das elites econômicas, militares e religiosas de Portugal. Para que tal habilidade fosse exercida, Rosas afirma que concorreram três fatores: o caráter acomodação da burguesia portuguesa, a forte repressão policial e a ausência de um projeto comum por parte dos diversos segmentos da oposição ao regime.

Desse modo, a inserção de Portugal no contexto internacional do pós-guerra, segundo Gonçalves foi lenta e dificultosa. A vitória dos princípios democráticos na Segunda Guerra, que fizeram com que o Estado Novo ficasse, como afirmamos acima, “obsoleto”, causou um grande desconforto internacional para a própria existência do Estado Novo português. A favor deste país concorriam, no entanto, dois fatores importantes: o seu tenaz anticomunismo e a sua privilegiada posição geoestratégica. Fatores que também, inclusive, eram observados no Brasil.

Williams Gonçalves nos aponta que o início da dificuldade do Estado Novo de se inserir no contexto internacional do pós-segunda guerra originou-se quando da guerra civil espanhola (1936-1939): o seu total apoio a Franco deixava evidente a identidade política entre os dois regimes. Com a vitória de Franco, a assinatura do Tratado de Amizade luso-espanhol (1939) foi uma consequência quase que natural da aliança de guerra e, com o *Protocolo Adicional* do mesmo ano os ibéricos se colocariam em uma confortável posição neutra na Segunda Guerra Mundial. Para Portugal a inserção no conflito poderia significar duas coisas: o fim do regime e a perda de colônias, que, ou se tornariam independentes ou passariam a se reportar a outra metrópole europeia ou neo-europeia. Contudo, apesar da neutralidade desejada por Portugal, esta acabara por ser uma “neutralidade colaborante”³¹⁰, já que, em 1944, este fora instado, principalmente pela Inglaterra, não apenas a ceder as ilhas dos Açores para servirem de base para os

³¹⁰ GONÇALVES, 2003, P. 78.

aliados, mas a parar de exportar volfrâmio para os nazistas. O uso dos açores foi permitido em 1943.

Com os EUA, as negociações terminam em novembro de 1943. Desalojados os japoneses do Timor, este seria restituído a Portugal, em uma ação conjunta francamente pró-colonialista. Em Portugal, a resistência em relação aos EUA residia em dois pontos: a) o capitalismo estadunidense, incompatível com as convicções ruralistas-religiosas de Salazar, incompatibilidade esta observada também pelo diplomata brasileiro Adolpho Justo Bezerra de Menezes – que abordaremos mais a frente – o qual se apoiava no lusotropicalismo de Freyre, formando assim o Lusotropicalismo Orientalista já por nós mencionado no primeiro capítulo; e b) a política anticolonial de Roosevelt, malgrado o apoio deste a Portugal no caso do Timor Leste.

3.2 O Portugal Salazarista, o contexto internacional da Guerra Fria, e o Orientalismo Lusotropical.

Com o realinhamento de forças do pós-guerra, Antônio Salazar tinha novos desafios: preservar o regime estadonovista e reciclar a estratégia de defesa do ultramar. Neste contexto, a independência de União Indiana, que se deu em 1947, foi o acontecimento internacional mais desfavorável para a estratégia portuguesa, pois, com o reconhecimento da autodeterminação da Índia pela Inglaterra, Portugal de novo se viu frente à questão da “descolonização”. A independência indiana traz alguns inconvenientes para Portugal. Em primeiro lugar, Portugal deixa de contar com apoio inglês para continuar sua estratégia atlântica de defesa do seu império ultramarino, e em segundo lugar surge o caso de Goa, Damão e Diu, amplamente discutidos na Conferência de Bandung e que contou com apoio brasileiro aos lusos. Tais possessões européias (além das lusas existiam ainda as francesas) passaram a ser vistas por Nehru

como anomalias a serem resolvidas de forma diplomática e pacífica, segundo os critérios do *Panch Shila*, convencionados na Conferência Sino-Indiana de 1954. Para Salazar, suas possessões (Goa, Damão e Diu) faziam parte do território do Estado português da Índia, e ele afirmava: “Nós não podemos, quer por plebiscito – como foi inutilmente aceite pela Índia –, quer sem ele, negociar a cessação ou a transferência de uma *porção do território nacional* e dos seus habitantes. Nenhum governo português o pode fazer, primeiro, devido às exigências da Constituição e, depois, devido aos ditames da sua consciência de homens”³¹¹. Esta afirmação de Salazar – que agora vai ter um oponente digno de nota na Ásia, a independente Índia – como vimos no primeiro capítulo, choca-se frontalmente com o que o geógrafo Orlando Ribeiro constata em seu relatório³¹² – resultado de pesquisas de campo levadas a cabo em 1956 – onde se vê o desmascarar (certamente involuntário) do “mito de Goa”. Porém, como podemos ver em nossas fontes, escritas em um “contexto intelectual freyriano”³¹³, se reproduz, nos meios diplomáticos brasileiros, um discurso que faz coro com a idéia orientalista-lusotropical propagandeada por Salazar, quando afirma que, baseado em informações de uma empresa estadunidense de jornalismo, a Associated Press, “as populações de Goa, Damão e Diu [queriam] manter-se sob o domínio de Portugal”³¹⁴. Aqui fica evidente a posição francamente a favor da presença lusa em terras indianas – expresso na própria escolha da fonte de informações – donde temos como exemplo o expressivo trecho a seguir, extraído do mesmo ofício do embaixador Ildefonso Falcão – um verdadeiro protesto contra o “*nacionalismo burlesco de Bombaim*”! Assim o embaixador reporta

³¹¹ GONÇALVES, 2003, P. 79.

³¹² Cujo destino foram as estantes da Sociedade de Geografia de Lisboa”, devidamente não publicado, mas, à época, 1955, inconcluso.

³¹³ RIBEIRO, Orlando. *Goa em 1956*. Relatório ao Governo, Lisboa, CNCDP, 1999. *Análise Social*, vol. XXXVI (Primavera-Verão), 2001. p. 538.

³¹⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/08. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Outubro/Dezembro de 1954. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes
Embaixador: Ildefonso Falcão

ao Ministério das Relações Externas do Brasil os acontecimentos em 27 de novembro de 1954:

“Como era de esperar-se, o (...) nacionalismo indiano, formado por elementos de baixo teor, a começar pelo ex-Consul honorário do Brasil em Bombaim, J. N. Herédio, voltou a intensificar a campanha no sentido da *incorporação dos Territórios portugueses à Índia* (...) Toda essa literatura indigesta [da campanha para a libertação de Goa!] deriva do ‘Goa liberation concil’, cujo quartel general se instalou naquela cidade onde vivem e trabalham mais de cem mil goeses que, numa proporção de 95%, embora ameaçados, não aderiram ao movimento. Esse Conselho, *mais ou menos pitoresco*, de mãos dadas ao *igualmente divertido* ‘Índia National Congress’, quer apressar a absorção de territórios que *há mais de quatro séculos* o grande soldado-estadista Afonso de Albuquerque tomou aos muçulmanos à Portugal, vencendo “mares nunca dantes navegados” e plantando, com a bandeira dos quiquinas a sua *civilização de poderoso império*”³¹⁵.

Note-se o elevadíssimo percentual (de 95%!), atribuído à maioria dos “goeses lusos” que desejavam continuar sob a proteção do Estado português. Atentemos também para sua respectiva fonte de informações, a “Associated Press”, uma agência de notícias estadunidense (portanto, Ocidental) que, junto com uma série de outras agências internacionais ocidentais, serviam quase totalmente³¹⁶ às imprensas de todos

³¹⁵ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/08. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Outubro/Dezembro de 1954. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Idefonso Falcão

³¹⁶ Havia algumas reportagens onde as referências às fontes se limitavam a dizer “segundo fonte geralmente bem informada”..., como se pode constatar na edição do *Correrio da Manhã* de 16/04/1955, na reportagem que versava sobre a não ida de Ngo Dinh Diem (representante das Filipinas) a Bandoeng.

os jornais por nós pesquisados (de Portugal, Estados Unidos e Brasil), resultando em reportagens grandemente parciais e, em alguns momentos, vimos no segundo capítulo, cétricas (e irônicas) em relação ao sucesso de Bandung. Lembremos, ainda, que as já citadas pesquisas do geógrafo Orlando Ribeiro desmentem abertamente esta “adesão goesa à civilização cristã” levada pelos lusos, de onde podemos depreender, mais uma vez, que este discurso Orientalista Lusotropical era, sobretudo “mítico”, tão mítico quanto a própria doutrina freyrena de lusotropicalismo e tão legitimadora da dominação européia quanto a perspectiva Orientalista proposta e desenvolvida por Said. Neste sentido, devemos reiterar que o Orientalismo Lusotropical nem sempre aparece de forma explícita como em alguns trechos dos livros de Menezes que mostraremos mais a frente – e mesmo alguns ofícios e jornais (onde via de regra se dá de forma mais discreta, atenuada) – mas coincide com a idéia de que é tanto uma “distribuição de consciência geopolítica”, evidentemente voltada para atender os interesses coloniais europeus e neo-europeus, quanto Lusotropical, no sentido de crer que o colonialismo luso deve ser mantido porque é, sobretudo, cristianizador e benfazejo às populações locais.

O embaixador segue mostrando o “apoio internacional” (não especificado pelo mesmo) a Portugal (sendo o Brasil líder deste “grupo de não poucos países”!):

“Ante o protesto *de não poucos países*, e de que o Brasil é líder, sobreveio um período de calma (...). Fatigados que estão os portugueses desta *espécie desengraçada de comédia*, resolveram prender os ‘satihagrahis’ que *lhes penetraram as terras*, levando consigo flâmulas indianas para serem hasteadas”³¹⁷.

³¹⁷ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/08. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Outubro/Dezembro de 1954. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Ildelfonso Falcão

No mesmo ofício, podemos observar, ainda, como os “nacionalistas burlescos de Bombaim” são descritos como os agressores e invasores de “terras portuguesas” e que os mesmos “... concluíram que só [havia] uma terapêutica *heróica* para curar o mal de que se queixam (...): a invasão dos territórios [lusos, sendo eles, indianos] *pagãos ou não* [atentemos para a atenção dada à questão religiosa e cultural dos satihagrahis, diversa, evidentemente, da europeia (cristã e civilizada)]”. Contudo, Falcão nos assegura que “os portugueses que lá estão [estão] dispostos a resistir”, (e cá nós brasileiros a apoiar moralmente...). Mais à frente, o embaixador brasileiro na Índia mesmo questiona a honestidade de Nehru quanto às suas intenções para com os lusos, relatando: “Se isso [invasão e independência de Goa], entretanto ocorrer, poderá perguntar-se onde teria posto o Primeiro Ministro Nehru a sua sinceridade ao falar em auto-determinação dos povos, maiores ou menores”. Note-se que o princípio de autodeterminação dos povos, no caso, cabe a Portugal, e não à Índia, ou mais propriamente aos goeses, em um caso curioso de inversão de papéis e “lugares” ocupados pelos atores envolvidos no caso em questão.

A desconfiança em relação à Nehru, que preocupava 1) por ser um líder oriental que não partilhava dos valores ocidentais; 2) se aproximava perigosamente dos comunistas, tanto chineses quanto soviéticos (como se comprova na documentação exposta no capítulo anterior, que atesta os acordos bilaterais entre indianos/chineses e indianos/soviéticos); e 3) defendia a formação de um grupo de países não alinhados (que poderia ser anti-ocidental, anticristã, preocupação observada em inúmeros ofícios e jornais da época). O Embaixador Ildefonso Falcão conclui, com indignação, mediante a análise da entrevista concedida por Nehru a um certo líder goês, chamado por Falcão de Senhor Álvares, o “libertador de Goa”, que o Primeiro Ministro indiano (secretamente) está de acordo com a causa da libertação de Goa: “(...) o fato de ter sido ele recebido

pelo Senhor Nehru (...) revela o franco apoio do governo às suas *traíçoeiras iniciativas* (...) a situação difícil a que ele [Álvares] se referiu, não é senão a consequência lógica da política de estrangulamento econômico adotado pelo governo indiano em relação àquela possessão portuguesa”. No caso, para o analista brasileiro, a “vítima” em questão é Portugal, que estava naquelas terras há 500 anos e é possuidor do legítimo poder sobre aquelas terras por ele cristianizadas e civilizadas.

Em relação a outras possessões portuguesas no “extremo oriente” temos, ainda, de nos referirmos aos casos de Macau (localizada em território Chinês “comunista”) e Timor (localizado em território indonésio) e outras regiões “lusotropicalis” na Ásia. Os relatos de Oswaldo Trigueiro ³¹⁸ sobre os debates ocorridos em Bandung a respeito destes dois territórios lusos encravados em terras asiáticas “tranqüilizam” o Itamaraty – sem, no entanto, deixar de referir-se às possíveis ameaças iminentes a estes enclaves lusos. O embaixador, argutamente, relaciona as situações “tranqüilas” destes dois territórios a questões de caráter local (mas que envolve também potencias colonialistas européias como Holanda, por exemplo), quando diz:

“Com referência a duas outras colônias portuguesas da Ásia – Macau e Timor – a situação é, no momento, tranqüila. Em relação à 1ª. Tudo indica que a China não procurará tornar efetiva sua reivindicação enquanto não se resolver a questão de Formosa, com o eventual reconhecimento internacional da nova República. Em relação à segunda, parece certo que a Indonésia não manifestará sua posição antes de resolvida a questão da Nova Guiné Ocidental. Se a Holanda se retirar desta ilha, será ilusório pensar que os indonésios concordarão com a presença de Portugal na

³¹⁸ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 93.

parte Oriental da Timor. O refrão do nacionalismo indonésio é de que a soberania do país se estende de “de Sabaute à Merauke”, isto é, por todo o arco insular que começa no extremo noroeste de Sumatra e termina na fronteira Papua”³¹⁹.

Em relação ao Timor, Falcão revela, ainda, que a despreocupação indonésia, era momentânea e estratégica, pois esta não desejava, no momento em questão, “abrir novo conflito, que [pudesse] alienar simpatias de algumas nações do Ocidente, e enfraquecer sua posição nas Nações Unidas”³²⁰. No tocante a outras regiões Trigueiro relata no mesmo ofício que:

“Na Índia, Portugal já perdeu os enclaves de Dadra e Nagar-Aveli, desde algum tempo sob controle indiano, embora não tenha cogitado de anexação formal”.

Em relação a Macau, o entreposto português em território Chinês, temos uma pitoresca colocação de Bezerra de Menezes em seu livro *O Brasil e o mundo Ásio-Africano*. Aqui temos um exemplo extremamente explícito de o que queremos dizer com orientalismo lusotropical, quando temos marcações de posição quando o assunto envolve Brasil, Portugal e Oriente. Na parte de seu livro que toca na presença portuguesa no “Oriente”, Menezes se dedica a comentar um evento que aconteceria no lusotrópico português do extremo oriente: a comemoração dos 400 anos de presença lusa em terras “chinesas”, na Macau do ano de 1954. O excerto será algo extenso, mas extremamente ilustrativo, mesmo auto-explicativo em grande medida:

³¹⁹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 93.

³²⁰ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro. Ofício número 93.

“Eram 400 anos de possessão ininterrupta sobre aquela impigem na rechonchuda face da China continental e, por força, deveria haver muito foguetório, muito discurso, muita ‘falação’ à nossa meiga, nada maliciosa e nada perspicaz maneira luso-brasileira. Mas o que seria perfeitamente inócuo e inseqüente, há 10 anos, agora nesta época de nacionalismo em ebulição um passo errado, uma tremenda falta de subtileza por parte de Portugal. O Senhor Chou En Lai franziu *o seu quase inexistente sobrolho* e *ejaculou, zangado, palavras misteriosamente chinesas*, mas que *decifradas em linguagem* do Ocidente significam: ‘O Dragão nunca esteve tão forte e robusto quanto agora’. (...) Convém, pois, que se cancelem quaisquer festividades...”³²¹

Convém comentar que, ao contrário do que possa parecer, este suposto diálogo com o premiê chinês, este momento de declaração de ódio “ejaculado” em palavras *misteriosamente chinesas*, jamais existiu! O que aconteceu, no caso, foi que comemorações ostensivas por parte dos portugueses, que comemorariam 400 anos de colonialismo, não seriam, no contexto de libertações nacionais e de formação de um conclave que se posicionava contra o colonialismo e a discriminação dos povos de cor, certamente bem vindas pelo governo de uma das potências líderes não apenas de Bandung, ou apenas do bloco comunista, mas de todo um continente (quicá dois, se considerarmos a África)...

Como mais um exemplo da idéia de que Portugal imprimia um modo todo particular de colonização era amplamente difundido no contexto, temos o relato do embaixador brasileiro em Portugal, Heitor Lyra, em ofício de maio de 1955, onde comenta um artigo publicado em um jornal francês de Ottawa “Le Droit”, de tendência

³²¹ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. O Brasil e o Mundo Ásio-Africano. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, 2ª. ed. p. 123.

católica, o qual dialoga com um texto de uma revista, também católica, estadunidense, chamada “The Commonwealth”, que trata do tema. O título do artigo é “A Guerra Fria de Nehru contra Goa” e destila uma clara posição orientalista lusotropical. Interessante mais uma vez ressaltar que as informações a respeito do caso de Goa são extraídas, pelos embaixadores brasileiros, de textos produzidos no “mundo ocidental”, colonial e cristão. A seguir, alguns excertos do texto de Lyra:

“... não obstante o apregoado pacifismo e neutralismo do Primeiro Ministro da Índia, êste prossegue a sua política de pressões de todos os géneros com o fim de apoderar-se do Estado português da Índia (...) o articulista passa a seguir, a apreciar uma crônica de uma revista católica norte-americana 'The Commonwealth' (...) onde se comenta a mentalidade e as aspirações dos habitantes de Goa. Afirma o articulista que os goeses são tão europeus do Mediterrâneo como os atuais descendentes das várias nacionalidades européias são hoje americanos. A seu ver a razão é simples: se os goeses são de origem indiana, *Portugal deu-lhes a civilização ocidental* durante a sua presença de cinco séculos no Oriente. Portugal não governou apenas aqueles territórios *mas fez dos seus habitantes autênticos portugueses pelo coração, pelo espírito, pela religião e pelas tradições* (...) O goês cristão possui uma verdadeira mentalidade do europeu meridional, e os seus costumes diferem de tal modo dos dos indianos, que não existem nenhuma afinidade real entre uns e outros (...) A Índia portuguesa recua-se a ser incorporada pelos 350 milhões de indianos (...) e receia a sua desintegração e até mesmo a *perda da sua fé*, porque a política e o idealismo do

Primeiro Ministro, que são eternos nada valem contra o orgulho e os preconceitos de casta hindu”.³²²

Mais a frente voltaremos ainda a comentar “o caso de Goa”. Não obstante, se fossemos tratar mais detidamente deste assunto deveríamos separar todo um capítulo para este tema, tamanha a documentação que trata do mesmo. Porém, como este não é o objetivo da presente dissertação – com pesar não o faremos – nossas colocações a este respeito serão apenas pontuais.

Assim, no contexto do pós-guerra, Portugal sabia que poderia dispor somente de métodos diplomáticos para tratar do assunto colonialismo (ou “províncias ultramarinas”), simplesmente (mas não apenas por isso) por não dispor de recursos para lançar-se em uma guerra com a Índia. Desse modo, com a tática diplomática protetatória, Salazar visava alcançar dois objetivos: primeiro afirmar o caráter específico do colonialismo português, que diferia dos demais por não possuir um caráter econômico, mas sim a “finalidades mais amplas e duradouras de fecundação de valores culturais e cristãos, e erguer-se como um legítimo defensor da civilização européia contra o materialismo capitalista norte-americano e o materialismo comunista soviético”³²³ - e aqui reside, lembremos mais uma vez, o núcleo duro daquilo que chamamos de Orientalismo Lusotropical: esta crença na diferença fundamental na forma de os portugueses lidarem com suas colônias.

Não obstante, segundo Gonçalves, para Salazar, o que estava em jogo era a África, não a Ásia. A aliança com os conservadores europeus e com o Brasil se lhe afiguravam como as peças fundamentais para sua estratégia colonialista neste continente: o apoio brasileiro a Salazar não será negado até 1961, como veremos.

³²² Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 26/04/11. Lisboa – Ofícios recebidos – abril/maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Heitor Lyra

³²³ GONÇALVES, 2003, P. 79.

Saraiva ³²⁴, nos mostra, inclusive, que, em grande medida, o apoio brasileiro ao colonialismo português (especialmente na África) se deve ao fato de esta região possuir países produtores de artigos que rivalizavam com os brasileiros no mercado internacional, embora países que competiam com o Brasil em artigos também existissem na Ásia. Outro aspecto importante do apoio ao colonialismo luso são as manobras utilizadas junto à ONU, pelo Brasil (neste ponto estamos mais de acordo com Gonçalves), para conseguir preeminência nas negociações com o mundo europeu e neo-europeu, em detrimento da África e da Ásia, como veremos mais à frente.

Desse modo, se podemos conceber que o contexto global da Guerra Fria beneficiou grandemente Portugal, posto que não teve o seu colonialismo atacado frontalmente pelas demais potências ocidentais, como seria de se supor, foi porque ali este país conseguiu maior complacência por parte das potências ocidentais em relação à sua postura perante o mundo colonial, dado, sobretudo, ao seu anticomunismo, que era muito útil a estes países. Não tardaria, com isso, a surgir um novo convite para integrar a OTAN, o qual viria em 1949, recusado inicialmente em 1947 como também fora, no mesmo ano, a ajuda do Plano Marshall. A situação de Portugal, que primava por um relativo isolacionismo internacional, assim, com esta dupla aceitação, mudou de figura no fim de 1949. Tal mudança, segundo César de Oliveira, citado por Gonçalves, se dá pelo fato de a OTAN compatibilizar com doutrina Salazarista. O autoritarismo luso passa, inclusive a ser mais bem visto no Ocidente: este (autoritarismo) seria uma particularidade de um Estado perfeitamente afinado com o objetivo ocidental de eliminar o comunismo soviético.

E tal postura condiciona o ingresso de Portugal à ONU em dezembro de 1955, retirando Portugal de uma situação marginal no sistema internacional mas o envolvendo

³²⁴ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

em um dilema quanto à sua condição de país colonialista, ao colocá-lo diretamente frente a frente com a questão da “descolonização”, presente em todos os debates na ONU a partir de então: seriam os ecos da Conferência de Bandung abalando as estruturas do sistema internacional. Não obstante, Gonçalves aponta, ainda, outros fatores que contribuiriam para o crescimento da aversão ao colonialismo no sistema internacional: o XX Congresso dos PCUS e desestalinização; o fracasso anglo-francês em Suez; e o crescente prestígio do Movimento dos Países Não Alinhados – este, diretamente ligado ao conclave afro-asiático de 1955. Com o avanço destas posturas, levadas a cabo por sistemas alternativos ao capitalismo liberal, os países do bloco capitalistas se viram compelidos a tratar desta questão de forma urgente. E esta disputa ideológica pelos rumos a serem tomados pela política internacional do pós-guerra, especialmente quando são inseridos os países do nascente “Terceiro Mundo”, é amplamente observada quando lidamos com as fontes que se referem à Conferência de Bandung.

É que Portugal, na década de 1950, estava na contracorrente do resto da Europa, que negociava independências para manter o controle econômico sobre as mesmas. A solução lusa para o inconveniente de manter colônias em um contexto global de reprovação a esta prática política foi a formação de uma estratégia jurídico-defensiva. Em 1951 o governo luso promove uma revisão da Constituição e o Ato Colonial. Segundo tais alterações na Constituição e no Ato Colonial, seguindo as premissas de Ferreira Bossa, as colônias portuguesas passaram a se chamar *províncias* e o *Império Colonial Português* passou a se chamar *Império Ultramarino Português*, retorna-se à terminologia da I República, alterado em 1935. Gonçalves chama tais alterações de

“contorção verbal”³²⁵, para que o Estado Novo estivesse fora do alcance dos artigos 73 e 74 da Carta da ONU.

Em reação a esta persistência lusa, parte dos países asiáticos que se encontrariam em Bandung (União Soviética, Ceilão, Coréia do Norte, Líbano, Mongólia, Paquistão, Síria, Jordânia, Vietnam) de 18 a 24 abril de 1955, antes mesmo desta reunião mais ampla, no dia 16 do mesmo mês, se reuniram em uma pré-Conferência em Nova Déli (chamada por Falcão de “pseudo-conferência organizada misteriosamente”) e se referiram, entre muitos outros assuntos, ao colonialismo luso que persistia e não dava sinais de que estava por se findar, se posicionaram, em uma resolução, da seguinte forma, como nos relata Ildefonso Falcão:

“[Uma] Resolução especial foi adotada a propósito da situação de Goa e outros territórios portugueses na Índia. Depois de congratular-se com as populações de Dadrá e Nágar Háveli, a resolução diz: ‘Pedimos que os portugueses, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses, entrem em negociações imediatamente com o governo da Índia para entrega pacífica dessas regiões à ‘terra madre’”³²⁶.

Mas os ideólogos da posição jurídico-política lusa buscavam reforçar o “mito de que a presença portuguesa na África revestia-se de caráter humanitário, que não devia ser confundido com o colonialismo econômico das outras metrópoles européias, etc. De acordo com essa ideologia, em boa parte inspirada nos estudos do sociólogo brasileiro

³²⁵ GONÇALVES, 2003, P. 83.

³²⁶ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 35/05/09. Nova Delhi – Ofícios recebidos – Outubro/Dezembro de 1954. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Ildefonso Falcão. Ofício número 93.

Gilberto Freyre, o que melhor traduzia o humanitarismo da civilização portuguesa era seu caráter multirracial”³²⁷:

“[...] fomos nós, e só nós, que trouxemos à África antes de ninguém a noção de direitos humanos e igualdade racial; e somos nós, e só nós que praticamos o multirracialismo, havido por todos como expressão mais perfeita e mais ousada da fraternidade humana e progresso sociológico. No mundo ninguém contesta a validade do princípio: mas hesita-se em admitir que o mesmo é de autoria portuguesa e em reconhecer a sua prática pela nação portuguesa; porque isso seria outorgar-nos um autoridade moral e impor um respeito incompatíveis com as ambições que nos visam”³²⁸.

Assim, o “fardo do homem branco” luso era ainda mais pesado e verdadeiro do que o dos demais europeus colonialistas, pois estes levavam a cabo “de fato” uma política civilizacional ampla e ocidentalizadora. O Brasil, também arvorando-se neste princípio orientalista-lusotropical, uma vez que “herdeiro natural” dos portugueses, deveriam liderar, segundo uma determinada perspectiva de política externa baseada nas idéias de Freyre e do qual Bezerra de Menezes foi um grande expoente, todo este emergente “Terceiro Mundo”. A sua lusotropicalidade, que abarcava toda uma série de valores verdadeiramente ocidentais e cristãos, o condicionavam a ser a nação líder não apenas deste grupo de países, mas também de todo o “mundo livre” em um futuro próximo. Veremos com mais vagar esta análise de Menezes.

³²⁷ GONÇALVES, 2003, P. 84.

³²⁸ Citado por Gonçalves de Id., *The Third World*, Londres, Johnson, 1967, cit. por Gerald Bender, *Angola sob Domínio Português: Mito e Realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980, p. 8

Um segundo passo utilizado pelos portugueses para enfrentar a ofensiva anticolonial foi a política de valorização econômica das colônias. Seria uma vertente ultramarina do plano quinquenal soviético de 1953 – 1958, cujos pontos principais eram: a desregulamentação econômica das colônias, beneficiamento de oligopólios agrícolas e industriais lusos e a emigração de colonos europeus, para intensificar o povoamento agrícola branco criando interesses coloniais próximos da metrópole. Para tal empresa, a colônia mais visada foi Angola, que possuía como principais produtos o café, diamantes em bruto e sisal. Angola, seguindo uma tendência iniciada na década de 1940, torna-se o principal exportador de café da África, com metade de sua produção consumida pelos EUA colocando-a em rota de colisão com o Brasil.

O terceiro passo luso para defesa do seu ultra-colonialismo foi uma forte aliança com o Brasil. O início da parceria se daria sobre a questão de Goa (que trabalhamos), largamente observada nas fontes por nós pesquisadas, reforçada com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta Mútua, de novembro de 1953 (regulamentado em 1955, como citado). A partir de então Portugal passa a pressionar o Brasil para que o acompanhe na defesa de seu ultramar. Gonçalves nos mostra que houve um investimento forte da diplomacia lusa na formação de “uma aliança com setores *ocidentalistas* brasileiros dentro e fora do Itamaraty. Por meio de uma política de aliciamento, que incluía viagens a Portugal, condecorações e constantes homenagens às personalidades públicas brasileiras, os diplomatas portugueses conseguiram exercer estreita vigilância sobre todos os movimentos político-diplomáticos brasileiros, de modo a evitar o avanço das teses defendidas pelos nacionalistas, situadas bastante próximas daquelas próprias ao Movimento não Alinhado”³²⁹. Por razões que fundamentam a própria essência deste trabalho, a única alteração que propomos para a

³²⁹ GONÇALVES, 2003, P. 86.

perspectiva de Gonçalves é que utilizemos o conceito *Orientalistas* e não *Ocidentalistas* para nos referirmos à corrente existente no interior (e exterior) do Itamaraty. Bezerra de Menezes, membro fundamental de tal corrente que trabalhava como secretário do Itamaraty em Jacarta quando da Conferência de Bandung, e incensado nos meios nacionalistas da época lança um livro ³³⁰ de grande importância para a disseminação das idéias *Orientalistas*, o qual analisaremos mais a frente neste mesmo capítulo.

Quanto a esta “política de aliciamento”, além da atenção dispensada a intelectuais e figuras públicas brasileiras, que tiveram viagens custeadas aos “lusotrópicos” do mundo todo pelo Estado português, temos uma estratégica ação política por parte do governo de Salazar que envolve o mais alto escalão da política brasileira: o convite feito ao presidente brasileiro Café Filho ³³¹ – que será um grande parceiro de Portugal em suas causas colonialistas – para visitar Portugal com honrarias e condecorações (receberá o título da “Grã Cruz da Banda das Três Ordens” ³³²) nos exatos dias em que ocorrera a Conferência de Bandung ³³³. Este evento político foi amplamente divulgado tanto pela imprensa brasileira quanto pela imprensa lusa, tendo sido também foco de atenção extensa nas comunicações dos embaixadores brasileiros

³³⁰ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, 2ª. ed.

³³¹ Tal visita resulta em um opúsculo que relata pormenorizadamente a visita de Café Filho a Portugal, que encontramos nos Arquivo Histórico do Itamaraty, chamado “Visita a Portugal de sua Excelência o presidente dos Estados Unidos do Brasil João Café Filho”. FILHO, João Café. *Visita a Portugal de sua Excelência o presidente dos Estados Unidos do Brasil João Café Filho*. Rio de Janeiro. Programa 1955

³³² A criação da Banda das Três Ordens aconteceu na Reforma das Ordens de D. Maria I, em 17 de Junho 1789 (...) Em 15 de Outubro de 1910, com a extinção das Antigas Ordens Militares, deixou também de existir a Banda das Três Ordens. Foi restabelecida, por decreto de 1 de Dezembro de 1918, destinada, por direito próprio, ao Presidente da República, na sua qualidade de Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas, bem como para agraciar Chefes de Estado estrangeiros, na senda da tradição que vinha da monarquia constitucional. Durante o século XX foi atribuída a Chefes de Estado como os Reis Alberto I (1919) e Leopoldo III (1938) dos Belgas, os Reis Jorge VI (1939) e a Rainha Isabel II (1955) do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, o Rei Bhumibol Adulyadej da Tailândia (1955), os *Presidentes Café Filho* (1955) e *Kubitschek de Oliveira* (1957) do Brasil e o General Francisco Franco, Caudilho de Espanha (1962). ESTRELA, Paulo Jorge; *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824*, Tribuna da História, Lisboa, 2008. Do site: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=106>. (Acessado em 01/09/2011)

³³³ Embora a chegada de Café Filho estivesse prevista para o dia 22 de abril, o fato já estava sendo noticiado nos jornais brasileiros no dia 16 deste mês, exatamente quando começaram a circular as reportagens sobre a Conferência de Bandung.

lotados em Portugal: a sua importância é ressaltada à exaustão nestas fontes de informação. É que era sumamente necessário para o governo português dar o exemplo, para o mundo (e para os portugueses), da sua “união fraterna” com aquela que era conhecida como a mais bem sucedida experiência de colonização lusa nos trópicos. E o fato de o ideólogo do lusotropicalismo ter sido um homem deste “lusotropical americano” era sintomático não apenas desta boa relação conjuntural, mas desta boa forma de empresa – não colonial, mas civilizacional. Os exemplos de exposição desta notícia poderiam se multiplicar mais ou menos indefinidamente e teríamos de dispor de um grande número de páginas para dar conta da totalidade destas reproduções. Aqui nos limitaremos a expor alguns comentários do embaixador brasileiro em Portugal e alguns títulos que noticiavam a visita.

Desta forma, temos que em 16 de abril de 1955 o Jornal “O Globo” noticia: “O presidente Café Filho será condecorado pelo presidente de Portugal”. A reportagem segue dizendo que: “Na mesma data da sua chegada a Portugal, dia 22, o presidente Café Filho será condecorado pelo presidente português Francisco Craveiro Lopes, com a Banda das Três Ordens”³³⁴. As notícias sobre os procedimentos e solenidades que envolveram o presidente brasileiro em Portugal nos dias que se seguiram a sua chegada, assim como fragmentos dos discursos proferidos pelos presidentes dos respectivos países foram reportados à exaustão pelo jornal O Globo, assim como pelos demais. O Jornal do Brasil, O Dia, Última Hora e o Correio da Manhã, por exemplo, também fizeram referências exaustivas a esta visita. Os jornais portugueses, como nos mostra as fontes diplomáticas também fizeram larga referência a este evento. O embaixador brasileiro em Portugal, Heitor Lyra, escreve que o:

"transcendente significado desse sucesso situa-se entre as realidades fortes que são patrimônio de uma

³³⁴ Jornal O Globo. 16 de abril de 1955.

Comunidade histórica do passado e as perspectivas firmes que se abrem a uma Comunidade espiritual presente . Nos tempos atuais, e que o entendimento e a amizade entre as duas nações tem sido sublinhados por inequívocas demonstrações e atos positivos - como a atitude assumida pelo Brasil perante o ataque indiano contra Goa, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Rio de Janeiro e a São Paulo, a participação de Portugal nas Comemorações Centenárias de Pernambuco e São Paulo - a vinda do Presidente Café Filho constitui um acontecimento de consagração à política atlântica e traduz um fato de relevante importância" ³³⁵

Note-se que o caso de Goa vem à baila mais uma vez, assim como também é retratado no jornal O Globo de 16/04/1955, que propagandeia “a solidariedade brasileira no caso do conflito luso-indiano”. Aqui vemos também como a fraternidade luso-brasileira também é celebrada como um caminho para a formação de uma *comunidade luso-brasileira*. No mesmo ofício vemos o embaixador brasileiro comentar que estes laços são medidas efetivas dos governos dos dois países para mitigar a “Saudade Atlântica”, ocasionada pela separação forçada por este “vasto oceano”. Porém, os fortes laços culturais, lingüísticos e religiosos, reiterados cada vez mais neste período, teriam feito deste vasto oceano, um “lago luso-brasileiro”... Aqui o diplomata faz menção às medidas efetivas feitas em Portugal em 1955, para “estudar as medidas de natureza legislativa e administrativa necessárias para, em Portugal, dar cumprimento ao Tratado de Amizade e Consulta [de 1953]”. Este embaixador cria que, com tais medidas "um novo 'modus vivendi' [iria] criar-se, pela efetivação desta carta magna da comunidade

³³⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 26/04/11. Lisboa – Ofícios recebidos – abril/maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Heitor Lyra. Ofício numero 25.

luso-brasileira, na qual está implícita a equiparação dos direitos entre portugueses e brasileiros, dentro dos limites constitucionais dos dois países”³³⁶.

Quanto à economia, a situação do Portugal dos anos 1950 é precária, pois se mostrava um país atrasado e fraco econômica e politicamente. Cinquenta por cento de sua população era camponesa, mas possuía um solo pobre e um campo carente de tecnologias – agricultura produzia menos de ¼ do PIB, que o levava à importação de cereais; vinte e seis por cento de sua população estava concentrada nas atividades terciárias; e vinte e quatro por cento em atividades industriais que possuía uma indústria pesada incipiente e dependente de importações. A indústria leve ocupava um terço da força de trabalho industrial, cuja principal área era a de têxteis. As exportações do país se concentravam, assim, na exportação de madeiras, têxteis, cortiça, conservas de peixe, vinhos, resina, volfrâmio e azeite.

Apesar disso, Portugal era um Estado imperialista, agregando em seu império regiões como “Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu”³³⁷. Aqui também o atraso era marcado, ausência de recursos para uma exploração racional, capitalista, levava exploração de mão-de-obra forçada, ou seja, com métodos pré-capitalistas, que Anderson, como já ressaltamos, denomina ultra-colonialismo.

Gonçalves nos acena que sob Salazar, o mundo colonial se “torna um santuário”. As relações metrópole/colônias tidas pelos portugueses, como mais profundas do que as vicissitudes do capitalismo. Com o Ato Colonial (1930) fica marcado o fim da autonomia financeira da colônia; restringia-se o capital estrangeiro em favor do capital nacional luso tornando a situação muito próxima do Pacto Colonial mercantilista. Com Salazar mantinha-se, ainda, a tese de que Portugal somente poderia se manter enquanto

³³⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 26/04/11. Lisboa – Ofícios recebidos – abril/maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Heitor Lyra

³³⁷ GONÇALVES, 2003, P. 88 .

Estado-nação soberano se as colônias existissem. A existência de “colônias e o que elas representavam para a história do mundo ocidental que fazia de Portugal um ator válido no sistema internacional. Sem elas, Portugal tornar-se-ia um país inviável”³³⁸. A retórica sentimental e hiperbólica servia como método para apagar a péssima situação econômica e social dos portugueses, uma vez que a nação via com orgulho o fervor com que Salazar exalta a ação colonizadora, símbolo vivo da história do país. Funcionava também como resposta às demais potências, que desejavam o império português para “satisfazer seus apetites imperialistas”, Salazar exaltava o nacionalismo português, evocando o caráter único da ação colonizadora de Portugal. O fim da colonização lusa é civilizadora e cristianizadora e a prova disso era a existência do Brasil, grande parceiro na legitimação do ultracolonialismo de Portugal, que seria um “fabricador de Brasis”.

A idéia de tolerância racial e propensão para miscigenação, idéia chave do colonialismo luso, servia para atenuar as pressões tanto de grandes potências (para o fim do colonialismo) quanto do movimento anticolonialista que se formava em Bandung: a regeneração de Portugal dependia do sucesso desta missão iniciada no XV. Como expusemos acima, a mais valiosa contribuição para sedimentar tal tese provinha de Gilberto Freyre, que prestava uma contribuição teórica que se somava à convergência de percepções das elites dirigentes acerca do funcionamento e da inserção dos dois Estados no sistema internacional do após-guerra e que, finalmente, forma um dos aspectos mais marcantes das relações luso-brasileiras na década de 1950.

Como forma de tornar cada vez mais sólida a relação luso-brasileira foram estabelecidas entre os dois países, como mencionamos acima, duas firmas importantes: Tratado de Amizade e Consulta e a Comunidade Luso-Brasileira. O Tratado de Amizade e Consulta configurava-se como um instrumento jurídico que dava forma às

³³⁸ GONÇALVES, 2003, P. 88.

relações luso-brasileiras na década de 1950. Em 1953, assinado por Vargas, ratificado em 1954 por Café Filho, e regulamentado em 1955 (como vimos na fonte de Heitor Lyra), tinha como finalidade original a harmonização das políticas externas pelo mecanismo de consultas mútuas. De fato, este se torna um pólo onde passam a gravitar correntes interessadas no prevalecimento dos interesses nacionais brasileiros e os interesses coloniais portugueses formalizando, por exemplo o apoio brasileiro aos casos de Portugal com Goa, Damão e Diu.

3.3 As relações Brasil/África no contexto da Conferência de Bandung

Além de um panorama sobre as relações externas brasileiras com parceiros importantes como Estados Unidos e Portugal é importante, para melhor compreendermos as posturas tomadas no Brasil frente à Conferência de Bandung, lançarmos mão de uma visão panorâmica sobre as relações do Brasil com uma importante região do mundo envolvida diretamente com a mesma. Pois, se com a Ásia o Brasil possuía uma relação, por assim dizer, recente, com o continente africano as relações se deram desde o início da colonização lusa na América. Porém, embora presente no próprio “DNA” do país, as relações com este continente, na época por nós estudada era distante – na verdade, de retomada, após um relativamente longo período de silêncio.

Ao definir a periodização das relações Brasil/África Saraiva³³⁹ estabelece cinco períodos. Primeiro o período colonial XVI ao início do XIX; em segundo aquele que se inicia com a independência e se prolonga pelo dezenove. O terceiro e aqui Saraiva se detém com mais vagar (como também o faremos), é aquele que persiste desde a segunda metade dos anos 40 do XX até os anos 60 deste mesmo século. Os quarto e quinto se

³³⁹ SARAIVA, 1996.

deslindam, respectivamente, de janeiro de 1961 até meados dos anos 1980 e de meados dos oitenta até hoje (1996, data da publicação do livro).

O período que nos interessa, sobre o qual nos deteremos no presente trabalho, é o “Terceiro”, ou seja, aquele que se desenvolve desde a segunda metade dos anos 1940 aos anos 1960. Segundo Saraiva este é um “Momento de retomada gradual das relações do Brasil com o continente africano”. Aqui, na África se vivia a “agonia do processo colonial (...), [com] a eclosão dos gritos nacionalistas naquele continente” e “os novos desdobramentos da história brasileira do pós-guerra, bem como da relação do Brasil com o centro da aliança ocidental, criaram novas condições favoráveis para a reconsideração das relações diretas entre o Brasil e o continente africano”³⁴⁰.

Segundo Saraiva, nos tardios anos 1950 e no início dos anos 1960 já se observam, com clareza, as novas inclinações atlânticas da política externa do Brasil. As adaptações e as operações que a política exterior teve que realizar neste período foram significativas para a gestação de uma verdadeira política africana do Brasil. O novo ambiente internacional, “que ressaltava a presença de novos Estados independentes na África, exigia uma postura menos incerta, por parte do Brasil, referente ao lugar da África”³⁴¹.

Este lugar, entretanto, estava condicionado por posições históricas do Brasil em relação ao colonialismo português na África. O jogo de contradições entre discurso e prática bem como as ambigüidades da própria política africana do Brasil afloraram nos comandos diplomáticos no âmbito do Atlântico, como apontamos acima, nas “*votações de recomendações das Nações Unidas* e no ensaio das negociações comerciais de produtos primários como o café e o cacau”³⁴². Aqui, ao passo que havia um discurso predominantemente anticolonial, o qual permeava as falas dos mais diversos setores da

³⁴⁰ *Idem*, p. 14.

³⁴¹ SARAIVA, 1996, p. 16.

³⁴² *Idem*, p. 17.

política pátria, quando se tratava de questões práticas, que envolviam as “forças profundas”³⁴³ do país, mudava-se o tom e agia-se de acordo com as conveniências, deixando-se o “politicamente correto” de lado.

Sombra Saraiva defende que a localização do aumento do interesse brasileiro pela África nos anos 1960, com Jânio e João Goulart é algo impreciso. Segundo este autor, “a redescoberta da África como área importante para a formulação da política exterior do Brasil emergiu no contexto do imediato pós-Segunda Guerra Mundial... (...) mais claramente no governo Dutra”, pois, se aqui “não havia uma política africana (o que inclusive não se coadunava com a situação colonial do continente), [...], a África apareceu, naquele momento, como um continente de alguma relevância na agenda da política exterior brasileira”³⁴⁴.

Os primeiros elementos da política externa brasileira para a África foram desenhado no bojo das novas percepções dos gestores do Estado, da diplomacia e dos homens de comércio e do setor financeiro em torno de questões como o financiamento internacional “para o desenvolvimento da América Latina e da África, a competição entre produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional, a perspectiva da parceria brasileira com a África do Sul no contexto Atlântico, as relações especiais com Portugal, a formulação da Comunidade Luso-Brasileira e as primeiras conseqüências do processo de descolonização da África sobre os interesses do Brasil na região atlântica”³⁴⁵. Pode-se notar a emergência lenta da África como um tema de relativa importância para formuladores e executores da política exterior do Brasil ao

³⁴³ Como forças profundas entende-se o conjunto de forças sociais, *políticas, econômicas* e culturais, que busca exercer algum tipo de pressão sobre os “homens de Estado” – que tanto podem influenciar quanto pressionar os governos e, por conseqüência, os Estados, na adoção e nos rumos das políticas externas exercidas pelos países. RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

³⁴⁴ SARAIVA, 1996, p. 18.

³⁴⁵ *Idem*, p. 21.

longo de duas décadas (40 e 50), com destaque especial para o período posterior à Conferência de Bandung e da presença brasileira como observador naquela conferência.

Saraiva nos mostra, assim, que neste momento “... observa-se a efervescência produzida por um grupo difuso de diplomatas e intelectuais que defenderam, já naquela época, o nascimento de uma política africana para o Brasil [Bezerra de Menezes incluso e, quiçá, liderando este grupo]. A diplomacia começava, assim, a transparecer o acúmulo de conhecimento sobre o continente esquecido na primeira década do século. Este foi um lastro fundamental para os desdobramentos da ‘política externa independente’ e sua inclinação africanista”³⁴⁶. Com a emergência do interesse na África, o discurso dos diplomatas e gestores do Estado brasileiro abunda em referências aos vínculos culturais e históricos que haviam entrelaçado o país ao continente ao longo do tempo. Este discurso, de base culturalista, (...) conviveu com outro, ora contraditório ora consonante, que enfatizava os vínculos de afetividade, ressaltada por Gonçalves, que unia brasileiros aos portugueses e suas ‘províncias de ultramar’. *A relevância simbólica desses discursos é importante para a compreensão de ações e decisões, para a explicação de determinadas escolhas e cálculos estratégicos.*

O primeiro governo pós-guerra (Dutra), para Saraiva o que deu início à aproximação com a África, tentou manter o nível de envolvimento internacional que a Era Vargas tivera, notadamente durante os anos de mobilização da Segunda Guerra. Aqui, Saraiva aponta que “o Brasil não abraza mão de exercer sua influência regional e continuar a sua política de barganhas com as potências como uma forma de financiar seu desenvolvimento (...) apesar do liberalismo e da abertura desenfreada do governo Dutra”³⁴⁷. Oswaldo Aranha havia constituído, já em 1943, os objetivos para os ‘próximos trinta anos’ da política exterior do Brasil. Entre eles, quase todos

³⁴⁶ *Idem*, p. 22.

³⁴⁷ *Idem*, p. 23.

concernentes ao financiamento do desenvolvimento industrial do país e à busca de preponderância na América do Sul (...). “*Aranha incluiu na sua lista o objetivo do aumento da influência brasileira sobre as ‘possessões portuguesas’ na África*”³⁴⁸. Assim, apesar dos interesses conflitantes no interior do Estado e da sociedade, o desenvolvimento a todo custo era o denominador comum entre os formuladores e executores da política exterior brasileira.

Em sua política externa Dutra tentou dar continuidade à barganha (especialmente com os Estados Unidos) para conseguir ganhos econômicos, porém estes não chegaram: a Europa e a Ásia, mais diretamente ‘ameaçados’ pela influência comunista, foram as principais áreas de atuação norte-americanas [manifestados na Doutrina Truman e Plano Marshall]”³⁴⁹. A África, por outro lado, beneficiou-se com os novos investimentos. Primeiro porque os financiamentos oriundos do Plano Marshall chegaram até a região por meio das metrópoles. Segundo porque, no início de 1949, os Estados Unidos lançaram o Plano IV, corolário da Doutrina Truman, e que pode ser visto como um outro Plano Marshall para as regiões atrasadas.

Desse modo, insatisfeito com esse quadro desfavorável, a política externa de Dutra tentou persuadir os Estados Unidos e as potências coloniais a investirem no Brasil, aliado do conflito vencido em 1945. Nas Nações Unidas, *diplomatas brasileiros insistiram no fato de que o tratamento preferencial dado à África produziria uma desvantagem comercial para os produtos agrários brasileiros.*

A ação da diplomacia brasileira, em especial no ambiente da nascente Organização das Nações Unidas, jamais questionou a hegemonia exercida pelos Estados Unidos e não ignorou o jogo das forças vencedoras da Segunda Guerra Mundial. A ativa participação brasileira nas negociações do pós-guerra, na permanência por dois anos

³⁴⁸ *Idem*, p. 23.

³⁴⁹ *Idem*, p. 24.

como membro do Conselho de Segurança e na presença de Oswaldo Aranha na presidência da segunda sessão das Nações Unidas, mostra a interação do Brasil nos mecanismos internacionais engendrados no pós-guerra. Assim, as discordâncias ocorreram dentro dos limites toleráveis das negociações. “O Brasil buscou a amizade preferencial para garantir o ‘interesse nacional’, definido por Moniz Bandeira como aquele voltado para a expansão do capitalismo, em construção desde Vargas, como vemos com Fonseca ³⁵⁰, e para a busca obsedante da industrialização” ³⁵¹. “Daí a emergência, ainda que lenta, da África. Ela poderia ser espaço de manobra, e de fato foi, para certos movimentos da política exterior brasileira, na garantia de financiamento para o desenvolvimento. O lugar da África pode ser notado, empiricamente, nas posições e votos brasileiros nas Nações Unidas” ³⁵².

Observa-se que no governo Dutra, as posições brasileiras foram de sistemático apoio às metrópoles coloniais no que se refere ao tratamento dos temas africanos, fato que volta a se verificar quando do retorno de Raul Fernandes ao Ministério das Relações Exteriores em 1955, pois, segundo Saraiva, “o colonialismo era, no fundo, uma matéria em aberto, sem uma política própria, e que servia para instrumentos de barganha nas Nações Unidas em cada voto específico” ³⁵³, mas não obstante algumas vozes discordantes a tendência geral do período foi a do acompanhamento das posições das metrópoles.

Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores de Dutra entre dezembro de 1946 e janeiro de 1951, consolidou a posição de *apoio às potências coloniais* em célebre discurso que procurava explicar que o Brasil se posicionava entre o artigo 73 da Carta das Nações Unidas e uma política que não ofendesse as potências coloniais que

³⁵⁰ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção* (1906 – 1954). São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

³⁵¹ *Idem*, p. 25.

³⁵² SARAIVA, 1996, p. 26.

³⁵³ SARAIVA, 1996, p. 26.

havia apoiado as petições brasileiras. Essa era uma percepção também difundida pela diplomacia. Ao se observar os votos brasileiros nas Nações Unidas naquele período, e mesmo em períodos subsequentes, conclui-se que o Brasil vota pouco a favor da descolonização, e em outras matérias que poderiam trazer área de atrito com as potências coloniais. “As posições brasileiras para a África subordinavam-se, assim, a temas considerados maiores como as relações com os Estados Unidos, em particular, e com os aliados ocidentais, de forma mais abrangente”³⁵⁴. Importante ressaltar que à época a África era espaço de manobra para outros objetivos, como o da negociação brasileira por assento no Conselho de Segurança. Não obstante, mesmo não tendo conseguido esses objetivos, o Brasil foi eleito membro não permanente desse conselho ainda em 1946, *com um largo apoio das potências coloniais*. A eleição de Oswaldo Aranha para a presidência da segunda Assembléia Geral da ONU, em 1947, também reflete esse tipo de articulação brasileira”.

Assim, África vai se incluindo lentamente como um posto de manobra para interesses da inserção internacional do Brasil e sua afirmação no contexto do pós-guerra. O mais importante era, para o Brasil, afinar-se com os Estados Unidos em todas as matérias de interesse comum. Nesse sentido, a visita do presidente dos Estados Unidos ao Brasil e sua repercussão internacional animaram os setores conservadores da União Democrática Nacional (UDN), “que sustentava a presença de Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores”³⁵⁵.

A política de apoio às metrópoles, contudo, não era unanimidade. Saraiva nos mostra que “a leitura dos anais parlamentares mostra a existência de vozes discordantes, especialmente nos setores mais à esquerda do quadro político de então, e que chegaram a defender o envolvimento brasileiro nas independências das colônias na África. Essa

³⁵⁴ *Idem*, p. 17.

³⁵⁵ *Idem*, p. 28.

era a peroração do senador Luis Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista, em várias das suas manifestações”. Pra este, “o que havia no Portugal Colonial era o ‘silêncio dos cemitérios’”³⁵⁶.

Curiosamente, o único país africano com que o Brasil possuía relações no imediato pós-guerra era a África do Sul, o qual era duramente criticado, pelo menos nos discursos, por todos os atores sociais que contemplamos em nossas fontes. Em grande medida, a aproximação dos dois países se dava em função de a região (Atlântico Sul) ter uma grande importância para a geopolítica da época. Cabe lembrar que este país, pelo menos oficialmente, ou seja, tratando-se das suas elites políticas e econômicas, as quais controlavam o país de forma absoluta, se enquadra na categoria de país neo-europeu: seu posicionamento, como veremos abaixo, é de uma “ilha européia” no meio de uma África negra e incivilizada, como vemos descrito em um livro de Menezes³⁵⁷.

Nas fontes por nós consultadas são unânimes as críticas ao regime aparteísta deste país – a maioria das menções feitas à África do Sul tocava neste assunto – e, pelo menos discursivamente, os embaixadores brasileiros se manifestavam contra o regime de segregação racial – fato similar quando se trata de fontes da imprensa. Em relação à Conferência de Bandung, temos que este país não recebeu convite formal justamente em função de sua política de segregação racial, mas enviou representantes, tendo enviado duas pessoas que, a julgar pelos nomes e sobrenomes e pelo comentário do embaixador brasileiro lotado em Pretória, M. V. Cantuária Guimarães, que achou “irônico” o envio “de M. Kotane e Yusuf Cahalia, do Congresso Nacional Africano e Congresso Indiano Sul-Africano”³⁵⁸, possuíam ascendência “não européia”.

³⁵⁶ *Idem*, p. 29.

³⁵⁷ Trata-se de: Menezes, Adolpho Justo Bezerra de. *Um diplomata no Oriente*. Ministério das Relações Exteriores – Arquivo Histórico. Referência – L 770/M03/P08.

³⁵⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 40/03/13. Pretória – Ofícios recebidos de 1995. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: M. V. Cantuária Guimarães. Ofício de abril de 1955.

Vemos em seu ofício que em Pretória, as opiniões sobre Bandung gravitavam em torno da idéia da ameaça que esta reunião poderia representar para o controle branco deste país, na medida que criam nos “perigos da infiltração asiática (...) [com] a ameaça de agressão indiana”³⁵⁹. Segundo esta fonte, “Os jornais [sulafricanos] aludiram, também, às possibilidades da expansão comunista no oriente e ao papel dos Senhores Nehru e Chu-En-Lai, na disputa pela liderança das nações da Ásia”. Segundo este embaixador, de modo geral, a impressão que pareceu “circular na opinião pública deste país, foi de molde a acentuar o sentimento de apreensão, quanto ao futuro, que é patente neste país”³⁶⁰.

Se o continente africano como um todo se inseriu na pauta das relações exteriores brasileiras como um concorrente em potencial na década de quarenta, da década seguinte (de 1950) o comprometimento com o desenvolvimento foi a tônica como vemos no trecho a seguir: “A diplomacia brasileira esteve, portanto, a serviço do desenvolvimento. Ela tinha a função instrumental de buscar e garantir, pelos meios os mais diversos, novos espaços que favorecessem o investimento estrangeiro para o projeto desenvolvimentista. Esse era o legado brasileiro da Segunda Guerra Mundial e que encontrava, na década de 1950, euforia generalizada”³⁶¹. Com Vargas retorna a vigorar no país uma política externa independente, baseada na barganha com os países desenvolvidos e no estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com áreas menos desenvolvidas. Para este presidente, o desenvolvimento econômico não poderia “se aplicar exclusivamente no Brasil” (...) o que não significava necessariamente um apoio brasileiro às descolonizações na África. “O reconhecimento de Vargas pela

³⁵⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 40/03/13. Pretória – Ofícios recebidos de 1995. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: M. V. Cantuária Guimarães. Ofício de abril de 1955.

³⁶⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 40/03/13. Pretória – Ofícios recebidos de 1995. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: M. V. Cantuária Guimarães. Ofício de abril de 1955.

³⁶¹ *Idem*, p. 31.

necessidade de desenvolvimento das regiões atrasadas incluía a noção da permanência da colonização”³⁶². “As posições brasileiras nas Nações Unidas mostrariam, entretanto, novas percepções e novos conhecimentos da realidade africana, que se traduziam em debates e instruções de votos melhor elaborados que aqueles do governo Dutra. Nas discussões sobre os territórios não-autônomos as posições brasileiras foram de estímulo aos interesses dos povos africanos nas questões que lhes concerniam. O embaixador Muniz Aragão chegara a afirmar, nas Nações Unidas, que o interesse do Brasil seria mais bem defendido, nos foros internacionais, com a emancipação dos territórios dependentes”³⁶³.

No segundo governo Vargas observa-se uma guinada no que se refere a uma política externa específica para a África. Com João Neves da Fontoura o “Brasil começava a afirmar, por um lado, que o desenvolvimento africano sobre bases coloniais não interessava ao país e, por outro lado, para que o Brasil se desenvolvesse era relevante que outros países atrasados também encontrassem seu caminho na trilha do desenvolvimento”³⁶⁴. Tais concepções estavam em perfeita consonância com o contexto internacional. A grande novidade na agenda diplomática era a emancipação política dos territórios coloniais na África e na Ásia. E o Brasil, com as pretensões internacionais herdadas da Segunda Guerra, não poderia ficar fora dos debates sobre a questão. Saraiva nos mostra que, a partir de então “não bastava acompanhar as posições das potências coloniais, como fizera no governo Dutra”. Se fazia mister construir uma percepção própria do interesse brasileiro na região atlântica. E Vargas soube ser menos maniqueísta que nos tempos da Guerra. Em uma perspectiva bastante mais realista, e de defesa do ‘interesse nacional’, “Vargas inaugurava, em certa medida, a tendência que viria dominar a inserção internacional do Brasil ao longo das décadas recentes: a busca

³⁶² *Idem*, p. 31..

³⁶³ *Idem*, p. 32.

³⁶⁴ *Idem*, p. 32.

de um espaço próprio no sistema internacional para resguardar o desenvolvimento nacionalista, secundado em forte sentido pragmático necessário para enfrentar o jogo das forças então dominantes e das demais políticas estatais no cenário internacional”³⁶⁵. Em relação à África do Sul, Vargas, embora condenasse formalmente a discriminação racial oficializada, entendia que este país deveria resolver seus problemas internamente, e esta era a tônica das informações que observamos nos ofícios enviados pelo embaixador Cantuária Guimarães.

Deve-se ter em conta que, como veremos com mais vagar à frente, as posições internas pesaram muito na conformação de opções externas. O Brasil, na metade da década de 1950, vivia momentos dramáticos em sua vida política. Todas as vicissitudes enfrentadas pelas crises sucessivas do governo Vargas se projetaram na política exterior. As mudanças ministeriais e o declínio da autoridade pessoal do presidente trouxeram as crises internas para o espaço da política externa. E o curto período do presidente Café Filho mostraria como estas mudanças internas afetavam diretamente a política externa do país.

Externamente a segunda metade da década de 1950 teve um sabor todo especial na política internacional do Brasil. Ela internalizou a nova lógica da Guerra Fria, que abria brechas para negociações da distensão. A visita de Kruchchev aos Estados Unidos em 1959 indicava a mudança dos ventos. “No plano das regiões periféricas, a Conferência de Bandung em 1955 trouxe alento para os nacionalismos independentistas africanos e asiáticos. As lutas pela independência política dos povos colonizados conferiram alguns espaços internacionais para países à busca de certa autonomia nas suas posições entre as superpotências. E o arrefecimento da Guerra Fria trouxe a

³⁶⁵ *Idem*, p. 33.

perspectiva de um novo ângulo para as relações internacionais que não o Leste-Oeste”

366

3.4 A UDN e o seu pensamento sobre o Brasil.

O presente estudo não poderia deixar de dedicar algumas de suas páginas a uma atenção mais detida acerca daquele que era o partido não apenas do Ministro das Relações Exteriores da época, mas de muitos de seus embaixadores espalhados pelo mundo e mesmo do fundamental (para a compreensão do orientalismo lusotropical) Gilberto Freyre. A respeito desta importante agremiação política temos um belo trabalho intitulado *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*³⁶⁷, de autoria de Maria Victória de Mesquita Benevides. Neste trabalho, Benevides nos mostra que, apesar deste partido exprimir e representar interesses de grupos vinculados à propriedade agrária, existiam “várias UDNs” representando interesses de diversos setores das elites brasileiras. A autora utiliza como base analistas políticos como Gramsci e os funcionalistas Almond e Powell, onde se entende que em um partido existem partidos diversos “dentro” e “fora” de seus limites institucionais, o que ficou conhecido como “fronteiras flexíveis” dos partidos. A autora parte, também, da Teoria da Organização dos partidos políticos de Maurice Duverger, para explicar a pluralidade existente neste partido. Este autor, citado por Benevides, ensina que “um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades...”. Ainda em consonância com este autor, Benevides utiliza a sua distinção entre partidos parlamentares” e “extraparlamentares”. A UDN, ao se encaixar na categoria de partido extraparlamentar teria, assim um importante aspecto distintivo: ela se esmerava na difusão de valores espirituais e morais, no caso, valores e espiritualidade cristãs

³⁶⁶ *Idem*, p. 35.

³⁶⁷ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

católicas. Para esta autora, a atuação política que definia o perfil do udenista poderia ser assim definida: a) combate ao getulismo; b) denúncia constante de corrupção; c) oposição à intervenção do Estado na economia; d) subversão das ações de massa; e) combate ao comunismo. Tais características e demandas denotavam uma forte influência de uma perspectiva ideológica liberal por excelência.

Por esta característica liberal, manifestada na postura anti-estatista e pró capital estrangeiro da UDN, a autora elucida a diferença entre este partido e o PSD, a despeito de estes partidos defenderem interesses econômicos e sociais semelhantes. Como ponto aproximador entre estes dois partidos, Benevides ressalta a proximidade entre a ala da UDN conhecida como Bossa Nova e a Ala moça do PSD. Ainda sobre as semelhanças entre elementos importantes destes dois partidos a autora ressalta as recorrentes práticas clientelísticas regionais.

Quanto aos programas político-partidários, a socióloga fluminense nos ensina que tais pouco tinham a ver com a prática política levada a cabo pelos parlamentares e políticos afiliados a este partido. As conveniências de cada momento histórico e os sucessivos programas mostram as defasagens entre a “letra” e a “prática”. Assim, as mudanças na “imagem” do partido se davam de acordo com os interesses conjunturais, porém, mantendo sempre a mesma visão elitista quanto às questões cruciais da sociedade. Como exemplo deste elitismo inerente ao partido a autora nos cita as relações deste com os trabalhadores e a CGT. Benevides, citando o efusivo político udenista, Carlos Lacerda, nos mostra que, a este respeito, este político dizia que “A UDN (...) deveria oferecer, ao trabalhador, “uma bandeira” e uma “direção”. Não obstante, apesar da inconstância, com o passar dos anos, a postura da UDN tendeu a ficar cada vez mais reacionária, aumentando cada vez mais sua virulência oposicionista a Vargas: as inspirações progressistas e modernizantes levadas a cabo por Vargas,

taxadas de populistas por muito tempo, estavam em franco desacordo com a prática política elitista da UDN. A defesa de programas como previdência social e Reforma Agrária nos programas deste partido se davam mais como elemento de disputa eleitoral do que como desejo de mudanças sociais e econômicas que pusessem em xeque a preservação da ordem capitalista concentradora.

Benevides ressalta ainda que a política econômica da UDN revela com nitidez sua inconsistência programática e contradições partidárias. Apesar da declarada oposição à intervenção estatal na economia e ao favorecimento do capital estrangeiro, a UDN, na prática, não defendia um “modelo econômico” específico, mas agia “favorecendo os aspectos políticos de cada questão, negligenciando os aspectos técnicos da realidade econômico-financeira”. Um bom exemplo desta incongruência é seu posicionamento em relação à Petrobrás: em um primeiro momento a UDN defendia o monopólio estatal, após a Convenção Nacional de 1957 ocorre, porém, um reforço da visão liberal e privatista, com o conseqüente estímulo ao capital estrangeiro, gerando mudanças de planos em relação à Petrobrás.

Quanto as suas bases sociais, a única afirmação que a autora consegue levar a cabo é que “é mais fácil detectar quem não estava representado pela UDN: o povo. Desse modo pode-se concluir que a UDN nunca conseguiu, nem desejou, transcender sua origem senhorial”³⁶⁸ (e regionalista). Benevides põe em questão ainda, o fato de a UDN ser o partido das classes médias. Para tanto, a autora parte de duas considerações básicas, a primeira é a dificuldade de estabelecer uma relação confiável entre partido e classe na sociedade brasileira; e a segunda é que é necessário se levar em consideração a auto-imagem da UDN. Quanto a primeira consideração a autora lembra a dificuldade mesma de se definir o conceito de classe, em especial classes médias, pela sua

³⁶⁸ *Idem*, p. 212.

ambigüidade e multiplicidade de “adesões” ao longo da história no Brasil (com o integralismo, o tenentismo, o anticomunismo, etc.). Quanto a segunda consideração, a autora fala da necessidade de se analisar o quadro ideológico das classes médias naquele período específico, pelos quais grassavam uma mistura de elitismo, civilismo, anti-intervencionismo, agrarismo e anti-industrialismo. Nesse sentido, no esforço de se buscar um retrato do Udenismo, pode-se possuir uma primeira definição dos contornos políticos dos seus programas, ou , pelo menos, da imagem que se queria que se tivesse do partido: buscava-se apelar para as aspirações das classes médias, que possuíam um verdadeiro temor da proletarização. Não obstante “o apoio das classes médias à UDN não foi maciço, nem constante, nem unívoco” ³⁶⁹. Para a autora, a chave para se compreender quem a UDN representava é entender que haviam diversas UDNs. E estas UDNs podem ser assim divisadas: as UDNs estaduais num pacto nacional; o lastro udenista na agregação dos partidos ancilares; os grupos que divergiam dentro do partido quanto a políticas e estilo político; as alianças externas com exército e imprensa, fora dos limites do partido caracterizando o “udenismo”. Assim, tendo-se esta multiplicidade de atores que agiam interna e externamente em relação ao partido a autora coloca a pergunta: Como resgatar a unidade na divergência? Benevides elabora possíveis respostas: 1) A própria história dos partidos no país: Partidos nacionais numa realidade de políticas regionais; 2) A UDN era “mais partido” fora do momento eleitoral; 3) Deve-se ter em conta a definição de partido de extrapola os limites institucionais do partido (conceitos de Gramsci, Almond e Powell) ³⁷⁰. A autora nos ensina que em cada conjuntura se destacava a predominância ou a divergência de algum grupo na UDN (Banda de Música; Bossa Nova; legalistas, golpistas; chapas brancas e realistas), mas ressalta que a diferença mais relevante é aquela entre os “históricos” e os “realistas”.

³⁶⁹ *Idem*, p. 218

³⁷⁰ *Idem*,. P. 224

No intuito de compreender mais aprofundadamente a posição política e a atuação deste partido político, Benevides busca estudar a inspiração doutrinária da UDN: o liberalismo, visto como uma das chaves para o estudo de Benevides. Para tanto a autora lança mão de “uma tentativa para qualificar esse liberalismo, esboçando seus traços com as próprias ambigüidades e contradições que lhe garantem a singularidade”³⁷¹. Para identificar esse perfil ideológico ela ressalta, ainda a necessidade de se observar a existência de das citadas várias UDNs assim como as suas diferentes fases. Outro cuidado levado em consideração pela autora foi distinguir a desvinculação existente no seio deste partido entre discurso e ação, pois, afinal, é exatamente esta contradição que permitirá identificar a incrível capacidade para justificar o golpismo, a contestação dos resultados eleitorais (afinal o povo não sabe votar!) e “violar a democracia para depois salvá-la”³⁷². O liberalismo udenista fora marcado por um profundo elitismo, cujo aspecto mais interessante era a crença inabalável na presciência das elites: o povo jamais será politicamente responsável, será, no máximo politicamente educado ou guiado. Com esta forma de pensamento, por exemplo, os udenistas identificam as reivindicações sociais e trabalhistas com desordem e caos, revelando um profundo desprezo pelo povo. Suas derrotas eleitorais são creditadas à “ignorância do povo”, que não sabe votar. Portanto, “a calamitosa situação política, econômica e social a que chegamos” só pode mesmo ser culpa dos trabalhadores. Em uma demonstração patente deste elitismo persistente no partido, Lacerda, citado por Benevides, postula que ser imprescindível “defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral”. A autora, ao questionar se a adesão ao golpismo é uma ruptura ou um deslize do partido termina por concluir que não se trata nem uma coisa nem outra pois este, está “no coração da própria ideologia” udenista. Outras duas características da UDN eram o bacharelismo e o

³⁷¹ *Idem*, p. 242

³⁷² *Idem*, p. 242

moralismo. O bacharelismo era uma “marca indelével” no partido, mas não era exclusividade deste, e sim uma “tradição de raízes profundas na história do Brasil”. Contudo, apesar da não exclusividade do bacharelismo, era a UDN que reivindicava a tradição de “aristocracia togada”. Porém, Benevides ressalta ser importante considerar, a existência de diferenças internas: “bacharéis liberais”/ “realistas”; “bacharéis”/”golpistas”³⁷³. O moralismo também marca acentuadamente a história udenista. Auto imagem de qualidades morais: “vergonha, decência e dignidade”. Em termos concretos: fazer da denúncia à corrupção administrativa a razão de ser da luta oposicionista.

3.5 O lusotrópico americano e a Conferência de Bandung

Compreender as relações com Portugal e com os Estados Unidos; as relações com os países africanos (sobretudo com a “próxima” África do Sul) assim como a dinâmica da política (e da intelectualidade) interna que, além de ser importante para a compreensão dos comportamentos “nacionais” como um todo frente a situações internacionais, é também fundamental para compreender a postura do formulador da matriz ideológica praticamente onipresente nos discursos por nós analisados, o pai do lusotropicalismo, Gilberto Freyre, é fundamental para que tenhamos uma noção do ambiente que circundava aqueles que produziam e reproduziam discursos acerca da Conferência de Bandung.

Além destas considerações necessárias, devemos levar em conta, outrossim, que, à exceção do livro de Bezerra de Menezes já citado (mais ainda não analisado), e que nos funciona mais como fonte histórica do que base para análise, “*O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*”, não encontramos nenhuma literatura que trate especificamente das relações e vinculações entre o Brasil e a Conferência de Bandung, ou mesmo que

³⁷³ *Idem*, p. 261

toque nas relações brasileiras com nações asiáticas de forma mais ampla (o trabalho de Saraiva muito contribui em relação a compreensão das relações Brasil/África, mas não avança, posto que este não é o seu escopo, em relação à Ásia). Desse modo, tivemos de coletar informações em uma quantidade considerável de fontes históricas, as quais, muitas vezes, não se referiam diretamente ao tema, quando o faziam.

Como defendemos desde o início do presente trabalho, as impressões formuladas sobre o Conclave Ásio-Africano no Brasil foram, como não poderia deixar de ser, permeadas pelas cargas ideológicas que circulavam no mundo “Ocidental” da época, o qual o Brasil entendia fazer parte de forma, via de regra, acrítica. Assim, por um lado temos a marcada presença de um conhecido anticomunismo e, por outro, aquele que clamamos de Orientalismo Lusotropical, muito em voga na época tanto no Brasil quanto em Portugal – onde serviu de principal ferramenta ideológica para o colonialismo salazarista. Os setores da sociedade e da política pátria por nós analisados – evidentemente os interessados em Bandung, pois havia aqueles simplesmente não interessados em ex-colônias... – embora divididos – se bem que não houvesse, ao tempo (até onde vimos), diálogo aberto entre eles – entre os que defendiam proximidade; proximidade com liderança e distância, eram, via de regra, imbuídos da ideologia orientalista lusotropical.

Em linhas gerais, a tônica das análises e comentários em relação à Conferência de Bandung era de ceticismo e distanciamento. Aqueles lá reunidos eram “os outros”, os “Orientais”, os “não cristãos”, os “infiéis”, os (para nossa surpresa) “recalcados” e “mal agradecidos” pela generosa contribuição que os ocidentais prestaram para seus respectivos desenvolvimento e civilizações; os, quando não comunistas, perigosamente próximos destes. As posições em relação ao Conclave Ásio-Africano eram também ambíguas: de elogio à iniciativa de se “reunirem à revelia das potências ocidentais” e de

certeza do insucesso; de ver Bandung como uma reunião “grandemente importante” e uma reunião que “não deve ter sua importância exagerada”³⁷⁴. Outro elemento que influía grandemente nas opiniões acerca desta reunião era o já citado e comentado apoio ao lado capitalista da bipolaridade em questão: interesses estadunidenses e lusos eram tidos como “nossos”. Desse modo, não temos apenas a reprodução da ideologia do orientalismo lusotropical, mas a reprodução de um discurso de um país submetido a potências internacionais hegemônicas e que abrisse mão temporariamente da política de barganha de Vargas para adotar uma política de “alinhamento automático” tanto em relação aos Estados Unidos quanto em relação a Portugal.

Uma primeira consideração a se fazer quando nos dedicamos à observação e análise dos ofícios enviados pelas embaixadas brasileiras lotadas nos países que possuíam alguma relação com a Conferência de Bandung, é que a maioria destes países, à época, com as exceções, em alguma medida, da Índia, da Indonésia, do Afeganistão e do Egito – mais imparciais em se tratando da bipolaridade da Guerra Fria e afeitos à formação do bloco dos não-alinhados – eram, além de “pró-ocidente”, anticomunistas. Desse modo, temos uma verdadeira onipresença de uma postura tanto anti-chinesa e anti-soviética, quanto anti neutralista. No entanto é curioso perceber que a anteposição a Chou-En-Lai, o premiê da “China Comunista” (elogiado inúmeras vezes pela sua habilidade política mesmo pelos mais veementes anticomunistas), muitas vezes fora mais branda do que a oposição a Nehru, líder do neutralismo (visto como imoral por alguns!). Estes, também, em sua totalidade, assim como os jornais estrangeiros e brasileiros que analisamos, sempre lançavam mão de informações provenientes de

³⁷⁴ Ao fim do conclave, Ildefonso Falcão, em ofício de 26/04/1955, cuida de transparecer ao Ministro brasileiro que o conclave não deve ter sua importância extremada...: “Embora não seja a minha intenção *exagerar-lhe a importância*, cumpre-me informar a Vossa Excelência de que, em meu entender, a Conferência Afro-Asiática, que acaba de reunir-se em Bandung, foi o fato mais notável da vida política desses dois continentes desde o término da guerra”. Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 35/05/09, Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955, Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes, Embaixador: Ildefonso Falcão. 26/04/1955

agências de informação “Ocidentais” – quando “Orientais” advinham de grupos “pró-ocidente”. Desse modo, informações de fontes e analistas mais à esquerda sequer eram mencionadas. Esquerdistas, socialistas e comunistas eram apenas citados em tom de denúncia, como sendo, sempre, “expansionistas do comunismo”, “agitadores políticos” e líderes de posturas anti-ocidentais e “burlescos”, como os “esquerdistas” que lideravam os satihagrahis em sua luta por Goa (Damão e Diu) e contra o domínio português.

O ceticismo em relação ao sucesso da Conferência de Bandung fica evidente quando o embaixador brasileiro lotado em Jacarta, Oswaldo Trigueiro, nos relata em ofício de janeiro de 1955³⁷⁵, meses antes da realização da Conferência, que:

“Os propósitos da Conferência a reunir-se em Bandung são *tão amplos quanto imprecisos*, abrangendo desde a promoção da boa vontade e da cooperação entre as nações da Ásia e da África, até a apreciação de todos os problemas sociais, culturais, e econômicos dessas nações, e as possibilidades de sua ação conjunta para a preservação da paz entre os dois mundos. Dessa forma ela *não poderá deliberar senão sobre princípios abstratos ou generalidades inócuas*, dado a *nenhuma probabilidade* de obter-se a concordância do Japão e da China, da Índia e do Paquistão, da Turquia e do Vietnam Setentrional para a solução de litígios específicos ou redução das *incompatibilidades ideológicas* que tão fundamentalmente os separam. Nestes sentimentos encontram-se os *móveis reais* da Conferência de Bandung, promovido por cinco nações que se *emanciparam a menos de um decênio* e que se conduzem, cada vez mais, sob *impulso de uma exaltação nacionalista* que

³⁷⁵ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro 1955. Ofício de 3/01/1955.

pode alterar bruscamente o curso da história contemporânea e criar, ao menos por via indireta, *os maiores perigos para a segurança e a ordem social do ocidente*”.

Neste mesmo trecho podemos ainda perceber que a preocupação com “*a segurança e a ordem social do ocidente*” é evidente e bem expressa. Assim, fica clara a idéia de que estes povos, além de serem jovens demais para decidir sobre seus destinos, estando em uma espécie de “infância da humanidade” (idéia bem cara aos seguidores da doutrina pseudo-científica do darwinismo social do dezenove) e que correm o risco de levarem uma política impulsionada pela paixão típica da juventude, de flagrante imaturidade, “*sob impulso de uma exaltação nacionalista*”, ainda podem representar uma ameaça para o *Ocidente*, uma vez que não compartilham dos valores da alta e civilizada cultura ocidental cristã. Porém, este mesmo embaixador relata no mesmo ofício que, embora seja possível que de “Bandung não saiam mais do que as usuais declarações de propósitos e esperanças de paz” a “Conferência Asio-Africana terá de todo modo uma significação moral, um efeito psicológico e uma ressonância política que *não devemos subestimar*”. E não devemos subestimar em função não apenas do imenso número de habitantes desta parte do globo, como também em função de uma perigosa presença que vai além do fato de estes países serem apenas não portadores da civilização cristã, mas em função da presença “agressiva” de duas ideologias que preocupavam grandemente os Ocidentais, já por nós conhecidas, o comunismo e o neutralismo – verdadeiras ameaças à hegemonia libertadora das democracias ocidentais, do chamado “mundo livre”³⁷⁶.

³⁷⁶ A propósito, a reprodução do discurso “histórico” advindo dos EUA, como nos indica Chomsky (e que trabalhamos no capítulo passado) de que havia, no contexto da Guerra Fria, um conflito tácito entre os defensores da liberdade liderados pelos Estados Unidos, e os líderes totalitários escravagistas do Kermlim (e porque não, China) é largamente observado em todas as fontes por nós pesquisadas.

Ildefonso Falcão, embaixador brasileiro na Índia, também mostra ceticismo ao avaliar o sucesso da Conferência atentando igualmente para a multiplicidade de interesses em questão, quando lemos em seu ofício de 13/04/1955 ³⁷⁷:

“A Conferência -Afro-Asiática conta com dezenas de temas e estudos, em meu entender será prejudicado justamente pela superabundância de matéria. Cada participante tem um "caso pessoal" a discutir, e que em sua opinião, faz jus à primazia sobre os demais. O papel da Índia, sem problemas específicos, afora a situação de Goa, que não consta na pauta de Bandung, vai ser, de certo, o de procurar equilibrar essas diversas correntes. Daí o interesse que diariamente chegam a essa capital "estadistas" de todos os recantos da Ásia e da África em busca de conselho, se não da palavra de confiança do Senhor Nehru. Êste, por seu turno, sem se comprometer, continua a conseguir, através de promessas, novos adeptos para a política de "co-existência" que é, hoje, a sua maior preocupação".

Vemos uma igual preocupação em relação ao possível caráter anti-ocidental desta reunião manifestado no ofício de Falcão ³⁷⁸,

“O discurso do Primeiro Ministro [Nehru, quanto ao aparteidismo na África do Sul] não deixa de ter relevância pela sua oportunidade. Estamos às vésperas da Conferência Afro-Asiática, em Bandung, onde ele, certamente, vai reafirmar o seu pensamento. Não é impossível, assim, que aquela reunião, - como já tem sido insinuado em alguns comentários – apresente um

³⁷⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 35/05/09, Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955, Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes, Embaixador: Ildefonso Falcão. 13/04/1955

³⁷⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 35/05/09, Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955, Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes, Embaixador: Ildefonso Falcão. 12/04/1955

caráter nitidamente antiocidental. A política racista da União da África do Sul, infelizmente, só tem servido para acirrar os ânimos, em toda a Ásia, *contra a raça branca.* Atitude que não se justifica, poderá provocar uma série de represálias desagradáveis *das quais a primeira, por certo, será a Conferência de Bandung.* Nesta cidade da Indonésia – onde vão reunir-se homens de cor – poderão eventualmente complicar-se as discussões que o separam do Ocidente. A onda de desconfiança e temor da Ásia em relação às democracias ocidentais vem num crescendo impressionante e o discurso do Senhor Nehru não é senão a expressão fiel desse sentimento. É preciso que ninguém se iluda a respeito desse continente, onde o Branco não goza de prestígio senão nas tênues camadas de uma *aristocracia ridícula e diminuta,* sendo apenas tolerado e respeitado pela massa, ainda temerosa de sua força no passado.”.

Na análise de Falcão, a própria Conferência de Bandung pode ser uma represália aos povos de *raça Branca* e Nehru, segundo esta perspectiva, é um forte divulgador desta tese – portanto deve ser observado muito de perto – pois, como no caso envolvendo Goa, este líder pode ser altamente traiçoeiro, uma vez que não costuma manter sua palavra quando o assunto é a presença ocidental na Ásia... Ao lado dos ocidentais, vemos neste trecho, estão somente uma *aristocracia ridícula e diminuta.* E daí temos uma comprovação daquilo que Ahmad atenta quando trabalha a questão do conceito de Terceiro Mundo: é necessário ter cautela ao se utilizar deste conceito pois ele generaliza as relações entre “dominantes” e “dominados” – o que se observa no caso das relações travadas entre os países recém saídos da condição de colônia no contexto da Guerra Fria é a continuidade, em muitos dos casos, de acordos que envolviam setores

das elites locais com os detentores do capital econômico e político das antigas potências coloniais. Portanto, a dominação é baseada em interesses de classe social e não apenas, e genericamente, em interesses “nacionais” – a dominação não se dá entre “nações”, mas entre determinados setores destas nações. Do mesmo modo que, aqui no Brasil, à época, o que podemos perceber é que os discursos por nós analisados, tanto dos homens de Estado quanto daqueles que compõem a sociedade civil (aqui manifestados pela imprensa) estão atrelados a defesa de interesses de determinados setores, especialmente aqueles comprometidos com a manutenção de uma política de proximidade entre o Brasil e o “mundo ocidental”.

Em relação às análises dos resultados da Conferência, temos mais uma vez Trigueiro se manifestando, em ofício de maio de 1955 ³⁷⁹. Aqui ele se mostra surpreendido com os resultados (assim como inúmeros outros embaixadores brasileiros e mesmo americanos, como vemos nos jornais dos Estados Unidos, e ocidentais como um todo – existem relatos de embaixadores brasileiros citando posições de colegas, sobretudo ingleses, que rumam no mesmo caminho, de acreditar que o Ocidente pode não ser, pelo menos imediatamente, lesado com os resultados do conclave). Assim, segue a análise de Trigueiro, que “comemora” as divergências entre os participantes da Conferência – na verdade, a responsável pela brandura das posições gerais e pelo fracasso de comunistas e neutralistas:

“Os resultados da Conferência foi em vários aspectos, surpreendente. Idealizado e patrocinado pelas cinco Potências de Colombo, *aparentemente unidos em defesa das reivindicações dos povos de cor*, ela deu ensejo à expressão de profunda divergência que separou a Índia, a Indonésia e Burma, aferradas ao neutralismo integral, de Ceilão e do Paquistão, que se

³⁷⁹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro

conservaram intransigentes em seus propósitos de defesa individual ou coletiva, contra o avanço comunista. A expectativa de que o Sr, Nehru dominasse a Conferência, e dela saísse como grande líder de dois continentes foi fragorosamente desfeita por sua desastrada atuação pessoal e pela rejeição de suas teorias. E, no final das contas, a Conferência revelou-se muito *menos hostil ao ocidente do que se parecia prever*”.

A impressão de que Nehru foi mal sucedido fora manifestada em tom de alvissaras pelos embaixadores brasileiros como um todo:

“A Conferência repeliu as veleidades de hegemonia da Índia na política da Ásia e liquidou o neutralismo de inspiração gandista, de que o senhor Nehru se fez campeão”³⁸⁰

Em contrapartida, com a “ardilosa” e bem sucedida ação de Chou-En-Lai (tido como habilidoso, sobretudo, por não polemizar em torno da delicada questão de Formosa, abrindo possibilidade de diálogo com os Estados Unidos a este respeito) fica também clara em inúmeros pontos, como este:

“A atitude da delegação chinesa foi hábil e geralmente apreciada. Reconhece-se de um lado, que a China, certamente depois de sentir a força dos países anti-comunistas, se mostrou transigente e conciliatória, o que melhorou visivelmente suas relações com os países vizinhos, mas de outra, acredita-se que ela não encontrou caminho fácil para a sua expansão, nem

³⁸⁰ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro.

terreno preparado para o florescimento do regime comunista”³⁸¹.

Não podemos esquecer que os cinco princípios do Panch Shila que formam a base do pensamento não-alinhado de Nehru, são baseados nos princípios do Budismo, uma religião responsável (ou responsabilizada), em grande medida, pelo insucesso da expansão do cristianismo no Oriente, daí a possível má vontade (ou parte desta) em relação ao neutralismo. Temos, ainda outros dois aspectos que certamente podem ter contribuído para a “má vontade” inicial em relação ao neutralismo de Nehru. O primeiro se encontra no âmbito econômico, temos aqui mais um motivo para a mordaz crítica de Falcão à Nehru e à Índia como um todo. É que esta era, por exemplo, tal qual o Brasil, uma produtora de café, e às vésperas da Conferência de Bandung a Índia estabelecera um acordo comercial com a Alemanha Ocidental. Na conclusão de Falcão este acordo prejudica a economia brasileira. Em suas palavras: "Pode esse instrumento tornar-se mais uma perigosa arma na ofensiva contra a nossa já tão enfraquecidas economia que vê, assim, debilitar-se um de seus melhores mercados europeus". O segundo aspecto é que, ele (Nehru) “seduziu”, em grande medida, os países árabes, que, segundo Little³⁸², eram o novo foco do Orientalismo estadunidense no contexto do pós-Guerra – é que já se atentava para o petróleo da região... E, além do petróleo, havia, ainda uma questão geopolítica em pauta: a aproximação econômica do Afeganistão com a União Soviética.

“É geral a impressão de que o Sr. Nehru foi derrotado em seus principais propósitos e foi infeliz em várias de suas intervenções. Logo de início a maioria

³⁸¹ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro.

³⁸² LITTLE, Douglas. American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945”, The University of North Carolina Press, 2008

das delegações repeliu a proposta, por ele feita (...). Além disso, ele não conseguiu a aprovação para os cinco princípios de coexistência, por ele formulados conjuntamente com o Primeiro Ministro da China Comunista. (...) Por fim, a Conferência repeliu o neutralismo indiano, radicalmente contra a SEATO e pactos congêneres, ao aprovar o ‘princípio do respeito ao direito de cada nação de defender-se individual ou coletivamente’. No curso dos trabalhos o Sr. Nehru demonstrou ser pessoa de trato difícil e, em mais de uma ocasião, perdeu o controle de suas maneiras. Discutindo a proposta turca ele infectou os delegados da Turquia e do Iraque, acoimando-os de ‘lacaio do imperialismo’. O pedido de desculpas apresentado na sessão imediata não desfez a má impressão causada por seu nervosismo.

Outro aspecto importante da crítica em relação ao neutralismo é que os partidários deste haviam percebido as intenções de se construir um novo tipo de imperialismo, agora econômico – representado pela SEATO (comentada no capítulo anterior) que era vista, por inúmeros embaixadores brasileiros, juntamente com a NATO, como “coligações defensivas do Ocidente” junto a seus aliados Orientais abertos aos valores do ocidente civilizado, cristão e anticomunista – e buscava bloquear o seu efeito na Ásia.

O embaixador brasileiro no Cairo também via com olhos críticos o neutralismo de Nehru, que julgava “discutível” e “inocente”, julgando também infrutífero o trabalho de “aliciamento” tentado pelo Primeiro Ministro Indiano:

“... não obstante os esforços despendidos pelos promotores da reunião, tem-se, igualmente, a impressão de que os objetivos da Conferência, na medida do que

se pôde vislumbrar do Cairo, não atingiram, na realidade, grande parte dos alvos colimados, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo Senhor Pandit Nehru, Primeiro-Ministro da União Indiana, no seu afã de aliciar adeptos afro-asiáticos para sua discutível doutrina 'neutralista'. De fato, seria uma ingenuidade supôr que os Estados que foram à Indonésia pela *simples circunstância de serem asiáticos ou africanos*, ou por apresentarem pigmento amarelo ou negro, se tornassem, forçosamente, solidários uns com os outros, e *hostis às Nações 'brancas'*; contudo, é preciso considerar que existem razões mais sérias e mais profundas para o agrupamento das Nações, não, apenas, por motivos geográficos, ou de coloração cutânea, mas por amor à liberdade e à democracia”³⁸³.

O embaixador ignora, com a declaração de que os Estados reunidos em Bandung lá estavam pela “*simples circunstância de serem asiáticos ou africanos*”, que os critérios, como vimos no capítulo anterior, de escolha para participação dos Estados na Conferência foram não apenas geográficos, do contrário, Israel, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul, entre outros, estariam presentes na Conferência de Bandung e não estiveram. É certo que seria virtualmente impossível fazer uma reunião do porte de Bandung sem que houvesse multiplicidade e pluralidade política, mas foram utilizados critérios de escolha que não se baseavam simplesmente no “amor à liberdade e à democracia”, mas em interesses que, estavam mais relacionados ao anticolonialismo (interpretado de formas diversas pelos inúmeros atores presentes) e a uma inserção positiva (e propositiva) no cenário internacional do que à afeição a valores como democracia e liberdade – estes, genéricos e passíveis de múltiplas interpretações, além

³⁸³ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 15/01/01. Cairo – Ofícios recebidos abril/julho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: C. M. de Figueiredo

de muito mais presentes nos discursos de países “Ocidentais” capitalistas (com suas interpretações respectivas), do que entre os reunidos em Bandung.

Além das crenças supracitadas os diplomatas brasileiros criam piamente que as potências ocidentais não buscaram intervir diretamente nos rumos da Conferência de Bandung, no entanto, ressaltaram que os Estados Unidos podem ter empreendido algum esforço neste mister (para tranqüilidade do mundo livre!), e para isso contava “com seus (...) mais de duzentos funcionários (...) para seu trabalho de observação, [além de uma] ajuda de setenta jornalistas americanos presentes em Bandung”³⁸⁴. Trigueiro se felicitava com o fato de o embaixador Cumming, estadunidense, com sua habilidade pessoal, ter sido bem sucedido em sua missão em Bandung, e relata que este embaixador, muito satisfeito, lhe relatara as razões para tanto, pois:

“a) a Conferência foi menos hostil ao Ocidente do que se esperava e somente o delegado da China comunista atacou deliberadamente a política dos Estados Unidos; b) as delegações dos países amigos ou aliados dos Estados Unidos agiram com perfeita correção e tomaram atitude nitidamente contrária ao expansionismo comunista; c) a Conferência implicitamente rejeitou a política comunista de co-existência, consubstanciada nos cinco princípios formulados por Chou-En-Lai e Nehru; d) a Conferência consagrou o princípio da defesa coletiva, de parte que os países da Ásia e da África já não poderão opor objeção à existência da SEATO ou à criação de sistemas congêneres; e) a Conferência condenou as armas atômicas simultaneamente com armamento de tipo convencional, de modo que essa condenação

³⁸⁴ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro 1955. Ofício de 3/01/1955.

alcança igualmente as grandes potências do Oriente e do Ocidente”³⁸⁵.

Ainda em relação a posição dos Estados Unidos – este representante dos interesses ocidentais no mundo bipolar, que agora contava com este “terceiro elemento” heterogêneo e imprevisível – em relação à Conferência e suas conseqüências para o bloco ocidental, temos um interessante pormenor acontecido durante o conclave: acontecera uma modificação na representatividade dos Estados Unidos na Índia, George S. Allen, o chefe do setor da Ásia no Departamento de Estado, fora substituído por John Sherman Cooper. Este “chegou à Índia causando grande comoção”, segundo Falcão, declarando que “em seu entender não há nenhuma oposição entre os Estados Unidos e a política de ‘co-existência’ preconizada pelo Senhor Nehru. ‘A política externa da Índia é um problema seu’ - disse. ‘Em meu país há um grande respeito pelas bases dessa política e o modo pelo qual a Índia conquistou a sua liberdade, sua herança moral e espiritual, histórica e filosófica’”³⁸⁶. O que teria causado grande satisfação na opinião pública indiana. No entanto, o que mais nos causou espécie foi o comentário francamente mordaz (e orientalista ao extremo!) de Falcão quando vai analisar o “duro papel a ser desempenhado” pelo novo representante estadunidense que terá de se haver com “a política do Senhor Nehru [e seus sequazes nacionalistas] em que pese o seu tangível e crescente antiamericanismo”. Assim, “a tarefa do atual chefe da missão diplomática dos Estados Unidos na União Indiana será dos mais delicados, isto é, como a de alguém que se disponha a acariciar a cabeça de qualquer um dos *tigres*

³⁸⁵ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes Embaixador: Oswaldo Trigueiro 1955. Ofício de 3/01/1955.

³⁸⁶ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Fonte consultada. Livro – 35/05/09. Nova Délhi – Ofícios recebidos – Janeiro/Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Ildefonso Falcão

enraivecidos de Madhya Pradesh" ³⁸⁷ – reduto dos nacionalistas indianos... A animalização dos asiáticos (e africanos) remonta aos mais clássicos cânones do Orientalismo demonstrado por Said, sendo um recurso discursivo para disseminar a idéia de que os habitantes da Ásia e da África devem ser domesticados e controlados pelos europeus. Veremos mais desta perspectiva ainda.

O embaixador brasileiro nos Estados Unidos, João Carlos Muniz, no calor da Conferência, também comemorou o fato de que a mesma não estivesse tomando rumos antiamericanos, quando relata que: “... os círculos políticos e a imprensa estadunidense acreditavam, às vésperas de Bandung, que a conferência não seria de todo desfavorável ao ocidente ‘uma vez que *o número de amigos ultrapassava o número de inimigos*’. [E] *o início ontem do debate geral veio mostrar que não foi precipitado tal julgamento*” ³⁸⁸. A apreciação das colocações pró-ocidentais na conferência tinham um caráter de torcida indisfarçável, assim como também era exaltada com furor a derrota da proposta de Nehru:

“O discurso do Ministro do Exterior do Iraque, Senhor Fandhil Jamali, apoiado espetacularmente pelo Primeiro Ministro do Paquistão, senhor Mohammed Ali, mereceu excelente cobertura da imprensa local e os encômios dos principais analistas políticos do país. Paralelamente, *as sucessivas derrotas do Senhor Jawarharlal Nehru em questões processuais, o que revela que o Primeiro Ministro da India está longe de ser o timoneiro que se esperava*, deram ao grande público norte-americano uma sensação de desafogo, dada a desconfiança permanente que o Chefe do

³⁸⁷ Arquivo do Histórico do Itamaraty. Fonte consultada. Livro – 35/05/09. Nova Délhi – Ofícios recebidos – Janeiro/Maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Ildelfonso Falcão

³⁸⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 50/04/08 – Washington – Ofícios recebidos de abril de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: João Carlos Muniz. 25/04/1955

Governo da Índia provoca nos Estados Unidos da América toda vez que se pronuncia sobre as atuais questões internacionais”³⁸⁹.

O ofício segue dando mais um exemplo de uma constatação de que a Conferência de Bandung, para alívio do “mundo livre”, não tinha com o que se preocupar, pois as propostas comunistas estavam já derrotadas:

“Apesar de ser ainda prematuro avançar prognósticos quanto aos resultados finais da conferência afro-asiática, *não resta dúvida que os primeiros efeitos da reunião de Bandung são quase totalmente favoráveis ao mundo livre na sua luta contra o movimento comunista internacional*. Mesmo que ocorra uma reviravolta de substância no jogo diplomático da conferência, essas manifestações iniciais constituem por si só uma vitória expressiva para as *instituições do mundo livre* e é nesse sentido que se traduzem os despachos de Bandung e os comentários da imprensa local. (...) Um rápido apanhado da Conferência de Bandung, até o momento, parece indicar que o *Ocidente em geral* e os *Estados Unidos da América em particular* saíram-se bem da conferência afro-asiática de Bandung, mas com a *responsabilidade maior de não deixarem esse grupo amigo de nações indefeso* contra o expansionismo do movimento comunista internacional”

³⁹⁰.

³⁸⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 50/04/08 – Washington – Ofícios recebidos de abril de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: João Carlos Muniz. 25/04/1955

³⁹⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 50/04/08 – Washington – Ofícios recebidos de abril de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: João Carlos Muniz.

A “responsabilidade” do mundo ocidental, especialmente dos Estados Unidos da América, ficam, portanto redobradas, uma vez que eles não podem deixar “*êsse grupo amigo de nações indefeso*” nem à mercê do comunismo nem do neutralismo de Nehru. Segundo esta visão “missionária”, e patentemente Orientalista, estas nações não possuíam condições de se representarem, nem muito menos defenderem a si mesmas, precisando da tutela os Estados Unidos da América, novo campeão da civilização ocidental. Desse modo, “poderíamos ficar tranquilos”, *aqui* no Ocidente, pois tal relação estava assegurada com a adesão de alguns asiáticos tidos como parceiros estratégicos, sobretudo por serem aliados da SEATO.

Aliado incondicional dos estados ocidentais no Oriente Médio, o Senhor Zorlu, Ministro de Estado e Vice-Presidente do Conselho Turco, que representou a Turquia em Bandung, salientou a importância da aliança ocidentalizante de “defesa comum” em comunicado reproduzido pelo embaixador brasileiro em Ancara, Carlos Silvestre de Ouro Preto,

“... que o comunicado publicado após a conferência afirma que a paz só pode ser assegurada pela realização da segurança e esta pela defesa comum, de uma parte, e pelos desarmamento, sob controle internacional, de outra. O trecho do comunicado oficial (...) se apóia integralmente sobre a Carta das Nações Unidas, acentuando, também, que o ponto de vista do referido comunicado sobre a segurança e o desarmamento não é um reflexo senão da NATO e da SEATO”³⁹¹

A noção de pertencimento ao mundo ocidental, que permeava a idéia geral de que quem estava reunido em Bandung eram “eles”, “os outros” – não podemos esquecer

³⁹¹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 01/01/02. Ancara – Ofícios recebidos 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Carlos Silvestre de Ouro Preto.31/05/1955.

que o Orientalismo (inclusive, o “Lusotropical”) é um discurso que incide sobre uma “distribuição de consciência geopolítica” – pode ser encontrada em tantos pontos dos ofícios que ficaria excessivamente extenso se fossemos expor todos no presente capítulo. Porém, selecionamos este trecho do ofício de Trigueiro para ilustrar esta sensação:

“De acordo com as instruções que recebi de Vossa Excelência, viajei à Bandung no dia 17, de lá regressando no dia 20. *Em companhia de todos os meus colegas do Ocidente*, assisti à sessão inaugural e às sessões públicas dos dias 18 e 19, nas quais discursaram quase todos os chefes de delegação”.

Vemos também neste ofício a reclamação de Trigueiro em relação às condições de hospedagem e alimentação a que ficaram submetidos ele e seus colegas do ocidente:

“Ao convidarem os chefes de missão para irem a Bandung, o Ministério de Negócios Estrangeiros comunicou-lhes que, dadas as dificuldades de hospedagem em Bandung, reservara para eles um hotel nos arredores da cidade. Aceitei esse oferecimento, o que foi, igualmente feito pelos Embaixadores dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, do Canadá e da Austrália, pelo Ministro de Portugal e pelo Encarregado de Negócios da Finlândia. Essa hospedagem nos causou a todos penosa impressão: o pequeno e modesto hotel não estava terminado, o serviço era o mais deficiente, a alimentação era péssima”.

Desse modo, mais uma vez percebemos a ambigüidade presente mesmo nos discursos que descrevem a Conferência, pois, ao mesmo tempo em que vemos tais

críticas que nos remetem a “atraso”, “baixos recursos”, “despreparo” etc. (e tudo o mais de negativo comum entre os orientais), temos, no mesmo ofício a seguinte declaração:

“A Conferência foi muito bem organizada e funcionou de maneira satisfatória utilizando equipamento material (como, por exemplo, aparelhagem para tradução simultânea) e métodos de trabalho que nada ficaram a dever aos de reuniões congêneres no ocidente”

Houve ainda, quem achasse, além de “dependente”, “incapaz”, “fadada ao insucesso”, etc, que esta reunião fosse “grande e estranha”, como o embaixador brasileiro lotado em Teerã, o senhor Roberto Almeida Salgado ³⁹². Este embaixador foi um pouco além das análises que viam Bandung e o neutralismo como uma ameaça descartada, que já não oferecia perigo ao ocidente. Para ele “um terceiro grupo *tomou corpo* [o do neutralismo hindu]”. E “Muitos países olham para esta terceira força com visível simpatia, apesar dos compromissos já assumidos ou a assumir. O Irão é um deles”. Para este observador o neutralismo era “um esforço soviético no sentido de criar um cinturão de Estados neutros em torno das fronteiras dos países comunistas (...). Com isso os países comunistas desafogariam um pouco a pressão dos países membros dos Pactos Defensivos, da SEATO e da NATO e suas sub-alianças”. Aqui a coexistência seria um:

“status quo que não significa[va] renúncia a uma política, mas somente paralização de uma ação em dado momento para a reorganização de um plano, é uma fórmula da técnica dos Estados agressores e imperialistas (...) [ela] ajudará a paz, *mas não será solução* a essa paz tão almejada. Os que atacam a doutrina da coexistência pacífica são sobretudo aqueles

³⁹² Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 45/03/11. Teerã – Ofícios recebidos – janeiro/junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Roberto Almeida Salgado

que figuram como *vítimas da ocupação comunista*, os chamados Estados satélites (...) Salvo os Estados unidos, os demais Estados poderosos do Ocidente dificilmente poderão lavar as mãos diante de suas antigas vítimas. Também é verdade que *os pecadores de ontem são os apóstolos de hoje e os santos de amanhã* e que na evolução política dos povos, êsses *estágios de tirania*, de exploração de povos obedecem a uma simples escala de progresso como a educação dos homens exige renúncias e enérgicas ações a fim de *burilar-lhes os instintos*. Nessa batalha pela liberdade, pela dignidade humana, quais os sinceros? (...) Mas, a prelácia dos imperativos econômicos sobre os valores espirituais é um método perigoso na construção dêsse vasto edifício, para êsse novo templo da Paz. Justamente a Ásia é o maior manancial de forças espirituais da Humanidade e súbitamente envolvê-la numa concepção materialista poderá tirar-lhe o equilíbrio interior (...) A Conferência de Bandung a reunir 29 nações dentre as quais nenhuma da raça branca. E a luta contra o imperialismo e contra o colonialismo foram dois pontos pacíficos aceitos por todas elas, pontos de contacto e pontos fundamentais que se prestam a interpretações inúmeras dentro as quais caberá sempre a revolução social, a emancipação dos homens após a das nações (...)"

Esta longa citação talvez seja a mais ilustrativa, entre os ofícios, no sentido de expor um discurso tipicamente Orientalista Lusotropical. Nela podemos ver todos os elementos constituintes tanto de uma perspectiva orientalista quanto de uma perspectiva lusotropicalista, além de ser a mais próxima da perspectiva de Menezes e, como não poderia deixar de ser, anticomunista. Aqui temos, 1) a crença de que os comunistas são

os agressores; 2) a crença de que somente as potências ocidentais podem salvar os povos da Ásia e da África, tanto dos comunistas quanto de seus próprios *instintos*, atrasados e suscetíveis à influências “negativas”; 3) a crença de que esta defesa só poderá ser levada a cabo se for feita de forma não materialista, ou seja, se for levada a cabo nos moldes de colonização lusos, em que a espiritualidade tem primazia sobre uma concepção materialista que “poderá tirar-lhes o equilíbrio interior” – equilíbrio interior é uma característica dos asiáticos, vistos como historicamente místicos, afinal a “Ásia é o maior manancial de forças espirituais da Humanidade”....

Desse modo, já que estamos a falar de Bezerra de Menezes ³⁹³, deter-nos-emos, a partir de agora em observações, certamente gerais um sobre um livro importante deste autor: *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* ³⁹⁴, ilustrativo de um pensamento geopolítico que via o Brasil como potência promissora e novo baluarte da civilidade cristã. Ressaltaremos, porém, antes de tudo, que não estamos a julgar o livro deste importantíssimo diplomata, que trouxe uma visão inteiramente inovadora para a pauta de discussões sobre a inserção internacional do Brasil. Sua qualidade e inteligência ao perscrutar inúmeras e imensamente complexas questões internacionais; sua qualidade analítica e descritiva; sua grande competência como diplomata e seu grande prestígio pessoal, que pode ser observado nos comentários de “orelha” de seu livro, e alhures, são inquestionáveis e facilmente perceptíveis. Desse modo, não estamos a julgar seu

³⁹³ “Adolpho Justo Bezerra de Menezes, nascido no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em 19 de julho de 1910. Foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Agrimensor pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1931. Diplomado pela Universidade de Paris. Curso de Civilização e Língua Francesa da Sorbonne, 27 de fevereiro de 1937. Membro da 'Société Européenne de Culture'. Diplomado pela Escola Superior de Guerra, no curso Superior de Guerra, em 1959. Membro da 'The Pan American League' Miami, Flórida e do 'The Toastmaster's Club, São Francisco, Califórnia, em 1952”. Dono de um currículo vastíssimo, representando o Brasil em inúmeros recantos do mundo, foi “Observador à Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955 (...) e encarregado Neg. em Jacarta, de 31-1-1956 a 30-4-1956”. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Departamento de Administração. Divisão de Pessoal. Anuário: 1962 e 1963. Seção de publicações da divisão de documentação.

³⁹⁴ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, 2ª. ed.

trabalho precioso, nem o caricaturando, mas sim buscando compreender o impacto e a importância, em seu pensamento, da ideologia orientalista lusotropical.

Com Menezes temos a aplicação, em termos de distribuição de consciência geopolítica, do pensamento lusotropicalista de Freyre. As relações entre estes autores são, inclusive estreitas, tendo Freyre escrito uma nota de “orelha” no livro de Menezes sobre as relações do Brasil com o mundo Ásio-Africano. Os elogios a Freyre e sua arguta visão são levados ao paroxismo no trabalho de Menezes, sendo o lusotropicalismo o norte interpretativo das análises do diplomata fluminense. Em suma Menezes se baseia na idéia, construída ao longo do seu livro, de que o Brasil seria herdeiro por direito da civilização portuguesa e, portanto, portador da mais alta carga civilizacional do Ocidente. Por possuir tais altaneiras características o Brasil deveria, então, liderar este nascente Terceiro Mundo.

Desse modo, se é verdade que o Orientalismo, como propõe Said, é uma ideologia comprometida com “*uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos históricos e filológicos*” o lusotropicalismo (e o Orientalismo Lusotropical) conseqüentemente, também o é.

Antes de tudo, nos cabe expor as impressões gerais causadas quando da publicação de *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Foram muitas as resenhas e comentários encontrados sobre este importante livro, algumas delas, excertos, na verdade, podem ser encontrados, inclusive nas “orelhas” de suas edições de 1956 e 1960. Desse modo, somente para exemplificarmos algumas das impressões e conseqüências das interpretações possíveis à época, causadas pelo livro de Menezes apresentaremos trechos de algumas destas resenhas. João Duarte Filho, se expressa quanto ao livro da seguinte forma:

“O Brasil está realmente talhado para o seu destino mundial, mostra o autor deste livro, principalmente pela

formação étnica de seu povo, pela *ausência absoluta de preconceito social*, pela incapacidade que temos em distinguir, qualquer que seja o pano de observação ou realização, o sangue ou a cor dos homens que tratamos. Enquanto que a Inglaterra, a França, os Estados Unidos só podem tratar os pequenos países, os países pobres ou os países de raças diferentes, do alto de seus preconceitos raciais que os diminui e os amesquinha, o Brasil, ao contrário, junto a qualquer um deles, com essa vantagem de *não reconhecer raças privilegiadas ou de pureza de sangue*, na predominância entre os povos ou na proeminência entre as nações. Por todos esses motivos, o avanço do Brasil para cumprir seu destino mundial seria fácil e até breve, se desde já nos habituássemos a pensar e agir como futura potência que devemos ser. E seríamos, como um fenômeno nos tempos modernos, uma nação de preponderância mundial, sem a necessidade do colonialismo que marcou com tanto crime e com tanta escravização, a expansão das grandes nações de hoje. Seríamos – e seremos – um império sem imperialismos”.

O próprio Gilberto Freyre se esmera, também em ressaltar os aspectos pioneiros do livro de Menezes: “É justo salientar-se de um Cônsul mais esclarecido do Itamaraty, o Cônsul Adolpho Junto Bezerra de Menezes, que, por sua conta e risco, antecipou-se em publicar, sobre a responsabilidade do Brasil para com os povos *lusotropicais*, páginas de lúcida compreensão, inspiradas na idéia de *constituírem esses povos, juntamente com o Brasil, um sistema, ou um complexo nacional ou transnacional*”. Aqui é ressaltada a idéia da existência de um “*complexo nacional ou transnacional*” de países lusófonos e compartilhadores de uma herança e cultura comuns – que deveria ser, então, liderado pelo Brasil.

Encontramos, nestas resenhas, opiniões, concordantes com o autor do livro, que defendem a liderança que o Brasil deveria exercer sobre estes povos necessitados de um norte cristão e civilizador. Aqui, ao buscarmos entender “o lugar especial do Oriente” para o Brasil, percebemos que para os partidários desta visão “Menezes/Freyreana” estes devem ser lugares a serem liderados e controlados pelo Brasil, onde este deve ser responsável pela “criação da Comunidade Luso-brasileira” em cujo interior devam ser asseguradas a cristianização e o impedimento do avanço dos “agitadores comunistas” como se lê na apreciação do Major Leopoldo Freire.

Assim, a postura de Bezerra de Menezes é a de que o Brasil seria uma natural e inevitável liderança no palco internacional do século XXI. E tal papel se impôs sobre o Brasil em função de Brasil ser beneficiado pela sua herança cultural lusa – com a sua concepção de o que é a ocidentalidade em sua essência. Para este autor, o modelo colonial luso, a despeito de algumas ressalvas, é o ideal, uma vez que é portador de uma forte carga cristã, moralizante. Para o diplomata brasileiro os franceses, holandeses e ingleses (e, depois, os Estados Unidos da América) iniciaram uma expansão ocidentalizante deturpada, burguesa e capitalista. O Brasil deveria recuperar os verdadeiros valores ocidentais e ser, assim, o novo portador do “fardo do homem branco” cristão.

Bezerra atribui o fracasso da presença ocidental no mundo aos equívocos dos “novos” (franceses, holandeses e ingleses, Estados Unidos da América) portadores da ocidentalidade, e sua má representação do ocidente. Para Menezes, além de mal representado, o ocidente estaria exportando sua civilização “em partes”. E esta divisão representaria os dois “calcanhares de Aquiles” da presença ocidental do mundo. Primeiramente o *racismo*, o qual seria uma “invenção anglo-saxã” que os ibéricos não tomam conhecimento e, em segundo lugar, o *fracasso em legar o cristianismo* para

o oriente e a África. Aqui os ingleses fracassaram (anglo-saxões de uma forma mais ampla) em função das suas múltiplas interpretações do cristianismo: “os protestantes não conseguiram, em três séculos, sequer se comparar às conquistas de ibéricos que lá estiveram em muito menos tempo”³⁹⁵. Em suma, Menezes entendia, dessa forma, que a civilização ocidental só podia ser entendida, e assim igualmente a entendemos nós brasileiros:

“... como *civilização ocidental Cristã*. Um sistema de existência baseado nos direitos humanos como presentes inalienáveis provindos de Deus; um sistema que *descrê em gradações* de valor e de dignidade humana, em função *de diferenciações físicas*, pois o homem é feito à imagem e semelhança de Deus; o mesmo sistema eternamente mencionado (mas nunca seguido), nos preâmbulos de todas as constituições nacionais e nos mais grandiosos instrumentos internacionais dos quais participem potências ocidentais, inclusive os preâmbulos da ONU e da UNESCO”³⁹⁶.

Para Menezes, o tipo de civilização que a que a Europa e a América “seguem e exportam” para o resto mundo, por ser “materialista, burguesa, capitalista, que descende em parte da Revolução Francesa, na qual foi afirmado que o homem não é mais que um animal econômico altamente evoluído, e que seu objetivo primeiro é adquirir riqueza ou gozar dos prazeres da existência”³⁹⁷, está fadada ao insucesso em função dos seus elementos básicos. E assoma-se a esta deficiência imanente outro elemento típico da ideologia corrente no Brasil à época: o anticomunismo. É o comunismo uma grave

³⁹⁵ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. O Brasil e o Mundo Ásio-Africano. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, 2ª. ed. p. 29.

³⁹⁶ MENEZES, 1956, p. 24.

³⁹⁷ MENEZES, 1956, p. 24.

preocupação adicional para Menezes, pois, a julgar as características deficitárias de exportação da civilização ocidental levadas a cabo pelos anglo-saxões, os comunistas poderiam “levar a melhor” na luta bipolar que dividia o mundo na Guerra Fria:

"É provável que os orientais e africanos, que estão no palco *mais como observadores* do que como atores, tenham reparado naquilo que as potências anglo-saxãs ainda não perceberam, ou seja, que a espécie de civilização que elas querem implantar como Ocidental Cristã não se diferencia muito do veneno que Moscow quer derramar sobre o mundo" ³⁹⁸

Acima nós vemos duas características marcantes do pensamento político da época: o anticomunismo, bastante evidente, e a crença na inferioridade e incapacidade dos orientais e africanos, que estavam no palco mais como “observadores do que como atores” – aqui, estes nunca (ou muito dificilmente) entram na história como personagens principais, mesmo em um momento histórico em que se manifestam abertamente, como em Bandung. São sempre vistos como passivos, idéia, inclusive, presente, sub-repticiamente, no conceito de “descolonização” que vimos no capítulo anterior. Podemos destacar, ainda, a comparação entre os “modelos” anglo-saxão e comunista de “colonização” e “imperialismo”: ambos são considerados materialistas (daí a necessidade de inserção de um novo tipo de relação com o oriente, baseada na expansão dos valores da ocidentalidade cristã), como vemos no excerto a seguir:

"O Comunismo está para nossa civilização ocidental materialista, assim como a putrefação está para a doença, Ambos acreditam em egoísmo. Nós, em egoísmo individual; o comunismo, em egoísmo coletivo" ³⁹⁹.

³⁹⁸ MENEZES, 1956, p. 24.

³⁹⁹ *Idem*, p. 25.

Menezes critica a diferença entre discurso e prática nas políticas européias, a qual "prega altissonantes princípios democráticos de igualitarismo e praticam outros diametralmente opostos". E é por esse motivo que não será fácil para os anglo-saxões levar a melhor na luta que ora se trava na África e na Ásia, contra o comunismo.

Em relação à religiosidade também vemos Menezes destilar um discurso amplamente orientalista lusotropical, não apenas lusotropicalista: e este caráter não está somente presente quando o autor trata de discursar que o cristianismo e a civilização ocidental deveriam ser levadas para os homens da Ásia e da África para que a civilização ocidental ficasse a salvo do comunismo, ele está, outrossim, presente na *forma* com que Menezes se refere os asiáticos e orientais.

Quando vai mencionar o papel evangelizador dos missionários ingleses (holandeses, americanos, canadenses, franceses, etc.) – e Menezes atribui seus fracassos à divisão do cristianismo nestes países, uma vez que ali se formaram “inúmeras seitas protestantes” que dividiram suas forças – Menezes fala que estes não se deram ao trabalho (como fizeram os ibéricos) de se “*imiscuírem nas religiões inferiores e incompreensíveis daqueles formigueiros da Ásia ou tratarem de espiritualizar selvagens da África e da Oceania*”⁴⁰⁰, uma vez que suas colonizações estavam mais preocupadas em extrair lucros materialistas e imediatos. A esta “incapacidade” dos anglo-saxões, Menezes atribui a pouca penetração do cristianismo na Ásia.

Os exemplos de trechos em que encontramos reprodução da ideologia do orientalismo lusotropical no livro de Menezes são inúmeros – e quiçá deveria ser feito um trabalho de dissertação somente para analisar estas características dos escritos de Menezes –, pois também são inúmeros os aspectos da vida, da política, da cultura e da

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 28.

religiosidade dos asiáticos e africanos que são observados neste riquíssimo livro. Porém, nosso foco no presente trabalho estará concentrado na forma com que Menezes vê o colonialismo luso e como o Brasil pode, herdeiro que é desta matriz civilizacional, se inserir neste *Mundo Ásio-Africano*.

Menezes busca defender em seu livro a idéia de que as colônias portuguesas, na África, sobretudo, não estão a passar pelas turbulências observadas nas colônias e ex-colônias das demais nações européias. Quando, inclusive se refere às colônias lusas, ele começa o sub-tópico do capítulo IV – que trata dos “Sistemas de Colonialismo Africano”, onde estabelece comparações e análises entre estes diversos sistemas – com o título “Contraste da África Portuguesa”. Aqui Menezes aponta que, “Em todo rodameio de experimentações coloniais, em todas as convulsões nacionalistas que já começam a agitar o subsolo político africano, uma área existe onde o sismógrafo nada acusa: as *províncias* de Angola e Moçambique, a Guiné e as ilhas portuguesas do Atlântico”⁴⁰¹. Note-se que as colônias lusas são consideradas províncias, em perfeita conexão com o discurso salazarista.

Menezes ressalta, que embora não “seja apenas por questão de sangue” que esse ambiente de paz se observa, o fato de os portugueses contarem em suas realidades com “... uma completa ausência de discriminação baseada na cor. Porque miscigenação para o português não é pecado, não é tabu, não é monstruosidade, como se afigura para outros europeus”⁴⁰² - para o português, segundo a ideologia do orientalismo lusotropical propagado por Menezes, a diferença não está na cor, mas entre a dicotomia bárbaro/civilizado. Baseando-se na crença deste respeito luso pelos povos de cor, Menezes ainda defende que este respeito se daria ainda que o português não se

⁴⁰¹ *Idem*, p. 85.

⁴⁰² *Idem*, p. 86.

miscigenasse, porque é de sua cultura não observar diferenças em se tratando de cor da pele.

Bezerra de Menezes segue justificando a ausência de animosidade baseando-se nas informações acerca de todo o desenvolvimento material que os lusos levaram “desapeadamente” para estas regiões, como estradas de ferro, portos extremamente ativos e estradas que dinamizam sobremaneira a economia das regiões que fazem parte do “Portugal do ultramar”. Falando do ponto forte do colonialismo português este autor ressalta que: “Num total de 100 mil pessoas consideradas civilizadas [nas províncias do ultramar luso] e que, são as responsáveis pelos destinos políticos e econômicos da futura colônia de Moçambique 47% são não europeus. Dêsses 47%, 19% são asiáticos ou negros e o restante mistura de branco preto e asiático, su seja, 27% (...) [o que] demonstra uma assimilação imediata tão cedo o preto se civiliza; uma integração fácil que poderá melhor que qualquer outro fator, auxiliar mais tarde uma união real com a metrópole”⁴⁰³. Desse modo, basta o selvagem se “civilizar”, tornar-se “europeu do mediterrâneo” que ele será automaticamente somado ao corpo de cidadãos lusos e receberá todos os benefícios desta nova condição!

Porém, como Menezes concebe que o Brasil deve se posicionar perante Bandung? Este posicionamento é o que, justamente move e norteia a própria estrutura argumentativa do livro: é a razão de ser do mesmo e de sua reedição em 1960. Primeiramente, Menezes cria piamente na idéia de que “ninguém podia viver sem as dádivas da civilização Ocidental”. Mas qual seria o lugar do “oriente” a ser ocupado na experiência do Brasil? Especialmente este “oriente” ainda não cristianizado, em grande medida?

⁴⁰³ *Idem*, p. 92.

Para Menezes o Brasil deveria abandonar a mesquinhez de uma política apenas ativa na América do Sul e começar a ‘to think big’, a planejar e a almejar um lugar de maior destaque na política e na economia mundiais porque este era o nosso destino enquanto nação. Para tanto deveríamos “ganhar as boas graças, a admiração mesmo, dos povos orientais e africanos, os quais, fatal e inexoravelmente, terão de pesar fortemente na balança mundial em meados do século XXI, quando começarmos a figurar como grande país nos quadros mundiais”⁴⁰⁴.

No entender de Menezes o Brasil deverá exercer a liderança mundial (a ser construída imediatamente) em função de Portugal estar vivendo seu ocaso enquanto potência européia colonial, e os Estados Unidos da América praticarem uma política externa materialista e desconectada da exportação da cristandade, fato que, para Menezes, é fundamental para o sucesso da construção de um mundo seguro e livre.

Conclusão

No presente trabalho buscamos elaborar uma forma de observarmos uma parte importante da história do país sob um prisma diverso do usual. Pois, se logo no início do presente trabalho alertamos para o fato de o conceito *Orientalismo*, de Said, ser pouco utilizado no país, mesmo em suas áreas de origem, a lingüística e a crítica literária, ainda que nas últimas duas décadas este quadro esteja a se modificar significativamente, o que pensar sobre sua utilização em análises de jaez político, mais especificamente, sobre política externa? Para completar o quadro de desafio, ainda sugerimos que se fizesse um “empréstimo” conceitual ao inserirmos o conceito de lusotropicalismo de Freyre, sob todos os riscos possíveis de acusação de “excesso de heterodoxia”, para dizer o mínimo.

⁴⁰⁴ *Idem*, p. 18.

Assim, propusemos que é possível observar que as posturas formuladas no país, no decorrer da Conferência de Bandung, na verdade, *sobre* esta conferência, ainda que não exista a possibilidade de fecharmos hermeticamente a análise na Conferência, afinal quem estava presente no conclave eram países com histórias e ações independentes desta, eram imbuídas de uma perspectiva *Orientalista*, mas um orientalismo conectado com a crença no lusotropicalismo de Gilberto Freyre, sendo assim um *Orientalismo Lusotropical*, posto que reunia em seu bojo características destas duas formas (certamente eurocêntricas) de ver e estar no mundo. O Brasil, arvorando-se herdeiro da lusotropicalidade, entendia que deveria atuar no mundo como uma liderança incontestada deste nascente Terceiro Mundo – malgrado as diversas opiniões sobre a validade absoluta deste conceito, o fato é o que o conceito ainda é utilizado até hoje para se referir ao conjunto de países que emergiram na cena do pós-segunda guerra, os quais haviam sido colônias de metrópoles européias há menos de um século.

Ao longo dos capítulos expostos buscamos, então, seguir no sentido de defender e elaborar o nosso argumento supracitado, baseando-nos em fontes de origem confiável e oficiais, que nos deram conhecer como pensavam e agiam os homens da época, tanto de Estado quanto pertencentes a sociedade civil. Analisamos o contexto da Conferência baseando-nos tanto em uma literatura científica consagrada quanto nas nossas fontes, com as quais pudemos enriquecer tanto as análises mais globais encontradas nestes consagrados livros, quanto aquelas que pudemos ver nas diferentes fontes, que muitas vezes se complementavam. No mesmo caminho seguimos ao tratarmos das relações externas (e internas) do Brasil, quando conhecemos as posturas aqui tomadas e as sugestões de política externa contidas em algumas dessas fontes.

Assim, é certo que não demos conta da totalidade das posições tomadas no país, este sequer era nosso escopo, mas concebemos que logramos conseguir demonstrar com

nossas fontes e argumentos que, no país, em determinados setores, à época, grassava uma perspectiva nova e que acompanhava a nova fase e o novo modelo de inserção do país no mundo, uma perspectiva *Orientalista-Lusotropical*.

Fontes primárias.

Ofícios:

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 35/05/08, Nova Delhi – Ofícios recebidos – Outubro/ Dezembro de 1954, Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes, Embaixador: Ildefonso Falcão.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 35/05/09, Nova Delhi – Ofícios recebidos – Janeiro/ Maio de 1955, Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes, Embaixador: Ildefonso Falcão.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 26/04/11. Lisboa – Ofícios recebidos – abril/maio de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Heitor Lyra

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 45/05/12. Tel Aviv – Ofícios recebidos 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Nelson Tabajara de Oliveira.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 50/04/08 – Washington – Ofícios recebidos de abril de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: João Carlos Muniz

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 01/01/02. Ancara – Ofícios recebidos 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Carlos Silvestre de Ouro Preto.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 15/01/01. Cairo – Ofícios recebidos abril/julho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: C. M. de Figueiredo

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/03/11. Karachi – Ofícios recebidos 1995. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Édipo dos Santos Maia.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 15/04/01. Canberra – Ofícios recebidos de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Carlos Augusto Figueira

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 22/03/12. Karachi – Ofícios recebidos – junho/setembro de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Édipo dos Santos Maia.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 45/02/09. Taipei – Ofícios recebidos – janeiro/junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Labienno Salgado dos Santos.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 40/03/13. Pretória – Ofícios recebidos de 1995. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: M. V. Cantuária Guimarães.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 45/03/11. Teerã – Ofícios recebidos – janeiro/junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Roberto Almeida Salgado

Arquivo Histórico do Itamaraty, Livro – 46/03/13. Tóquio Ofícios recebidos – janeiro/julho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Julio Augusto Barbosa Carneiro.

Jornais estrangeiros

Indonesian Observer. Edições de fevereiro de 1955.

Times of Indonésia. Edições de fevereiro de 1955.

República (Portugal). Edições de abril de 1955.

Diário da Manhã (Portugal). Edições de abril de 1955.

Jornais nacionais

Jornal do Brasil. Edições de 18 a 24 de abril de 1955.

Jornal Correio da Manhã. Edições de 18 a 24 de abril de 1955.

Jornal O Dia. Edições de 18 a 24 de abril de 1955.

Jornal O Globo. Edições de 18 a 24 de abril de 1955.

Jornal Última Hora. Edições de 18 a 24 de abril de 1955.

Tribuna da Imprensa. Edições de 18 a 24 de abril de 1955.

Livros

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, 2ª. ed.

WRIGHT. Richard. *The colour courtain*. New York, World Publishing Company, 1956.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *Um diplomata no Oriente*. Ministério das Relações Exteriores – Arquivo Histórico do Itamaraty. Referência – L 770/M03/P08.

Anuário

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Departamento de Administração. Divisão de Pessoal. Anuário: 1962 e 1963. Seção de publicações da divisão de documentação.

Bibliografia:

AMIN, Samir. *O imperialismo, passado e presente*. Tempo [online]. 2005, vol.9, n.18, pp. 77-123. ISSN 1413-7704.

AHMAD, Aijaz. Orientalismo e depois. In: *Linhagens do presente: ensaios*. São Paulo, Boitempo Editora, 2002.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1966.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2001, vol.44, n.1, pp. 112-136. ISSN 0034-7329.

_____. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1998.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

ASSAYAG, Jackie. *Este e Oeste: Orientalismo, guerra e a contemporaneidade colonial*. Etnográfica, maio 2007, vol.11, no.1, p.253-269. ISSN 0873-6561.

BASTOS, Cristina. *Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Revista Análise Social, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.º-3.º), 415-432

BASTOS, Élide Rugáí. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo *et al. Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 43-76.

BENEVIDES, Maria Victória de M. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. Perspectiva, São Paulo, 1993.

BUENO, Clodoaldo. História das Relações Internacionais, conceituações e fontes. (In: Memória da II semana de História). Franca: Ed. UNESP, 1980.

BURNS, E. B. As relações internacionais do Brasil durante a primeira república, In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. vol. 9. Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1977

CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CERVO, A. L. Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, A. L. (Org.) *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Unb, 1994.

CHESNAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo, Pioneira, 1976.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

DALIO, Danilo José; MIYAMOTO Shiguenoli. *O Brasil e a Conferência de Washington (1951)*. História, v.28, n.2, p.57-78, 2009.

ENGLANDER, Alexander David Anton Couto. O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil – de 1920 ao fim da década de 1940. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009.

ESTRELA, Paulo Jorge. *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824*. Tribuna da História, Lisboa, 2008

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

FILHO, João Café. *Visita a Portugal de sua Excelência o presidente dos Estados Unidos do Brasil João Café Filho*. Rio de Janeiro. Programa 1955

FILHO PENNA, Pio. *A evolução da política africana do Brasil contemporâneo*. In: II Encontro Memorial, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG. 2009.

_____. *África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2001, vol.44, n.1, pp. 69-93. ISSN 0034-7329.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O capitalismo em construção (1930 – 1954)*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

FIUZA, Alex de Mello. *Teorias do Neo-Imperialismo: Raízes da Teoria Marxista do Capitalismo*. *Estudos de Sociologia* [online] 2011. Vol. 16, n. 31: Dossiê: trabalho e sindicato. ISSN 1414 – 0144.

FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico*. São Paulo, É Realizações, 2010.

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 4ª ed.

_____. *Integração portuguesa nos trópicos/Portuguese integration in the Tropics*. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar (Ministério do Ultramar), 1958.

_____. *O mundo que o português criou; Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GONÇALVES, William da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

HIRST, Mônica. A era Vargas. In: *História das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro, CEBRI, 2001.

_____. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil - Estados Unidos : 1942-1954*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1982.

_____. *Brasil - Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

_____. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KOCHER, Bernardo. *A economia política do Terceiro Mundo entre 1955 e 1979*, Artigo publicado no VI Congresso ABPHE, 2005.

_____. *O Brasil no Terceiro Mundo*. Análise da política externa brasileira entre 1955 e 1964. Artigo publicado no XIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*", The University of North Carolina Press, 2008

MACKENZIE, J. M. *A Partilha da África – 1880-1900*. Ática, São Paulo, 1994.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. IN: RÉMOND, René. (org) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

MIRANDA, Rachel de Rezende. *Aventura e Rotina: O lugar do Brasil no mundo luso-tropical de Gilberto Freyre*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. Rio de Janeiro, 2002.

MOREIRA, A. *O Ocidente e o Ultramar Português*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1961.

NAME, Leonardo. *O eurocentrismo está em toda parte: sobre orientalismos, ocidentalismos e outras imprecisões geográficas*. In: GeoPUC - Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio, Ano 1, nº 2, 2009.

NEMEC Jan. *Luso-tropicalismo: um fundo sólido para as relações contemporâneas entre os países de língua portuguesa?* Prêmio Ibero-Americano, 2005. (http://www.premioibam.cz/documentos/11raedicion/2doPremioXI_JanNemec.pdf. Acessado em 06/02/2011)

Ò, Alarcon Agra do. *Edward Said: a crítica literária e a operação historiográfica*. In: Saeculum [online] Revista de História, ano 11, n. 12 (2005). João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2005.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Vol. I. Rio de Janeiro, Saga, 1965

PÈLISSIER, René. *A Leste do Cabo da Boa Esperança*. In: *Análise Social*, Vol. XXXVII (Primavera), 2002 (n.º 162), pp. 245-259

PETRI, Verli. *Michel Pêcheaux e a Teoria do Discurso nos anos 60*. Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da UFSM, de 2006.

PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 - 1974)*. História [online]. 2009, vol.28, n.1, pp. 445-482. ISSN 1980-4369.

_____. *Gilberto Freyre: cultura e conflitos políticos em Pernambuco (1923-1945)*. Revista Plurais. (2006) vol. 1, n.º 4.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

RIBEIRO, Orlando. *Goa em 1956*. Relatório ao Governo, Lisboa, CNCDP, 1999. *Análise Social*, vol. XXXVI (Primavera-Verão), 2001

SADER, Emir. *O Orientalismo hoje*. In: www.midiaindependente.org/pt (acessado em 21/01/2011).

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005)*. IN: SARAIVA, José Flávio Sombra e CERVO, Amado (orgs.). *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília, IBRI, 2005.

_____. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

SOARES, Maria de Lourdes. *Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil - Portugal*. Revista Letras, Curitiba, n. 59, p. 215-223, jan./jun. 2003. Editora UFPR

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

_____. *Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

SILVA, André Luiz Reis da. *A nova ordem europeia no século XIX: os efeitos da dupla revolução na história contemporânea*. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 47, p. 1-24, jan./jun. 2010

SILVA, Denise Ferreira da. *Revisitando a “democracia racial”: raça e identidade nacional no pensamento brasileiro*. In: Estudos afro-asiáticos, no. 16, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Publicação do CEAA, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.

VAISSE, Maurice. *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945 – 1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2004.

_____. *A Guerra Fria*, In. (org.) REIS FILHO, Daniel A., ZENHA, Celeste e FERREIRA, Jorge, *O século XX. O tempo das crises*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 1992.

_____. *As Guerras Mundiais*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

_____. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.